

ORGANIZAÇÃO

Zuleica Carmen Castilhos

Maria Helena Machado Rocha Lima

Nuria Fernández Castro

Gênero e trabalho infantil na pequena mineração

BRASIL PERU ARGENTINA BOLÍVIA

A questão de gênero e trabalho infantil na pequena mineração sul-americana

Ciclo de Conferências organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral

Primeira Fase: 8 e 9 de março de 2005 - Segunda Fase: 8 e 9 de dezembro de 2005

Editor: Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT

Coordenadora: *Dra. Zuleica Carmen Castilhos*
Centro de Tecnologia Mineral, CETEM/MCT
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento
e Avaliação - CPAA
telefone: (21) 3865-7362 / 3865-7213 - fax: (21) 2270-4038
21.941-590, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Organizadoras: *Zuleica Carmem Castilhos*
zcastilhos@cetem.gov.br - CPAA – CETEM/MCT
Maria Helena Rocha Lima
mrocha@cetem.gov.br - CPAA – CETEM/MCT
Nuria F. Castro
ncaastro@cetem.gov.br - CATE – CETEM/MCT

Capa e projeto gráfico: *Ana Sofia Mariz*

Diagramação: *Vanderlucio Vieira*

Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia/ Org. Zuleica C. Castilhos, Maria Helena R. Lima, Nuria F. Castro. - Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006

208 p.: il.

1. Minas e recursos minerais. 2. Trabalho infantil. 3. Mulheres - emprego. 4. Gênero. I. Centro de Tecnologia Mineral. II. Castilhos, Zuleica C. III. Lima, Maria Helena R. IV. Castro, Nuria F.

ISBN: 85-7227-226-7

CDD 333.851

Financiado pelo CNPq/PROSUL (Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação), da Assessoria de Cooperação Internacional, Programas Multilaterais do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

Apoio:

Departamento Nacional da Produção Mineral, Brasil; Empresa Cumbre del Sajama, S.A., Bolívia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Organização Internacional do Trabalho – OIT (Escritório Regional para a América Latina e OIT-Brasil); Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú; Universidad Nacional de Misiones, Argentina; Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil; Universidade Federal do Rio De Janeiro, Brasil.

Sumário

Prólogo | Fanny Tabak (PUC) — 5

Prefácio | Zuleica Castilhos (CETEM/MCT) — 7

PARTE I

Generando cambios. Pensando sobre género en la minería artesanal de Latinoamérica | Gabriela Factor e Andrea Mastrángelo — 11

Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental | Carlos Renato Carola — 23

Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamen | Zuleica Castilhos & Nuria F. Castro — 41

Gênero na Indústria Extrativa brasileira | Ângela Jorge e Hildete Pereira de Melo — 65

O trabalho infantil em cadeias produtivas de base mineral | Maria Helena M. Rocha Lima e Nilo da Silva Teixeira — 76

Responsabilidade sócio-ambiental e trabalho infantil na mineração | Francisco Rego Chaves Fernandes — 94

PARTE II

Trabajo infantil en la minería peruana | César Mosquera — 111

Misérias preciosas: trabajo infantil y género en la minería artesanal – Misión, Argentina | Andrea Mastrangelo — 135

Propuesta de auto diagnóstico de la situación de las mujeres mineras en zonas de extrema pobreza | Ana María Aranibar, Daniel Lafuente y Luddy Montecosinos — 152

Trabalho familiar no artesanato de pedra sabão - Ouro Preto, Brasil | Zuleica C. Castilhos, Olívia Maria de Paula Alves Bezerra, Maria Helena M. Rocha Lima, Alessandra Portugal e Nuria F. Castro — 168

SOBRE OS AUTORES — 185

AGRADECIMENTOS — 189

LINKS DE INTERESSE — 190

CADERNO DE FOTOS — 193

Prólogo

Fanny Tabak

Os estudos de natureza teórica e empírica em torno das denominadas “relações de gênero” passaram a ter maior relevância a partir dos anos 70, em numerosos países. Ganham visibilidade nos programas curriculares de prestigiosas universidades, primeiro nos Estados Unidos e, em seguida, em diferentes países da Europa. Na América Latina, sua expansão se deu a partir dos anos 80, em vários países onde já havia uma importante tradição de movimentos organizados de mulheres em prol da igualdade de direitos e pela conquista de um status social e político mais elevado. No Brasil, foi em fins de 1980 que se criou o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher - NEM, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ. Depois, foram criados núcleos semelhantes em muitas universidades federais e estaduais.

Alguns temas tinham prioridade como objeto de estudo acadêmico, o que resultava muitas vezes da identificação de problemas que exigiam uma solução por parte da sociedade. Entre eles: a violência contra a mulher, a discriminação no trabalho, a opressão sexual, a falta de instituições sociais que facilitassem às mulheres seguir carreiras profissionais e a persistência de estereótipos sexuais na educação. Outros temas foram incorporados mais recentemente. Entre eles a participação da mulher na ciência e na tecnologia.

Um dos objetivos principais das conferências nacionais, regionais e internacionais que vêm sendo realizadas a partir dos anos 90 para debater o tema geral MULHER-CIÊNCIA E TECNOLOGIA tem sido denunciar idéias preconcebidas em relação à incapacidade da mulher nesse campo, bem como as diferentes formas de discriminação que continuam a pesar sobre ela, no trabalho, na carreira profissional, na sociedade.

A Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas - UNESCO promoveu uma série de conferências e seminários para debater o assunto. No Brasil, foram realizadas recentemente uma conferência regional latino-americana (NOVEMBRO DE 2004) e uma conferência internacional (MAIO DE 2005), que contaram com a participação de cientistas (mulheres) de dezenas de países, das mais variadas áreas do conhecimento. Em ambas, os debates resultaram na aprovação de um conjunto de recomendações importantes que, uma vez adotadas e implementadas pelas instituições responsáveis, poderão contribuir para uma expansão mais significativa da proporção de mulheres em carreiras científicas e tecnológicas.

É dentro desse contexto que a conferência promovida pelo Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, em duas fases, deve ser encarada como uma iniciativa impor-

tante, ao propor o debate sobre “gênero e trabalho infantil na pequena mineração” e ao dar uma ênfase especial à presença das meninas em trabalhos árduos e em geral “invisíveis”. As pesquisadoras do CETEM propiciaram a oportunidade para a divulgação de projetos e de imagens (muitas vezes impactantes).

A presença de vários países da América Latina (Argentina, Bolívia, Peru) deu maior amplitude ao evento e certamente contribuiu para o conhecimento e a divulgação de projetos e ações desenvolvidos nesses países. Igualmente importante foi a contribuição de organizações internacionais que se têm dedicado ao tema – é o caso Organização Internacional do Trabalho - OIT. Cabe destacar a importância do evento para um outro aspecto: a multiplicidade de temas tratados pelas apresentações. Desde a extração de carvão em Santa Catarina, até a mineração artesanal de ouro no Peru, a exploração de gemas na Argentina, e a condição laboral das mulheres nos garimpos de ouro na Bolívia. E ainda, o trabalho árduo das mulheres de Ouro Preto, no trato com a pedra-sabão.

O esforço da OIT e de outras instituições para erradicar o trabalho infantil nas difíceis condições em que ele se processa na mineração, caracterizado muitas vezes como trabalho escravo, será certamente facilitado graças aos estudos e projetos desenvolvidos por pesquisadores (homens e mulheres) que se conscientizaram da importância de dedicar-se ao tema e assim, tirar da “invisibilidade” milhares e milhares de pequenos seres humanos.

As apresentações feitas na conferência promovida pelo CETEM, apoiadas em dados, estatísticas e imagens, além dos depoimentos e informações colhidos in loco nos garimpos pesquisados, demonstraram a falácia de afirmações do tipo “não existem crianças trabalhando” ou “não há mulheres nos garimpos”.

Por outro lado, a evidência de que na pequena mineração e em setores de cadeias produtivas de base mineral não se cumpre a legislação já existente de proteção ao trabalho infantil e feminino, comprovada pela verificação empírica e por estudos que seguem uma metodologia científica, tal como foi feito no PROSUL, certamente servirá para estimular a realização de novos projetos.

Daí a importância da divulgação dessa conferência que, em muitos aspectos, pode ser considerada pioneira, pela amplitude que assumiu, ao ultrapassar as fronteiras do Brasil e estreitar a colaboração com outros países do continente, que enfrentam problemas similares.

Prefácio

Zuleica Carmen Castilhos

O livro *Gênero e trabalho infantil na pequena mineração em alguns países sul-americanos* é resultado de um Ciclo de Conferências do Projeto “A questão de gênero e trabalho infantil na pequena mineração sul-americana”, financiado pelo CNPq/PROSUL (Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação), da Assessoria de Cooperação Internacional, Programas Multilaterais do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil. O objetivo principal do ciclo foi criar um espaço de reflexão, discussão e pesquisa sobre gênero e trabalho infantil em atividades de pequena mineração na América do Sul, e o objetivo principal do livro é disponibilizar, de forma organizada, as informações reunidas e as reflexões geradas nos dois ciclos de conferências, para que sejam compartilhadas com um maior número de pessoas nos países participantes: Argentina, Bolívia, Peru e Brasil.

No primeiro ciclo de palestras, realizado em março de 2005, foi possível identificar importantes lacunas no conhecimento de relações de gênero na mineração sul-americana, notadamente pela ausência de informações desagregadas por gênero nos bancos de dados sobre a mineração, nos diversos países participantes. Sugeriu-se que as lacunas fossem resultado do conceito generalizado de que a mineração seja exercida exclusivamente por homens.

Poucos trabalhos tratam do trabalho feminino como atividade econômica. Em geral, o trabalho feminino na mineração tem sido pouco visível, desvalorizado, considerado trabalho leve, complementar, ou seja, de menor gratificação salarial, ou de nenhuma gratificação, como sugere o índice de 18% de mulheres não remuneradas na mineração brasileira. Em nossa pesquisa bibliográfica, verificamos que as atividades exercidas pelas mulheres aparecem apenas citadas “entrelinhas” em textos que enfocam diversos assuntos relacionados à mineração. Entretanto, foi possível entrar em contato com a realidade de algumas mulheres que, no Brasil, processam os rejeitos da mineração e dele retiram parte de seu sustento e de sua família. Esta realidade é também documentada por fotografias ilustrativas em livros que não têm a atividade feminina como protagonista. Somadas às precárias informações documentais de que se dispõe sobre a mineração informal, conclui-se obviamente pela demanda de pesquisa empírica primária.

Mas, onde a atividade feminina e trabalho infantil estão interligados? O caráter familiar da atividade frequentemente tem como consequência direta a presença de crianças com suas mães, no ambiente de mineração. Neste contexto, elas primeira-

mente brincam de minerar, mas transformam a brincadeira, precocemente, em fonte de sustento próprio, ou até mesmo, de sua família. O trabalho infantil na mineração está relacionado às piores formas de trabalho e sua eliminação foi tema central abordado em todo o mundo pela Organização Internacional do Trabalho – OIT no ano de 2005. Com o objetivo de se padronizar minimamente as pesquisas de campo nos diversos países, facilitando, posteriormente, um estudo comparativo, foi elaborado um guia metodológico com diretrizes básicas, resultado de um trabalho intenso dos coordenadores dos diversos países participantes e especialistas convidados, de universidades brasileiras.

No segundo ciclo, realizado em novembro de 2005, foram apresentados os resultados dos trabalhos realizados nos diferentes países, proporcionando excelente interação entre os profissionais sul-americanos envolvidos no projeto. As informações mais relevantes dos ciclos de palestras estão reunidas neste livro pioneiro que, ao invés de esgotar os assuntos tratados, convida à reflexão sobre os temas abordados.

O livro está dividido em duas partes. A **parte I** apresenta questões gerais sobre gênero e trabalho infantil na mineração artesanal, sendo que os três primeiros artigos apresentam um enfoque maior na questão de gênero: Gabriela Factor e Andrea Mastrangelo introduzem as questões de gênero relacionadas à mineração na América Latina; Carlos Renato Carola apresenta algumas das representações de gênero atribuídas historicamente ao homem e à mulher, que embasam uma perspectiva hierárquica, e, Hildete Pereira Melo e Angela Jorge apresentam uma análise qualitativa e quantitativa da indústria extrativa mineral pelo prisma de gênero. Segue a estes um passeio pela história das mulheres nas minas desde a antiguidade até hoje, resultado das pesquisas realizadas por mim junto com Nuria Castro, e, em seguida, estão os artigos que tratam das questões do trabalho infantil nas cadeias produtivas de base mineral no Brasil, por Maria Helena Rocha Lima e Nilo da Silva Teixeira, e também, Francisco Fernandes identifica o atual entorno da responsabilidade socioambiental da empresa no país e no mundo, no âmbito do trabalho infantil.

A **parte II** do livro apresenta os estudos de caso dos países participantes do Pro-sul. O artigo de Andrea Mastrangelo apresenta os resultados da investigação sobre o trabalho infantil e gênero na mineração artesanal de gemas em Missiones, na Argentina. Ana Maria Aranibar discorre sobre a situação das mulheres mineiras na exploração de ouro, na Bolívia; Cesar Mosquera apresenta a metodologia da OIT para o estudo da questão infantil e a política peruana para a erradicação do trabalho infantil na mineração artesanal de ouro. E, finalizando, a equipe do CETEM, que organizou este o artigo sobre o trabalho das mulheres no artesanato de pedra-sabão em Santa Rita de Ouro Preto.

Esperamos que este livro possa ser útil para o reconhecimento da verdadeira inserção do trabalho feminino e para a erradicação do trabalho infantil na mineração sul-americana.

PARTE I

Generando cambios: Pensando sobre género en la minería artesanal de latinoamérica

Gabriela Factor y Andrea Mastrangelo

El siguiente artículo propone reflexionar desde la teoría social y la práctica minera sobre la necesidad y utilidad de incluir la perspectiva de género en los estudios, análisis y prácticas de la actividad minera.

En general, hablar de mujeres en minería o “mujeres mineras” lleva al interlocutor a una representación incómoda. Quien escucha la expresión cree estar en presencia de una entidad inmaterial, un conjunto vacío o difícilmente imaginable. Algo así como si se estuviese hablando de *surfers* en medio de los Andes.

Los estudios históricos de la subordinación femenina, sin embargo, nos permiten comprender que la representación colectiva de ausencia de mujeres en las minas, argumentando que ellas representaban peligro de derrumbes o que no había mujeres porque el minero siempre fue un rudo trabajo masculino son simplemente figuras retóricas que invisibilizaron la presencia sustantiva, real y constante de mujeres en la actividad (remitimos entre otros a los trabajos de Renato Carola sobre la minería del carbón en Santa Catarina, Brasil; al de Ana María Aranibar sobre minería en Bolivia y al de Andrea Mastrangelo sobre el NO argentino).

Esta es la primera idea que queremos transmitir: las mujeres y el género están y estuvieron siempre allí. Hay y hubo mujeres mineras como trabajadoras, como hijas y esposas de mineros y como viudas de trabajadores. Lo que el concepto contemporáneo de género nos permite es hablar de “lo femenino” y su diversidad, aun en su llamativa ausencia. Preguntarse una vez por el destino de las mujeres mineras, hace estallar de pronto, toda certeza de su ausencia. Y sobre lo que puede verse al correr este velo, será que nos detendremos en los párrafos siguientes.

GÉNERO Y TEORÍA SOCIAL

El concepto de género comprende los roles y relaciones entre hombres y mujeres, junto con sus valores e ideas respecto de la masculinidad y de la feminidad. Las prácticas sociales y las ideas y representaciones respecto de las diferencias de género constituyen un sistema de género. De modo que los componentes masculinos y femeninos de un sistema están concebidos como partes de un todo complementario, interrelacionados y evaluados uno en función del otro (MOORE 1988).

En un principio, este modelo teórico entendió al género como una forma social de prescripción de valores, obligaciones y roles sociales sobre la biología del sexo. Por lo que se lo denominó sistema sexo-género o teoría de los roles sexuales.

Posteriormente, la progresiva necesidad de dar cuenta de diferentes formas de la sexualidad humana cada vez más visibles, nos fue llevando a pensar que los géneros podrían ser muchos más que dos. Y comprender que el sistema no sólo se compone de formas de lo masculino y lo femenino subordinadas o hegemónicas, sino también de las experiencias gay, lesbiana, travesti, transexual, intersexual, bisexual y de hombres que tienen sexo con hombres (PNUD, 2006).

Stolen (1996) y Stolcke (1999) aportan otras objeciones sustantivas a una concepción del género basada en la teoría de los roles sexuales (aquella basada en que el género es una construcción cultural sobre la evidencia biológica del sexo). La primera de estas objeciones tiene que ver con que si se parte de la evidencia biológica para pensar al género, las comunidades de hombres y mujeres serían -más o menos- sujetos fijos de la historia. Cuando si separamos la noción de género de la “evidencia biológica” es más fácil reconocer en el género un producto histórico, que hace que, distintos modos de estructuración del género puedan coexistir. Al considerar a los géneros un resultado de procesos históricos, podemos describir cómo y por qué cambian. Si estuviesen ligados a la biología estaríamos frente a una categoría transhistórica y por tanto, inmutable.

Considerar a los géneros de modo disociado de la evidencia biológica de “ser hembra” o “ser macho” permite entender que puede haber distintos grados de incoherencia e inconsistencia en los modelos de géneros de una época. Estas contradicciones y conflictos en los procesos de estructuración de los roles y el género mismo, dan cuenta de la presencia de conflictos individuales, pero también de intereses sociales y expresan oposición y resistencia a una reproducción mecánica de la desigualdad o al cambio. Dejando ver así que las concepciones de género no son sólo un producto de procesos históricos, sino también que los procesos políticos las están moldeando.

Judith Butler (1990) nos presenta otras aristas de este mismo tema. Según esta profesora de literatura de Berkeley, el feminismo ha cometido el error de tratar de incluir a todas las mujeres en un grupo de intereses y características comunes. Este punto de vista significó una regulación no escrita y la reificación de las relaciones de género en el sentido mismo de la desigualdad. Dejando cerradas las posibilidades para que las personas construyan o elijan su identidad individual. De este modo, el masculino y femenino ligados a los cuerpos de hombre y mujer, no permitían la plena expresión y valoración de las identidades de género que expresan diferencias o resistencia. Butler (1990, p.25) dice: *“No hay identidad de género por tras de las expresiones de género; (...) la identidad es construida performativamente por muchas “expresiones” dichas que se muestran como resultado”*. En otras palabras: el género es una performance; es lo que cada uno hace en un momento particular, más que una

respuesta universal de quienes somos. El punto de vista de Butler es habitualmente denominado “teoría queer” del género. Considerando “queer” todo aquello que es inusual para las formas “normales”, “dominantes” o “legítimas” de entender la asociación mujer-femenina o varón-masculino. Es la expresión de una identidad de género que no remite a ninguna esencia (GAUNTLETT 1998, p.3).

La corriente de pensamiento de la “teoría queer” se muestra especialmente prolífica para comprender expresiones artísticas y participar de la guerra simbólica que el género libra en los medios masivos de comunicación. Sin embargo, como describiremos a continuación, por hacer hincapié en la libertad individual de re-crear nuestra identidad de género, muchas veces no deja espacio para dar cuenta de las limitaciones que la estructura social, en sus procesos de reproducción, impone a los sujetos.

En este sentido, fue el trabajo de Connel (1987) el que comenzó a indagar la presencia del poder en la estructuración de las relaciones de género en las instituciones (en la familia, pero también en las organizaciones típicamente económicas, como las empresas). Connel sugiere sumar al constructivismo de Giddens una perspectiva histórica. El sujeto, cuando ejerce su rol de género no puede estar ajeno a la estructura social. Sin embargo, la estructura deja abiertas ciertas alternativas de variación individual que permiten procesos históricos y variaciones. Así, la reproducción de la condición de género no es una mera reproducción sin variaciones de generación en generación. *“El futuro, aunque no completamente abierto, tampoco está completamente cerrado, y el grado de apertura está determinado por la estructura social”* (CONNEL EN STOLEN 1995, p.39).

Por otra parte, nuestra práctica profesional nos ha mostrado que la línea de pensamiento de la teoría *queer* deriva en un cierto “individualismo metodológico”. Es decir, genera una argumentación que pone al individuo, a su acción y su voluntad como punto central del análisis. El punto de debate al que derivamos no es novedoso, es la añeja e irresuelta tensión entre libertad individual y procesos estructurales. ¿Cuánta libertad tienen los sujetos para recrear su propia identidad de género en el contexto de una estructura social que pretende reproducirse? Evidentemente, y si tomamos testimonios de transexuales y travestis, encontraremos que la libertad de manipular el género es mucha, aunque las relaciones de subordinación, de clase y étnicas que complementan la inserción social de esa individualidad no tengan tanta flexibilidad.

De lo que creemos se trata es de entender cómo la clase social, la moralidad, la etnicidad y otros conjuntos de variables sociales estructuran conjuntamente diferentes experiencias de género. Metafóricamente, el análisis de género de un problema social podría ser considerado un mirador de 360° que permite ver cómo a partir de una característica de su condición se adscribe al sujeto a la estructura social en muchos otros órdenes. En las sociedades, los géneros y las representaciones que ordenan sus prácticas “hablan” del poder, de la moralidad, de la clase social, de la etnicidad, de la organización general de la economía, el momento histórico y de los modos de ejercer la sexualidad.

Por esto, describe mucho mejor lo que sucede hablar de femineidades o mujeres en plural. Remitiendo con ese plural a la diversidad de experiencias de género femenino según la clase, la condición étnica y otros factores estructurantes de la subjetividad.

El género y su posición relativa en el sistema del poder nos permite una comprensión de los usos y la legitimidad subjetiva de la violencia ejercida contra los menos poderosos, pero también de la arrogancia sexuada del deseo que los poderosos tienen de los débiles. Porque el poder educa para reproducirse, todavía tenemos sentimientos de culpa al dejar a nuestros niños en guarderías para salir a trabajar. Y por esta misma razón existen modelos de géneros subordinados y hegemónicos.

Los discursos morales de los géneros se ordenan centralmente respecto de la actividad sexual y la vida pública. Las restricciones afectivas a la acción (por culpa, por medio del chisme o al conflicto, la burla) son algunas de las prácticas que restringen la libertad de mujeres y varones cuando buscan cambiar comportamientos prescritos como hegemónicos para su identidad de género.

Las diferencias de clase social por ingreso y educación son variables de clara incidencia en las relaciones de género. Generalmente cuando menor es el presupuesto doméstico mayor es la carga de trabajo doméstico y doble jornada en las mujeres que lo integran.

Por otra parte, la etnicidad, ligada o no a una situación de clase subordinada incide en las conductas de las mujeres permitiéndoles o no participar de actividades políticas o simplemente de la vida pública.

La organización de la economía, va marcando el pulso por el que las mujeres entran y salen del mercado de empleo, según cuál sea la demanda de trabajadores en general. Y en nuestra cultura, son las categorías de la propia ciencia económica, las encargadas de ocultar los costos de reproducción de la fuerza de trabajo. Son tópicos especialmente importantes a tener en cuenta en la actividad minera, artesanal o industrial la asignación de responsabilidades en el trabajo doméstico, el cuidado de los niños, la división entre el trabajo remunerado y el que no lo es, la segregación en los mercados de trabajo y la creación de puestos “para varones” y “para mujeres”. Asimismo suelen generarse desigualdades entre los géneros en el acceso a la educación, en la distribución de las herencias y el capital de trabajo, al igual que en una asignación no equitativa de los salarios.

EJEMPLOS DE BRECHAS DE GÉNERO EN LA MINERÍA LATINOAMERICANA

A manera de ejemplo, se discutirán algunas brechas de género identificadas en Latinoamérica. Los ejemplos elegidos son de trabajadoras mineras, en su mayoría de la pequeña minería, a fin de facilitar la comparación con sus pares varones.

El sistema reproductor es la principales diferencia física entre hombres y mujeres. La minería se considera un trabajo de hombres, los hombres no tiene útero ni vagina, y por lo tanto las leyes y regulaciones que regulan las condiciones de trabajo, salud y derechos sociales de los y las trabajadoras mineras no incluye temas como el embarazo o los riesgos y problemas de salud ginecológicos.

“Ahora estoy embarazada. He estado trabajando hasta los 7 meses de embarazo, así con mi barriga he seguido trabajando. Era muy difícil, me sentía aburrida, me cansaba, me dolía la espalda, mi estómago, ya no podía alzar cosas pesadas pero tenía que trabajar porque necesito el dinero para el reposo”. (ARMINDA, 19 AÑOS).

Las mujeres trabajadoras mineras, socias de las cooperativas en Bolivia, siguen trabajando en la mina con embarazos avanzados para poder “ahorrar para el descanso” de dos meses. Es decir no tiene o no ejerce el derecho a la licencia por parto. No están investigadas las consecuencias para la madre o los niñ@s del trabajo de la embarazada levantando cargas, en contacto con polvo del mineral, metales pesados y/o sustancias químicas. Las mujeres mineras retornan al trabajo doméstico inmediatamente después del parto (salvo complicaciones muy graves como hemorragias o fiebre) y las trabajadoras mineras retornan al trabajo casi inmediatamente, a veces con sus bebés a cuestas.

La totalidad de las 80 trabajadoras mineras presentes en el 1^{er} Foro de Derechos Sociales de la Mujer Minera (LA PAZ, 2005) manifestó tener problemas en el “bajo vientre”, las más graves y frecuentes entre las barranquilleras y relaveras¹. Durante el Foro se consultó con el médico representante del Instituto Nacional de Salud Ocupacional sobre la posibilidad de incorporar como enfermedad profesional femenina de la minería la vaginitis y otros problemas ginecológicos de gran incidencia y persistencia entre las mujeres mineras que trabajaban en el relave y la barranquilla. El médico respondió que era imposible, además que no podía comprobarse si la vaginitis era un problema de las condiciones de trabajo o de la vida sexual de la trabajadora.

Este problema tiene raíces más estructurales: los criterios para definir si una enfermedad es profesional o no están basados en el trabajo realizado por los hombres, especialmente en problemas agudos de salud (lumbalgias, silicosis, sordera profesional en algunos países, etc.). Las “herramientas metodológicas” que permiten medir el daño ocupacional no fueron desarrolladas con enfoque de género y por lo tanto, al aplicar los criterios legales, probablemente ninguna de las dolencias que afectan a las mujeres mineras a raíz del trabajo que desempeñan y las condiciones en que lo hacen, en su mayoría de tipo crónico, puede entrar en la categoría de enfermedad profesional. La consecuencia más inmediata para las socias trabajadoras mineras es que, a pesar de tener el derecho y aportar un porcentaje de su sueldo a una Caja de

Salud, los servicios de salud no proveen la atención que necesitan, sin entrar en detalles de la calidad del servicio en general.

En la comunidad minera artesanal de Huanca, Perú, las mujeres que trabajan directamente en la extracción de oro se han insertado en las etapas de pallaqueo, molienda y rehogado. Las dos últimas son las etapas de mayor exposición al mercurio y muchas mujeres las realizan en compañía de sus hijos menores (MANSILLA, 2004). Aplicar la perspectiva de género en esta situación, nos permite preguntarnos: ¿hay alguna diferencia entre el riesgo que corren hombres y mujeres (tipo de exposición, protección, tecnología utilizada, etc.)? Los efectos sobre la salud de la exposición al mercurio ¿son iguales para los hombres que para las mujeres? ¿Conocen las mujeres el riesgo que enfrentan? ¿Por qué hay niñ@s presentes? ¿Es posible reducir o eliminar el riesgo que representa la exposición al mercurio?

“Yo tengo que trabajar hasta los 65 años, ahí recién nos van a asegurar. Como vamos a llegar hasta eso? Voy a trabajar hasta donde se pueda, pero con esta enfermedad creo que me voy a morir” (CARMEN CALLA LLANOS, BOLIVIA).

En el Foro de Derechos Sociales de la Mujer Minera, llevado a cabo en Bolivia, Agosto de 2005, se identificó que en este país el actual sistema es excluyente y discriminatorio para l@s miner@s en su conjunto, ya que a pesar de que la expectativa de vida es notablemente menor en el sector minero respecto a la media nacional, la edad mínima para jubilarse, 65 años, es la misma en todo el país. Dentro del sector minero a su vez existe una brecha de género, ya que las trabajadoras generalmente se incorporan tardíamente al sistema de aportes individuales, una vez que se convierte en socia formal. Esto ocurre por lo general cuando se queda viuda y hereda el derecho a trabajar en la mina de su marido, no importa cuantas horas al día ni cuantos años la mujer haya trabajado “ayudando” a su marido en tareas productivas mineras. El sector minero ofrece entonces una panorama de hombres con menor expectativa de vida (mayor exposición a accidentes y enfermedades pulmonares) que mueren sin jubilarse, y mujeres con una expectativa de vida más larga, con más dolor, más vulnerables y más pobres que nunca llegan a los años de aportes necesarios para jubilarse o cobran pensiones magras.

La minería privada no está exenta de brechas de género. El siguiente testimonio fue presentado en el Foro Nacional de Minería y Desarrollo Sostenible, La Paz 2004: una hija de mineros de Oruro ganó una beca de formación técnica. Como la mejor de su promoción se presentó a un cargo en una empresa minera en Oruro. A pesar de ser la mejor calificada, no obtuvo el trabajo porque en el campamento no hay infraestructura diferenciada para mujeres (Baños, Habitaciones, etc.).

Al igual que en todo el mundo y todos los sectores, pero amplificada por la aparente “masculinidad” del sector minero, miles de mujeres mineras en América Latina no corresponden con los modelos basados en el antagonismo binario femenino-masculino. Su feminidad no encaja en los moldes tradicionales de su cultura originaria o la de su comunidad minera de adopción, y, como describe Marcela Lagarde, su condición de género se ha ampliado tanto que hoy abarca rasgos, cualidades y características simbólica e ideológicamente pertenecientes a lo masculino tradicional e incluye aspectos inéditos del ideológico par binario.

Esta redefinición de los roles de género choca con estructuras institucionales, comunitarias y familiares tradicionales con estructuras fuertemente patriarcales. Estos choques no son exclusivos de las relaciones hombre-mujer, los siguientes ejemplos ilustran algunas relaciones conflictivas de género entre mujeres o grupos de mujeres del sector minero:

*Palliris*² vs. amas de casa (Bolivia): en la mayoría de las comunidades mineras Bolivianas se encuentran fuertes conflictos en la relación entre las mujeres trabajadoras mineras y las amas de casa esposas de mineros, tanto a nivel comunitario como en las organizaciones gremiales a nivel nacional. Consultadas sobre las razones de estos conflictos, que muchas veces son verdaderas barreras para la implementación de actividades y proyectos de desarrollo, las amas de casa aluden que “*las palliris quieren robarnos los esposos*”, “*ganan los espacios de trabajo con favores (sexuales)*”, “*no colaboran con las actividades comunitarias cuando se les pide*”, “*no cuidan bien a sus hijitos*”. Las *palliris*, en su mayoría viudas, se ofenden cuando “*se las pone en la misma bolsa que las amas de casa*” porque ellas “*no trabajan como nosotras, sus maridos trabajan para ellas*”, se sienten discriminadas y menospreciadas, atacadas por la maledicencia de hombres y mujeres. Esta situación de rivalidad y segregación es fomentada desde lo privado y lo institucional: muchas de las historias de seducciones difundidas por los mineros encubren violaciones y acoso sexual. Más allá de que la “seducción” se haya concretado o no, el chisme y la difamación se usan como instrumentos para aumentar el prestigio del minero como seductor y/o socavar el liderazgo, prestigio o la posición social de la mujer presuntamente seducida. Como ejemplo de la influencia institucional, por ejemplo, en la Federación Regional de cooperativas mineras de Potosí, los dirigentes gremiales designan a una socia en la cartera de la mujer, como responsable de los asuntos de trabajadoras, amas de casa e hijas de cooperativistas, ignorando la existencia de la de la Asociación de *Palliris* y Trabajadoras del Cerro Rico de Potosí, cuya líder se designa en una asamblea plenaria de trabajadoras. Ignorancia? Indiferencia? Premeditación? Resistencia a no ceder mas espacios de poder para las mujeres? A pesar de los reclamos de las socias, el nombramiento no fue revisado y las crisis que

originó esta situación no sólo profundizó la brecha entre amas de casa y trabajadoras, sino que debilitó notablemente a la Asociación.

Es destacable también como tanto amas de casa como *palliris* invisibilizan mutuamente sus aportes: las *palliris* no reconocen el trabajo doméstico de las amas de casa como tal (aunque al hablar de su propia jornada esté ocupa varias horas y un enorme esfuerzo de su parte) y las amas de casa, aunque saben de la triple jornada laboral de las *palliris*, demandan su plena participación en las tareas comunales y sociales tradicionalmente femeninas y censuran el “mal cumplimiento” de los roles y actitudes que se asumen como tradicionalmente femeninos.

Mujeres integradas Vs. Mujeres discriminadas: Hasta donde sabemos, no existen demasiados estudios con enfoque de género sobre la situación de las mujeres académicas en el sector minero de Latinoamérica. Un evento de mujeres y minería realizado en Trujillo, Perú en Septiembre de 2004 se caracterizó por demostrar qué lejos podemos llegar las mujeres en las empresa mineras, con una notable exclusión en la agenda de trabajadoras de base, mujeres indígenas o de comunidades mineras o afectadas por la minería, o de mujeres que a pesar de sus calificaciones y capacidad quedaron excluidas del mercado laboral por su condición de mujeres. A su vez, la publicación “Mujeres en la Gran Minería” del Consejo Minero de Chile nos muestra también exclusivamente la cara sonriente de la Minería: geólogas, ingenieras, responsables de planta y gerentes.”¿Algún problema? El machismo, pero no de las instituciones sino de algunas personas”.

Un grupo de mujeres sale a la luz, pero se invisibiliza a otras mujeres del sector minero en posiciones más vulnerables. Se eligen los casos más exitosos para promover la imagen de una industria que incluye y promueve a la mujer, sin ahondar en un análisis y una discusión más constructiva sobre el sector, se difunden los logros sin compararlos con los fracasos y la exclusión de otras mujeres. A pesar de ser reuniones o publicaciones sobre mujeres, el enfoque de género brilla por su ausencia y apenas se debaten temas como las barreras que tuvimos que superar para llegar a donde estamos, cuál fue el precio que pagamos por ello, qué pasa con otras miles de mujeres que no pueden ni siquiera acercarse a las historias de éxito y reconocimiento que se presentaron. No es infrecuente que muchas mujeres que se destacan en ámbitos tradicionalmente masculinos rechazan la discusión sobre aspectos de género por temor a que sus colegas las consideren “feministas”.

Suegras Vs nueras: “Desde el momento en que me entregaron a ese hombre, yo tenía vida aparte. Mi familia nunca se ha metido, pero el me tenía en su mano, mi suegra me tenía en su mano”. Al igual que en otras culturas patriarcales, en algunas comunidades mineras la mujer al casarse pasa a “pertenecer” a la familia del marido, no como miembro familiar con pleno derecho, sino como objeto o propiedad del marido y su familia. En diversos testimonios recogidos, Bolivia, se identifican eventos de violencia psicológica, económica y física que ejerce la suegra, con el argumento que no

es capaz de administrar ni de criar a los hijos. Este último aspecto, quitar a la madre el derecho a cuidar o inclusive ver a sus hijos, es particularmente doloroso para la mujeres sometidas a este tipo de violencia.

La principal expropiación del ser de las mujeres, la del cuerpo, ha permitido construir sexualidades femeninas y subjetividades en las mujeres, centradas en ser-para-otros, apropiadas como seres-de-otros, subordinadas a otros. Primero al padre, luego el marido y su familia, los hijos, los dirigentes gremiales o patrones. Las feminidades se han afianzado como la creación de todos los mecanismos posibles para que las mujeres ausentes de los espacios de poder político y de sus instituciones viesan la sujeción y la inferioridad como su propia naturaleza, el analfabetismo como una inocencia de género, la violencia como mal humor y la culpa como una segunda piel (LAGARDE, 1999).

EL PODER DE LA PALABRA

Sin querer o queriendo, las palabras y las ideas que las palabras expresan pueden generar exclusión por omisión y/o reforzar estructuras represivas. Como ejemplo de omisión, en la publicación de PNUMA “APELL para Minería”, se usa sistemáticamente la forma masculina para el plural (los pobladores, los trabajadores, etc), sin aclarar que los pobladores o las personas incluyen también a las mujeres de las comunidades potencialmente afectadas por una emergencia. Esta falta de especificidad, que se repite por ejemplo en la lista de asociaciones civiles o identificación de riesgos, y que no se salva en *otras consideraciones* (donde si se incluye a grupos migratorios y nativos), podría conducir al caso que una empresa minera, aunque mal, lleve a cabo todos los pasos propuestos por la guía para promover la concientización y preparación para emergencias a nivel local, sin incluir a una sola mujer en el proceso! Esta nunca fue la intención de los autores y posiblemente nunca sea la consecuencia, pero sirve de ejemplo para ilustrar la importancia de hacer clara y visible la inclusión de las mujeres, así como a grupos étnicos o sociales minoritarios.

Como ejemplo del reforzamiento del clásico estereotipo femenino “mujer y madre, abnegada y fiel”, leemos en el prólogo de “Mujeres de la Gran Minería”: “*son mujeres de dos amores y gran fidelidad. El hogar y la mina. Ambos ocupan todo su tiempo*”. Entonces ¿priorizar el trabajo en la minería o la familia constituye una traición? Incluso tener tiempo libre para ellas mismas parece constituir una infidelidad, la peor pesadilla masculina en los roles tradicionales de género.

No hay desarrollo sustentable posible sin inclusión. Inclusión de hombres, mujeres y niñas, pobres y ric@s, educad@s y analfabet@, blanc@s, negr@s e indígenas. En una región con la riqueza cultural y étnica de Latinoamérica, la diversidad se refleja en las comunidades impactadas de una u otra manera por la minería. Esa diversidad está poblada de brechas: de género, de etnicidad, de clase, etc.. La actividad minera

no debiera generar nuevas brechas y, como mínimo, no contribuir a profundizar las brechas existentes. Es posible una minería que cierre esas brechas contribuyendo al reconocimiento y revaloración de la diversidad, enriqueciendo los procesos productivos, económicos, sociales y ambientales?.

Aplicar la perspectiva de género en los estudios, análisis y prácticas de la actividad minera nos permite, para empezar, entender los mecanismos de la exclusión y la discriminación. Esto puede generar dos resultados: se puede ofrecer un enfoque general que incluya la dimensión de género como mera parte integrante del conjunto, esto es, como algo anecdótico, marginal, específico o particular. O se puede analizar desde una perspectiva fuerte: a partir del enfoque de género como elemento estructurador de todo el conjunto, ya que el género, por afectar transversalmente a todos y cada uno de los hechos sociales, debe ser una de las claves esenciales para analizar el resto (LAMARCA PUENTE 2000).

-
1. Las barranquilleras lavan el oro de los depósitos aluvionales, generalmente sumergidas en el agua del río, a donde descargan residuos sólidos, cloacales y de la de los ingenios mineros), en contacto directo con aguas frías y contaminadas, durante varias horas al día.
 2. Palliri del quechua pallar, elegir. Nombre genérico que se les dá en Bolivia a las trabajadoras mineras, y que proviene de la tarea específica de las mujeres de seleccionar a mano el mineral con mayor valor económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANÍBAR, Ana María. **La minería con rostro de mujer**. Cooperación Danesa al Medio Ambiente. La Paz. 2003

BUTTLER, Judith Gender Trouble. S/d. London. 1990.

CAROLA, C.R. **Dos subterrâneos da história: As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina 1937 - 1964**. Carlos Renato Carola. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 262 p.il. ISBN:85-328-0221-4

CONNEL, R.W. **Gender and Power: Society, Person and Sexual Politics**. Stanford, Stanford University Press. 1987.

FACTOR, Gabriela **Mineras del Chorolque. Convierten la piedra en pan y el hielo en sopa**. DANIDA-COMIBOL-Ministerio de la Mujer. Bolivia. 2005

LAGARDE, Marcela **Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción**. SARE 2003 “Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado –EMAKUNDE 2003

LAGARDE, Marcela. **Feminidades y masculinidades al final del milenio** Conciencia Latinoamericana vol. XI no. 2 de Julio 1999. / pp. 5-9. 1999

LAMARCA LAPONTE, Chusa **Globalización y género**. Material de consulta del Curso Introducción a los Estudios de Género en la ciencias Sociales” INECIP Catamarca Octubre 2005.

MANSILLA, Juan Carlos **Mujeres del Oro: el trabajo de las mujeres en la minería artesanal**. El caso de la comunidad de Huanta, Ayacucho. Instituto Salud y Trabajo ISAT, Perú. 2004

MASTRANGELO, Andrea **La Niñas Gutiérrez y la mina Alumbreira. La articulación con la economía mundial de una localidad del Noroeste argentino**. Serie Etnográfica. Directores Rosana Guber y Federico Neiburg. IDES y Editorial Antropofagia. Buenos Aires. 2004

MEMORIAS DEL 1ER FORO DE DERECHOS SOCIALES DE LAS MUJERES MINERAS – 8-11 de Agosto de 2005. La Paz, Bolivia.

MEMORIAS DEL FORO NACIONAL DE MINERÍA Y DESARROLLO SOSTENIBLE – 25 y 26 de Marzo de 2004. La Paz, Bolivia.

MOORE, Henrietta **Gender and anthropology**. Oxford Polity Press. U.K. 1988

MUJERES EN LA GRAN MINERÍA - La otra mirada. Editado por el Consejo Minero de Chile.

PNUD VENEZUELA. **Género**. Disponível em: <www.pnud.org.ve/temas/genero.html>. Acesso em: 09 fev. 2006.

PNUMA Informe Técnico N° 41 -. APELL PARA MINERÍA: Guía para la industria minera a fin de promover la concientización y Preparación para emergencias a Nivel Local -. D. Massera; R. C. Villas-Bôas - Rio De Janeiro: CETEM/CYTED/CNPq, 2004. 122 p. (ISBN 85-7227-197-X). Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/apell/livro_APELL.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2006.

STOLCKE, Verena **¿Es el sexo al género como la raza a la etnicidad?** Cuadernos para el debate N° 6. IDES. Buenos Aires. 1999.

STOLEN, Kristie Anne **La decencia de la desigualdad. Género y poder en el campo argentino**. Antropofagia. Buenos Aires. (1996) 2004.

Pandora, Eva e Sofia: a naturalização da desigualdade de gênero na história do pensamento ocidental

Carlos Renato Carola

INTRODUÇÃO

Ao fazermos uma incursão retrospectiva pela história da sociedade humana, e neste caso, pela história da cultura ocidental, que tipo de visões e representações encontramos sobre o sentido do ser homem e do ser mulher? Que papéis foram atribuídos aos dois sexos em épocas e lugares distintos? Como e de que forma se fundamentou e justificou uma hierarquia entre o masculino e o feminino? De que forma se explicou e se justificou a divisão sexual do trabalho?

Este breve ensaio historiográfico não tem a pretensão de seguir uma escala temporal retilínea e minuciosa; muito menos analisar todas as múltiplas representações sobre o homem e a mulher que foram construídas em épocas passadas. O propósito é bem mais simples, ou seja, apresentar e problematizar algumas das representações de gênero atribuídas historicamente ao homem e a mulher, ao feminino e ao masculino. Assim, poderemos perceber que a desigualdade de gênero é tão antiga quanto a própria história da cultura humana. Além disso, veremos que a ideologia que se fundamenta na natureza, na religião, na filosofia ou na ciência, identificando e qualificando as diferenças para “naturalizar” uma hierarquia de poder do tipo superior-inferior, forte-frágil, racional-emocional, etc, se dispersa facilmente pelo olhar analítico da História.

Para analisar as representações e relações que se constituíram historicamente entre homens e mulheres, é útil que se explicito o conceito contemporâneo de gênero. Trata-se de um conceito que emergiu no interior do movimento feminista internacional e que possibilitou revelar representações preconceituosas e desigualdades sexuais naturalizadas por discursos religiosos, filosóficos e científicos.

No século XX, na década de 1940, uma das pioneiras a formular tal conceito foi Simone de Beauvoir. Ao refletir sobre o “Segundo Sexo”, Beauvoir (1980) afirma de forma instigante que a mulher não nasce mulher, ela torna-se mulher. Esta afirmação incisiva, que também vale para o homem, provocou um primeiro impacto na história do pensamento social e científico. A partir dessa premissa, ficou cada vez mais evidente de que os papéis atribuídos aos homens e às mulheres são historicamente construídos e estão em constante mutação.

De um modo geral, os valores dominantes na história da sociedade humana foram – e continuam sendo – os valores da cultura masculina. Ao homem foram atribuídos os adjetivos considerados mais positivos e superiores, como por exemplo: a força física, a razão, a justiça, a bondade, a coragem, etc. A mulher, ao contrário, aparece como o pólo negativo da relação, sendo geralmente representada como símbolo do mal e/ou da fraqueza.

A representação do feminino como símbolo do mal está bem caracterizada nas duas principais tradições do mundo ocidental. Na Grécia Antiga, por exemplo, o poeta Hesíodo revela o mito de Pandora, o mal personificado em forma de uma bela mulher. A criação do mito explica a origem da humanidade ao estilo de uma tragédia grega. Aparentemente Zeus presenteia a humanidade com uma virgem esteticamente deslumbrante, uma sedutora irresistível. Sua verdadeira intenção, no entanto, era punir os mortais porque eles haviam sido beneficiados por Prometeu, que ousou enganar o deus dos deuses por duas vezes para beneficiar os homens, provocando sua ira.

Na mitologia, Prometeu é o criador e protetor dos homens, enquanto Pandora representa o castigo imposto por Zeus, o mal na forma feminina. E por que ela representa a punição e o castigo? Hesíodo faz uma analogia com os zangões de uma colméia de abelhas. Enquanto as abelhas trabalham o dia todo até o pôr-do-sol, os zangões simplesmente ficam dentro da colméia se alimentando às custas do trabalho delas.

Zeus, portanto, criou a mulher como uma maldição para os homens, estabelecendo o equilíbrio entre o bem e o mal, conforme a crença do mundo antigo. Na prática a punição se dá em função da obrigação pelo trabalho, uma vez que os homens foram condenados a trabalhar para sustentar as mulheres, que além de não trabalharem, consomem parte da renda do trabalho deles. Talvez por isso tenha se cristalizado historicamente a idéia de que o trabalho é algo intrinsecamente destinado aos homens.

Ainda de acordo com a narrativa do poeta grego, em função da necessidade de geração e continuidade da sua prole, o homem se vê obrigado ao casamento, como manda a lei. Se tiver sorte em conseguir uma boa esposa, terá uma vida equilibrada entre o bem e o mal; mas se casar com uma mulher maldosa, terá uma vida de sacrifício e dor até a morte.

Hesíodo revela também a idéia de um paraíso original, caracterizado no mito das Cinco Idades. No tempo da era do ouro, antes da criação da mulher, a raça humana vivia na riqueza, felicidade e paz; não havia pobreza, nem doença, nem velhice e nem dor; o trabalho era desnecessário porque a terra produzia tudo que os homens precisavam para viver como reis imortais. A miséria, as doenças, a velhice, a ignorância e a necessidade do trabalho aparecem na Idade de Ferro, a última era. Foi nesta época que Zeus enviou Pandora aos homens com o intuito de se vingar de Prometeu. Infe-

lizmente, para a humanidade, a curiosidade “natural” da mulher motiva-a a abrir a tampa do jarro dos deuses, o jarro em que estava concentrado todo o mal do mundo. Ao abrir o jarro, a miséria, o sofrimento, as enfermidades, a violência se disseminam por toda parte, restando apenas a esperança. Assim, Pandora é, simbolicamente, responsável pela desgraça da humanidade, ou seja, a mulher é responsabilizada por ter disseminado o mal no mundo dos mortais porque não soube controlar sua curiosidade (Cf. BRANDÃO, 1986).

Na tradição judaico-cristã, o texto do livro do Gênesis também traz uma representação sobre a relação entre o masculino e o feminino. Primeiramente é interessante observar que há duas versões distintas sobre a criação dos seres humanos. Na primeira versão, *História da Criação*, aparece o relato de que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e criou-os, macho e fêmea. Nesta primeira narrativa Deus cria o homem e a mulher ao mesmo tempo e não estabelece nenhuma hierarquia entre os sexos, embora lhes autorize a sujeitar e dominar a terra e os animais.

A primeira hierarquia de gênero aparece na narrativa de *O Homem no Paraíso*; é nesta segunda versão que aparecem os personagens Adão e Eva, esta sendo criada por meio da costela de Adão. Aqui os papéis já estão bem definidos: “não é bom que homem esteja só; façamos-lhe uma ajudante semelhante a ele”.

Semelhando ao mito grego, *O Homem no Paraíso* é representado como o reino onde se vivia em harmonia, em comunhão, em paz e felicidade. No paraíso não existe a idéia de trabalho porque a terra também era generosa, bastava o homem cuidar das hortas e colher os frutos deliciosos das árvores. Mas, para a desgraça da humanidade, Eva pôs tudo a perder. Deus havia proibido ao homem e a mulher de comerem o fruto da árvore da ciência do bem e do mal. Eva, porém, não resistiu a tentação da serpente, não soube controlar seus desejos e sua curiosidade, cometendo o pecado original. Deus fica irado, decide expulsá-los do paraíso e ainda os pune com severos castigos.

Adão é recriminado por ter dado ouvido à sua mulher, sendo por isso condenado ao trabalho forçado, ou seja, a obter o seu próprio sustento e o de sua família com o suor do seu trabalho. Eva, no entanto, além de ser amaldiçoada com as dores do parto, é condenada a ficar sobre o poder e domínio do seu marido: *tu parirás teus filhos em dor; e estarás debaixo do poder de teu marido, e ele te dominará*. Assim, toda a humanidade é condenada ao sofrimento em função do pecado cometido pela primeira mulher (Cf. BÍBLIA CRISTÃ).

Percebe-se, portanto, que tanto no mito grego de Hesíodo, como na narrativa do gênese da bíblia cristã, a mulher é associada ao mal, com a diferença de que Pandora foi intencionalmente criada para trazer o mal e Eva foi criada para ser “ajudante” de Adão. Ambas foram pensadas e criadas em função do homem, a primeira para ser uma carga tal como um zangão e a segunda para ser o complemento do homem, fazendo-o feliz.

Nas duas narrativas, a divisão sexual do trabalho se torna mais nítida após a punição e o castigo. Tanto na mitologia grega como no relato cristão, o homem é condenado ao trabalho fora do espaço doméstico. Pandora, assim como Eva, nascem para cumprir os seus respectivos destinos no espaço doméstico.

A NATUREZA FEMININA NA FILOSOFIA CLÁSSICA

No âmbito da filosofia, a naturalização da desigualdade de gênero também foi muito bem explicada e justificada. Cabe salientar, no entanto, que tanto no mundo da filosofia como nas demais instâncias onde se produzem e reproduzem o pensamento e as ideologias, há divergências, disputas e uma luta incessante no campo das representações. Embora se imponha o predomínio de uma ideologia, outras permanecem remando contra a força cultural hegemônica. Por isso, pode-se dizer que no contexto de uma constelação de aspectos culturais, religiosos e políticos de cada sociedade, o pensamento minoritário fica aparentemente invisível ou marginalizado, mas não extinto. Isso significa que enquanto a sociedade de um modo geral opta pela ideologia que proporciona maior estabilidade das tradições e costumes, algumas vezes irreverentes ousam manifestar idéias radicais.

O caso de Platão, por exemplo, é bem ilustrativo. Em *A República*, o filósofo grego idealiza os papéis de gênero numa perspectiva muito mais igualitária do que a que predominava no senso comum e no pensamento filosófico de sua época. Na sua visão de cidade ideal, Platão rompe com o tradicional modelo de família e explicita uma idéia de comunidade de guerreiros, a classe responsável pela proteção da cidade, sem a constituição de pais individuais e nem marido; as mulheres seriam de todos, os filhos seriam comuns e os pais não conheceriam seus filhos; haveria uma comunidade de mulheres.

Platão acredita numa diferença “natural” entre homens e mulheres; acredita que as mulheres são naturalmente mais fracas fisicamente que os homens. Entretanto, os dois sexos diferem por natureza em alguns aspectos, mas não em tudo. Na República, as mulheres deveriam ser educadas para exercerem as mesmas funções dos homens, inclusive nos ensinamentos da música, da ginástica e na arte da guerra. Platão reitera que, de um modo geral, os homens superam as mulheres em quase todas as atividades humanas, mas também reconhece que elas são superiores em outras funções. Além disso, afirma que na administração da cidade ideal não existe nenhuma função exclusiva do homem ou da mulher, mas de ambos. É assim que Sócrates responde a Glauco, quando este lhes fala das aptidões naturais:

Conseqüentemente, meu amigo, não há nenhuma atividade que concerne à administração da cidade que seja própria da mulher enquanto mulher ou do homem enquanto homem; ao contrário, as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio

da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca do que o homem (PLATÃO, 2004, LIVRO V, p. 157).

Ao contrário de Platão, Aristóteles, seu ex-discípulo, produziu uma interpretação que fortalece a naturalização da desigualdade de gênero. Primeiramente, Aristóteles reconhece um estado “natural” de dependência entre o homem e a mulher, pois a espécie humana tanto quanto as demais espécies têm um impulso instintivo para continuar a existência e propagar-se. Entretanto, ele também acredita numa divisão “natural” pré-definida de papéis sociais. Aquele que nasce com a habilidade para prever as coisas, ou seja, aquele que nasce com o “dom” da inteligência, é senhor e mestre por natureza; os que nascem apenas com a força do corpo para executar as atividades, são escravos por natureza.

Neste sentido, a mulher poderia ser considerada “naturalmente” uma escrava. Aristóteles, no entanto, esclarece que a natureza também fez distinção entre a mulher e o escravo, pois “mesmo não sendo sovina como o ferreiro que modela a faca delfica para vários usos, a natureza determina a utilidade de cada coisa, e cada instrumento é mais bem-feito quando determinado para atender a uma e não a muitas finalidades” (ARISTÓTELES, 2004, *Política*, p. 144).

No processo de formação do Estado ou de qualquer sociedade, Aristóteles resalta que a família é a primeira organização a se considerar; ela “é a associação por natureza para suprir as necessidades diárias dos homens”. Daí que Aristóteles evoca Hesíodo para salientar os três elementos que constituem a harmonia conjugal e, conseqüentemente, do Estado: o lar, a esposa e um boi.

Na prática, o Estado aristotélico é a associação de um conjunto de famílias. Como a família é a *célula mater* do Estado, então é preciso refletir sobre a melhor forma de administrá-la. Segundo Aristóteles, a família se desenvolve de forma relacional, sendo visivelmente composta por senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos. Sobre a relação homem-mulher, ele oferece uma série de adjetivos que explicam e justificam a superioridade do primeiro e a inferioridade do segundo. Assim, por exemplo, o homem é naturalmente mais apto ao poder, mais apto para comandar, governar e dominar; o homem é naturalmente mais inteligente e mais racional; a mulher é inferior, é mais frágil, chora com mais frequência, é mais apta à inveja, à lamentações, à injúria, tem menos pudor e não é confiável.

Toda criatura viva é constituída de alma e corpo. Aristóteles argumenta que o primeiro é por natureza o governante e o segundo, o governado. Se a alma, assim com a mente e o racional, é o elemento superior, é melhor que haja o domínio sobre o corpo, pois o contrário é sempre doloroso. Por isso, os animais domesticados pelos homens são melhores que os selvagens. Logo, a mulher que é naturalmente inferior, escrava de paixões e desejos, também é melhor quando domesticada pelo homem.

Como instrumento de trabalho e como criado, o escravo tem algum tipo de virtude? Ele possui respeito próprio, coragem e justiça, ou só tem utilidade? Aristóteles faz as mesmas indagações em relação à mulher e aos filhos. Em princípio, ele reconhece um certo grau de dificuldade em responder a essas indagações, pois caso a resposta seja afirmativa, como explicar a superioridade do homem livre? Sua explicação é bem racional: existem as virtudes do senhor e as virtudes do escravo; as virtudes do marido e as da esposa; a dos pais e a dos filhos. Em síntese, tanto o dominador como o dominado deve possuir ética e virtudes. Portanto, existe o bom e o mau senhor, o bom e o mau escravo, o bom e o mau filho, a boa e a má esposa. Semelhante à teoria da predestinação desenvolvida por João Calvino dezenas de séculos depois, Aristóteles explicita uma visão de mundo onde a espécie humana já nasce com os papéis sociais pré-definidos, sendo que uns nasciam para serem livres e outros para serem escravos.

Outro pensador que exerceu grande influência na cultura ocidental foi Rousseau. Este controverso filósofo iluminista se propôs a apresentar aos homens um tratado sobre educação, a educação ideal do homem em suas fases de crescimento. Em comparação com o segundo relato da *História da Criação* da bíblia cristã, Rousseau também cria primeiramente o ser masculino – Emílio – e num segundo plano cria Sofia, o seu complemento, aquela que deve ser educada para complementar a felicidade de Emílio.

Para Rousseau, a educação é um instrumento essencial para formação do homem ideal. Não se trata, no entanto, da educação desenvolvida nas instituições. Rousseau analisa a aprendizagem dos seres humanos que ocorre em função da relação com a natureza, com a sociedade e com os objetos. Daí que, durante a formação, cada indivíduo é ensinado por três espécies de mestre: a natureza, o homem e as coisas. Nesses três processos educativos, a educação da natureza é a única que não depende de nós, a das coisas dependemos em alguns aspectos e “a dos homens é a única de que somos realmente senhores e ainda assim só o somos por suposição, pois quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que cercam uma criança?” (ROSSEAU, 1973, p.11).

Rousseau descreve as peculiaridades da raça humana, lembrando que todo homem passa necessariamente pela infância. Assim, “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação” (ROSSEAU, 1973, p. 10). Mas a educação é uma arte, diz Rousseau, por isso é quase impossível alcançar o “êxito total”. Mesmo assim, é preciso, ao menos, aproximar-se da meta primordial, ou seja, a meta da natureza, pois “dado que a ação das três educações é necessária à sua perfeição, é para aquela sobre a qual nada podemos que cumpre orientar as duas outras” (ROSSEAU, 1973, p.11).

A meta primordial de Rousseau é a educação e formação de Emílio, o homem. E quem deve educá-lo? A mulher-mãe, com certeza, mas esta também precisa ser educada para cumprir este papel. Na sua visão, a primeira infância é a fase mais importante da educação e a mãe é a pessoa naturalmente destinada para essa fase:

A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. Falai portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de cuidar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa também muito mais, porquanto em sua maioria as viúvas se acham quase à mercê de seus filhos e que então precisam sentir, por bem ou por mal, o resultado da maneira pela qual os educaram. As leis, sempre tão preocupadas com os bens e tão pouco com as pessoas, por terem como objetivo a paz e não a virtude, não outorgam suficiente autoridade às mães” (ROSSEAU, 1973, p. 9-10, nota de rodapé).

Exposto o papel da mãe, vejamos agora o papel de Sofia, a mulher que convém ao homem. Ela aparece apenas quando Emílio chega na juventude, na idade propícia ao casamento. Nos dizeres de Rousseau, “não é bom que o homem esteja só, e Emílio é homem; prometemos-lhe uma companhia, é preciso dar-lhe”. Mas quem é Sofia, questiona o filósofo? Ela é a mulher que deve ser educada para a felicidade do homem segundo os preceitos da natureza. Isso significa que “ela deva ser educada na ignorância de todas as coisas e limitada unicamente aos trabalhos de casa?” Deve ela ser apenas uma serva do homem? Não, sem dúvida, diz Rousseau: “não foi isso que ditou a natureza, que dá às mulheres um espírito tão agradável e fino; pelo contrário, ela quer que as mulheres pensem, que julguem, que amem, que conheçam, que cultivem o espírito tanto quanto sua aparência (...)” (ROSSEAU, 1999, p.501). Em síntese, ele salienta que elas devem aprender várias coisas, contanto que sejam as que lhes convém saber, ou seja:

(...) Toda educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância. Enquanto não voltarmos a esse princípio, estaremos afastando-nos do alvo e todos os preceitos que lhes dermos de nada servirão nem para a felicidade delas nem para a nossa. (ROSSEAU, 1999, p. 502).

Não há dúvidas de que Rousseau, assim como a maioria dos filósofos de sua época, acreditava cegamente na inclinação natural da mulher para o lar e para a educação das crianças; para o casamento e à maternidade. Entretanto, ele também revela

virtudes e poderes da mulher que foram ignorados tanto pela sociedade de seu tempo como pelos estudos feministas do século XX, estudos que se preocuparam apenas em desqualificar suas idéias e concepções.

O filósofo iluminista também reconhece o estado natural de dependência entre homens e mulheres; ele explicita diferenças e semelhanças, defeitos e virtudes, força e fraqueza de ambos. Há interpretações, inclusive, onde destaca a igualdade na constituição biológica, pois “em tudo o que não depende do sexo, a mulher é homem: tem os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as mesmas faculdades; a máquina é construída da mesma maneira, as peças são as mesmas, o funcionamento de uma é o mesmo da outra, a figura é semelhante, e, sob qualquer ângulo que os consideremos, só diferem entre si do mais para o menos” (ROSSEAU, 1999, p. 491). Rousseau faz uma análise comparativa da anatomia salientando a sabedoria da natureza por ter criado dois seres humanos tão semelhantes e tão distintos:

Em tudo o que depende do sexo, a mulher e o homem têm semelhanças e diferenças; a dificuldade em compará-los provém da dificuldade de determinar na constituição de um e de outro o que é do sexo e o que não é. Pela anatomia comparada, e até pela simples observação, vemos entre eles diferenças gerais que parecem não estar ligadas ao sexo; no entanto estão ligadas a ele, mas através de laços que não temos condições de perceber. Não sabemos até onde esses laços podem estender-se. A única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que eles têm em comum pertence à espécie e tudo o que eles têm de diferente pertence ao sexo. Desse duplo ponto de vista, achamos entre eles tantas semelhanças e tantas oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito dois seres tão parecidos constituindo-os de modo tão diferente (ROSSEAU, 1999, p. 492).

Sobre o poder ou poderes da mulher, Rousseau também identifica a fonte da força do gênero feminino; diz que sabiamente “a natureza armou o fraco para sujeitar o forte”, pois a força da mulher está em sua habilidade de sedução, em sua astúcia e em sua capacidade de saber usar sua suposta idéia de fragilidade em seu favor.

Eis, portanto, uma terceira consequência da constituição dos sexos, que é a de que o mais forte seja aparentemente o senhor, mas dependa de fato do mais fraco; e isso não por um frívolo costume de galanteria, nem por uma orgulhosa generosidade de protetor, mas por uma invariável lei da natureza, que, dando à mulher maior facilidade de exercitar os desejos do que ao homem de satisfazê-los, faz com que este, mesmo contra a sua vontade, dependa do bel-prazer do outro sexo e obriga-o a também procurar agradá-la para que ela consinta em deixá-lo ser o mais forte. Então, o que há de mais doce para o homem sem sua vitória é conjecturar se é a fraqueza de ceder à força, ou se é a vontade que se rende, e a astúcia comum da mulher é sempre deixar essa dúvida entre ela e ele. O espírito da mulher neste ponto corresponde perfeitamente à sua constituição; longe de corar de sua fraqueza,

as mulheres orgulham-se dela; seus tenros músculos não oferecem resistência, elas dizem não poder carregar os mais leves fardos, e teriam vergonha de ser fortes. Por que? Não apenas para parecerem delicadas, mas por uma precaução mais hábil; preparam de longe as desculpas e o direito de serem fracas quando preciso (ROSSEAU, 1999, p. 494-495).

Enfim, ao explicitar semelhanças e diferenças entre a natureza masculina e a feminina, Rousseau apresenta uma concepção equilibrada de poderes. Além de evidenciar o estado natural de dependência entre ambos os sexos, identifica os segredos dos múltiplos poderes das mulheres. Assim, nos induz a pensar que por traz da aparente fragilidade, configura-se uma mulher inteligente, criativa, esperta, astuta, sedutora, hábil, muito diferente da tradicional moral cristã que destaca somente as qualidades da boa mãe e da boa esposa.

CONTRARIANDO A ORDEM DA “NATUREZA”: MULHERES EM AMBIENTES DE TRABALHOS PESADOS, INSALUBRE E FATIGANTES

No mundo das representações de gênero, há uma considerável distância entre o pensamento que idealiza os papéis naturais de cada sexo e a realidade dos papéis praticados no cotidiano de vida e trabalho. O distanciamento é muito maior quando se trata da história das camadas populares. Na Europa do século XVIII e XIX, por exemplo, enquanto religiosos, filósofos e cientistas empenhavam-se em demarcar os espaços naturais de homens e mulheres, o impiedoso capitalismo industrial preferia explorar o trabalho de mulheres e crianças, contrariando todos os preceitos que afirmavam ser o espaço doméstico o lugar natural de ambos.

Paradoxalmente, o capitalista da primeira fase da Revolução Industrial se apropriou do tradicional discurso que acentuava a inferioridade e fragilidade natural de mulheres e crianças para justificar um salário inferior ao dos homens. Oficialmente alegavam que o trabalho exercido pela mão-de-obra feminina era mais simples e mais leve. Na prática, no entanto, as mortes, os acidentes e as inspeções revelavam outra realidade.

Foi em função dessas péssimas condições de trabalho e, principalmente, por se acreditar na fragilidade natural do corpo feminino, cuja natureza lhe havia destinado o espaço familiar, que se intensificou o movimento social que tinha como meta primordial o reordenamento do espaço feminino e do masculino. Assim, a presença de mulheres e crianças nas minas e nas fábricas representava uma contradição não somente com a natureza feminina, mas também com a moral cristã que tinha a santa virgem Maria como modelo de mãe e esposa. Para restituir a suposta ordem natural dos papéis de gênero, três forças ideológicas poderosas da época, ou seja, a moral cristã, a filosofia e a ciência, agiram para produzir e propagar a ideologia que naturalizava a desigualdade de gênero. Foi essa produção ideológica que instrumentalizou

e legitimou ações e reivindicações da prática filantrópica e do movimento operário em defesa da proteção das mulheres.

Na prática, isso significava que mulheres e crianças deveriam ser confinadas no espaço doméstico, cabendo aos homens o espaço público. É assim que na Europa do século XIX começa a se intensificar um conjunto de discurso de caráter moral, social e científico que denunciam a exploração do trabalho de mulheres e crianças. A preocupação dominante, no entanto, era com a formação de um novo modelo de sociedade, com a formação de um Estado Moderno que requeria a valorização da família e a redefinição do papel do marido, da esposa e dos filhos.

Na Inglaterra e França, por exemplo, Engels, Marx, Zola e Michelet, foram ativistas importantes desse movimento. Na Inglaterra, Engels denuncia a exploração do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas e nas minas. Além de problematizar as péssimas condições e a sobrecarga de trabalho que eram submetidos, ele revela suas preocupações com as relações de promiscuidade que o ambiente das minas propiciava. Em sua opinião, o calor e o dispêndio físico no ambiente de trabalho das minas faziam com que homens, mulheres e crianças trabalhassem *seminus*, estimulando relações sexuais e nascimento de filhos “ilegítimos”:

Quanto às relações sexuais, note-se que nas minas, devido ao calor ambiente, homens, mulheres e crianças trabalhavam às vezes completamente nus e na maior parte dos casos quase nus, e todos podem imaginar quais são as conseqüências disso na solidão e na obscuridade da mina. O número de filhos ilegítimos, anormalmente elevados nestas regiões, testemunha o que se passa no fundo da mina entre essa população meio selvagem, mas também prova que as relações ilegítimas entre os sexos não soçobraram, como nas cidades, na prostituição (ENGELS, 1985, p. 282).

Marx, da mesma forma que Engels, também expressa sua indignação contra o trabalho de mulheres e crianças nas minas e fábricas. Ele denuncia a deterioração moral da classe operária e o modo como a burguesia se apropriou da força de trabalho feminina e infantil. Mais do que uma simples denúncia, ele explica que no século XIX o capitalismo destruiu “todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite” (MARX, 1988, p. 315-316). A maquinaria da indústria moderna resultou, na visão de Marx, numa transgressão de ordem moral e natural, pois na medida em que a máquina passou a executar o trabalho mais pesado, o capitalista teve a oportunidade de “empregar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas como membros mais flexíveis”. Por isso, ele conclui que:

A primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e tra-

balhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (MARX, 1988, p. 449-450).

Segundo Marx, o processo de mecanização da indústria moderna possibilitou ao capital a apropriação das forças de trabalho suplementares, ou seja, a exploração do trabalho das mulheres e das crianças. Nesse contexto histórico, a voracidade do capitalista comprometia a integridade moral e a própria reprodução da família operária. Por isso, entre os vários aspectos problematizados, Marx também estabelece uma relação entre o trabalho das mulheres fora do espaço doméstico e os altos índices de mortalidade infantil da época:

Conforme demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí resulta serem as crianças abandonadas e mal cuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada ou insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães, desnaturadamente, se tornam estranhas a seus próprios filhos, e intencionalmente os deixam morrer de fome ou os envenenam (MARX, 1988, p. 453-454).

Engels também manifesta sua preocupação com a destruição da família operária e os índices de mortalidade infantil. Ao comentar a presença da mão-de-obra feminina nas minas, ressalta que “o trabalho das mulheres [nas minas] tem as mesmas conseqüências que nas fábricas; dissolve a família e torna as mães completamente incapazes de se dedicar às suas ocupações domésticas” (ENGELS, 1985, p. 282). Se para os capitalistas a necessidade de mais-valia ficava acima de credos e princípios, para a classe operária inglesa era a necessidade de sobrevivência que flexionava suas crenças, pois o trabalho das mulheres fora do espaço doméstico também era visto como algo que contrariava a lógica da natureza. E neste aspecto, de todos os tipos de trabalho industrial, o que mais contrariava a “ordem da natureza” era o trabalho feminino nas minas. Por isso, a proibição do trabalho de mulheres nas minas foi reivindicada por determinados segmentos da sociedade inglesa, inclusive pelo movimento operário, como ilustra Marx ao confrontar a visão do capitalista com a do operário mineiro, num inquérito contido no relatório do comitê de membros da Câmara dos Comuns da Inglaterra, de 23 de julho de 1866:

Que pensam os operários a respeito do emprego de mulheres nas minas? – Condenam isso geralmente (n.648). Por quê? – Consideram degradante para o sexo (n.649) (...) Elas vestem uma roupa de estilo masculino. Em muitos casos desaparece o pudor. Há umas que fumam.

O trabalho é tão sujo quanto o que se realiza dentro das minas. Muitas delas são casadas e não podem cumprir suas obrigações domésticas (n. 651 e seguintes, 701 e 709). Podem as viúvas obter noutra parte ocupação tão rendosa (de 8 a 10 xelins por semana)? – Nada posso dizer sobre o assunto (n.710). E apesar disso (ó coração de pedra!), estais decidido a tirar delas esse ganha-pão? – Sem dúvida (n.1715). Por quê? – Nós, operários das minas, respeitamos muito o belo sexo para vê-lo condenado ao trabalho das minas (...) Esse trabalho é em grande parte muito pesado. Muitas das jovens carregam até 10 toneladas por dia (n. 1732). Acreditais que as empregadas nas minas são mais imorais de que as mulheres que trabalham nas fábricas? – A percentagem das ruins é maior nas minas do que nas fábricas (n.1733). Mas também não estais satisfeito com a situação da moralidade nas fábricas? – Não (1734). Quereis também proibir o trabalho das mulheres nas fábricas? – Não (n.1735). Por que não? – Porque é mais digno e mais adequado ao sexo feminino (n.1736). Apesar disso, é prejudicial à moralidade, segundo vossa opinião? – Não, de modo algum não tanto quanto o trabalho nas minas. Além disso, não falo apenas do ponto de vista moral, mas também do físico e do social. A degradação social das jovens é deplorável e extrema. Quando se tornam esposas dos operários das minas, são os homens as vítimas dessa degradação, que os faz deixarem o lar e se entregarem à bebida (n. 1737) (...) (MARX, 1988, p. 570).

No inquérito, o inquisidor ainda pergunta ao operário se o seu desejo era proibir o trabalho das mulheres em todas as atividades que a degradassem. O mesmo responde afirmativamente argumentando que “os melhores sentimentos das crianças têm de provir da educação dada pela mulher”. Na visão do operário, o emprego de mulheres nas minas era uma afronta à sua própria natureza, pois o trabalho na mina era uma atividade para homem “e para homens fortes”. Na opinião do operário, as mulheres ficavam com a constituição física enfraquecida e a “saúde arruinada”; e enquanto os trabalhadores das minas procuravam melhorar as condições de trabalho com o apoio de suas mulheres, elas os “arruinavam”, conclui o mesmo (MARX, 1988, p.571).

Em comparação com o trabalho nas fábricas, os operários argumentavam que nas minas o trabalho era mais pesado, era mais prejudicial à moralidade feminina e mais degradante tanto física como socialmente. Isso justificava a luta pela proibição do trabalho das mulheres nas minas, sendo que aos poucos os legisladores foram sendo sensibilizados e pressionados; surgiram, então, leis que proibiram o trabalho de mulheres no subsolo das minas e regulamentações sobre o trabalho de crianças e adolescentes.

Na França, Émile Zola materializou em forma de literatura sua visão e sua denúncia sobre a condição de vida e trabalho das famílias mineiras. Além das condições de trabalho, Zola descreve os tipos de moradia; evidencia a importante função dos armazéns e tabernas; fala sobre o tempo livre e as brincadeiras dos trabalhadores/as, o namoro, as infidelidades de ambos os sexos, etc. Em relação ao trabalho das mulheres, Zola narra com admiração a “destreza” delas nos trabalhos do subsolo e da

superfície. No subsolo, as mulheres enchiam e empurravam os vagonetes tal como os homens, carregavam madeiras, manuseavam pás e picaretas (Figura 1).

Zola também narra a prática do sexo e fala das “tentações” sexuais que as mulheres provocavam nos homens em virtude de trabalharem com vestimentas que mostravam as partes “proibidas” do corpo feminino. Diferentemente do discurso sociológico de Engels e Marx, Zola oferece uma narrativa mais sedutora: “havia um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro, o traseiro ao ar, as ancas arrebrandando as calças de homem” (ZOLA, 1981, p. 49).

Outro aspecto que pode ser identificado em *O Germinal*, de Zola, são as habilidades das mulheres diante de um tipo de trabalho que requeria grande esforço físico. Ele narra as habilidades das “meninas franzinas” que suplantavam extraordinariamente a suposta “fragilidade natural” de seus corpos. Quando Catherine e Etienne, por exemplo, voltam da frente de serviço, no subsolo da mina, encontram Lydie, uma menina franzina, com “braços e pernas de inseto”, empurrando um vagonete, “prostrada, cheia de lama, retesando seus braços e pernas de inseto, igual a uma formiga preta em luta com um fardo demasiado pesado” (ZOLA, 1981, p. 61).

Etienne é um novato recém-contratado para trabalhar na mina. No primeiro dia de trabalho ele faz amizade com Catherine e é ela quem o ensina a lidar com o trabalho pesado e a prevenir-se das armadilhas na escuridão. Em função de sua inexperiência,

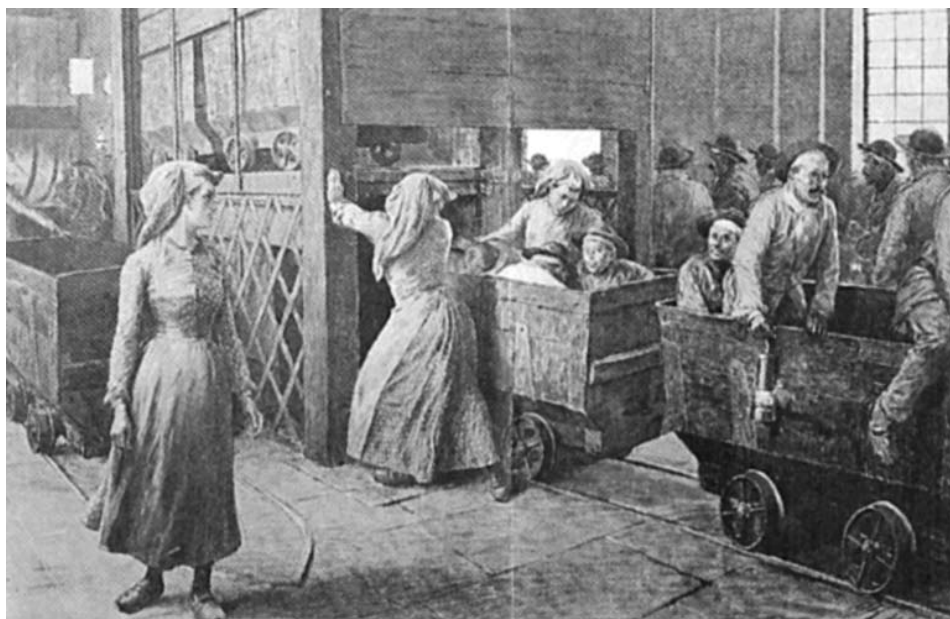


Figura 1 – Mulheres trabalhando nas minas francesas.

Etienne deixa descarrilar seu vagonete carregado. Ele “não conseguia fazê-la rodar direito naqueles trilhos que se afundavam na terra úmida; e praguejava, enfurecia-se, lutava raivosamente com as rodas, mas não conseguia pô-lo nos trilhos novamente”. A situação é contornada depois que Catherine se valeu de sua experiência para ensiná-lo a usar o seu corpo em manobras que requerem grande esforço físico: “ela habilmente escorregou para baixo do vagonete, ficando apenas com a parte superior do corpo para fora, e, usando os rins como alavanca, levantou e recolocou o carro no lugar. O peso do vagonete era de setecentos quilos. Ele, surpreso, envergonhado, balbuciou algumas desculpas” (ZOLA, 1981, p.48).

A narrativa de Zola revela que a experiência de Catherine suplanta não somente a suposta fragilidade feminina, mas que também há mulheres fisicamente mais fortes que certos homens. Até porque o ambiente e as condições de trabalho não modificam a estrutura física apenas dos homens, mas também das mulheres.

Para finalizar a ilustração dos personagens e de suas respectivas visões sobre os papéis de gênero no mundo do trabalho, vejamos agora a visão de Jules Michelet. No tocante ao conceito sobre a mulher, este polêmico intelectual do século XIX reuniu os adjetivos negativos de Pandora e Eva para caracterizar a natureza feminina. Sua visão expressa a idéia de que os principais males da sociedade são causados pela mulher: o adultério, a prostituição, o infanticídio, a discórdia, etc.

Michelet vislumbra uma nova República eticamente fundamentada no amor e no papel da mulher; acreditava que a sociedade provinha naturalmente da família e nesta a mulher tinha uma função essencial: educar a criança para formar o homem ideal. Entretanto, a sociedade do século XIX, ou seja, a sociedade do pós Revolução Francesa, ainda não havia solucionado um dos seus maiores males: a presença da mulher no mundo do trabalho. Para Michelet, a existência da mulher operária era uma demonstração da “barbárie de nosso ocidente”. As manufaturas eram ambientes de promiscuidades e os burgueses que empregavam moças e crianças em suas fábricas estavam se utilizando do “recurso funesto de um trabalho exterminador”. A degeneração da criança e da mulher representava a destruição da família e, conseqüentemente, comprometia as futuras gerações. A palavra “operária” significava algo sórdido e herético, algo “como nenhuma língua jamais teve, como nenhum tempo seria compreendido antes desta idade de ferro, e que sozinha derrubaria todos os nossos pretensos progressos”. A existência da operária era visto como um desvio nefasto da natureza feminina, daí que para Michelet a mulher já não era mais “levada em conta para o amor, para a felicidade do homem, menos ainda como maternidade e como potência da raça” (MICHELET, 1995, p. 14-15).

Antes de finalizar esta última parte do texto, creio que seja prudente voltar ao pensamento de Marx e Engels, até mesmo para não cometer o risco de fazer uma interpretação injusta, pelo menos não intencionalmente. De um modo geral, esses dois pensadores explicitaram visões e idéias radicais, ou seja, ideologias que eram

antagônicas à mentalidade dominante da época. Em relação às relações de gênero, por exemplo, ambos defendiam a igualdade entre os direitos do homem e da mulher; condenavam o sistema burguês porque além dos vários tipos de exploração e dominação, a mulher passa a ser uma propriedade privada do homem, um simples instrumento de produção.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels caracterizam a família burguesa como uma unidade econômica da sociedade burguesa, sendo que o “burguês vê sua mulher como um mero instrumento de produção” (MARX E ENGELS, 1998, p. 24-25). Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels apresenta a gênese da desigualdade sexual no seu estudo sobre o processo histórico de formação da família moderna. Em comparação com os modelos que existiram em outras épocas, Engels destaca as mudanças ocorridas com a institucionalização da “família patriarcal e ainda mais com a família individual monogâmica”. Do seu ponto de vista, “o governo do lar transformou-se em *serviço privado*” e “a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social” (ENGELS, 1984, p. 113).

A indústria moderna criou a possibilidade para a mulher proletária participar da produção social. Entretanto, se optar pelo trabalho industrial fica impossibilitada de cumprir “seus deveres domésticos”; e se cumprir as obrigações domésticas fica impedida de se integrar na vida social e, conseqüentemente, de ter uma vida mais independente. Em síntese, Engels diz que “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 1984, p. 113).

Interessante observar que Engels estabelece uma comparação entre as relações de dominação de classe com as relações de gênero. Da mesma forma que o fim da opressão econômica sobre o proletariado só será possível com a plena igualdade de classe, “o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais”. Assim, a desigualdade de gênero “exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1984, p. 114). Ou seja, Engels adverte que o fim das desigualdades sexuais só ocorrerá com a supressão do sistema capitalista de produção, fato irremediavelmente previsto para um futuro próximo. Em se concretizando sua previsão, o que ficaria e o que desapareceria no âmbito das relações sexuais. Sua resposta é bem otimista:

Isso se verá quando uma nova geração tiver crescido; uma geração de homens que nunca se tenham encontrado em situação de comprar, à custa de dinheiro, nem com a ajuda de qualquer outra força social, a conquista de uma mulher; e uma geração de mulheres que

nunca se tenham visto em situação de se entregar a um homem em virtude de outras considerações que não as de um amor real, nem de se recusar aos seus amados com receio das conseqüências econômicas que isso lhe pudesse trazer. E, quando essas gerações aparecerem, não darão um vintém por tudo o que nós hoje pensamos que elas deveriam fazer. Estabelecerão as suas próprias normas de conduta e, em consonância com elas, criarão uma opinião pública para julgar a conduta de cada um. E ponto final (ENGELS, 1984, p. 123-124).

Aliás, não se trata apenas de uma resposta otimista. Engels faz uma declaração em defesa do direito de igualdade das mulheres em relação aos homens; manifesta sua visão sobre o amor genuíno; explicita um ideal de sociedade com base na igualdade entre os dois sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico consolidado no século XX, começamos o século XXI sob o império da intolerância, da fome e com diversas formas de desigualdades. A desigualdade de gênero, portanto, é apenas mais uma entre tantas. Como todo tipo de desigualdade é prejudicial ao conjunto majoritário da humanidade, é fundamentalmente ético e justo lutar contra ela. Assim, este ensaio historiográfico teve o propósito de explicitar, refletir e problematizar as ideologias que naturalizaram a desigualdade de gênero ao longo da história.

De um modo geral, pode-se dizer que até o presente momento toda sociedade humana, independentemente do seu grau de desenvolvimento da cultura material, definiu uma escala de valores e um conjunto de atribuições sociais para o homem e para a mulher. Infelizmente para a humanidade e, particularmente, para a mulher, essas atribuições foram definidas tomando como referência às diferenças biológicas para justificar a superioridade de um em detrimento do outro.

No campo ideológico, essas diferenciações foram interpretadas e propagadas por religiosos, filósofos e cientistas. No âmbito do cotidiano, elas são reproduzidas no espaço familiar, no ambiente de trabalho, nas escolas, nas piadas entre amigos, nos diversos espaços de lazer. Filmes, novelas, livros de contos de fada, romances, revistas, entre tantos outros meios visuais e impressos continuam reproduzindo a suposta inferioridade natural da mulher.

No mundo do trabalho, as diferenciações salariais entre os sexos ainda continuam sendo impostas e aceitas em função dessas crenças que se materializaram ao longo dos séculos. O trabalho feminino continua sendo qualificado como algo mais simples e mais leve do que o dos homens, situação que justifica o salário inferior e o não pagamento do trabalho, como o trabalho da dona-de-casa, por exemplo. Os cargos mais importantes dentro de uma empresa ainda são predominantemente masculinos, ainda que em alguns países essa situação tenha se equilibrado.

As tarefas domésticas e o cuidado dos filhos ainda continuam sendo responsabilidade quase que exclusivamente da mulher. No caso das camadas populares e na classe média, essa situação fica nitidamente evidente quando se observa a identidade de gênero que predomina nas instituições de atendimento à saúde infantil: consultórios médicos, hospitais, postos de saúde; nas escolas, principalmente no ensino infantil e fundamental, ainda se diferencia a educação de meninos e meninas de acordo com o tradicional sentido de masculino e feminino.

Em relação ao trabalho nas minas (de carvão e de outros minerais) dos países do mundo ocidental, pode-se afirmar que até o final do século XIX e até mesmo na primeira metade do XX, o emprego da força de trabalho feminina foi uma prática comum. Por se tratar de uma das atividades mais desgastante e fatigante, pode-se até dizer que a proibição do trabalho das mulheres no subsolo das minas foi uma conquista, mas esta não se deu apenas em função de sentimentos humanitários e sim por se acreditar na inferioridade e fragilidade naturais do corpo feminino. Como salienta Joan Scott (1991), o discurso dominante no século XIX definia o trabalho da mulher fora do espaço doméstico como uma violação da sua natureza e, neste sentido, o trabalho nas minas era visto como uma patologia social que comprometia o futuro da nação. Com base neste tipo de crença, elas foram “naturalmente” excluídas das minas, não foram lembradas pela memória oficial nem pela história dos historiadores. Por isso, é comum perceber uma reação de estranhamento das pessoas quando se fala que antigamente era comum o trabalho de mulheres em minas de carvão, de ferro, de ouro...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 1980.

Bíblia Cristã, Antigo Testamento, **Gênesis**.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. 2ª ed. RJ: Petrópolis: Vozes, v.1. 1986.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. por Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). O manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., v.1-2, 1988.

MICHELET, J. **A mulher**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PLATÃO. **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2 ed. Trad. de S. Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de R. Leal Ferreira, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SCOTT, Joan. **A mulher trabalhadora**. Tradução de C. Gonçalves. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. História das mulheres: o século XIX. São Paulo: Edições Afrontamentos/ Ebradil, 1991, v.4.

ZOLA, Émile, 1840-1902. **O germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

Mulheres na mineração: *Restitutio quae sera tamem*

Zuleica C. Castilhos e Nuria Fernández Castro

*“She’s a coal-mining woman and that’s what she aims to be
She breathes that black and dusty air, wears pants upon her knees
She’s proud to be a woman and she’s working to be free
She’s a coal-mining woman and that’s what she aims to be”
(The Reel World String Band no disco)*

*Ela é uma mineradora de carvão e isso é o que ela quer ser;
respira esse ar preto e poeirento, usa calças sobre os joelhos,
tem orgulho de ser uma mulher e trabalha para ser livre.
Ela é uma mineradora de carvão e isso é o que ela quer ser.
(Tradução nossa)*

QUESTÕES DE GÊNERO

As mulheres representam o segmento social mais desfavorecido economicamente, especialmente nos países em desenvolvimento. Por esse motivo, todos os países, em âmbito global, comprometeram-se a perseguir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a igualdade de gênero, com o objetivo de formar uma sociedade eqüitativa e reduzir a pobreza. A pobreza é um assunto complexo que consiste não só na falta de recursos financeiros, mas também na falta de acesso a outros recursos, serviços e oportunidades na economia, na vida política e na sociedade em geral. Todos os pobres carecem de acesso a recursos, mas são as mulheres e meninas as mais vulneráveis. Segundo as Nações Unidas (KERNAL, 2006), mais de 60% do bilhão de pessoas mais pobres do mundo são mulheres e meninas.

Por conseguinte, a igualdade entre os gêneros e o empoderamento¹ da mulher, conforme indicam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio internacionalmente acordados², são decisivos para o desenvolvimento. Mas pouco pode ser sugerido em planos e programas institucionais sem um profundo conhecimento sobre a situação real. Por esse motivo, nos últimos anos, vêm se desenvolvendo estudos no sentido de avaliar as diferenças de gênero em diversas áreas.

Por ser a mulher a mais desfavorecida socialmente, tende-se a pensar que os estudos de gênero são estudos sobre o mundo feminino. Não é bem assim. Na verdade, para que seja possível a mudança dos padrões estabelecidos é preciso que os estudos de gênero enfoquem ambos os sexos, para compreendermos suas diferenças e o discurso construído historicamente, pois toda relação de dominação se baseia em crenças historicamente construídas. A hierarquização do masculino sobre o feminino³, naturalizada através dos tempos, que opera ainda hoje em escala global, regional e local, deve ser combatida com o nível de consciência das sociedades, com a educação e formação dos cidadãos, dos governos, nas estruturas de suas instituições sociais, políticas e governamentais, nas instituições e organizações não governamentais, na organização da família e do trabalho e, por fim ou começando, pelas próprias mulheres. Faz-se necessário, portanto, reconstruir as crenças baseadas na alteridade dos indivíduos para recriá-los como pólos que se completam, usando desta maneira a diferença para a soma e para a igualdade de condições entre os sexos.

O papel da mulher e a contribuição de seu trabalho para o desenvolvimento de nossa sociedade são pouco enfatizados na história das civilizações, não sendo visíveis à maioria da população. Por esse motivo, sob a perspectiva do gênero, hoje é realizado um número maior de estudos sobre as condições laborais das mulheres do que dos homens, o que pode dar a impressão errônea de que “estudos de gênero” são “estudos de mulheres”.

Os resultados de grande número de pesquisas realizadas indicam que são necessárias ações de discriminação positiva para acelerar a consecução do objetivo da equidade social, pois as mulheres, principalmente as das camadas sociais menos favorecidas, ainda vivem sob a égide da desigualdade, numa situação inferior em relação aos homens, no que diz respeito às oportunidades de um modo geral.

A MINERAÇÃO E O GÊNERO

A perspectiva de gênero já começa a refletir-se nas políticas de muitos países, em muitas áreas, mas, no campo específico da mineração, ainda não encontramos mudanças significativas a respeito do desenvolvimento de políticas laborais e sociais para as mulheres mineradoras. No Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem expressado a necessidade e se esforçado para inserir o tema da igualdade de gênero transversalmente nos vários ministérios que formam o atual governo. Entretanto, em que pese o fato de que Dilma Rousseff fora, até poucos meses atrás, a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra das Minas e Energia, as mulheres da mineração continuam em segundo plano.

Enquanto o sexo é dado pela natureza, o gênero é convencionado pela sociedade. Em todas as culturas a mineração é vista como um trabalho masculino, por ser duro, insalubre e requerer muita resistência física. Na percepção da sociedade, apenas um

ser biologicamente superior poderia suportar essas precárias condições: o homem (CAROLA, 2002). Hoje, embora possamos pensar que os avanços tecnológicos desse setor permitem uma maior inserção feminina, de fato, em números, a participação formal e reconhecida das mulheres na mineração é bem menor que a dos homens. Ao olharmos para a história da mineração, podemos observar que a tecnologia, por atenuar a característica de trabalho rude daquele realizado nas minas, em muitos momentos contribuiu para a diminuição e até a eliminação do trabalho feminino nas minas e não para promovê-lo, como poderia se pensar. Por outro lado, a tecnologia não está presente na mineração artesanal, na qual há uma maior proporção de mulheres mineradoras e seu trabalho, informal e não reconhecido, continua a ser pesado e insalubre. Pode-se afirmar, portanto, que a mineração é hoje uma área em que há muitas diferenças de gênero. Mas, considerando o gênero como um processo além de uma estrutura, conhecer essas diferenças poderá ajudar a alcançar a tão buscada equidade social entre mineradores e mineradoras.

Um dos principais entraves que se encontram ao se tentar estudar o papel da mulher na mineração é que esse setor é normalmente percebido como masculino e, portanto, na percepção e na memória coletiva, a mulher não está presente nele. Mas, na verdade, não é só na atualidade que a mulher desempenha algum papel na mineração. As mulheres sempre estiveram presentes e tiveram papéis importantes na história da exploração mineral. Neste trabalho será desenterrada uma pequena parte da história das mulheres mineradoras, as trabalhadoras das minas.

Há muitas outras mulheres da mineração: as mães, as viúvas, as filhas, as esposas e as prestadoras de todo tipo de serviços que são lutadoras incansáveis na tentativa de melhorar as condições de vida de suas famílias, que se constituíram em exemplos dos movimentos sindicais e que, sobretudo, foram e são fundamentais em manter os trabalhadores, seus maridos, pais, filhos e irmãos, nas minas. Quanto a essas outras mulheres da mineração, às quais já foi reconhecida “*uma importância econômica e industrial peculiar*”, em um estudo concluído nos anos 20 pelo Escritório da Mulher dos Estados Unidos (BEIK, 1996 APUD GIER E MERCIER, 2006, p.6, tradução nossa), pouco se falará neste texto, pois seria preciso um espaço muito maior para mostrar essa importância.

Além de tudo isso, quando inseridas na mineração informal, muitas delas tornam-se mulheres mineradoras, embora seu trabalho não seja reconhecido como tal e seja considerado como uma extensão de suas atividades domésticas, sem reconhecimento como atividade econômica, mas apenas como uma ajuda ao marido ou à família, e sem remuneração, como sugere o índice de 17,8% de mulheres não remuneradas na mineração brasileira (JORGE, 2005). Em muitas situações, o caráter familiar da atividade mineral informal leva estas mulheres a uma sobrecarga de trabalho. Com isso, elas mostram dificuldade para assumir o controle de sua sexualidade e da maternidade (ESMERALDO ET AL., 2003), controle já conquistado por outras camadas

sociais, mantendo assim suas obrigações para com o lar e com os filhos, além de seu trabalho na mina.

Outras vezes, a atividade que as mulheres desempenham é essencial para a mineração, mas não é sentida desta forma por elas, nem reconhecida pelos homens. Um exemplo é a mineração artesanal de ouro na Bolívia, onde as mulheres suprem a água necessária para os processos da mineração, mas não se sentem, nem são reconhecidas como mineiras. Elas apenas carregam a água, mesmo que isto seja essencial para a atividade de mineração, impossível de ser realizada sem este insumo (ANA MARIA ARANIBAR E CÉSAR MOSQUEIRA, comunicação pessoal, PROSUL ETAPA I, MARÇO DE 2005).

Desta forma, este trabalho enfoca a mulher na mineração principalmente por dois motivos:

- a) O CETEM - Centro de Tecnologia Mineral, no qual trabalhamos, é um instituto de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia e tem como foco de seus trabalhos multidisciplinares a indústria mineral, e
- b) a **Organização Internacional do Trabalho** - OIT estima hoje um total de 13 milhões de mineradores em 55 países e entre 80 e 100 milhões de pessoas dependentes dessa atividade. A participação feminina varia nos diferentes continentes: 10% na Ásia, 20% na América Latina e mais de 40% na África. Na mineração artesanal, as mulheres perfazem cerca de um terço do contingente de trabalhadores (MIRANDA, 2004). Entretanto, a mineração é uma atividade normalmente percebida como masculina e, portanto, na memória coletiva, a mulher não tem papel nela.

Em homenagem a todas as mulheres da mineração da história do mundo, adaptamos a inscrição da bandeira de Minas Gerais, o Estado coração da mineração no Brasil, e intitulamos este trabalho de “Reconhecimento, ainda que tardio” ou *Restitutio quae sera tamen*.

MULHERES MINERADORAS: TRABALHADORAS INVISÍVEIS

A primeira diferença de gênero que encontramos na mineração é a invisibilidade da mulher no setor mineral. Como já amplamente discutido neste texto, trata-se de uma atividade de domínio masculino e, portanto, sem lugar para as mulheres, na percepção da sociedade. A tradição também contribui com esta errônea percepção. Em todos os países pesquisados, considera-se que a mulher não pode trabalhar na mina, pois sua presença seria um fator de má sorte.

As superstições são diversas; para as comunidades mineradoras de muitos países do mundo, se a mulher entrar na mina, acontecerão acidentes e mortes. Para outras, o minério desaparecerá. No caso da cultura japonesa, a deusa da montanha ficará ciumenta e produzirá acidentes (CHERRY, 2002). Nos Estados Unidos, na Pensilvânia,

acreditava-se que algumas mulheres podiam amaldiçoar a mina e, inclusive se, no caminho para a mina os mineradores encontrassem uma mulher, eles desfaziam o caminho andado e voltavam a sair de casa, e as mulheres que trabalhavam nas minas só podiam entrar depois que todos os homens estivessem dentro (BARTOLETTI, 1999). Em países africanos como Tanzânia, o azar é relacionado com a menstruação; as mulheres são banidas de áreas de garimpos porque dão azar, especialmente quando se encontram no período menstrual, quando se encontram em estado de “impureza” (GIBBON, 1995).

Essa tradição ou superstição generalizada, aliada à concepção de que o trabalho nas minas é masculino, pelas duras condições em que se desenvolve, e a imagem da mulher como frágil, tem levado a que, mesmo populações onde as mulheres efetivamente trabalharam nas minas não se lembrem desse fato.

Pode-se citar, como exemplo, o espanto com que muitas pessoas ligadas à área de mineração reagem à pergunta sobre a presença de mulheres na mineração brasileira, tendo invariavelmente a pronta resposta de que não há mulheres na mineração brasileira. Este fato é corroborado pelo não reconhecimento (pela ausência de registro das empresas) das “escolhedeiras” de carvão mineral como operárias ou trabalhadoras das minas de carvão em Santa Catarina (CAROLA, 2002), embora tenham trabalhado cerca de três décadas em empresas de mineração. Na verdade, grande parte das pessoas que não lembram de ter visto mulheres na mineração insiste em esclarecer que as mulheres trabalhadoras nas minas de carvão em Santa Catarina não eram mineradoras, mas sim “escolhedeiras”, ou seja, elas existiam nas áreas de produção e beneficiamento do carvão mineral, mas não eram reconhecidas como parte importante do processo produtivo. Como nos mostra Renato Carola em seu livro, *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina, 1937-1964*, a cidade de Criciúma simboliza a mineração de carvão, atividade geradora da cidade, com uma homenagem ao homem minerador, sem nenhuma menção às atividades exercidas pelas mulheres (CAROLA, 2002).

De igual forma, no Japão, quase ninguém hoje pode conceber que, em seu país, milhares de mulheres trabalharam nas minas, sob e sobre a superfície, durante mais de cem anos (HUNTER, 1995).

Há uma grande dificuldade em se encontrar trabalhos que mostrem os trabalhadores das minas, inclusive em países de histórica tradição mineral, como muitos da Europa. As atividades exercidas pelas mulheres aparecem apenas citadas “entrelinhas” em textos que enfocam diversos assuntos relacionados à mineração, como veremos ao longo deste texto, sendo necessário “garimpar”, dentre uma série de informações técnicas ou históricas, a presença da mulher e suas atividades no processo produtivo mineral.

No Brasil, alguns trabalhos importantes abordam a atividade mineral na subjetividade dos homens, mas, na maior parte das fontes documentais ou oficiais da

mineração, a presença dos trabalhadores, homens ou mulheres, é praticamente insignificante, sendo que o mais estranho é a completa invisibilidade das trabalhadoras (CAROLA, 2002). Sirva de exemplo a importante contribuição histórica do livro *Brasil 500 Anos: a construção do Brasil e da América Latina pela mineração*, editado pelo CETEM (LINS ET AL., 2000), que trata principalmente de aspectos tecnológicos, com abordagem marginal dos trabalhadores em geral e sem nenhuma referência às mulheres em particular.

Há também carência de estudos sobre relações de gênero nas atividades ligadas à mineração, sendo que importantes pesquisadoras de gênero em outras atividades econômicas não haviam, ainda, se interessado em trabalhar sobre o tema, devido em parte ao pequeno número de trabalhadores na indústria extrativa mineral, quando comparados ao total de trabalhadores brasileiros e ao pequeno contingente de mulheres envolvidas na mineração, observado nas estatísticas oficiais de pessoas economicamente ativas (JORGE E MELO, NESTE LIVRO).

As bases de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM carecem de informações desagregadas por gênero, não permitindo o acesso os pedidos de concessão de lavra por mulheres e homens, respectivamente, de maneira sistemática, a fim de permitir a identificação de geólogas, engenheiras e empresárias da mineração para uma análise exploratória de relações de gênero na mineração brasileira.

Sobre a questão do trabalho feminino na mineração, também não existe uma literatura específica, podendo-se dizer que a presença da mulher nas atividades de mineração é invisível, não sendo identificada nem nos documentos oficiais da história e nem na memória do povo. E, portanto, análises de gênero estão ainda mais distantes do contexto atual da mineração brasileira, em especial da pequena mineração, cujo caráter, muitas vezes informal, reflete-se nas precárias informações documentais disponíveis o que dificulta ainda mais esse tipo de análises.

Extremamente curioso é o fato de que, mesmo com essa invisibilidade documental e de memória coletiva, ao se entrar em contato com a realidade da mineração informal no Brasil, percebe-se a inserção feminina. É possível reconhecer, em visitas a áreas de mineração e em registros fotográficos, a presença e atividade femininas. Por exemplo, em Brejinho das Ametistas, no Estado da Bahia, centenas de mulheres garimpam ametista em rejeitos de uma cooperativa. Da mesma forma que em outros países, também no Brasil, a maior participação das mulheres aparece na pequena mineração, mas não há estudos detalhados sobre este assunto. Um registro fotográfico, reproduzido neste livro (ver Imagem 1 na página 193), registra a participação das mulheres e crianças em garimpos de esmeraldas. Segundo Sauer (1992) “No Brasil, assim como na Colômbia, velhos, mulheres e crianças re-examinam e lavam o minério descartado, vigiados por compradores de gemas que oferecem dinheiro vivo pelas esmeraldas encontradas”. Portanto, acreditamos que muitas outras mulheres em diversas

atividades ligadas ao setor produtivo mineral estejam também invisíveis. Ou seja, a inserção feminina neste universo necessita ser “garimpada”, como primeiro passo para o seu reconhecimento, sendo indispensáveis os trabalhos etnográficos em áreas de mineração.

Portanto, na mineração brasileira, em especial na pequena mineração, pouco se conhece sobre as condições de trabalho, atividades e inserção econômica das mulheres, ou mesmo do reconhecimento de seu trabalho como pertencente à atividade de mineração e ou de agregação de valor ao produto mineral brasileiro. Como já citado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cerca de 18% das mulheres mineradoras no Brasil não são remuneradas enquanto que a não remuneração entre os homens situa-se em torno de 3% (2005).

A Convenção n. 45 da OIT, de 1935, recomendou que o trabalho subterrâneo de mulheres fosse proibido. No Brasil, o Decreto n. 3.233, de 03 de novembro de 1938, proíbe o trabalho de mulheres na mineração subterrânea. Partindo-se do princípio de que só é necessário proibir algo corrente (e sem apoio da sociedade), é provável que tenha havido trabalho de mulheres em minas subterrâneas até 1938 (ou até posteriormente, pois, como se sabe, algumas leis demoram um período relativamente longo para serem totalmente respeitadas). Então, por que se conhece tão pouco desta história? Conclui-se, portanto, que a força de trabalho feminina está e esteve presente desde há muito na mineração brasileira, mas que os registros desta contribuição permanecem dispersos e sem visibilidade.

Nas palavras de Carlos Veloso (1996):

“historicamente, na corrida do ouro para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, nos arraiais que viriam a ser vilas e cidades, a mulher foi importante agente na criação e desenvolvimento e insubstituível pela força civilizatória que exerceu. Incrementou também um consumo de bens não considerados essenciais pelos rudes mineiros e desbravadores, dinamizando o comércio e a circulação nas novas vias, cruzadas por um número sempre crescente de tropas-mulas. Nas camadas medias e elevadas da sociedade brasileira colonial, o seu gosto pelo luxo, por muito relativo que fosse e, menos freqüentemente, pelas artes, introduziu, no áspero interior, certos requintes impensáveis. No seio da sociedade masculina, a mulher contribuiu para o prestígio cultural de povoados isolados, transformando o ouro em cultura. As vilas tornaram-se cidades, como Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e Vila Rica, (atual Ouro Preto) e tantas outras, e chegaram a ser, em plena época de grande mineração, verdadeiros centros culturais, apresentando regularmente, espetáculos de teatro e até de opera! No período de decadência das áreas mineiras, por esgotamento do metal precioso, são mulheres as únicas a não abandonar o barco, enquanto os homens se apressam em busca de novas terras, por ventura, tão ricas quanto estas.... Em tempo de emigração intensa, as zonas rurais mais desfavorecidas viram-se praticamente limitadas a uma população de idosos, mulheres

e crianças, última fronteira humana em vastas regiões, preservando, assim, a sua ocupação, cabendo a estas mulheres, como é óbvio, a direção destas comunidades”.

Portanto, conhecer os destinos de áreas após a interrupção da atividade mineradora pelo esgotamento do minério pode servir para compreender e valorizar o papel das mulheres nesta realidade.

Mas a invisibilidade da mulher no setor mineral não é específica dos operários das minas. São escassos os documentos sobre as atividades das mulheres em áreas de mineração, mesmo quando restritas à prostituição ou relacionadas com tarefas auxiliares, como a de cozinheiras (RODRIGUES, 2004). Pode-se dizer, ainda, que, no ambiente da mineração, se está longe do reconhecimento do trabalho social da mulher em suas funções de mãe e esposa, viúva e filha dos mineradores cuja contribuição tem sido amplamente discutida em artigos específicos da área da economia, bem como em simpósios internacionais, tais como o *Seminário Internacional: Gênero, Trabalho e Família em Perspectiva Comparada*, realizado em abril de 2005, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Há, no entanto, um crescente movimento para a valorização monetária daquelas funções, ou seja, deixando de considerar uma série de funções tidas como naturalmente femininas e sem valor monetário e expressando-as economicamente, uma vez que ocupam muitas horas do dia de uma mulher. Esperamos que esta abordagem chegue também ao setor mineral.

MULHERES NA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO

A mineração acompanha a história do ser humano. Tecnicamente, antes de o homem ser “homem”, há cerca de dois milhões e meio de anos atrás, já extraía pederneira (*flint*) para fabricar ferramentas e continuou extraíndo recursos minerais em uma forma de mineração superficial de muitas rochas cristalinas com as quais podia fabricar suas ferramentas. Da mineração subterrânea, considera-se a mina de “Lion Cave” em Swazilândia, a primeira mina da história, da qual o humano arcaico extraía ocre (hematita) e cuja idade mínima é, pelas datações realizadas, de pelo menos, 43.000 anos, podendo chegar a 70.000 ou até 110.000 (MORTON, 1996).

Sobre os mineradores pouco se sabe, devido à antiguidade desse sítio e de outros que foram aparecendo em escavações arqueológicas e, por isso, não há registros sobre divisões de tarefas por sexo entre os indivíduos. Porém, há vestígios do trabalho feminino em outras minas da antiguidade, a começar pelo período Neolítico, no sítio arqueológico britânico de Windmill Hill, do ano 4.000 a.C., onde os homens e mulheres comerciavam, com outras sociedades da Irlanda e do continente, diversos bens produzidos ou extraídos lá, como a pederneira (*flint*) para cuja extração, segundo os registros existentes era usada mão-de-obra feminina para carregar o solo e materiais extraídos, sobre a cabeça (KEENAN, 2004).

De igual forma, os muitos restos arqueológicos da cultura egípcia mostram que esse povo, há muito tempo, descobriu as riquezas do subsolo e começou a explorá-las. Como exemplo, os primeiros colonizadores do Sinai, há cerca de 8.000 anos atrás, eram mineradores (MONROE, 2006). Foram atraídos para essa região pela abundância de cobre e turquesas, os quais foram lentamente escavando, passando de um depósito para outro. Poderíamos dizer que os primeiros moradores do Sinai eram “garimpeiros”. Mas, no Egito, não houve somente garimpeiros. Ao longo da história reis, faraós, sacerdotes e outros poderosos organizaram gigantescas expedições em busca dos tesouros da terra⁴. Houve grandes acampamentos mineiros e neles trabalhavam homens livres e escravos, mulheres e crianças, como se pode ver na descrição da mineração egípcia de Diodorus Siculus (SÉC. I A.C), o historiador:

“Aqueles com menos de trinta anos de idade tomam a pedra extraída e, com pilões de ferro, quebram determinadas quantidades dela até o tamanho de uma flor. Então, as mulheres e os homens velhos peneiram a pedra triturada e colocam-na em moinhos, dos quais há vários em linha e posicionam-se em grupos de dois ou três, nas manivelas dos moinhos, e moem a pedra até ficar com a consistência da mais fina farinha” (AGRICOLA, 1950, tradução nossa)

Mas a contribuição das mulheres não foi só na mina. Na cultura egípcia, as sacerdotisas e outras mulheres especiais conheciam a arte dos metais, em uma época em que a química, a medicina, a metalurgia, as superstições e as crenças se misturavam na ciência da alquimia. Georgius Agricola, no texto que se considera o primeiro tratado sobre mineração, *De Re Metallica*, escrito em 1506, cita três mulheres: Cleopatra⁵, a criada Taphnutia e Maria, a Judia, entre uma grande lista de alquimistas (AGRICOLA, 1950). Há muitas dúvidas quanto à existência desses alquimistas, pois era costume entre eles assinar os trabalhos com pseudônimos ou o nome de outros alquimistas e até filósofos, mas alguns parecem de fato ter sido reais.

Destacamos aqui uma de grande importância, Maria, a Judia, considerada por muitos a primeira mulher alquimista e uma grande mestra da arte dos metais e minerais. O alquimista grego, Zósimo (SÉC. III D.C.) faz alusão a ela continuamente em seus escritos, chamando-a inclusive de Maria, a divina. Acredita-se que viveu entre os séculos I e III d.C., no Egito, e escreveu tratados práticos de química, com descrições dos aparelhos e métodos utilizados, quase todos inventados por ela. Embora não haja um consenso entre os historiadores, muitos atribuem a ela a invenção do até hoje chamado “Banho Maria” (PATAI, 1995).

Do Egito seguimos para o Império Romano, grande explorador de recursos minerais em todos os territórios sob seu domínio, e extraímos também registros de mulheres mineradoras em estudos sobre economia e administração do império:

“Cadáveres de 15 pessoas celtiberas, das que algumas são mulheres, que morreram por ocasião de derrubamentos nas galerias, apareceram nas minas do Sudeste. A presença da mulher confirma o que se desprende das Tabelas de *Vipasca* I 3.4,5, com ocasião de legislar sobre o uso do banho, de que **nas minas trabalhavam também mulheres**, ao igual que, talvez em *Alburnus Maior*. Mulheres trabalhavam nas minas de ouro do Noroeste hispânico, segundo o testemunho de Estrabón (3.3.9). No mencionado texto de Agatarquides sobre as minas de ouro núbias são citadas mulheres mineradoras e, em um segundo texto do mesmo autor (Diod. 4.13.1), crianças, também citados em Vip. 13.6. Uma estela de Baños de la Encina (JAÉN), em plena zona de mineração da Sierra Morena, representa uma criança mineradora com martelo e um cesto. Esta emigração de mineradores do Noroeste, não era apenas de homens, mas também de mulheres, que deviam trabalhar nas minas; assim está documentado perto de Aroche (HUELVA) uma *Vibia Crispa, abrigensis* (CIL II,967); *Tabia Frica, Serpensis* (CIL II,971); *Baebia Crinita, Aurobrigensis* (CIL II,964) e em Alosno uma dama de Olisipo (CIL II,959)” (Blázquez, 1989 – tradução nossa).

Já na Idade Média, nos achados de sítios mineiros em Zimbaue, datados do século XIII, encontraram-se esqueletos de trabalhadores e trabalhadoras de minas de ouro; pelo menos metade deles eram de mulheres. Os arqueólogos responsáveis pela datação chegam a sugerir que a mineração de ouro no local, Mina de Aboyne, pode ser uma evolução da agricultura e que, sendo as mulheres as detentoras da tecnologia agrícola nessa região, bem poderiam ter sido as pioneiras na mineração de ouro (PYBURN, 2002). E na Alta Idade Média, no tratado sobre mineração provavelmente mais lido pelos historiadores e profissionais da indústria mineral até hoje, *De Re Metallica*, antes citado, o trabalho nas minas, pelo geral, é descrito de forma impessoal ou como realizado por homens, mas encontramos nele um pequeno parágrafo que nos interessa, o das “escolhedeiras”:

“...o trabalho de selecionar o metal puro ou o melhor minério, não é feito somente por homens, mas **também por mulheres** e crianças” (AGRICOLA, 1950)

Nesse mesmo texto, porém, encontramos várias ilustrações feitas pelo autor, Georgius Agricola, nas quais aparecem mulheres nas minas da época (**Figuras 2 e 3**). Pode-se ver as mulheres sempre como lavadeiras, seja de filtros ou de minérios, mais sempre (com exceção das escolhedeiras) em tarefas auxiliares. O fato de não serem mencionadas no texto parece indicar que essas atividades eram consideradas, já naquela época, tarefas de “mulheres” e não específicas da mineração.



A—HEAD OF THE SLUICE. B—RIFFLES. C—WOODEN SCRUBBER. D—POINTED STICK.
E—DISH. F—ITS CUP-LIKE DEPRESSION. G—GROOVED DISH.

Figura 2 - Mulher separando o minério, desenho do G. Agricola (Agricola, 1500)



A—LONG TABLE. B—TRAY. C—TUB.

Figura 3 - Escolhedeiras, desenho do G. Agricola (Agricola, 1500)

A época colonial na América Central e Sul-américa, entre os séculos XVI e XIX, representa um momento importantíssimo na história das mulheres na mineração, pois há uma grande inserção de mulheres nas minas dos territórios dominados. A conquista da América, como é bem sabido, foi direcionada desde o início para a exploração dos recursos minerais, e a busca do “El Dorado” rendeu muitas e muitas páginas na literatura não só científica do mundo todo. Sobre nosso assunto específico, as mulheres na mineração, há muitas informações deste período da história (ver o trabalho sobre as mulheres mineradoras na Bolívia, de Ana Maria Aranibar, neste livro).

Por exemplo, a maior fonte das riquezas da Espanha, já na metade do século XVI, provinha da exploração de ouro e prata em suas colônias centro e sul-americanas. A dificuldade de se conseguir mão-de-obra voluntária para as atividades de mineração nos Andes e no Caribe fez com que as autoridades espanholas utilizassem a que encontravam no local, forçando os índios e índias a que contribuíssem com seu trabalho nas minas, mediante um sistema de cotas, chamadas *mitas*. Para alcançar a cota estabelecida pelos colonizadores, famílias inteiras se dedicaram à exploração mineral. A mão-de-obra indígena foi, em alguns países, reforçada com a mão-de-obra escrava proveniente da África, principalmente no Caribe. Em muitas comunidades, já nesse período, com o abandono de algumas minas, as mulheres tomaram a iniciativa e iniciaram trabalhos de mineração artesanal nas áreas inativas. Um exemplo curioso é o da comunidade de Escravos Reais de El Cobre, em Cuba, quando, em finais do século XVII, a coroa espanhola confiscou da iniciativa privada a exploração de cobre, por descumprimento dos contratos estipulados⁶. A sociedade então estabelecida, escravos reais, libertos e alguns poucos escravos de alguma das categorias anteriores, começou se destacar na exploração informal do cobre, que era feita e organizada pelas mulheres (GIER E MERCIER, 2006).

Enquanto os espanhóis utilizavam toda a mão-de-obra que tivessem disponível, na cultura portuguesa, a mineração era tarefa “masculina” e os empresários e autoridades davam preferência ao trabalho feminino dentro dos espaços domésticos.

No auge da exploração da prata do morro Potosi (Bolívia), pelos espanhóis, por exemplo, metade dos trabalhadores eram mulheres:

“Os dados sobre a população em Potosi revelam um número igual de homens e de mulheres. Os donos das minas insistiam, com frequência, em usar as mulheres para os trabalhos domésticos, mas o pagamento da Mita não era suficiente para comprar a comida necessária. Por isso, mulheres e crianças conseguiam emprego britando o minério nas usinas” (TANDETER, 1993 apud GIER E MERCIER, 2006 – tradução nossa)

Os registros da mineração nas colônias portuguesas mostram também mulheres trabalhando nas minas só que, como já mencionado, as atividades exercidas pelas mulheres aparecem apenas citadas “entrelinhas” em textos que enfocam diversos

assuntos relacionados à mineração (ver Imagem 2 na página 193). Assim, encontram-se descrições de atividades de mulheres na mineração em livros como *A História da Mineração Morro Velho*, no capítulo: *Morro Velho e a Força de Trabalho*, incluindo interessantes registros fotográficos (Figura 4). Seguem, abaixo, alguns exemplos de textos garimpados no livro.

- “...Quando este tipo de transporte mecânico não era possível, o material era então transportado na cabeça, principalmente por jovens negras, que eram obrigadas a passar por frágeis tábuas e escadas.”

- “...Para o tratamento, o minério era levado para áreas de seleção, onde mulheres munidas de martelos partiam os pedaços maiores até reduzi-los a um tamanho que facilitasse sua trituração nos pilões”

“...A introdução da dinamite no processo de desmonte do minério, em 1860, “...reduziu a necessidade de trabalhadores. A mão-de-obra feminina continuou a ser utilizada nas atividades de trituração do minério.” (MORRO VELHO, 1996)



Figura 4 - Escolhedeiras da Mineração Morro Velho (Morro Velho, 1996)

Agora bem, parece haver um consenso entre historiadores e estudiosos das questões de gênero que é na era moderna quando o papel da mulher na mineração é mais importante. Por se tratar de um momento muito importante do trabalho feminino, encontramos muitos estudos de gênero sobre esse período. Nos séculos XIX e XX abre-se realmente o acesso das mulheres ao mundo do trabalho fora de casa. A Revolução Industrial precisa de muita mão-de-obra para seu desenvolvimento e muitas mulheres ingressam em um mundo antes reservado quase exclusivamente ao sexo masculino. Mas é também nessa época, porém, quando para evitar, provavelmente, que as mulheres ocupem o espaço público, as correntes filosóficas conseguem firmar o papel passivo da mulher na sociedade, empurrando-a de volta para casa ou para empregos que podiam ser considerados como femininos. Isso levou a que a maioria de países do mundo proibisse o trabalho das mulheres dentro das minas, com a ratificação da Convenção n. 45 da OIT, de 1935. Essa proibição foi considerada um triunfo para a proteção da saúde da mulher e a manutenção de seu papel como suporte familiar e de educadora dos filhos, no âmbito doméstico, como a ideologia da “família burguesa” preconizava, paradoxalmente, em uma época em que os avanços tecnológicos iam melhorando as condições de trabalho nas minas. No Brasil, não foi diferente:

“Na década de 30, foram implantados moinhos para trituração do minério, eliminando-se o trabalho das mulheres e proíbe-se por lei, o trabalho em subsolo, de menores de 21 anos de idade.” (MORRO VELHO, 1996).

Com maior ou menor facilidade o trabalho feminino foi sendo eliminado da mineração subterrânea entre os séculos XVIII e XX, praticamente no mundo todo. Em alguns países essa proibição não foi totalmente respeitada, permitindo-se esse tipo de trabalho para as mulheres especialmente em períodos de guerra, quando a mão-de-obra masculina diminuía. Por se tratar de um trabalho tão masculino, as mulheres mineradoras converteram-se em símbolos da mulher obreira na Revolução Industrial, em muitos países, e graças a isso conhecemos hoje, um pouco melhor essa parte da história.

As correntes filosóficas do “poder” e “espaço público” masculinos *versus* “submissão” e “espaço privado” femininos, idéias, sobretudo, da França, tiveram para a mineração, suas primeiras conseqüências práticas na Inglaterra, onde as terríveis condições do trabalho nas minas no carvão serviram repetidamente de ilustração do que não deveria ser “trabalho feminino”. Assim, a Inglaterra, país como outros da Europa em que a Revolução Industrial não economizou recursos humanos, mesmo que fossem crianças ou mulheres, para seu desenvolvimento, foi a primeira a proibir esse tipo de trabalho em meados do século XIX. Paradoxalmente, o Império Britânico não parou de usar a mão-de-obra feminina em

suas colônias, como acontecia na Índia, por exemplo. Nas minas de carvão do leste indiano, em 1921, havia quase 71.000 mulheres trabalhando junto a 116.000 homens; quase 40% dos trabalhadores eram mulheres. Dessas, 60% trabalhavam sob a terra (LAHIRI-DUTT, 2006). A Índia também ratificou o Convênio n. 45 da OIT e o número de mulheres mineradoras caiu muito no período pós-colonial, chegando a 17% do total. Após várias tentativas legais, a Índia só conseguiu banir definitivamente o trabalho feminino na mineração subterrânea em 1952 e, atualmente, a percentagem de mulheres mineradoras nesse país não chega a 6% dos trabalhadores das minas.

Enquanto que na Inglaterra foi relativamente fácil convencer a sociedade da “inumanidade” do trabalho das mulheres nas minas subterrâneas, em outros países como a Bélgica foi necessária uma longa luta filosófica, política e social para eliminar esse tipo de trabalho. Na Bélgica, as tentativas para separar os espaços laborais dos trabalhadores do carvão enfrentaram uma tradição secular de trabalho misturado, sem divisão sexual das tarefas, que não queria desaparecer. Nas minas da Bélgica, homens e mulheres realizavam normalmente as mesmas tarefas. As mulheres compartilhavam com os homens os perigos e o trabalho duro da mina.

“Nas minas de carvão Belgas, as mulheres e meninas constituíam a décima parte da força de trabalho subterrânea. Havia, entre 1860 e 1889, aproximadamente 11.000 mulheres adultas, trabalhando sob a terra, junto com 100.000 homens (obviamente, muitos milhares de mulheres trabalhavam sobre a superfície, onde a proporção de mulheres para homens era menor). Embora os números sejam tão pouco confiáveis como eram os do trabalho na França na mesma época, por exemplo, fica claro que **um número importante de mulheres estava trabalhando junto com os homens nas minas subterrâneas**” (MONTGOMERY, 2003, p. 133 – tradução nossa)

As trabalhadoras das minas representavam o ideal simbólico da nova identidade belga, que foi se formando após a independência, estereotipadas como mulheres jovens, fisicamente fortes, estóicas e esforçadas. As trabalhadoras das minas foram musas inspiradoras de grupos de artistas que, no final do século XIX, dedicaram-se a mostrar, mediante sua arte, trabalhadores de todos os setores. Assim, converteram-se, na Bélgica de então, em autênticas heroínas do trabalho, que se encontravam orgulhosamente lado a lado com os homens trabalhadores. Por esse motivo os esforços de se transformar a mineração belga em um setor “moderno”, como nos outros países da Europa, foram muito mais demorados, testemunhando continuas tentativas dos reformistas, legisladores e alguns industriais, para convencer a opinião pública de que os padrões burgueses de moralidade deviam ser impostos. Os argumentos de “excesso de licença sexual no escuro das minas” e de que “o contato contínuo com os trabalhadores transformava as fisionomias e a personalidade das mulheres, masculin-

nizando-as” só venceram em 1911 quando o trabalho subterrâneo das mulheres foi finalmente proibido (MONTGOMERY, 2003 E CAESTEKER, 2001).

Há muitos exemplos da eliminação do trabalho das mulheres nas minas em diversos países do mundo. Em 1919 havia 111.849 mulheres trabalhando em minas no Japão, número que caiu para 76.199 em 1922, após a depressão de 1920. Foi se espalhando a idéia de que trabalhar na mina era ruim para as mulheres e, aos poucos, elas foram saindo, mas, quando viam que o salário do homem não era suficiente, voltavam. Em 1928 foi proibido definitivamente o trabalho feminino nas minas. Paulatinamente as mulheres foram empurradas para minas pequenas com condições de trabalho ruins ou ficaram desempregadas. Porém, diversas revisões da legislação permitiram o trabalho das mulheres nas minas até 1947, trabalho que as mais velhas ainda lembram. O trabalho no carvão foi, no início, aceito como parte das atividades domésticas da mulher, nessas áreas rurais, mas, à medida que iam aumentando as horas a serem trabalhadas, a indústria foi se beneficiando mais do trabalho barato das mulheres e crianças e, aproveitando também para manter baixos os salários dos homens dessas famílias nas minas (HUNTER, 1995).

Em outros países da Ásia, como a China, também trabalhavam mulheres e inclusive fora de seu país, como na Malásia, onde em 1910, dos 20.000 trabalhadores chineses trabalhando nas minas, 15% eram mulheres (MANDERSON, 2002).

Na Rússia, as mulheres também foram proibidas de trabalhar na mineração subterrânea em 1917, mas em 1931 a mineração subterrânea, melhor remunerada que a de superfície, abriu de novo as portas para o trabalho feminino. O número de mulheres trabalhando no interior de dez minas apenas passou de 401, em 1931, para 2.355 em 1932 nas mesmas dez minas, segundo Goldman, e na Rússia toda, no período de 1929 a 1933, metade dos novos trabalhadores que ingressaram nas minas eram mulheres (2002).

Nas comunidades carvoeiras dos Apalaches, nos Estados Unidos, a participação das mulheres em diversas áreas é muito importante. As mulheres trabalham nas minas, organizam festas, apóiam as greves, escrevem e cantam suas músicas, além de cumprir suas tarefas de mães e filhas. Em um disco, intitulado “Mulheres mineradoras de carvão” (COAL MINING WOMEN, 1997) cantado integralmente por mulheres, elas falam do trabalho nas minas e de suas preocupações no sindicato e na comunidade. As músicas mostram o cotidiano nessas comunidades mineiras, a história, a luta pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, como mostram os trechos a seguir:

“Trago o blues da mulher mineradora
como você tenho o direito de escolher
um emprego com um salário decente
uma melhor chance de fazer meu
caminho
se você não vai me apoiar
não interfira”
(Blues da Mulher mineradora de
carvão)

*I got the woman's coal miner blues
Just Like you I have got the right to
choose
Job with a decent pay
A better chance to make my way
If you can't stand by me
Don't stand in my way”
(Woman Coal Mining Blues)*

“Eles sugam seu sangue e tiram a vida
de nossos filhos
tiram os pais dos filhos e os maridos
das esposas
oh, mineradores, por que não se
organizam, onde quer que estejam
e fazem desta uma terra de liberdade
para os trabalhadores como você e eu?
...
Sou a esposa de um minerador,
certamente desejo-lhes o melhor
Vamos afundar este sistema capitalista
nos mais escuros poços do inferno”
(Vamos vocês mineradores)

*“They take your very life blood and they
take our children's lives
They take fathers away from children and
husbands away from wives
Oh miner, won't you organize wherever
you may be
And make this a land of freedom for
workers like you and me
...
I am a coal miner's wife, I'm sure I wish
you well
Let's sink this capitalist system in the
darkest pits of hell”
(Come on all you miners)*

Na verdade, as mulheres sempre foram parte da história da mineração nos Estados Unidos. Os acampamentos mineiros sempre estiveram cheios de viúvas e mulheres que cuidavam dos doentes e dos incapacitados, sendo suas vidas controladas pela indústria. Foram as mulheres as que se mobilizaram para obter melhores condições de trabalho nas minas, muitas vezes, sem o apoio dos homens. Viúvas, irmãs, mães e filhas sempre foram ativas na organização sindical e durante as greves a participação das mulheres foi crucial. As mulheres e as famílias foram assediadas pelas empresas por sua militância nas manifestações, uma força organizadora e irritante que não passou despercebida, e foram golpeadas, encarceradas e assassinadas. Na Pensilvânia, no início do século XX, houve uma famosa “brigada do pano e a vassoura”, liderada por *Mother Jones*, organizadora do Sindicato dos Trabalhadores Mineiros, que armou muita confusão e que recrutava homens para a greve com a frase: “*Se tiverem medo de brigar, juntaremos às mulheres para que lutem por vocês e dêem uma boa surra na empresa*”. (COAL MINING WOMEN, 1997)

Nos Estados Unidos, nos anos 70, as mulheres começaram a ser empregadas para trabalhar nas minas, mas já durante a II Guerra Mundial, foram recrutadas como escolhedeiras do carvão na superfície. Além da proibição legal das mulheres trabalharem nas minas subterrâneas, como em outras partes do mundo, existia a superstição de que se a mulher entrasse na mina, homens morreriam. Como elas mesmas dizem: *“Não entrávamos nas minas e um monte de homens morria”*. Nos anos 80 já havia umas 4.000 mulheres trabalhando nas minas nos EUA (COAL MINING WOMEN, 1997).

Tudo parece indicar que, durante os séculos XIX e XX, em todos os países, havia mulheres trabalhando na mineração subterrânea, mulheres das classes operárias às quais, pouco a pouco foi se relegando ao espaço doméstico. Apesar das proibições, essas mesmas mulheres e outras que viriam atrás foram retornando para as minas, a maioria de modo informal, com o objetivo de complementar a renda familiar.

Assim, hoje em dia, encontramos um panorama em que a maioria das mulheres mineradoras trabalha na pequena mineração ou garimpo e, pelo geral, as mineradoras com carteira assinada, de médias ou grandes minas, não ultrapassam 10% do total dos trabalhadores. Mesmo essas poucas com carteira assinada sofreram muito e continuam sofrendo para desenvolver seus trabalhos. As minas foram se abrindo para as mulheres novamente nos anos 70 e, desde então, a cada ano, mais mulheres são contratadas no mundo todo. Porém, além dos preconceitos que enfrentam, algumas tiveram até que lutar na justiça para conseguir esse emprego⁷ e quase todas trabalham com homens que dificultam seu trabalho, ignorando-as quando solicitam ajuda, discriminando-as, ou inclusive, assediando-as sexualmente. Mas essas são situações que mudam com o tempo, como indica Tallichet (1995 APUD ESTLUND, 2003) em um estudo de campo sobre relações de gênero na mineração subterrânea em que se encontrou que, junto com a persistente sexualização e estereotipização dos papéis no trabalho *“havia uma forte evidência de terem se desenvolvido relações de igualdade, não sexuais, entre, pelo menos, alguns dos homens e mulheres mineradores”*.

As áreas técnicas e a administrativa, nas quais nunca foi proibido o trabalho feminino, são as que incluem as maiores percentagens do total de mulheres empregadas na mineração formal, em especial a área administrativa e diversas empresas de mineração mostram orgulhosamente o desempenho das mulheres que contratam nas áreas técnicas, número que aumenta de ano em ano.

No Brasil, desde 1960, Engenheiras de Minas e Geólogas estão sendo formadas nas sete escolas do país. Porém o trabalho dessas mulheres não se destaca e, pelo menos aparentemente, não há reconhecimento de que tenham contribuído para o desenvolvimento da mineração. Supõe-se que isto se deva, em parte, ao fato de as mulheres formadas nas áreas técnicas da mineração raramente desenvolverem tarefas para as quais se prepararam, como a produção ou o tratamento de minérios, ficando, normalmente, em áreas correlatas, como meio ambiente, planejamento, ou

no setor comercial, não se envolvendo em projetos em que teriam, inclusive, melhor preparação e treinamento. As mulheres, em entrevistas informais entre engenheiras e geólogas da Espanha e do Brasil alegam que são excluídas, normalmente, por seus colegas homens, tanto na hora da seleção para um emprego nas minas quanto na hora da distribuição do trabalho, quando, raramente lhes são designadas tarefas de produção. Nesse ambiente tradicionalmente masculino e pequeno, se comparado a outros setores industriais, no qual todos se conhecem, criam-se redes de contactos profissionais que, por tradição ou falta de costume, continuam excluindo às mulheres. Esta informação, também é corroborada no relatório *Women in mining: the statistics*, realizado pelo Grupo de Trabalho das Mulheres na Mineração (*Women in mining working group*) que oferece informações sobre a situação das mulheres na mineração australiana. Segundo esse relatório, poucas mulheres continuam seus estudos de pós-graduação em áreas relacionadas à mineração e poucas, também, escolhem trabalhar na indústria mineral sendo os motivos principais que as desencorajam: “o fato das minas ficarem em áreas isoladas, a tradicional rede de contactos masculina e a inadequada infra-estrutura das minas” (HORSLEY, 2005).

Mas há cada vez mais mulheres no poder e, freqüentemente, em áreas relacionadas à mineração como é o caso da ex-ministra de Minas e Energia do Brasil, Dilma Rousseff, ou a atual Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, e o mesmo acontece em outros países, o que mostra que estamos nos aproximando, mesmo que devagar, de um equilíbrio entre os sexos.

CONCLUSÕES

A mineração é uma atividade econômica de grande importância histórica no desenvolvimento das sociedades humanas. A busca pelos recursos minerais tem provocado grandes mudanças nas sociedades em âmbito global ao longo da história, com migrações massivas de trabalhadores e famílias, já desde a antiguidade, com o uso de mão-de-obra escrava, que continuou até as épocas coloniais, “corridas” de trabalhadores livres e prestadores e prestadoras de serviços atrás de ouro e gemas em diversos países dos continentes americano e africano e, hoje em dia, a migração de trabalhadores rurais para regiões de mineração artesanal de ouro, gemas e materiais de construção em todos os continentes.

Apesar dessa importância histórica para as sociedades, os estudos sobre mineração não têm focado os seres humanos assentados nos acampamentos mineiros, a história social dessas comunidades, nem as relações de gênero nessa atividade. Os estudos históricos, de modo geral, analisam questões técnicas e econômicas diversas. Na atualidade, a maioria dos estudos históricos sobre mineração, analisa questões ambientais, alguns estudam as relações laborais e, felizmente, começam a aparecer uns poucos sobre questões de gênero.

Após “garimpar” muitos textos de história, gênero, mineração, economia e outras matérias, podemos afirmar que as mulheres sempre estiveram presentes na mineração, desde o início e ao longo de toda a história dessa atividade econômica. Encontramos números surpreendentes de mulheres em todos, inclusive os mais rudimentares acampamentos mineiros.

Encontramos **trabalhadoras das minas** em tarefas pesadas e masculinas, também nas minas subterrâneas, e de modo intensivo, durante os séculos XVIII, XIX e parte do século XX. Encontramos trabalhadoras das minas, especialmente em trabalhos sobre a superfície, muitas vezes considerados auxiliares ou continuação de suas tarefas domésticas, em todos os períodos da história da mineração.

Essas mulheres enfrentaram e enfrentam ainda todo tipo de preconceitos e dificuldades, como mostra muito bem o filme *Terra Fria* (TERRA FRIA, 2005); preconceitos sociais nas próprias comunidades mineiras, por realizarem tarefas “masculinas”, dificuldades em seus relacionamentos com os mineradores e empresários, com muitos casos de assédio ou falta de companheirismo, preconceito das esposas dos mineradores que não gostam que elas trabalhem com seus maridos, dificuldades para aceder a um posto de trabalho em uma mina, tendo algumas até que lutar na justiça para consegui-lo, dificuldades para aceder a créditos quando são elas as “donas” de empreendimentos mineiros e, sobretudo, enfrentam o não reconhecimento por parte da sociedade do trabalho que desenvolvem, continuam sendo invisíveis após vários milhares de anos de história da mineração.

Encontramos **prestadoras de serviços** de todo tipo, também invisíveis: enfermeiras, costureiras, cozinheiras, lavadeiras, prostitutas, etc. e não poucas hoje em serviços administrativos em grandes minas.

Por último, encontramos **mães, filhas, esposas e viúvas dos trabalhadores** das minas, cuja presença nos acampamentos foi e é incentivada pelas empresas de mineração e pelos governos objetivando garantir a continuidade da mão-de-obra e manter a ordem nesses locais. Felizmente, esse último objetivo das empresas, em diversas ocasiões, “virou do avesso” e assim, podemos encontrar muitas “heroínas”, viúvas e filhas de mineradores que são figuras históricas das lutas pelos direitos dos trabalhadores. Essas mulheres enfrentaram as empresas, muitas vezes sem o apoio dos próprios mineradores a quem defendiam, em busca de melhores condições econômicas, de saúde, e de segurança no trabalho e, hoje, muitas continuam lutando não só pelas condições de trabalho nas minas, mas também pela proteção ambiental das áreas onde moram, em suas comunidades, e pela mineração responsável.

Cada vez fica mais claro que qualquer política mineral deve ser feita levando em consideração o papel fundamental da mulher na mineração. Conhecer o papel das mulheres nesta realidade para valorizar economicamente as funções exercidas por elas nesse contexto social, e fazer visível sua contribuição ao setor mineral, individualmente ou em associações, sindicatos e outras formas de organização

social, certamente será um grande desafio. Aproveitamos para recomendar dois livros muito esclarecedores e interessantes sobre o assunto: *Mining women: gender in the development of a global industry – 1670 to 2005* (GIER E MERCIER, 2006) e, *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina, 1937 – 1964* (CAROLA, 2002).

Convidamos todos a garimpar este tema, tendo como objetivo a consolidação da presença feminina na mineração, sua valorização e o reconhecimento social de seu importante papel.

- 1 Empoderamento pode se definir como a expansão da capacidade de uma pessoa para fazer escolhas estratégicas em sua vida em aqueles contextos onde antes essa capacidade fora lhe negada (Lahiri-Dutt, 2004).
- 2 Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram adotados em 2000 pelos governos de 189 países — incluindo o Brasil — como um compromisso para diminuir a desigualdade e melhorar o desenvolvimento humano no mundo. Ele prevê oito grandes objetivos, a serem cumpridos, em sua maioria, até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. (CEPAL, 2005)
- 3 Historicamente, o homem, pela sua natureza é apto para o conhecimento, o poder, o espaço público, enquanto a mulher, de natureza frágil e delicada é mais apropriada para o espaço doméstico, a passividade e submissão. Essas idéias, embora existentes desde a antiguidade, foram fortemente impulsionadas e até impostas pelas correntes ideológicas e filosóficas dos séculos XVIII e XIX.
- 4 Durante o reinado de Ramsés IV, uma expedição para explorar blocos de pedra para construção estava constituída por mais de 8.000 pessoas (Davis, 2006)
- 5 Não se trata da Rainha Cleopatra e sim de uma personagem obscura, da Alexandria, da qual se desconhece quase tudo. Porém há muitas referências a ela em textos antigos, o que faz acreditar que existiu realmente.
- 6 A partir desse momento os escravos que lá trabalhavam passaram a ser escravos da Coroa espanhola e, por isso, chamados de Escravos Reais, criando-se na vila, uma nova categoria social, única nas colônias.
- 7 Na Espanha, por exemplo, em 1992, o Tribunal Constitucional, aceitou o recurso de Concepción Rodríguez Valencia contra a Sentencia do Tribunal Superior de Justiça de Madri, em que não era aceita a petição dela de ingressar no trabalho da mina subterrânea de carvão da Hunosa após ter passado os mesmos testes que os homens. Nesse momento histórico para a sociedade espanhola, o Tribunal Constitucional, decidiu que a proibição das mulheres realizarem trabalhos subterrâneos, mesmo com o objetivo de proteger à mulher, feria o direito de igualdade dos espanhóis sendo discriminatória em função do sexo. Hoje junto com Concepción, na mesma mina, trabalham outras cem mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRICOLA, Georgius. **De Re Metallica**. 1950 New Edition New York: Dover Publications, 1950. 638 p. Traduzido por Herbert Clark Hoover e Lou Henry Hoover.

BARTOLETTI, Susan Campbell. **Growing Up in Coal Country**. New York: Houghton Mifflin Company, 1999. 128 p.

BEIK, Mildred Allen. **The Miners of Windwerb: the struggles of new immigrants for unionization, 1890s-1930s**. University Park, Pa: Pennsylvania State University Press, 1996.

BLÁZQUEZ, José Maria. **Administración de las minas en época romana: Su evolución**. 1989. Portal Biblioteca Virtual Cervantes. Disponível em: <<http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/antig/01475007690170651869079/014044.pdf?incr=1>>. Acesso em: 09 set. 2005.

CAESTECKER, Frank. **Alien Policy in Belgium, 1840-1940: The Creation of Guest Workers, Refugees and Illegal Immigrants**. Eua: Berghahn Books, 2001. 352 p.

CAROLA, Carlos Renato. **A mulher na construção do Brasil.: da descoberta à independência**. Coimbra: Minerva, Imprensa de Coimbra, 1996. 80 p.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937 - 1964)**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2002. 262 p.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** - Uma visão a partir da América Latina e do Caribe: Informativo sobre o Brasil. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2005. Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/informativo_Brasil.doc>. Acesso em: 15 jan. 2006.

CHERRY, Kittredge. **Womansword: What Japanese Words Say About Women**. Tokio: Kodansha International (jpn), 2002. 160 p.

COAL MINING WOMAN USA: Rounder Select, 1997. 1 disco compacto, digital, estéreo. B00000037Q www.rounder.com

DAVIS, Virginia. **Mines and Quarries of Ancient Egypt**, Part II: Expeditions, settlements, tools and transport . Disponível em: <<http://www.touregypt.net/>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

EDGAR, Monroe. **The Temple and Mines at Serabit el-Khadem**. Disponível em: <<http://www.touregypt.net/featurestories/serabit.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; ARAGÃO, Lúcia Maria Paixão; PINHEIRO,

Margarida Maria de Souza (Org.). **Ceará no Feminino: As condições de vida da mulher na zona rural**: As condições de vida da mulher na zona rural. Fortaleza: Editora Ufc, 2003. 138p.

ESTLUND, Cynthia. **Working Together: How Workplace Bonds Strengthen a Diverse Democracy**. New York: Oxford University Press, 2003. 256p.

GIBBON, Peter. **Liberalized Development in Tanzania: Studies on Accumulation Processes and Local Institutions**. Suécia: Nordic Africa Institute, 1995. 176 p.

GIER, Jaclyn; MERCIER, Laurie (Ed.). **Mining Women:gender in the development of a global industry, 1670 to 2005**. Primeira Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006. 355 p.

GOLDMAN, Wendy Z.. **Women at the Gates : Gender and Industry in Stalin**. New York: Cambridge University Press, 2002. 314 p.

HORSLEY, Jessica. **Women in Mining - The Statistics**. On Behalf of the Women in Mining Group, Australian Institute of Mining and Metallurgy - AusIMM. Disponível em: <<http://www.ausimm.com.au/women/wimarticle.doc>>. Acesso em: 14 out. 2005.

HUNTER, Janet. **Japanese Women Working**. Londres: Routledge, 1995. 260 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento – COREN. – **População Ocupada na Indústria Brasileira: Participação de mulheres e crianças**. Apresentado por Angela Jorge. In: PROSUL, I Encontro – 8 de março de 2005, Rio de Janeiro. Trabalho Infantil e Gênero na Pequena Mineração Sul-americana. Disponível em: <www.cetem.gov.br/prosul>. Acesso em: 06 ago. 2005.

KEENAN, Desmond. **The true origins of Irish Society**. Eua: Xlibris, 2004. 528 p.

KERNAL DERSIS. Administrador do Pnud. **La mujer en la adopción de decisiones** - Discurso do PNUD. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2006. Disponível em: <<http://content.undp.org/go/newsroom/march-2006/statement-international-womens-day-20060308.es?g11n.enc=ISO-8859-1?es>>. Acesso em: 08 mar. 2006.

LAHIRI-DUTT, Kuntala. **Women mine workers: A gendered view of the mines at the times of globalization**. In: INTERNATIONAL WOMEN & MINING CONFERENCE, 3., 1-92004, Visakhapatnam. Defending our lives, demanding our rights. India: Mines, Minerals & People, 2004. p. 58 - 60. Disponível em: <www.mmpindia.org/kuntala.PDF>. Acesso em: 16 jan. 2006.

LAHIRI-DUTT, Kuntala. **Kamins building the empire: class, caste, and gender interface in Indian collieries**. In: GIER, Jaclyn J.; MERCIER, Laurie (Comp.). Mining women: gender in the development of a global industry 1670 -2005: Part I - The Indigenous, Colonial and Imperial Legacy. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 71-87.

LINS, Fernando Antonio de Freitas; LOUREIRO, Francisco Eduardo de Vries Lápido; ALBUQUERQUE, Gildo de Araújo Sá Cavalcanti de (Ed.). **Brasil 500 Anos: A construção do Brasil e da América Latina pela mineração**. Rio de Janeiro: Cetem/mct, 2000. 254 p.

MANDERSON, Lenore. **Sickness and the State: Health and Illness in Colonial Malaya, 1870-1940**. Eua: Cambridge University Press, 2002. 260 p.

MIRANDA, Leticia. **Mining with a gender perspective**. In: THIRD INTERNATIONAL WOMEN AND MINING CONFERENCE, 2004, Visakhapatnam (india). Defending our lives, demanding our rights. India: Mines, Minerals & People, 2004. v. 1, p. 9 - 10. Disponível em: <<http://www.mmpindia.org/womenmining.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

MONTGOMERY, Fiona; COLETTE, Christine (Ed.). **The european women's history**. Londres: Routledge, 2002.

MORTON, G.r.. **Subterranean Mining and Religion in Ancient Man**. Disponível em: <<http://home.entouch.net/dmd/mining.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

PATAI, R. **The jewish alchemists**. Reprint edition. EUA: Princeton University Press, 1995. 633 p. ISBN: 0691006423

PYBURN, K Anne. **Ungendering civilization**. Londres: Routledge, 2002. 272 p.

RODRIGUES, Rita Maria. **Mulheres do Ouro: O trabalho feminino nos garimpos do Tapajós**. Belém: Secretaria de Estado de Indústria, comércio e Mineração do Pará - Seicom, 1994. 131p. Disponível em: <<http://www.seicom.pa.gov.br/diram/camga.htm#5>>. Acesso em: 17 jul. 2005.

TALLICHET, Suzanne E.. **Gendered relations in the mines and the division of labour underground**. Gender & Society, Austin (texas), v. 9, p.697-709, 1995. Bimensal.

TANDETER, Enrique. **Coercion & Market: Silver Mining in Colonial Potosí 1692 - 1826**. Albuquerque: University Of México Press, 1993.

TERRA FRIA ("North Country"). Direção: Niki Caro. Roteiro: Michael Seitzman, baseado no livro de Clara Bingham. Intérpretes: Charlize Theron, Woody Harrelson, Frances McDormand, Sean Bean, Richard Jenkins, Sissy Spacek, Jeremy Renner, Thomas Curtis, Michelle Monaghan, Rusty Schwimmer, Jillian Armenante e elenco. Los Angeles, Warner Brothers, 2005. 1 DVD (126 minutos). Site oficial: <http://northcountrymovie.warnerbros.com>.

Gênero na indústria extrativa brasileira

Angela Jorge e Hildete Pereira de Melo

Na história do capitalismo brasileiro dos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes foi a inserção crescente das mulheres no mundo do trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva e provocou um vigoroso processo de urbanização, que proporcionou um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegaram às nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política feminina na sociedade brasileira (MELO, 1998).

Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

É preciso assinalar que esta *nova* mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para as mulheres. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia).

O tema da *invisibilidade* é, sem dúvida, o mais antigo das reivindicações feministas e refere-se, na verdade, à tentativa de uma nova interpretação do trabalho doméstico num debate com a Economia Política. O avanço da industrialização e do seu corolário – a urbanização – separou a mulher e sua família da esfera produtiva, tornando-a mera dona-de-casa, figura criada pela sociedade moderna, ao deslocá-la das antigas funções econômicas exercidas pelas famílias. O invisível é desvendado no plano simbólico quando se caracterizam os afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório, de ajuda. O paradigma, da “*naturalidade*” da divisão sexual do trabalho, impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, nem tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família (MELO E SERRANO, 1997 E DEDECCA, 2004). Este artigo tem a preocupação de recuperar primeiro a condição feminina numa breve síntese das principais mudanças das últimas

décadas e, em segundo lugar, fazer um recorte do objeto de análise dessa publicação a indústria extrativa olhada pelo prisma de gênero. As principais fontes de informação utilizadas foram os Censos Demográficos de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estas fontes de informação permitem fazer um retrato da sociedade em determinado tempo, numa periodicidade definida para os anos de 1991 e 2000 e analisando as seguintes variáveis para análise da ocupação: sexo, idade, raça (cor), escolaridade, atividade, ocupação e rendimentos.

AS MUDANÇAS NO PAPEL FEMININO

Para ilustrar as transformações em curso no papel feminino vamos fazer uma breve síntese da sociedade brasileira nos anos 1990. Um dos fatos mais notáveis foi o enorme crescimento da escolaridade feminina e o aumento da sua esperança de vida, como mostram as **Tabelas 1 e 2**. Os efeitos das práticas anticonceptivas podem ser observados pela baixa taxa de crescimento da população residente brasileira, de 1,63% ao ano, e pela esperança de vida; esta cresceu cerca de três anos para ambos os sexos, mas as mulheres vivem quase oito anos a mais do que os homens como mostra a **Tabela 2**.

Tabela 1 – População residente segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	146.825.475	72.485.122	74.340.353
2000	169.799.170	83.576.015	86.223.155

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Esperança de vida ao nascer (em anos) segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	66,0	62,6	69,8
2000	68,6	64,8	72,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Tabela 3 – Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais, segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
Taxa de alfabetização %			
1991	79,93	80,15	79,72
2000	86,37	86,23	86,50
Taxa de analfabetismo %			
1991	20,07	19,85	20,28
2000	13,63	13,77	13,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Com relação ao aumento da escolaridade feminina, sabemos que esta foi uma conquista das mulheres. Ao longo de todo o século XX, estas se empenharam para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Assim, na última década do século vinte observamos a redução significativa do analfabetismo feminino, embora, ainda em 1991, a participação relativa de mulheres analfabetas com mais de 15 anos fosse maior do que a de homens, como mostra a tabela 3. Na verdade, a sociedade brasileira fez um grande esforço conjunto para vencer o analfabetismo, de modo que, entre 1991 e 2000, a taxa de analfabetismo na população brasileira passasse de 20,07% para 13,63%, chegando as mulheres a uma posição um pouco melhor que a masculina.

O quadro sociodemográfico traçado acima permite concluir que as mulheres vivem mais e já são um pouco mais escolarizadas que os homens. Nos últimos trinta anos, no Brasil e em toda a América Latina, aconteceram grandes mudanças nos padrões socioeconômicos da família à produção. Houve um progresso na redução das desigualdades de gênero e este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

No Brasil cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, embora ainda permaneçam diferenciais salariais, no entanto, estes diminuíram; nos anos 1980 as mulheres auferiam cerca de 56% dos rendimentos masculinos e em 2001 esta participação é de aproximadamente 70% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, PNAD/IBGE), uma vitória, mas não se atingiu a consigna feminista de *salário igual para trabalho igual*. É importante assinalar que este diferencial de salário que ainda persiste é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. Acabar com a discriminação salarial seria uma medida para melhorar a distribuição de renda na sociedade. Esta diferença é pura discriminação e não é devido ao pior desempenho das mulheres na produção. A elevação da escolaridade aparentemente não modifica a situação feminina, o mesmo grau de instrução não possibilita as mulheres rendimentos iguais aos dos homens.

Analisando a estruturação do mercado de trabalho, nota-se que esta mudou; a principal transformação foi na condição de atividade: nos últimos trinta anos a taxa de atividade feminina passou de uma média em torno de 20% da população economicamente ativa (PEA) entre os anos de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (CENSOS DEMOGRÁFICOS/IBGE). Esse aumento das mulheres no mercado de trabalho não superou os obstáculos de acesso a cargos de chefia e as diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído nos anos 1990, ainda permanecem e simplesmente significam que as mulheres aceitaram com maior resignação, postos de trabalhos com menor remunera-

ção. Claro, que esta situação é agravada pelas taxas de desemprego feminino, que são significativamente maiores do que as da população masculina.

As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor de serviços, cerca de 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. Mais de 50% das domésticas são negras e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade.

Historicamente, a interpretação comum sobre o comportamento de mulheres e homens na sociedade enfatizava a importância do homem enquanto provedor da produção de bens necessários à manutenção da família, e às mulheres cabia a função biológica da produção humana. Esta divisão sexual do trabalho permanece, mas as mudanças sociais, econômicas e políticas repercutiram no modelo patriarcal de família, e aquelas se tornaram mais intensas e visíveis a partir dos anos 1980, seja a partir do processo de reestruturação econômica e expansão dos serviços, seja pela transformação nas instituições sociais e políticas. Acreditamos que uma outra relação entre os sexos está em construção, mas é preciso discutir com mais detalhe a questão de gênero nas relações econômicas e familiares, como uma dimensão importante das mudanças históricas que implicarão em novas políticas públicas.

O “novo” chega pela elevação da escolaridade feminina, que possibilitou maior absorção de mulheres nos setores de serviços e em processos econômicos mais complexos; pelas mudanças na composição da família; pelo aumento do número de casamentos; idade de casamento; separações conjugais e o tamanho da família. Além disso, chega pela queda dos salários reais médios familiares, que estimula a entrada da mulher no mercado de trabalho e pela substituição do trabalho masculino pelo feminino, visando diminuição de custos das empresas.

Assim, atualmente mais e mais mulheres são trabalhadoras, mas a continuidade do crescimento da atividade feminina nos anos 1990 foi coincidente com uma deterioração dos rendimentos e aumento do desemprego. Dentre as ocupações tipicamente femininas, aumentaram o serviço doméstico remunerado e as autônomas e diminuíram os postos de trabalho do setor público. Cresceu a desigualdade de raça e as realidades femininas vão se alterando: não se pode mais falar de uma mulher, são muitas e diferentes. Mais velhas e sós. A inserção feminina no mercado de trabalho não superou a questão da invisibilidade do trabalho feminino, na medida em que a dinâmica das famílias frente às ocupações exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho caracteriza mais um processo de precarização do que uma inclusão social. A maioria das mulheres mantém-se como as únicas responsáveis pelo cuidado da família.¹

Para analisar o papel e a dimensão do trabalho feminino na indústria extrativa a única fonte de informação abrangente é o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos pelo IBGE. Este levantamento, realizado nos domicílios, procura identificar a situação de trabalho de todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, possibilitando a estimação do contingente de pessoas ocupadas tanto em trabalhos formais quanto informais. A caracterização da inserção da população no mercado de trabalho é possível pela identificação do segmento de atividade econômica em que esta trabalha; sua ocupação, ou seja, a função que desempenha no trabalho, assim como as horas trabalhadas e os rendimentos recebidos. Outras variáveis que complementam a análise relacionam-se às características demográficas e nível de escolaridade dos trabalhadores.

A contribuição da Indústria Extrativa na geração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em 2000, foi de 2,6%, segundo as estimativas das Contas Nacionais do IBGE, sendo que, de acordo com o Censo Demográfico, este setor de atividade ocupava 0,36% dos trabalhadores no país. Isso significa que esta atividade agrega pouco valor à riqueza do país, apesar de sua importância estratégica como fornecedores de insumos básicos à indústria de transformação. Assim, é no decorrer do processo produtivo que os insumos minerais contabilizados na indústria extrativa participam mais intensamente da riqueza nacional.

Cabe esclarecer que, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a Indústria Extrativa inclui os seguintes segmentos de atividade: Extração de carvão mineral, Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados, Extração de minerais radioativos, Extração de minérios de metais preciosos, Extração de minerais metálicos - exceto metais preciosos e radioativos, Extração de pedras e outros materiais para construção, Extração de pedras preciosas e semipreciosas, Extração de outros minerais não-metálicos e Extração de minerais mal especificados. Inclui também atividades complementares de beneficiamento associado a extração desde que este beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. Atividades que impliquem em transformação dos minerais como o artesanato ou sua comercialização não estão consideradas nesta seção de atividade.²

As informações do Censo 2000 permitem traçar um retrato da população ocupada brasileira sob o ângulo de gênero, como mostra a tabela 4. Nesta observa-se que, no total das pessoas ocupadas (população de 10 anos ou mais), 37,74% eram mulheres em 2000, enquanto na indústria extrativa a participação feminina era muito pequena, cerca de 7,0%. Verifica-se também que a participação das mulheres ocupadas na Extrativa, no conjunto de mulheres ocupadas, é praticamente ínfima (0,07%), pois, como já mencionado, elas estão fortemente concentradas nos serviços domésticos remunerados, educação, saúde e serviços sociais.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos de idade ou mais ocupadas - Brasil – 2000

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres (%)
Total	65 629 892	40 860 097	24 769 796	37,74
Indústria Extrativa	234 869	218 003	16 866	7,18
Participação da indústria extrativa na ocupação total (%)	0,36	0,53	0,07	

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

É interessante observar que as mulheres representavam 7,18% dos trabalhadores da Indústria Extrativa. Entretanto, o estudo de sua participação por segmento de atividade mostra que estas trabalhadoras tinham maior presença na Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados (16% do total de mulheres ocupadas na Extrativa), na Extração de pedras e outros materiais para construção (25%) e na Extração de minerais mal especificados (38%). Por outro lado, sua maior participação relativa está no segmento Extração de petróleo e gás natural e serviços, nos quais 89% dos trabalhadores são homens e 11%, mulheres. A participação mais forte de mulheres ligadas à extração de petróleo deve-se, provavelmente, à sua inserção em funções administrativas.

Esta participação é melhor observada quando os dados são analisados sobre o ângulo das ocupações típicas da indústria extrativa³, como mostra a **Tabela 6**. Cabe ressaltar a diferença de abordagem, pois nesta tabela a participação feminina cai para 2,72%, enquanto na anterior foi de 7,18%. Ao considerar o setor de atividade “Indústria Extrativa” (**Tabela 5**) estão arrolados todos os trabalhadores independente das funções que exercem no desempenho de seu trabalho, incluindo trabalhadores administrativos e auxiliares; enquanto na tabela 6 são identificadas apenas as ocupações típicas, ligadas diretamente à produção⁴. Garimpeiros e operadores de salinas são as ocupações que detém a maior taxa de participação feminina (4,45%), seguida dos trabalhadores de extração de minerais sólidos (3,02%).

Tabela 5 - Distribuição das pessoas ocupadas na indústria extrativa, por segmento da atividade, segundo o gênero e participação das mulheres - Brasil 2000 (%)

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Indústrias extrativas	100,00	100,00	100,00	7,18
Extração de carvão mineral	2,15	2,24	1,04	3,47
Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados	10,36	9,89	16,35	11,33
Extração de minerais radioativos	0,06	0,06	0,00	0,00
Extração de minérios de metais preciosos	6,02	6,19	3,86	4,61
Extração de minerais metálicos - exceto metais preciosos e radioativos	4,21	4,16	4,92	8,39

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Extração de pedras e outros materiais para construção	31,73	32,25	24,98	5,65
Extração de pedras preciosas e semi-preciosas	5,99	6,02	5,62	6,73
Extração de outros minerais não-metálicos	4,38	4,34	4,88	8,00
Extração de minerais mal especificados	35,10	34,85	38,35	7,85

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Tabela 6 - Distribuição das pessoas ocupadas em ocupações típicas da indústria extrativa por ocupação segundo o gênero e participação das mulheres - Brasil 2000 (%)

	Total	Homens	Mulheres	Participação de mulheres
Total de ocupações típicas da indústria extrativa	100,00	100,00	100,00	2,72
Supervisores da extração mineral	2,32	2,33	2,07	2,43
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins	29,78	29,69	33,14	3,02
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - operadores de máquina	6,87	6,97	3,11	1,23
Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos	10,29	10,44	4,81	1,27
Garimpeiros e operadores de salinas	27,57	27,08	45,21	4,45
Trabalhadores de beneficiamento de minérios	3,32	3,34	2,81	2,30
Trabalhadores de beneficiamento de pedras	19,85	20,15	8,84	1,21

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE

Se as mulheres representam 7,18% das pessoas ocupadas na Extrativa e apenas 2,72% dos trabalhadores típicos desta atividade pode-se inferir que sua presença é mais importante em funções administrativas e auxiliares do que diretamente na produção.

A análise da distribuição regional do pessoal ocupado na Indústria Extrativa em relação à distribuição do pessoal ocupado total (**Tabela 7**) mostra o maior peso relativo da atividade na Região Norte, que respondia por 6,66% da ocupação total no país e por 10,66% dos trabalhadores da Extrativa. O estudo da distribuição de mulheres ocupadas, por sua vez, aponta a forte concentração de mulheres ocupadas na Indústria Extrativa na Região Sudeste, o que está diretamente relacionado à sua absorção na extração de petróleo e gás, como já foi apontado. Cabe destacar, ainda que participação de mulheres da Região Norte, entre as ocupadas na Extrativa, também é relativamente mais relevante que sua participação na ocupação feminina total (9,39% e 5,86%, respectivamente).

Tabela 7 - Distribuição do total de pessoas ocupadas, das pessoas ocupadas na Indústria Extrativa, do total de mulheres ocupadas e das mulheres ocupadas na Indústria Extrativa por grandes regiões - Brasil 2000 (%)

	Total de Pessoas Ocupadas	Pessoas Ocupadas na Indústria Extrativa	Total de Mulheres Ocupadas	Mulheres Ocupadas na Indústria Extrativa
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Norte	6,66	10,66	5,86	9,39
Região Nordeste	24,97	24,08	24,02	22,49
Região Sudeste	44,32	44,65	45,60	51,11
Região Sul	16,75	12,27	17,41	8,06
Região Centro - Oeste	7,30	8,35	7,11	8,96

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

A INDÚSTRIA EXTRATIVA: GÊNERO E JOVENS

Preocupados com a participação das crianças no mercado de trabalho brasileiro e sendo a mineração um setor que utiliza historicamente o trabalho infantil, foi feita uma avaliação da população ocupada de 10 a 17 anos. No mercado de trabalho, em 2000, os menores de 18 anos ocupados representavam 5,7% da força de trabalho brasileira, de acordo com informações do Censo 2000. No entanto, a Extrativa era absolutamente insignificante enquanto ocupação dos jovens (0,23%), sendo que é preciso deixar claro que o grosso dessa ocupação referia-se aos jovens entre 16 e 17 anos (62% dos ocupados na Extrativa). A presença de jovens era mais freqüente na Extração de pedras e outros materiais para construção e na Extração de minerais mal especificados, sendo que as ocupações com maiores taxas de participação eram as mesmas da ocupação geral da extrativa, Garimpeiros e operadores de salinas e Trabalhadores de beneficiamento de pedras. As meninas de 10 a 17 anos de idade representavam 12% deste contingente de trabalhadores.

O Brasil assinou, em setembro de 2000⁵, a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho, que tratam da proibição no país das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Entre os trabalhos incluídos como perigosos e insalubres⁶ e, portanto, vetados a menores de 18 anos, foram explicitados:

- trabalhos na extração ou beneficiamento de mármore, granitos, pedras preciosas, semi-preciosas ou outros bens minerais;
- trabalhos com exposição a ruído contínuo ou intermitente, acima do nível de ação previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto;
- trabalhos em escavações, subterrâneos, pedreiras garimpos ou minas em subsolo ou a céu aberto;

- trabalhos em locais em que haja livre desprendimento de poeiras minerais;
- trabalhos em indústrias cerâmicas;
- trabalhos em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva;
- trabalhos em fábricas de cimento ou cal;
- trabalhos em salinas, e
- trabalhos em carvoarias.

Portanto, ainda que a participação de crianças e adolescentes em atividades da Indústria Extrativa seja muito pequena no Brasil, esta deve ser combatida como vem fazendo, com resultados positivos o Ministério do Trabalho e Emprego. Este combate vem sendo feito por meio de ações de fiscalização, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro passou por grandes transformações, e a entrada das mulheres ocorreu num contexto econômico adverso, com aumento do desemprego, desregulamentação do mercado de trabalho, perda de importância relativa do assalariamento. Esta situação obrigou mulheres e homens a recorrerem a estratégias de sobrevivência que provocaram a precarização de suas condições de vida. Esta nova realidade não modificou o papel masculino que continua a se dedicar prioritariamente ao mercado de trabalho e para as mulheres exige que elas combinem o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos.

A presença da mulher no mercado de trabalho caracteriza-se por uma concentração da atividade feminina nos segmentos do setor serviços, que são os menos organizados da economia, com maior recorrência de contratos informais e menor presença sindical.

Analisar sob o prisma de gênero a Indústria Extrativa com ênfase na participação dos trabalhadores(as) seja adultos, jovens ou crianças, em qualquer desses indicadores esta indústria apresenta uma baixa taxa de ocupação da mão-de-obra brasileira. Apesar de sua importância estratégica para a criação da riqueza nacional.

Olhando pela perspectiva da distribuição regional esta indústria é profundamente marcada pela existência no território das riquezas minerais e assim sua distribuição no espaço regional está condicionada a presença de jazidas no solo. Isso pode ser observado na participação do Nordeste nessa ocupação.

As mulheres representam 7,18% das pessoas ocupadas na Extrativa, mas apenas 2,72% dos trabalhadores típicos desta atividade. Assim é possível inferir que sua presença é mais importante em funções administrativas e auxiliares do que diretamente na produção. O estudo da distribuição de mulheres ocupadas, por sua vez, aponta a

forte concentração de mulheres ocupadas na Indústria Extrativa na Região Sudeste, o que está diretamente relacionado à sua absorção na extração de petróleo e gás. Isto devido a presença da empresa petrolífera brasileira (Petrobrás) no estado do Rio de Janeiro, na exploração da Bacia de Campos. Seguramente esta participação mais forte de mulheres ligadas à extração de petróleo deve-se, provavelmente, à sua inserção em funções administrativas na sede da empresa, na cidade do Rio de Janeiro.

A última questão analisada neste texto trata da participação das crianças e jovens (10 a 17 anos) na mineração. Os menores de 18 anos ocupados representavam 5,7% da força de trabalho brasileira (CENSO DE 2000), e na indústria extrativa sua participação absolutamente insignificante enquanto ocupação dos jovens (0,23%) e mesmo assim esta ocupação refere-se aos jovens entre 16 e 17 anos (62% dos ocupados na extrativa). Trabalhavam na extração de pedras e outros materiais para construção, portanto em piores condições de salubridade. Ou eram garimpeiros e operadores de salinas. As meninas continuam sendo apenas 12% da ocupação deste contingente de trabalhadores. Mesmo uma participação de crianças e jovens tão baixa coloca para o Estado brasileiro uma preocupação de retirá-los de condições de trabalho tão precárias e insalubres.

1 O tempo socialmente gasto com os afazeres domésticos, que são responsáveis pela reprodução da vida humana é executado, em aproximadamente 80%, por pessoas do sexo feminino (ver Melo et alli, 2005).

2 Ver a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003

3 De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, adaptada para as pesquisas domiciliares do IBGE, considera-se como “ocupações típicas” da Indústria Extrativa: Supervisores da extração mineral, Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins, Trabalhadores da extração de minerais sólidos - operadores de máquina, Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos, Garimpeiros e operadores de salinas, Trabalhadores de beneficiamento de minérios, Trabalhadores de beneficiamento de pedras

4 Não foram considerados os profissionais de nível superior ou técnicos pela dificuldade em associá-los diretamente à produção.

5 Decreto no 3597, de 12 de setembro de 2000

6 Portaria no 20, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, de 13 de setembro de 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censos Demográficos, 1991, 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), alguns anos; Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: versão 1.0. Rio de Janeiro: 2003; Classificação Brasileira de Ocupações –CBO.**

BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, **Portaria n. 20 de 13 de setembro de 2001.**

BRASIL, Presidência da República, **Decreto no 3597, de 12 de setembro de 2000.**

DEDECCA, Claudio Salvadori (2004) **Tempo, Trabalho e Gênero**, in COSTA, Ana A., OLIVEIRA, Eleonora M. de, LIMA, Maria Ednalva B. de, SOARES, Vera, (orgs), Reconfiguração das relações de gênero no trabalho, São Paulo: CUT.

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio M., SABBATTO, Alberto, **Os Afazeres Domésticos Contam**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Texto para Discussão n. 177, setembro de 2005.

MELO, Hildete Pereira de, **Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil** in BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (orgs) *Mulher e Política – Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MELO, Hildete Pereira de, SERRANO, Franklin, **A Mulher como Objeto da Teoria Econômica**, in AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos/RECORD, 1997.

O trabalho infantil em cadeias produtivas de base mineral

Maria Helena M. Rocha Lima

Nilo da Silva Teixeira

O trabalho infantil está relacionado ao nível de renda da família, mas não pode ser explicado somente como uma estratégia das famílias mais pobres para aumentá-la. Na realidade, a pobreza está associada a algumas características dos domicílios onde encontramos trabalho infantil, como: o baixo nível educacional dos pais, pais que trabalharam na infância têm filhos que também trabalham, tamanho do domicílio e principalmente a região onde este se localiza (CARDOSO, 2004).

Trabalhos recentes apontam a necessidade de se considerar outros fatores que podem também determinar a existência de trabalho infantil. Schwarzman (2004) observou que o trabalho infantil nas zonas rurais tem menos a ver com a exploração do que com tradições familiares ou com a ausência e/ou precariedade das escolas. São fatores importantes, portanto, os de natureza cultural que dizem respeito às formas tradicionais e familiares da organização econômica e da incapacidade do sistema escolar em manter as crianças na escola.

O trabalho infantil nas atividades de mineração está sempre relacionado às piores formas de trabalho, que impõem danos físicos e mentais às crianças¹. É comum se falar dos benefícios do trabalho infantil em algumas atividades, pois nem todo tipo de trabalho é tão danoso, podendo estar associado à disciplina e ao treinamento para o trabalho futuro. No entanto, existem fortes evidências de que o trabalho de crianças e adolescentes, seja qual for, traz impactos negativos à educação e aos rendimentos futuros, sendo um poderoso inibidor de oportunidades e ganhos futuros, incluindo o de maior escolaridade (LAHI ET AL, 2000).

Conceituando-se cadeia produtiva como o conjunto de atividades, nas diversas etapas de produção, que transforma matérias-primas básicas em produtos finais, pode-se afirmar que, no Brasil, ainda existe trabalho infantil em algumas das cadeias produtivas de base mineral. Não se observa trabalho infantil atualmente em grandes e médias empresas de mineração, no entanto, muitas vezes, essas empresas fecham os olhos para a maneira como foram produzidos alguns de seus insumos.

Este trabalho pretende identificar essas atividades, principalmente as ligadas à mineração, selecionando-se aquelas que façam parte das cadeias produtivas dos setores siderúrgico e de construção civil que ainda utilizam o trabalho infantil. Para isso também foram elaborados mapas, identificando regiões e municípios que apresentem maior possibilidade de utilizarem mão-de-obra infantil.

DIMENSÕES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

O avanço no combate ao trabalho infantil no Brasil é bastante claro na última década, quando observado o período de 1993 a 2004. Segundo a PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE², houve uma diminuição significativa da percentagem de crianças que trabalham, em relação ao grupo de crianças que não trabalham, na faixa etária de 5 a 17 anos. Pode-se dizer que este percentual caiu pela metade, conforme se observa na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Percentual de crianças e adolescentes ocupados na população de 5 a 17 anos

Ano	Grupos de idade			
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	Total
1993	3,2	19,6	46,0	19,0
1998	2,9	14,6	35,8	15,1
2003	1,3	10,4	30,3	11,7
2004	1,4	9,5	30,5	11,4

Fonte: PNAD (2004).

Os diversos fatores que têm contribuído para este declínio precisam ser melhor estudados. Uma legislação bastante rigorosa e a existência de programas de transferência de renda para a população de baixa renda (programa Bolsa-Escola e o PETI – Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil) têm se mostrado como fatores positivos³. Em 1995, esforços da OIT - Organização Internacional do Trabalho e do governo federal, juntamente com interesses de grandes empresas exportadoras, que já estavam sofrendo acusações de utilizarem em suas cadeias produtivas o trabalho infantil, foram as principais motivações para a criação do PETI.

Apesar dos esforços feitos no país para eliminar a exploração do trabalho das crianças e dos adolescentes, a OIT estimou que havia 145.967 trabalhando somente na atividade de extração e beneficiamento de minerais metálicos e não metálicos, em todo o país, no ano de 2003.

O envolvimento de crianças e adolescentes no mercado de trabalho apresenta diferenças regionais bastante significativas. A região nordeste apresentou o maior percentual de ocupação e o maior número absoluto de crianças e adolescentes ocupados. A atividade agrícola na região nordeste permanece como a mais importante atividade para crianças e adolescentes em todas as faixas de idade.

Nas demais regiões à medida que avança em idade, vai aumentando o número de crianças e adolescentes em atividades não agrícolas. Nas regiões sudeste e sul, o número de adolescentes em atividades não agrícolas aumenta muito quando passa para a faixa de 15 a 17 anos. A região sudeste, apesar de apresentar grande número de crianças e adolescentes ocupados, em termos percentuais, é a região que apre-

senta o menor percentual nas faixas etárias. Por outro lado, a região sul apresenta um percentual maior de crianças ocupadas, enquanto em números absolutos fica em terceiro lugar, após as regiões nordeste e sudeste.

A **Tabela 2** apresenta os números estimados de crianças e adolescentes ocupados, por regiões, separados por atividades agrícolas e não agrícolas.

Tabela 2 - Número de crianças e adolescentes, no trabalho principal – 2004

Regiões	Grupos de idade	Agrícola	Não agrícola	Total
Norte	5 a 9 anos	27.420	6.046	33.466
	10 a 14 anos	153.322	78.017	231.339
	15 a 17 anos	146.792	182.395	329.187
	Total	327.534	266.458	593.992
Nordeste	5 a 9 anos	105.260	35.077	140.337
	10 a 14 anos	521.377	263.239	784.616
	15 a 17 anos	584.783	531.860	1.116.643
	Total	1.211.420	830.176	2.041.596
Sudeste	5 a 9 anos	14.932	12.642	27.574
	10 a 14 anos	96.819	195.982	292.801
	15 a 17 anos	167.177	893.261	1.060.438
	Total	278.928	1.101.885	1.380.813
Sul	5 a 9 anos	34.400	5.707	40.107
	10 a 14 anos	202.329	101.646	303.975
	15 a 17 anos	183.547	399.512	583.059
	Total	420.276	506.895	927.141
Centro-Oeste	5 a 9 anos	6.925	3.641	10.566
	10 a 14 anos	39.449	61.415	100.864
	15 a 17 anos	50.035	198.082	248.117
	Total	96.409	263.138	359.547
BRASIL		2.334.567	2.968.552	5.303.089

Fonte: PNAD (2004).

No ano de 2004 havia, portanto, 5.303.089 crianças e adolescentes (soma de todas as faixas etárias nas regiões) ocupadas no Brasil em todas as atividades econômicas. Estes números delimitam melhor o campo para diagnósticos e ações de combate ao trabalho infantil nas cadeias produtivas, levando em conta a classificação de atividades agrícolas e não-agrícolas.

O documento “Mapa Indicativo de Trabalho Infantil e Adolescência – 2004” do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego⁴ resulta da integração de dados da ação de fiscalização para a erradicação do trabalho infantil, que é levada a cabo pelos audi-

tores-fiscais do trabalho e servidores atuantes nos GECTIPA - Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Estes dados não são quantitativos, mas refletem a situação dos municípios segundo as observações qualitativas da fiscalização do trabalho, que visam localizar atividades ilícitas.

O MTE apresenta a lista de todos os municípios e o tipo de atividade em que foram encontrados focos de trabalho infantil. A **Tabela 3** separa cada região por tipo de atividade: agrícola e não agrícola e o número de municípios em cada região com foco de trabalho infantil. É importante frisar que os municípios foram contabilizados somente uma vez, quando foi encontrada mais de uma atividade em um mesmo município.

Existem algumas atividades nas quais há crianças e adolescentes trabalhando em quase todos os municípios dos estados e mesmo do país como, por exemplo, serviços domésticos e comércio ambulante. Nesses casos o documento do MTE atesta que existe a atividade em todos ou quase todos os municípios de um determinado estado.

Identificando na **Tabela 3**, as atividades que existem nas cadeias produtivas de base mineral, são elas: extração de cassiterita, extração de minérios, produção de carvão vegetal, serviços em cerâmicas e olarias, beneficiamento de carvão mineral, extração de pedras, areia e argila, extração de pedra britada, extração e britagem de pedras e outros minerais não metálicos, extração e quebra de pedras em pedreiras, fabricação de artefatos de gesso, artesanato, artefatos de concreto, fabricação de concreto e cimento, reciclagem de sucatas metálicas.

Tabela 3 - Atividades e número de municípios com focos de trabalho infantil, por região
(Total de municípios no Brasil: 5.561)

Região	Atividades		Nº de municípios c/ foco
Norte	Agrícola	Agricultura de subsistência e familiar, culturas: banana, cacau, café, mandioca, melancia, feijão, milho, hortifrutigranjeiro, rizicultura, extração vegetal de palmito, açaí, produção de farinha de mandioca e de carvão vegetal.	263
	Não Agrícola	Açougue, cata do caranguejo, catadores de lixo, coleta de material reciclável, comércio ambulante e varejista, extração de minérios, de cassiterita, fabricação de artefatos em madeira, feiras livres e mercados (carregador), indústria moveleira e assemelhados, lavagem de automóveis, matadouros, panificação, pecuária, pesca, puxador de lancha, sorveteria, serviços de engraxate, flanelinha, serviços de carregadores, domésticos, cerâmicas e olarias, madeiras e serrarias, oficinas mecânicas, trabalho em viveiro de peixe e venda de jornais.	

Nordeste	Agrícola	Agricultura canavieira e de subsistência, culturas: algodão, café, caju, castanha do caju, cereais, coco, cravo, dendê, feijão, frutas cítricas, guaraná, laranja, mamão, mandioca, maracujá, milho, soja, tomate, cultura e desfibramento do sisal, fumicultura, fruticultura, horticultura, hortifruticultura, lavoura, produção de farinha de mandioca, rizicultura, coleta e quebra do coco babaçu, cultivo de algas, cultivo de flores e plantas ornamentais, exploração florestal, extração de fibras naturais, produção de carvão vegetal, farinha de mandioca, moagem e preparação de alimentos de origem vegetal.	544
	Não Agrícola	Abate de animais, agropecuária, artesanato, bordado manual, caieiras, catadores de lixo, catadores de mariscos, coleta e quebra do coco babaçu, coleta de material reciclável, comércio ambulante, comércio varejista (feiras livres, livros, jornais, revistas e papelaria), confecção de peças interiores do vestuário, confecção de roupas, conservação de vias públicas (tapa-buracos), construção civil, criação: bovinos, caprinos, ovinos, empilhamento e transporte de lenha, criação e cuidado de animais, extração de minerais não metálicos, extração de pedras, areia e argila, extração de pedra britada, extração e britamento de pedras e outros minerais não metálicos, extração e quebra de pedras em pedreiras, fabricação de artefatos de gesso, fabricação de artefatos em madeira, caixas de madeira, fabricação de doces e balas, fogos de artifício, sandálias, fabricação de santos, feiras livres e mercado (carregador), indústria moveleira e assementados, lavagem de automóveis, limpeza urbana, matadouros, panificação, pecuária, pesca (arrastão do camarão), pesca de peixes e camarões, quebra de castanha, rendeiras, serviços de engraxate, flanelinha, serviços carregadores, mototáxi, domésticos, comércio de alimentos, lavanderia e tinturaria, moageiras de sal, oficinas mecânicas, cerâmicas e olarias, tecelagem, trabalho em sinaleiras, transporte coletivo (cobradores), transporte manual de água/ consumo e venda de picolés.	
Sudeste	Agrícola	Agricultura canavieira, colheita de algodão, colheita de café, corte de cana-de-açúcar (para trato de animais), cultivo: flores e plantas ornamentais, mandioca, abacaxi, batata, café, coco, beterraba, cenoura, frutas cítricas, mamão, morango, tomate, horticultura e carvão vegetal.	252
	Não Agrícola	Administração pública, artesanato, atendimento hospitalar, avicultura, bancos, construção civil, atividades: desportivas/ de lazer/ de organização religiosa, catadores de lixo, coleta de material reciclável, comércio ambulante e varejista, comércio produtos alimentícios, confecção de roupa, educação infantil e fundamental, educação supletiva, empacotador, extração de minérios, extração de pedra britada, pedras, areia e argila, extração de pedras preciosas, fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, fabricação de artefatos de concreto, metal, papel e de plástico, artigos têxteis, automóveis e caminhonetes, caixas de madeira, concreto e cimento, gaiolas, máquinas e equipamentos,	

	continuação...	peças para veículos, produtos químicos, tintas, torneiras, indústria calçadista, Indústria moveleira e assemelhados, lavagem de automóveis, limpeza urbana, manutenção e reparação (motocicletas), panfletagem, panificação, pesca, pintura de peças de bicicleta, pizzaiolo, forneiro e ajudante, produção de aço, reparação de objetos pessoais, salão de beleza, engraxate, serviços diversos (atividades jurídicas/contábeis, convênios e programas educativos/sociais, guarda mirins, restaurantes e estabelecimentos de bebidas), domésticos, comércio de alimentos, cerâmicas e olarias, oficinas mecânicas, serviços gráficos, trabalho com bovinos e eqüinos, transporte coletivo, transporte coletivo (bondes, cobradores), transporte rodoviário de cargas, usinagem mecânica, venda de picolés e viveiros.	
Sul	Agrícola	Cultivo de frutas cítricas, culturas: algodão, alho, batata, cebola, erva-mate, feijão, maçã, pêssego, fumicultura e horticultura.	127
	Não Agrícola	Avicultura, catadores de lixo, coleta de material reciclável, comércio ambulante e atacadista, comércio varejista, comércio combustíveis, confecção de roupas, construção civil, exploração florestal, fabricação de artefatos de couro, artefatos de metal e madeira, artigos têxteis, torneiras, indústria calçadista, indústria de esquadrias de madeira, lavagem de automóveis, reciclagem de sucatas metálicas, reciclagem de sucatas não-metálicas, serviços de rua, serviços de carregadores, serviços diversos (atividades jurídicas/contábeis, convênios e programas educativos/sociais), cerâmicas e olarias, domésticos, comércio de alimentos, oficinas mecânicas, silvicultura e venda de jornais.	
Centro Oeste	Agrícola	Agricultura canavieira, colheita de manga, culturas: algodão, alho, batata, café, cebola, cereais, erva-mate, feijão, frutas cítricas, mandioca, outros produtos hortícolas, tomate, extração vegetal, fruticultura, horticultura, produção de farinha de mandioca e exploração florestal.	161
	Não Agrícola	Avicultura, beneficiamento de carvão mineral, bóias-frias, coleta de material reciclável, comércio ambulante, comércio varejista, comércio produtos de padaria, livros, jornais, revistas e papelaria e confeitaria, criação de bovinos, construção civil, desdobramento de madeira, extração de pedras, areia e argila, fabricação de artefatos em madeira, indústria moveleira e assemelhados, lavagem de automóveis, limpeza urbana, office-boy e office-girl, panificação, panfletagem, pecuária, pecuária de leite, pesca (catadores de isca), seleção, sericicultura, agenciamento e locação de mão-de-obra, serviços domésticos, serviços de rua, cerâmicas e olarias, madeireiras e serrarias, oficinas mecânicas e serviços em borracharias.	

Fonte: Mapa indicativo de trabalho infantil e adolescência, MTE (2004).

Tendo em vista que as atividades: (1) cerâmica e olarias, (2) extração de pedra, areia e argila (base mineral da cadeia produtiva da construção civil) e (3) produção de carvão vegetal (cadeia produtiva da siderurgia) foram aquelas que tiveram um número expressivo de focos de trabalho infantil, optamos por fazer nesse trabalho, a análise dessas três atividades.

São atividades predominantemente produzidas em empresas de pequeno porte, correspondendo a 71% do total das minas exploradas no Brasil, no caso da extração de pedras, que são em sua grande maioria aquelas minas onde se exploram as substâncias não metálicas (DNPM, 2003).

Cerâmicas e Olarias

Dentro da cadeia produtiva da construção civil, um setor tradicional é o cerâmico, conhecido popularmente pelas denominações de cerâmicas e olarias e abrange a fabricação de tijolos, telhas, manilhas, tubos, filtros, vasos, etc. Com o desenvolvimento desta indústria, que sempre esteve atrelada à construção civil, houve uma evolução desigual das empresas do ramo. Enquanto as olarias compreendem pequenas fábricas de tijolos e telhas nas quais o processo produtivo é manual, apresenta baixa produtividade, tem funcionamento sazonal e mau dimensionamento administrativo, as cerâmicas são representadas por empresas de pequeno e médio porte, detentoras de tecnologias de processo e com produtividade bem maior do que a das olarias.

O trabalho em cerâmicas e olarias é extremamente pesado e totalmente insalubre, principalmente para crianças e adolescentes. Segundo o relatório da VII Caravana Nacional de Direitos Humanos sobre a exploração de trabalho de crianças e adolescentes, elaborado pelo Deputado Orlando Fantazzini (29/08/2002), constatou-se que eles trabalham em diversas atividades dentro de uma mesma olaria: enformando, desenformando, empilhando e ensacando tijolos. Trabalham colocando a “mistura” de barro nas máquinas, na retirada dos tijolos da fôrma conhecida como “levantamento de tijolos”, e no transporte e empilhamento dos mesmos para secagem.

Parte do texto do relatório será transcrito, a seguir, com o objetivo de mostrar o grau de insalubridade do processo de funcionamento das olarias:

“Inicialmente o barro para a produção dos tijolos é retirado por escavadeiras e a argila é levada por caminhões até os fornos, onde é feita uma mistura da argila com sobras de curtime. O grande problema é que na queima dessas sobras são lançadas no ar substâncias consideradas cancerígenas por entidades nacionais e internacionais. Em seguida, a mistura é colocada numa máquina e os tijolos são retirados da fôrma e empilhados para secagem durante cinco dias, dependendo do clima. Logo após são levados ao forno para queima, numa temperatura média de 800°C a 1.000°C, onde permanecem por mais cinco

dias. Os fornos precisam ficar queimando durante todo esse tempo, sendo reacessos a cada três horas. A partir daí, são necessários mais outros cinco dias para que os tijolos esfriem e praticamente o mesmo período para que os fornos com capacidade para 60 mil tijolos sejam esvaziados.” (FANTAZZINI, 2002)

Em geral, as famílias moram ao redor das olarias, em casas mal acabadas e expostas a todo tipo de perigo, como a inalação de substâncias cancerígenas produzidas pela queima de sobras de couro usadas na produção dos tijolos. As crianças menores correm perigo por brincarem em volta das máquinas e próximas ao forno. As áreas onde funcionam as olarias são arrendadas e os arrendatários pagam sobre a produção. Assim eles “burlam” as leis utilizando a mão-de-obra infantil para pagar o arrendamento. A maioria dos adultos trabalha sem carteira assinada e sem equipamentos de segurança, como luvas, capas e chapéus, imprescindíveis nesse tipo de trabalho.

Este relatório também apresenta, em destaque, as condições de trabalho a que estão submetidas crianças e adolescentes nas cerâmicas e olarias, e que podem ser detalhados:

“Falta de anotação do contrato de trabalho em CTPS. Jornada excessiva e baixa remuneração (salário inferior ao mínimo legal) e mesmo ausência de remuneração. Trabalho noturno. Trabalho realizado em galpões semi-abertos e úmidos com iluminação deficiente ou trabalho a céu aberto com exposição excessiva à radiação solar. Instalações sanitárias elétricas inadequadas. Exposição ao calor. Exposição a poeiras. Exposição a níveis elevados de pressão sonora (ruído). Ritmo de trabalho acelerado e repetitivo. Levantamento e transporte manual de cargas excessivas. Manutenção de posturas inadequadas da coluna vertebral e dos membros superiores. Máquinas sem proteção das transmissões de força e no ponto de operação.” (FANTAZZINI, 2002)

A VII Caravana flagrou 12 adolescentes trabalhando (nos municípios de Penápolis, Barbosa, Glicério) nas olarias da região noroeste do estado de São Paulo, com idades entre 12 e 15 anos, sendo que três deles sustentavam a família, pois os pais eram doentes e não podiam trabalhar.

O mapa da **Imagem 3 (página 194)** apresenta os municípios⁵ onde foram encontrados focos de trabalho infantil na produção de cerâmicas e de olarias, municípios em vermelho, visualizando uma atividade que está espalhada por todo território nacional. Os municípios que têm pequenas empresas de cerâmicas e olarias, produção bruta inferior a 50.000 t/ano (de Classe H e I) são identificados com a cor amarela. Os municípios produtores e, ao mesmo tempo, os municípios onde já foi detectado trabalho infantil (interseção dos dois conjuntos) estão representados no mapa pela cor verde.

Os círculos vermelhos assinalando no mapa os estados de São Paulo e Santa Catarina e também estados na região nordeste, evidenciam as regiões com maior probabilidade de se encontrarem crianças e adolescentes trabalhando, tendo em vista que

são aqueles que têm o maior número de municípios com focos detectados de trabalho infantil e também possuem o maior número de empresas de pequeno porte no setor.

Uma observação muito importante é que a lista de empresas do DNPM (XV Universo da Mineração Brasileira - 2003) não cobre o universo das cerâmicas e olarias. Uma pesquisa mais detalhada poderia ser feita nas instituições de recursos minerais estaduais.

Os estados do Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba e Tocantins, além dos territórios do Acre, Rondônia e Roraima não apresentam focos de trabalho infantil, apesar de existirem olarias nestes estados, o que significa que o Ministério do Trabalho e Emprego não está atuando na repressão do trabalho infantil nestes locais. O estado do Paraná possui seis municípios com pequenas empresas, enquanto o Ceará possui doze (quarto maior estado em número de empresas), Paraíba possui quatro e os estados do Rio Grande do Norte e Tocantins não possuem empresas listadas pelo DNPM.

Extração de Pedras, Areia, Brita e Argila

A pulverização em pequenas unidades produtivas por todo território nacional é uma característica destes setores da mineração, todos ligados à cadeia produtiva da construção civil. A existência de trabalho infantil pressupõe a falta de fiscalização das atividades produtivas.

Pedras

Pedras ou rochas ornamentais e de revestimento são produzidas em 22 estados da federação, sendo que os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia são responsáveis por 80% da produção nacional.

Do ponto de vista comercial, as rochas ornamentais são classificadas em granitos e mármore, existindo no Brasil cerca de 500 variedades comerciais de rochas - entre granitos, mármore, ardósias, quartzitos, basaltos, conglomerados naturais, pedra talco, pedra miracema, pedra cariri, pedra morisca e arenitos - produzidas em quase 1.300 frentes de lavra em 300 empresas mineradoras e 250 empresas de beneficiamento de blocos e mármore e granitos (ABIROCHAS, 2001).

Também se destaca setorialmente a pedra-sabão/serpentinó, com uma produção estimada no ano de 2000 de 38.500 t/ano, no estado de Minas Gerais. Neste estado a produção de artesanato em pedra sabão/serpentinó, além de provocar doenças pulmonares entre a população ambientalmente exposta (3.000 artesãos e 12.000 pessoas expostas no município), afeta também e principalmente as crianças (BEZERRA ET AL, 2004).

Areia

Na mineração de areia para a construção civil, verifica-se uma grande incidência de clandestinidade (IPT, 1990), ou seja, um elevado número de mineradores efetua

sua extração sem obedecer à legislação. Enquadrado no elenco de minerais da Classe II (jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil) o aproveitamento da areia (extração e utilização) é feito pelo Regime de Licenciamento que só pode ser outorgado ao proprietário do solo, cabendo ao município, onde se situa a jazida, a outorga de licença (duração de um ou dois anos), mediante expedição de licença específica subordinada ao registro no DNPM. Na prática, não existe qualquer fiscalização, tanto por parte do DNPM quanto por parte das autoridades municipais.

No setor predominam empreendimentos de pequeno porte que absorvem pouca mão de obra. Apesar da simplicidade dos métodos de extração, exigindo pequeno capital para a montagem de uma unidade produtiva, o maior componente de custo é o transporte, que onera sensivelmente o preço do produto final. A localização preferencial da produção é perto dos centros urbanos, existindo uma grande dispersão da produção em todo o território nacional.

Brita

Denomina-se brita o elenco de rochas duras e/ou semiduras representadas por granitos, gnaisses, basaltos, diabásios, migmatitos, gabros, calcários e dolomitos, dentre outras que, após desmonte por explosivos e britagem, podem ser misturadas com outros insumos (cimento, areia, etc) e utilizadas na construção civil (IPT, 1990). As britas são consideradas minerais industriais (Classe IV). Neste caso de concessão de lavra, a outorga dos direitos minerários é consubstanciada em uma portaria do governo federal que garante a exploração da jazida até a sua exaustão.

A brita é um segmento do mercado mineral pulverizado por todo país, constituído por uma multiplicidade de unidades de produção (pedreiras). Trata-se de um produto com características regionais e a amplitude do seu mercado é determinada pelo peso relativo do custo de transporte no preço final do produto. Em algumas regiões, como o estado de São Paulo, empresas pequenas disputam mercado com empresas verticalizadas do setor de construção civil, que são correspondentes a 50% do mercado (IPT, 1990).

Argila

Existem dois tipos de argilas: o primeiro tipo se refere às argilas empregadas na fabricação de produtos de cerâmica vermelha e pode ser encontrado nas proximidades das cerâmicas e olarias e o segundo tipo, que se refere às argilas industriais utilizadas como matérias-primas nas indústrias de transformação.

Segundo o DNPM, existem dois caminhos para a regularização da atividade: registro de licença e concessão de lavra. A exploração pelo regime de licenciamento depende de licença expedida pela prefeitura do município em que se situa a jazida e sua

aprovação pelo DNPM é bastante simplificada. Por outro lado, a segunda alternativa, passa obrigatoriamente por uma fase de pesquisa antes da obtenção do direito de explorar. Apesar dos procedimentos junto ao DNPM serem relativamente simples, existe uma grande quantidade de mineradores em situação irregular, o que propicia outras práticas ilegais como a utilização de trabalho infantil.

As condições de trabalho a que as crianças e adolescentes estão expostos, na exploração de pedras, areia, brita e argila, são as mesmas dos trabalhadores da construção civil que estão explícitas no relatório sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescente. São elas:

“Falta de anotação do contrato de trabalho em CTPS. Não fornecimento de água potável. Trabalho a céu aberto. Exposição a intempéries. Exposição à radiação solar. Levantamento e transporte manual de cargas excessivas. Manutenção de posturas inadequadas da coluna vertebral e dos membros superiores. Movimentos repetitivos dos membros superiores. Utilização de máquinas perigosas. Riscos de ferimentos cortantes e quedas. Risco de atropelamento” (FANTAZZINI, 2002).

O mapa 2 da *Imagem 4* (página 195) apresenta os municípios⁶ onde foram encontrados focos de trabalho infantil na extração de pedras, areia, brita e argila (Municípios em vermelho). Os municípios que tem pequenas minerações se concentram na região sul e são identificados com a cor amarela no mapa. Os municípios onde existem pequenas minerações e, ao mesmo tempo, os municípios onde já foi detectado trabalho infantil (Interseção dos dois conjuntos) está representado no mapa pela cor verde.

O círculo vermelho unindo Rio de Janeiro e São Paulo (no mapa) mostra uma região com alta probabilidade de existir crianças e adolescentes trabalhando, tendo em vista que são áreas produtoras próximas aos grandes centros consumidores desses insumos, que estão direcionados para a construção civil e onde se encontra o maior número de municípios com focos detectados de trabalho infantil.

O mapa mostra também que foram encontrados focos em muitos municípios onde não existem minas identificadas pelo DNPM, o que significa que, analisando as características das minerações destas substâncias, podemos concluir que são setores de difícil acesso, pouco estudados e muitas vezes atuando na informalidade. Portanto, mais susceptíveis à utilização de formas de trabalho ilegais como o trabalho infantil.

Carvão vegetal

A produção de carvão vegetal e subsequente produção de ferro-gusa é um elo importante da cadeia produtiva da siderurgia, cujos produtos finais são de alta tecnologia. O carvão vegetal, depois do minério de ferro, é um insumo básico para a produção de ferro-gusa. Deve-se levar em conta a elevada participação do carvão vegetal nos custos

de produção, existindo, portanto, uma tendência à utilização de carvão vegetal proveniente de florestas primárias ao invés de biomassa originária da silvicultura:

“A produção de ferro-gusa na Amazônia também gerou um grande contingente de carvoeiros, com trabalhos de baixa qualidade, o que significa condições extremamente deficientes de saúde e de moradia e contratos temporários de trabalho, sem seguridade social. Estas condições propiciam uma alta taxa de trabalho infantil devido ao fato de que todos os membros da família necessitam trabalhar para garantir a renda mínima raramente superior a US\$110 mensais para uma jornada diária de 8 horas, incluindo fins de semana” (FENZL ET AL, 2000).

A produção brasileira de ferro-gusa é realizada em cinco pólos, que são: Quadrilátero Ferrífero - MG; Marabá - PA; Açailândia - MA; Vitória - ES; Corumbá - MS (CETEM, 2004). Por outro lado, a produção de carvão vegetal está espalhada por todo o país, no entanto, os municípios com produção acima de 1.000 t/ano se concentram nas regiões que abastecem estes grandes pólos de produção de ferro-gusa. Os círculos em vermelho no mapa 3 mostram as regiões com maior volume de produção de carvão vegetal coincidindo com os polos produtores de ferro-gusa.

Como pode se observar no mapa 3 da *Imagem 5 (página 196)* a produção de carvão vegetal na região norte se concentra nos estados do Pará e Maranhão, os dois pólos de produção de ferro-gusa na região, utilizando basicamente a floresta primária. Segundo Monteiro (2003), na Amazônia Oriental, o material lenhoso responsável pelo abastecimento de fornos onde é produzido o carvão vegetal, apesar de ser originário da mata primária, é oriundo de atividades distintas daquelas que envolvem desmatamentos para implantação de pastagens ou roças; das serrarias onde utiliza aparas de madeira; e, em menor proporção, nas áreas denominadas de manejos florestais sustentáveis.

A exploração das florestas é uma atividade que auxilia os mecanismos de ocupação da terra pelas grandes empresas e fazendeiros (FENZL ET AL, 2000). Na região norte os donos da terra ou proprietários fundiários (empresas latifundiárias, médias ou pequenas propriedades rurais) estão interessados em ter a área limpa para o plantio de capim para gado.

A organização da produção do carvão vegetal em pequenas unidades, muitas vezes isoladas, em quase todo o território nacional, propicia atividades ilegais como o trabalho escravo e também o trabalho infantil.

Na produção de carvão vegetal, na região amazônica, existe uma variada gama de relações sociais oriundas da organização da produção (MONTEIRO, 2003). Uma primeira forma de organização da produção do carvão se dá quando o próprio fazendeiro dirige a produção carvoeira, contrata diretamente o serviço dos trabalhadores, ou recorre à contratação de um empreiteiro ou “gato”. Inicia-se uma rede de empreitadas,

desde a derrubada da mata, ao que se segue o corte da madeira, o empilhamento e o transporte em trator ou caminhão até chegar à carvoaria. Nas pequenas carvoarias, o carvoeiro tem sua remuneração baseada no volume de produção do carvão e, além de utilizar mão de obra familiar, ele contrata outros trabalhadores, tendo como base o pagamento por dia trabalhado.

Uma outra forma de organização da produção se dá quando o proprietário fundiário repassa todo o processo de produção para uma segunda pessoa que, por sua vez, contrata trabalhadores para auxiliá-lo, sendo o proprietário remunerado pelo volume de carvão produzido. Outra forma de produção é o próprio proprietário da fazenda construir os fornos e passar para outra pessoa o transporte da lenha, deixando para o carvoeiro a administração de todo o processo de carbonização e a remuneração de 15% do volume do carvão produzido.

Com o aumento da produção de ferro-gusa e a pressão na demanda por carvão, algumas empresas organizam centrais de carbonização, que são estruturas que envolvem pelo menos seis dúzias de fornos. Neste caso as siderúrgicas realizam a montagem de toda a estrutura de fornos. Também neste caso, a responsabilidade pela produção é transferida a um fornecedor de carvão que terá deduzido o custo de montagem da estrutura de produção nos pagamentos do carvão por ele entregue à companhia. Desta forma empresas produtoras de ferro-gusa, diretamente envolvidas no processo de produção, tentam não se responsabilizar de uma forma direta pelas atividades ilegais cometidas pelo fornecedor de carvão. Não se pode esquecer que as empresas produtoras de ferro-gusa estão diretamente ligadas às grandes siderúrgicas nacionais.

As condições de trabalho degradantes a que estão submetidas crianças e adolescentes na produção de carvão vegetal, são descritas no relatório sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, como:

“Falta de anotação do contrato de trabalho em CTPS. Jornada excessiva. Remuneração por produção. Trabalho noturno. Uso de ferramentas: machado, foice, facão e/ou moto-serra. Exposição a níveis elevados de pressão sonora (MOTO-SERRA). Vibração (MOTO-SERRA). Desgaste postural (POSIÇÃO FORÇADA). Esforço físico. Exposição à radiação solar. Picada de animais peçonhentos. Riscos de manejo animal ou da máquina (TRATOR). Queda de toras. Preparação e aplicação da barrela. Manuseio do fogo. Altas temperaturas. Calor excessivo. Exposição a variações bruscas de temperatura. Explosão e desabamento do forno. Combustão espontânea do carvão. Fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido pirolenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetatos, CO, CO², metano. Monotonia acompanhada do estresse da tensão da vigília do forno. Quedas e desabamentos das pilhas, uso de ferramentas inadequadas (escadas, enxadas, pás, etc.).” (FANTAZZINI, 2002)

O mapa 3 (Imagem 5, página XXX) apresenta os pólos de produção de ferro-gusa (CÍRCULOS EM VERMELHO) que correspondem às regiões onde se encontram os municípios

com grande produção de carvão (acima de 1.000 t/ ano) como no caso dos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso do Sul e parte do estado de Minas Gerais (municípios em amarelo).

Foram listados e estão representados no mapa somente os municípios que são grandes produtores de carvão vegetal (produção acima de 1.000 t/ano). No entanto, existe produção de carvão vegetal em todo Brasil, em 2.590 num total de 5.560 municípios brasileiros. Os estados que têm mais municípios produzindo carvão são Minas Gerais (311) e Bahia (282), sendo que o estado do Maranhão produz carvão vegetal em todos os seus 217 municípios (IBGE, 2004). Pode-se concluir que o trabalho infantil deve estar presente em quase todo território nacional, mas que existe uma maior probabilidade de ser encontrado nessas regiões identificadas.

Segundo o “Mapa indicativo de focos de trabalho infantil e adolescência” do MTE, as regiões onde se encontram os pólos produtores do estado do Pará e Maranhão apresentaram muitos municípios com focos de trabalho infantil em carvoarias (municípios em vermelho), confirmando a tese de que nas regiões produtoras de carvão vegetal para os pólos de ferro-gusa existe alta probabilidade serem encontradas crianças e adolescentes trabalhando. Falta, portanto, uma atuação do MTE nas demais regiões produtoras de ferro-gusa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eliminação do trabalho infantil na mineração foi o tema central abordado em todo o mundo pela OIT no ano de 2005. Várias ações foram executadas no Brasil durante o ano, com o objetivo de promover a cidadania e a inclusão social das crianças e adolescentes ocupados na atividade de mineração, incluindo o Ciclo de Conferências sobre a Questão de Gênero e Trabalho Infantil do PROSUL, promovido pelo CETEM e que teve o mérito de trazer esses temas para o setor mineral.

O primeiro passo desse trabalho foi delimitar o universo a ser estudado. Segundo estimativas globais da OIT, para o ano de 2000, havia cerca de 245 milhões de crianças ocupadas em todo o mundo, das quais cerca de 170 milhões trabalhavam nas piores formas de trabalho infantil (OIT, 2005). Para o Brasil, a OIT estimou cerca de 150.000 crianças e adolescentes trabalhando somente na mineração (extração e beneficiamento de minerais metálicos e não metálicos), no ano de 2004.

Levando em conta que neste trabalho considerou-se também as cadeias produtivas de base mineral, esse número se mostra bastante subdimensionado. Os números de trabalho infantil nas atividades agrícolas de cerca de 2 milhões (lembrando que o carvão o vegetal é uma atividade agrícola) e de 3 milhões de crianças e adolescentes ocupados nas atividades não agrícolas (Tabela 2), nos parecem mais adequados, quando se amplia o estudo para as cadeias produtivas de base mineral.

Observa-se também que, à medida que o país consegue diminuir o número de crianças e adolescentes ocupados, vai ficando mais difícil detectar o trabalho infanto-juvenil nas pesquisas anuais por amostragem como a PNAD, excetuando os censos feitos a cada década.

O segundo passo foi conhecer as atividades e as cadeias produtivas onde ainda persiste o trabalho infantil. Dentre as diversas atividades listadas, este trabalho se propôs a estudar somente três: extração de pedras, areia, brita e argila; produção de cerâmica e olaria (na cadeia produtiva da construção civil) e a produção de carvão vegetal (na cadeia produtiva da siderurgia).

Foi observado que as atividades estudadas tem características comuns, por exemplo: são pequenas unidades produtivas; possuem baixa produtividade; utilizam processos produtivos manuais; sofrem baixa fiscalização dos órgãos governamentais, com alto índice de clandestinidade e estão pulverizados por quase todo território nacional.

Os mapas apresentados para cada uma das três atividades mostram uma dispersão territorial da produção, mas com algumas concentrações, no caso das cerâmicas e olarias, em São Paulo e Santa Catarina e, na extração de pedras, areia, brita e argila, no Rio de Janeiro e São Paulo, regiões próximas aos grandes centros consumidores da cadeia produtiva da construção civil. Os municípios com maior volume de produção de carvão vegetal estão em regiões vizinhas aos pólos de produção de ferro gusa. Existem, nessas concentrações, evidências de trabalho infantil.

Um terceiro e mais importante passo, no qual o CETEM pode contribuir e trazer subsídios aos gestores públicos, viabilizando a intervenção e ação sobre o problema, serão os estudos de caso em áreas identificadas como susceptíveis à existência de trabalho infantil.

Tendo em vista que essas questões foram pouco estudadas, esse trabalho se propôs a contribuir para o maior conhecimento sobre o trabalho infantil nas cadeias produtivas da construção civil e da siderurgia. A conscientização das empresas consumidoras de insumos produzidos com a utilização de trabalho infantil tem que ser efetiva e a responsabilidade social tem que ser incentivada e cobrada de todas elas.

-
- 1 A mineração pode ser enquadrada nas piores formas de trabalho infantil que deve ser proibida e eliminada pela Convenção 182 da OIT - Organização Internacional do Trabalho.
 - 2 A PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE, consiste numa pesquisa anual por amostragem e portanto, não tem o detalhamento censitário e não possibilita uma contagem nos níveis mais desagregados como o município, sendo a menor desagregação possível a de estados da federação.
 - 3 Segundo Simon Schwartzman, programas específicos que apoiam ações descentralizadas de governos estaduais, municipais e da comunidade, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, parecem ser muito mais bem sucedidos do que programas genéricos como o da bolsa-família.
 - 4 Não existe correspondência dos dados deste documento com as denominações das atividades econômicas utilizadas na PNAD/IBGE. A classificação do MTE é pouco precisa e não possibilita uma compatibilização com dados de outras fontes.
 - 5 Os municípios dos estados da região sul, sudeste e nordeste são pequenos, enquanto os municípios dos estados do norte e centro oeste são grandes.
 - 6 Foram identificados no documento do XV Universo da Mineração Brasileira DIDEM/DNPM os municípios onde se encontram as minas pequenas, classificadas como de classe H e I, que produzem menos de 50.000 t/ano de minério.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIROCHAS (2001), **Rochas ornamentais no século XXI, CETEM** - Centro de Tecnologia Mineral/ABIROCHAS - Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais, Rio de Janeiro.
- BEZERRA, O. M.P.A.; DIAS, E.C.; CARNEIRO, A. P.; GALVÃO, M.A.M. (2004), **Pneumoconiose por exposição ao talco entre artesãos de pedra sabão em Ouro Preto, Minas Gerais**, Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, Belo Horizonte, v. 2, p. 224-234.
- CARDOSO, E.; SOUZA, A. P. (2004), **The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil**, Working Paper 04-W07, Vanderbilt University, Nashville.
- CETEM (2004), **Pig iron technical and economic study in Brazil**, RT2004-034-00, CETEM - Centro de Tecnologia Mineral, Rio de Janeiro.
- DNPM (2003), **XV Universo da Mineração Brasileira**, DIDEM - Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral, DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.
- FANTAZZINI, O. (2002), **Relatório sobre a Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes**, Câmara dos Deputados, Brasília, dep.orlandofantazzini@camara.gov.br
- FENZL, N.; MONTEIRO, M. A. (2000), **Energy-material losses and regional impoverishment: pig iron production in the eastern Brazilian Amazon**, Gaia, Baden, v .9, n .3, p.179-185.
- IBGE (2003), **Extração vegetal, Banco de dados agregados, SIDRA** - Sistema IBGE de Recuperação Automática, Rio de Janeiro.
- IBGE (2004), **PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, <http://www.ibge.gov.br>
- ILAH, N.; ORAZEM, P.; SEDLACEK, G. (2000), **The implications of child labor for adult wages, income and poverty: Retrospective Evidence from Brazil**, Unpublished Working Paper. The World Bank, Washington D.C.
- IPT (1990), **Mercado produtor mineral do estado de São Paulo: levantamento e análise**, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, São Paulo.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2005), **Mapa de indicadores de trabalho da criança e do adolescente**, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, SIT, Brasília.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2005), **PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**, Brasília, <http://www.mds.gov.br>

MONTEIRO, M. A. (2003), **Siderurgia na Amazônia Oriental Brasileira e a pressão sobre a floresta primária**, NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA - Universidade Federal do Pará, Belém.

OIT (2005), **Qué hacer para liberar a los niños del traje infantil minero**. Marco Conceptual. OIT - Organização Internacional do Trabalho, Sudamerica, Proyecto de Prevención y Erradicación del trabajo Infantil en la Minería Artesanal en Sudamérica, Lima.

PASTORE, J.(2000), **Labor standards and international trade: the case of child labor in Brazil**. In: 12th Congress of the International Industrial Relations Association, Tóquio.

SCHWARSTMAN, S. SCHWRSTMAN, F. (2004), **Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002**, OIT- Organização Internacional do Trabalho, Brasília.

SCHWARSTMAN, S. (2005), **Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda**, Rio de Janeiro, <http://sschwartzman.blogspot.com>

Responsabilidade socioambiental e trabalho infantil na mineração

Francisco Rego Chaves Fernandes

No Brasil, a responsabilidade socioambiental empresarial já é assunto de grande atenção, não só por parte dos empresários e do governo, mas também pelos consumidores, sendo considerada pelos empresários uma componente de grande importância na sua estratégia de negócios.¹

A sustentabilidade dos negócios de uma empresa depende, cada vez mais, de uma estratégia multifacetada, onde inúmeras questões de cunho social e ambiental são cada vez mais relevantes. A estratégia empresarial tem a ver, em primeiro lugar com os trabalhadores, no intra-muros da empresa, mas já evoluiu o conceito de responsabilidade socioambiental da empresa, não somente em sua prática dentro das suas instalações, como também fora dela, pela atitude de terceiros, seus fornecedores, seja de uma componente de seu produto acabado, de um fornecedor de um serviço, mas também de um fornecedor de um insumo, ou seja, dos fornecedores de seus fornecedores, abrangendo toda a cadeia produtiva.

Um caso exemplar, mas negativo, de como as questões morais e éticas podem influenciar os consumidores, é o da Nike que teve a sua imagem ligada à exploração de trabalho infantil, não importando ter alegado desconhecer a situação do trabalho em suas subcontratadas na Ásia, tendo tido significativos prejuízos, com uma queda nas vendas de quase 50% e uma baixa do valor de suas ações na bolsa. Ainda, um caso, esse positivo aconteceu, em relação à compra de matéria-prima de um fornecedor, foi exemplar a atitude de um engenheiro da Samarco Mineração, quando ao visitar um fornecedor no oeste da Índia, teve a visão assustadora da precariedade das condições de trabalho, em que trabalhadores mineiros manipulavam ácidos sem qualquer proteção e a pele de seus braços estava despigmentada. O seu relatório convenceu o presidente da empresa a não negociar mais, até que anos depois, em 2003, a matriz dessa fornecedora, deu garantias de que as condições de segurança estavam sendo observadas (EQUIPE PLUG, 2005).

Uma pesquisa no Brasil junto dos consumidores, realizada pelo Instituto Akatu (2005a), revelou que para 90% dos entrevistados, as empresas devem se envolver diretamente nos problemas sociais, ajudando ativamente a construir uma sociedade mais justa para todos. Outros resultados consensuais foram obtidos nesta pesquisa em relação à conduta das empresas:

- devem praticar a igualdade de todos os seres humanos independente de raça, sexo ou credo (88%); e
- a utilização de trabalho infantil pelas empresas é considerada uma prática condenável (80%).²

O presente artigo vai centrar a análise em dois pontos: o primeiro, muito amplo, a responsabilidade socioambiental: seu conceito, evolução, sua prática no Brasil e em outras regiões do mundo, como na UE e nos EUA, para em seguida, num segundo ponto, tratar de um único assunto específico, de direitos humanos, incluído dentro da responsabilidade socioambiental empresarial, o trabalho infantil na mineração e como essa prática está sendo abordada no Brasil. Esta questão atualmente passou a ter alta prioridade, a partir do compromisso assumido pelo governo brasileiro, em junho de 2005, de Pacto com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, um conjunto de compromissos do País de Ações de Erradicação do Trabalho Infantil no setor mineral até 2010.

O QUE É RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL?

Os principais conceitos vigentes na sociedade, desde há muito refletidos e definidos por diferentes autores, têm sofrido profundas modificações, ao longo dos anos, e o da responsabilidade socioambiental não constitui exceção.

Numa era globalizada e no terceiro milênio, cada vez mais vem sendo ampliada a abrangência da responsabilidade socioambiental da empresa. Existe uma relativa contradição, entre a atuação do empresariado que na média já incorporou bem razoavelmente o ambiental e utiliza o desenvolvimento sustentável como uma palavra chave incluída em todos os seus textos das estratégias empresariais, mas que em relação ao social, na média, só aceita pouco mais do que um mínimo no que se refere a todas as suas obrigações legais.

Neste trabalho tratamos principalmente da responsabilidade social e só muito secundariamente da responsabilidade ambiental, não porque seja mais ou menos relevante, uma ou outra, mas devido a um fator de tempo e de espaço disponíveis.

A noção de responsabilidade social tem a sua origem ligada à filantropia, exercida pelo Estado, por associações de assistência, tradicionalmente reunindo, no Natal, brinquedos para crianças carentes ou, ainda, mais raramente por empresas, destinando um percentual das vendas para uma causa ou entidade. Esta forma de atuação, enquanto personalizada e individual, encontra-se em declínio, designadamente nos Estados Unidos, onde caiu para metade nos últimos 15 anos (MENDES, 2004). Mas foram criados outros tipos de atuação, inclusive a doação estratégica (*strategic giving*), que hoje em dia florescem, participando no exercício de atuação para a cidadania, perante os seus diversos públicos ou partes interessadas (*Stakeholders*)³.

A responsabilidade social é um conceito amplo, porque diz respeito à empresa se empenhar na construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, incluindo questões relacionadas a direitos humanos, trabalho, relações com a comunidade e a sociedade e relações entre fornecedores, fornecedores de seus fornecedores e consumidores.

Já na década de 50, este conceito fazia parte das teorias norte-americanas ensinadas em escolas de gestão e administração de empresas, relacionado com a ética de negócios, em que a responsabilização da empresa deveria se dar em quatro níveis:

- responsabilidade econômica: geração de bens e serviços;
- responsabilidades legais: cumprimento das leis;
- responsabilidades éticas: as normas sociais e os conceitos culturais da população; e
- responsabilidades discricionárias, filantropia, por escolha individual do gestor ou proprietário da empresa (MENDES, 2004).

São as duas últimas dimensões, éticas e discricionárias, que materializam o conceito de responsabilidade socioambiental.

Nem sempre este conceito foi aceito, mesmo na academia. Em 1970, 35 anos atrás, o Prêmio Nobel de Economia, Milton Friedman, apoiou o ponto de vista dominante dos homens de negócio norte-americanos, ao afirmar que a empresa não deverá envolver-se em projectos que manifestamente não defendam os interesses dos seus acionistas. Haveria uma e apenas uma responsabilidade social da empresa, que seria a de utilizar os seus recursos e comprometer-se com as suas actividades, visando aumentar os lucros, devendo, contudo, respeitar as regras do jogo, cumprir a lei, numa concorrência aberta e livre, sem fraude.⁴ Foi chamada de “modelo do acionista”, a maximização dos seus lucros é o que basta, é o único objetivo da empresa, que deve afastar de si todas e quaisquer actividades alheias a esta finalidade.

Entretanto foi sendo construído um conceito de responsabilidade social da empresa que rompeu com esses fundamentos do modelo do acionista e é o que hoje vigora, sendo impensável pelo menos ao nível de discurso público, uma empresa querer se afirmar como estritamente atuando intra-muros, rejeitando qualquer interação com o ambiente extra-muros. Mesmo que não tenha consumidores finais como seus compradores, ela está em uma cadeia produtiva ou mais de uma, e não há como fugir de uma responsabilidade geral, que diríamos de completamente solidária, com os fornecedores, os fornecedores dos fornecedores, a comunidade na sua esfera de influência.

A responsabilidade social vai além das exigências mínimas da lei, consistindo na aceitação por parte da empresa de uma obrigação social que a ultrapassa. Esta visão aproxima-se da denominada perspectiva europeia, segundo a qual ser socialmente responsável não se restringe ao compromisso de cumprimento de todas as recomendações e obrigações legais.

Nos anos 2000, pode-se afirmar que a responsabilidade socioambiental, não é um adendo, um apêndice facultativo às atividades estratégicas da empresa, mas sim é a forma como uma empresa é gerida no contexto da globalização e é hoje um referencial competitivo para as empresas de todos os segmentos de mercado. Este fator cresce de importância estratégica, e poderá, num futuro próximo, ser tão importante como a qualidade, a competitividade, os preços e a capacidade de atrair mão-de-obra altamente qualificada.

Ao mesmo tempo, a operacionalização do conceito, também está em mudança acelerada, passa pela avaliação na prática, por meio de um resultado público e transparente, cada vez mais criteriosa do desempenho social da empresa, seja nos procedimentos internos, seja nos resultados da sua relação com a sociedade. Ainda tem sido inclusive considerada quando da contratação de jovens pelas empresas onde quem já realizou trabalho voluntário ganha pontos extras na avaliação curricular.

A visão européia

Na visão européia, ser socialmente responsável é ir para além do mero cumprimento das obrigações legais, realizando um maior investimento em capital humano nas suas múltiplas vertentes, na preservação e defesa do ambiente, nas relações com as partes interessadas (*Stakeholders*), com as comunidades locais e resulta, fundamentalmente, de um ato voluntário (IDICT, 2003).

Segundo um estudo aplicado junto de 12.000 consumidores de 12 países europeus, 70% afirmaram que o empenho das empresas para com a sua responsabilidade social é um fator a ter em consideração no processo de decisão de compra do seu produto ou serviço e ainda 44% dos consumidores, estão dispostos a pagar mais por um produto sócio-ambientalmente responsável (MENDES, 2004).

Prosseguindo o objetivo estratégico da UE - União Européia, desde a sua fundação, de responsabilização da empresa na coesão social, esta lançou em 2001 o livro verde: *Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*, onde se convidam “os poderes públicos a todos os níveis, incluindo as organizações internacionais, empresas – das pequenas às multinacionais –, os parceiros sociais, as organizações não governamentais, bem como todas as partes envolvidas ou pessoas interessadas, a exprimirem a sua opinião sobre a maneira de construir um novo quadro favorecendo a responsabilidade social das empresas” (MENDES, 2004). Nesse debate, surgiu para o exercício da responsabilidade socioambiental, tanto a via da regulamentação forçada, como a do consenso contratual.

O presidente da CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil afirma que só pelo auto-aprendizado, no bolso, o empresário atinge, depois de vários percalços, o estágio da consciência ambiental.

Nos EUA

Nos Estados Unidos, a consultoria Walter Recharge apurou que 76% dos norte-americanos trocariam de marca, se uma das empresas estivesse relacionada com uma boa causa (EQUIPE PLUG, 2005).

Acredita que o boicote é uma arma eficaz de pressão, e que a conscientização, exige desgastes na imagem, multas e dificuldades de exportação dos seus produtos, até ao corre-corre da obtenção dos certificados da Série ISO e, especialmente, o da série ambiental 14000.

Segundo ele, foi a publicação pelos jornais da denúncia quanto à Nike que esta tomou medidas drásticas para abolir rapidamente o trabalho infantil na fabricação dos seus produtos e dos seus fornecedores e dos fornecedores dos fornecedores. Também se atribui ao caso Nike, o recente relatório da GAP, multinacional líder na venda de vestuário do consumidor, que surpreendeu, ao preferir divulgar publicamente um relatório de responsabilidade social, em que opta pela transparência, admitindo problemas graves na sua cadeia produtiva, incluindo o uso de trabalho infantil e cancela os contratos de fornecimento com 136 fábricas fornecedoras (IOS, 2004).

Existem outros casos interessantes, como o da Levi's, muito exposta, porque descentraliza a sua produção por mais de quarenta países, e que foi uma das primeiras a estabelecer um código de conduta, a Body Shop que sendo uma grande fabricante de cosméticos, aboliu testes com animais e apóia as campanhas contra a AIDS, a Toys 'R' Us, maior vendedora de brinquedos, que se comprometeu a combater o trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Também David Grayson e Adrian Hodges publicaram um dos livros mais lidos nos meios da gestão empresarial *"Compromisso social e gestão empresarial"*, onde nos mostram que 72% dos norte-americanos acham que as empresas têm poder demais, e que 53% concordam com a afirmação do que o que é bom para as grandes empresas não é bom para o cidadão, concluindo a seguir que a responsabilidade social da empresas não é apenas um diferencial competitivo, mas se transformou numa questão de sobrevivência (GRAYSON E HODGES, 2002).

No Brasil

Em relação a este tema, felizmente dispõe-se de ampla cobertura com pesquisas de opinião pelo Instituto Akatu e também de pesquisa específica sobre a ação social das empresas, levada a cabo pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

No Brasil são realizadas duas pesquisas pelo Instituto Akatu: aos consumidores, que já é realizada anualmente, desde 2000 e às empresas.

Em relação à primeira, *Descobrimo o consumidor consciente*, os consumidores brasileiros concluíram sobre o âmbito do que se deve entender por responsabilidade socioambiental o seguinte:

Tabela 1 - Papel que as grandes empresas deveriam desempenhar (%)

Perguntas alternativas colocadas aos consumidores sobre o âmbito do conceito de responsabilidade socioambiental:	2000	2001	2002	2004
- Concentrar-se em gerar lucros, pagando impostos e gerando empregos, cumprindo todas as leis?	34	31	41	35
- Fazer tudo isso de forma a estabelecer padrões éticos mais elevados, indo além do que é determinado pela lei, ajudando ativamente a construir a sociedade?	35	35	39	44
- Uma hipótese intermédia, de que a empresa deveria ter um padrão de comportamento entre estes dois pontos de vista?	19	31	22	20

Fonte: Instituto Akatu (2005b).

As respostas mostram que os consumidores partidários da responsabilidade social das empresas aumentaram significativamente, eram 35% em 2000 e já representam, em 2004, 44% das opiniões, um crescimento de 25%, ainda apoiados pela hipótese intermédia perguntada aos consumidores que é de 20% (donde migram temporalmente os consumidores para um padrão mais exigente), perfazendo os dois tipos de resposta 64%, enquanto a visão do “modelo acionário”, a defesa da aplicação do conceito de forma estrita, está em franca minoria com 35%.

Ainda uma segunda pesquisa sobre a *Responsabilidade Social Empresarial: um retrato da realidade brasileira*, em 2004, levada a cabo pelo Instituto Akatu (2005b) mostra que o padrão de responsabilidade social aumenta com o tamanho da empresa, é dominante na grande empresa e minoritário na pequena e média empresa.

Tal resultado mostra as dificuldades da implantação na prática dos desejos dos consumidores, há um descompasso entre os desejos e a realidade do tecido produtivo brasileiro, que é constituído muito majoritariamente por pequenas e médias empresas. A grande empresa é responsável por 59% do grupo construído de indicadores dos melhores resultados, enquanto a pequena empresa participa com 20% e a média com 21%.

Observa-se ainda que o número de empresários partidários por padrões mais elevados cresce, mas certamente não há ainda uma unanimidade para a adoção de uma efetiva ação estratégica integrada dentro da responsabilidade social.

Há quase uma unanimidade em relação ao interior da empresa (empregados, fornecedores e clientes), sendo as maiores resistências quanto na atuação com o extramuros da empresa. O Instituto Akatu mostra ainda, como resultados, que 80% das empresas nacionais desejam expandir sua atuação social.

Uma outra pesquisa foi levada a cabo pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Ação social das empresas nas regiões Sudeste e Nordeste*. Consideraram os pesquisadores que, ação social empresarial, era qualquer atividade que as empresas realizassem, visando o atendimento às comunidades nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, entre outras, em carácter voluntário, excluindo-se as

executadas por obrigação legal. O último levantamento foi realizado em 2003 (divulgado em junho de 2005), para uma amostra de cerca de 6.000 empresas e os principais resultados foram os seguintes:

- 1 Realização, em carácter voluntário, de algum tipo de ação social para as comunidades
Por regiões e Estados do Brasil: No Sudeste, para 71% do total de empresas e no Nordeste, para 74%, há a realização, em carácter voluntário, de algum tipo de ação social para as comunidades. Comparativamente a uma pesquisa anterior de 1999, realizada também pelo IPEA, os dados de 2003 mostram um crescimento generalizado do percentual do número de empresas que atuam na área social, seja no total, estado, porte e setor de atividade económica. Por estados, no Sudeste, Minas Gerais é o que atinge um maior número de empresas, em 2003, 81%, São Paulo tem 68%, enquanto no Nordeste, o maior percentual em número de empresas, é da Bahia, que detém 76%. Por porte da empresa: A grande empresa (mais de 500 empregados) atinge 96%, enquanto a pequena (1 a 10 empregados), só chega a 70%. Por setor de atividade económica: o maior percentual vai para agropecuária, silvicultura e pesca, com 86% e o menor para a construção civil, com 46%.
- 2 Combate à fome
Somente 31% das empresas do Nordeste e 28% do Sudeste realizaram algum tipo de ação nesse sentido, majoritariamente de doação de alimentos.
- 3 Volume dos investimentos privados
O total em 2003 é de R\$ 3,1 bilhões, ou cerca de 0,4 % do PIB, da região do Sudeste, quando em 1998 era de 0,6% e no Nordeste de R\$ 505 milhões, 0,2% do PIB da região, tanto em 2003 como em 1999.
- 4 Filantropia
Quando o motor da atuação é a filantropia das doações como caridade, a metade é doada diretamente pelos donos das empresas e o restante, doado a organizações filantrópicas ou religiosas, sendo um residual, as atuações diretas para a ação social.

Estas conclusões que acabamos de apresentar, são relevantes em si, mas também porque dão subsídios para as parcerias público/privadas no campo social, muito embora com a definição adotada (embora afirmem os pesquisadores que explicitamente foi “deliberadamente ampla”), esta afirmação não é auto-explicativa do porquê dessa tão grande amplitude, que leva a resultados muito perto da unanimidade, o que talvez não seja a real situação da responsabilidade social no Brasil na atualidade.

Quanto ao exercício de avaliação na prática da responsabilidade socioambiental de cada empresa individualmente no Brasil, com um relatório publicado para o conhecimento do público, duas iniciativas, com carácter voluntário se destacam:

- o *Guia de Elaboração do Balanço Social*, do Instituto Ethos, com sua primeira versão lançada em 2001;
- o *Balanço Social* do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase/Betinho, 2004), iniciado em 1997, no qual a participação das empresas brasileiras (somadas as suas receitas líquidas) já representa mais de 10% do PIB brasileiro.

O Instituto Ibase/Betinho desenvolveu um questionário de balanço social, em que são solicitados diferentes indicadores: sociais (internos e externos), ambientais, de corpo funcional, de informações relevantes e quanto ao exercício da cidadania empresarial. De referir que o Ibase/Betinho adverte que, o selo que este fornece e poderá ser utilizado pelas empresas que publicarem o balanço utilizando o modelo do Ibase/Betinho, não será fornecido a empresas de cigarro/fumo/tabaco/armas de fogo/munições/bebidas alcoólicas, ou que estejam envolvidas em denúncias e/ou processos judiciais relativos à exploração de trabalho infantil e/ou a qualquer forma de trabalho forçado ou de exploração sexual de criança ou adolescente (IBASE, 2004).⁵

REFERENCIAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E OUTRAS INICIATIVAS

Constituem referenciais do conceito de responsabilidade social das empresas: a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948); a Declaração Tripartite da OIT, relativa aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (1998); a Declaração Tripartida sobre empresas Multinacionais e a Política Social (OIT); a Carta dos Direitos Fundamentais da UE (2000); o Global Compact, das Nações Unidas (2000) e os princípios orientadores da OCDE quanto às empresas multinacionais (JUNHO 2000).

Uma iniciativa importante em relação à responsabilidade social é a do Global Compact, das Nações Unidas, que conclama as empresas a adotarem e apoiarem, dentro de sua esfera de atuação e influência, um conjunto de valores relativos à defesa dos direitos humanos, condições de trabalho e meio ambiente. Já foram adotados por mais de 1.500 empresas de 50 diferentes países, que têm buscado incorporar os princípios do Pacto Global às suas estratégias de negócios. Os princípios são:

- *Direitos humanos*: Princípio 1: as empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; Princípio 2: certificar-se de que suas próprias corporações não estejam sendo cúmplices de abusos e violações de direitos humanos.
- *Trabalho*: Princípio 3: as empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; Princípio 4: a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; Princípio 5: a erradicação efetiva do

trabalho infantil; Princípio 6: eliminar a discriminação com respeito ao empregado e ao cargo.

- *Meio ambiente*: Princípio 7: As empresas devem adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Princípio 8: desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e Princípio 9: incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias limpas que não agredem o meio ambiente.

Uma segunda iniciativa é a ISO 8000 - *Social Accountability 8000* (SA 8000), que parte das normas ISO anteriores e ainda da Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU, estipulando também normas socialmente responsáveis para as empresas seguirem, em relação ao trabalho infantil, trabalho forçado, segurança e saúde no trabalho, liberdade de associação, discriminação (sexo, raça, gênero, política e nacionalidade, etc.) e jornada de trabalho.

Em 1997 foi fundada a *Social Accountability International* (SAI), uma organização não governamental sediada nos Estados Unidos, responsável pelo desenvolvimento e supervisão da norma internacional (SA 8000) e o mecanismo utilizado pela norma segue os mesmos padrões das normas de qualidade, apresentando um sistema de auditoria similar ao ISO 9000.

Seus requisitos são baseados nas normas internacionais de direitos humanos e nas convenções da OIT. Visa que uma entidade independente possa poder confirmar por meio de critérios objectivos, a atuação correta da empresa em relação a questões referentes ao trabalho infantil, ao trabalho forçado, à saúde e à segurança, à liberdade de sindicalização e ao direito de negociação coletiva, à discriminação, às práticas disciplinares, às horas de trabalho, à remuneração, ao sistema de gestão de responsabilidade social e outros.

Os principais pontos abordados são: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração, sistemas de gestão.

A norma SA 8000 exige expressamente das empresas certificadas, que estas comprem seus produtos semi-acabados unicamente a empresas que aceitem observar os padrões estabelecidos e que as controlem. Isso inclui que, os fornecedores se comprometem igualmente a comprar seus produtos semi-acabados apenas a empresas que igualmente se comprometam a cumprir as disposições da norma SA 8000 e a informar o comprador imediata e completamente sobre o estabelecimento de relações comerciais com novos fornecedores.

Estima-se que hoje existam apenas 354 empresas que são certificadas pela SA 8000 e no Brasil existem 50.

Já em 1919 a OIT aprovava uma medida limitando em 14 anos a idade limite para contratação de jovens pela indústria e outras convenções foram aprovadas proibindo o trabalho infantil no mar, na pesca, na agricultura e na mineração.

Ao longo do século vinte foram várias as medidas divulgadas pela OIT, voltando seus esforços para ampliar progressivamente o espectro de atividades laborais a serem reguladas quanto ao aspecto de idade mínima de ingresso e quanto às restrições a serem observadas em relação ao trabalho dos jovens; no total foram 17 normas entre convenções e recomendações.

A proibição do trabalho infantil foi, em 1959, incluída na Declaração dos Direitos da Criança, proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas.

A argumentação, por antigos padrões educacionais e morais, de que é melhor ter os menores no trabalho do que na rua, não colhe. Pelos padrões atuais, o lugar de criança é na escola. Nesse campo haverá pouco a discutir ou a não se querer lidar com a realidade dos fatos. O Brasil tem de retirar as crianças da rua e de qualquer atividade produtiva, muito especialmente da mineração e colocá-las na escola (PASTORE, 1995).

No mundo, segundo a OIT existiam em 2002, cerca de 350 milhões de crianças, entre os 5 e 17 anos, envolvidos com alguma atividade econômica. Entre elas, são cerca de 250 milhões as submetidas a condições consideradas de exploração, ou seja, uma em cada seis no Mundo. Destes, 170 milhões trabalham em condições perigosas e 76 milhões tem idade inferior a 10 anos. Na América Latina e no Caribe vivem 17 milhões, ou seja, 8% do total, na Ásia vivem 127 milhões e no Norte de África do Norte e Oriente Médio, 13 milhões, na África 48 milhões. Nos países industrializados, 2,5 milhões e no Leste europeu são 2,5 milhões (OIT, 2002).

A Constituição do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e as convenções internacionais que o Brasil subscreveu, proibem de forma absoluta o trabalho infantil por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos. No Brasil de 2005, no término da primeira metade da primeira década do século XXI, existem ainda 5,8 milhões de crianças em trabalho infantil, entre 5 a 14 anos, muito embora tenha havido uma queda muito notável, ao longo de mais de 10 anos.

Um positivo caminho tem sido desenvolvido, através de políticas e atuações públicas (federais, estaduais e municipais) e o PETI-Programa pela Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, que foi criado em 1996, tem tido uma contribuição importante na diminuição, muito significativa, do trabalho infantil. Em 1995 existia um total de 7,5 milhões de crianças trabalhando (entre 5 a 15 anos), que se reduziram para 4,8 milhões em 2003, último ano disponível das estatísticas quantitativas, correspondendo ainda a 7,5% da população nesta idade, mas representa uma redução de 48% no uso de mão-de-obra neste período (PNAD, 2003; SCHWARTZMAN, 2004). Contribuíram

para a sua redução, uma legislação muito apertada, que dá tolerância zero para o trabalho até aos 16 anos, os programas governamentais designados por Bolsa-escola e PETI, além do esforço da OIT junto dos governos dos países onde se observa maior contingente de trabalho infantil.

No Brasil é nas regiões Nordeste e Sul onde se localiza o maior percentual, sendo a área rural e as regiões metropolitanas (NOGUEIRA, 2003), os principais redutos e ainda só as atividades agrícolas são responsáveis por cerca de 2,1 milhões de trabalhadores infantis. Mas mesmo se tomarmos o exemplo do Norte, só no Estado do Pará encontram-se 147.454 crianças trabalhando, cerca de 50% do total da Região Norte, sendo que 30 mil encontram-se na região metropolitana de Belém, principalmente no trabalho doméstico, como vendedores e transportadores de rua, no lixão e em pedreiras.

Embora se tenha pouca precisão nas estatísticas brasileiras por setores de atividade, estima-se que o maior contingente de trabalho infantil está na agricultura, com mais da metade do total, seguida pelos trabalhos domésticos e pelo comércio, linhas de produção e transporte e finalmente, a construção e a mineração.

Mas ainda existe muito que precisa ser realizado e o dia 12 de junho de 2005 foi o *Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil na Mineração*, por iniciativa da OIT, instituído também oficialmente no Brasil:

“No Brasil, a mobilização tratará do tema, em especial no mundo informal da mineração, mas terá como centro a luta contra todas as formas, marcando a implementação de ações de cidadania e inclusão social de crianças e adolescentes precocemente inseridos no mundo do trabalho, expostos à situação de violência e exploração que comprometem seu desenvolvimento pleno” (OIT, 2005B).

Estima-se que mais de um milhão de crianças trabalham no mundo na mineração, informal e garimpos. O dia vem sendo comemorado desde 2002, e a cada ano um tema é escolhido (em 2003, a exploração sexual das crianças e adolescentes e, em 2004, o combate ao trabalho infantil doméstico).

Já em 2004, o Presidente da República, Lula da Silva e os governadores dos estados do Brasil, assumiram um compromisso para priorizar a implementação de políticas para eliminação do trabalho infantil no Brasil e, em 2005 em Genebra, na sede da OIT, foi assumido o compromisso entre quinze países e a OIT, incluindo o Brasil, na pessoa do Diretor-geral do DNPM, representando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e no discurso de boas-vindas do Presidente da OIT afirmou que os acordos tripartites em relação à eliminação do trabalho infantil no setor da Mineração destinam-se a eliminar uma das piores formas de trabalho infantil, como foi definido na Convenção 182, e na Recomendação 190, assim como na lista estabelecida pelo governo em 2000, e acrescentou:

“O nosso programa orgulha-se deste compromisso das diferentes instituições brasileiras, governamentais e não governamentais que decidiram aderir formalmente a este Pacto, possibilitando a intervenção futura de maneira articulada na cadeia produtiva da Mineração e nas políticas sociais das localidades que forem identificadas como de risco de ocorrência de trabalho infantil. (...) Boa sorte na implementação das ações necessárias para efetivamente combater o trabalho infantil no setor da Mineração até o ano de 2010, como previsto no Plano de Trabalho que o senhor compartilhou com nossos colegas da OIT-IPEC”. (Carta do Presidente da OIT ao Diretor-geral do DNPM, 2005a)

Entretanto a partir das indicações do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no *Mapa Indicativo do Trabalho Infantil* (2005) e da metodologia da OIT, já estão identificadas bem mais de uma centena de focos de incidência do mesmo em algumas importantes atividades do setor mineral. Diretamente nas pequenas empresas de mineração e indiretamente, em fornecedores das cadeias de valor do setor minero-metalúrgico e da construção, como é principalmente o caso do carvão vegetal, utilizado na indústria de ferro-gusa, um produto da cadeia de valor da siderurgia, e diversos insumos de material de construção, como telhas, tijolos e outros produtos de cerâmicas e olarias (ver Lima, 2005), além dos artefatos de cimento, gesso, peças forjadas de aço e ferro, artesanato de pedras ornamentais, como a pedra-sabão, sal, ou ainda dos garimpos, principalmente os de pedras preciosas e semipreciosas.

No caso brasileiro, pelas observações empíricas do MTE (2005), uma enorme tarefa cumpre desde já às instituições públicas brasileiras e, infelizmente, são somente estas as pistas de pesquisa, porque conforme ressalta Lima (2005):

“O número mais significativo para ser utilizado no balizamento dos diagnósticos e ações no combate ao trabalho infantil em atividades não agrícolas, foi de 4.766.697 crianças e adolescentes, gerado pelo PNAD/IBGE para o ano de 2003. A melhoria destes indicadores depende de instituições como o DNPM e IBGE”.

Não existem dados quantitativos que nos indiquem, com precisão, o número de trabalhadores infantis desagregados pelos Estados da Federação e os municípios, só se tendo números totais e algumas macro-atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um pacto entre o Brasil e a OIT foi assinado em junho de 2005, implicando em um conjunto de ações que gerem em todo o território nacional, a erradicação do trabalho infantil no setor mineral até daqui a cinco anos, atividades que passarão a estar a cargo de diversas entidades públicas ligadas diretamente ao MME - Ministério das Minas e Energia, como é o caso do DNPM - Departamento Nacional da Produção

Mineral, que subscreveu o Pacto em Genebra em nome do Brasil e uma constelação de outras instituições públicas, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e MS - Ministério da Saúde, juntamente com a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, IBRAM e diversas entidades representativas dos empresários e trabalhadores, “estão dedicados à busca de fórmulas para viabilizar o compromisso simbolicamente assumido em Genebra” (DNPM, 2005).

Uma primeira questão se prende à identificação precisa dos locais onde existem focos de Trabalho Infantil, as estatísticas e indicadores nacionais, tanto do IBGE como do MTE são relativamente muito imprecisos, para depois se tomarem ações, certamente com os municípios envolvidos.

A segunda questão depende de vontade e competência dos poderes públicos.

A terceira e última questão depende do grau de engajamento do tecido empresarial do setor mineral, que embora não utilize intra-muros o trabalho infantil, se mobilize para ajudar a extirpar esse trabalho, na cadeia de valor, no mesmo mercado onde ele atua ou atuam os seus fornecedores. O caso da construção, geralmente em pequenas obras e em materiais, é muito significativo em termos de utilização de trabalho de menores.

- 1 Embora o conceito de responsabilidade socioambiental ainda possa ser confundido, à luz de uma cultura empresarial passadista, com uma mera questão de cosmética ou uma mera manipulação do politicamente correto, entregue ao departamento de marketing ou ao de relações públicas.
- 2 Também, segundo a mesma pesquisa, 18% dos consumidores brasileiros deixaram de comprar um produto, como forma ativa de punição a uma determinada empresa e num subgrupo da pesquisa chamado de “conscientes”, essa percentagem atinge 44%.
- 3 No caso das empresas, as partes interessadas (stakeholders), são os seus acionistas (stockholders), mas também os seus trabalhadores, os clientes, os fornecedores, a comunidade onde a empresa está inserida ou afetada e ainda os consumidores.
- 4 O que era aceite em 1970, está nos antípodas do que é politicamente correto em 2005 !: “there is one and only one social responsibility of business – to use its resources and engage in activities designed to increase its profits so long as it stays within the rules of the game, which is to say, engages in open and free competition without deception or fraud.”, Milton Friedman, The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits, The New York Times Magazine, September 13, 1970.
- 5 Também o Instituto Ethos desenvolveu, com base no sistema ISO, indicadores sociais divididos por sete temas: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e sociedade (Instituto Ethos, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DNPM (2005), **Gestão mineral em destaque**: boletim informativo do DNPM, DNPM-Departamento Nacional da Produção Mineral/MME, ano 1, n. 6, Junho.

Equipe Plug (2005), **Tudo pelo social?**, Equipe Plug/Curso Abril de Jornalismo, São Paulo.

Grayson, D.; Hodges, A. (2002), **Compromisso social e gestão empresarial**, Publifolha, São Paulo.

IDICT (2003), **Workshop-Responsabilidade social das organizações**, IDICT-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, 7-8 de Maio, Castelo Branco/Portugal.

Instituto Akatu (2005a), **Descobrimos o consumidor consciente**, Instituto Akatu, Imprensa Oficial, São Paulo. http://www.akatu.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=section_tipo1&url=http://www.akatu.net/areas/publicacoes/inc_conteudo_publicacoes.asp, acesso em 23/05/2005:

Instituto Akatu (2005b), **Responsabilidade Social Empresarial: um retrato da realidade brasileira**, Instituto Akatu, Imprensa Oficial, São Paulo. http://www.akatu.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=section_tipo1&url=http://www.akatu.net/areas/publicacoes/inc_conteudo_publicacoes.asp, acesso em 28/05/2005.

Instituto Ibase/Betinho (2004), **Balanço Social Anual**, Instituto Ibase/Betinho, São Paulo.

Instituto Ethos (2005), **Indicadores referenciais com base no sistema ISO**, Instituto Ethos, São Paulo.

IOS (2004), Rede Sindical - **Boletim das Redes Sindicais**, IOS-Instituto Observatório Sindical, n. 40, maio.

IPEA (2005a), **A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas nas regiões Sudeste e Nordeste**, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, junho, Brasília.

IPEA (2005b), **Pesquisa ação social das empresas** - 2a edição, (Sudeste e Nordeste), IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, junho, Brasília.

IPEA (2004), **Pesquisa ação social das empresas** - 2a edição, resultados da primeira etapa, documento-resumo: PrimeiraEtapa2004.doc, IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 4 de dezembro, Brasília.

Lima, Maria Helena M. Rocha (2005), **A questão do trabalho infantil na mineração**, CETEM-Centro de Tecnologia Mineral/MCT-Ministério da Ciência e Tecnologia, Trabalho apresentado ao VII ENGEMA - Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 9 a 11 de novembro.

MTE (2005), **Mapa de indicadores de trabalho da criança e do adolescente**, SIT/MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília.

Mendes, Fernando Ribeiro (2004), **Responsabilidade social da empresa**, Janus 2004, Lisboa.

Ministério do Trabalho e Emprego (2004), **Mapa indicativo do trabalho infantil**, 3a edição, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília.

Ministério do Trabalho e Emprego (2004), **Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente**, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, Brasília.

Nogueira, Carmen Siqueira Ribeiro dos Santos (2003), **Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras**, Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestrado em Economia Social e do Trabalho Campinas.

OIT (2005a), **Assinatura de compromisso pelo Brasil de Erradicação do Trabalho infantil na mineração**, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, Carta da OIT ao Diretor-geral do DNPM, Genebra.

OIT (2005b), 12 de junho, **Dia Mundial contra o Trabalho Infantil**, OIT - Organização Mundial do Trabalho, Brasília.

OIT (2002), **Every child counts: new global estimates on child labour**, OIT- Organização Mundial do Trabalho, Genebra.

Pastore, José (1995), **O trabalho infantil**, Jornal da Tarde, 6 de dezembro.

PNAD (2003), **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio**, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro.

Schwartzman, Simon (2004), **Anexo estatístico do trabalho infantil, 1992-2002**, site do autor.

Schwartzman, Simon; Schwartzman, Felipe (2004), **Trabalho infantil no Brasil**, versão de 2004, com dados atualizados até a PNAD 2002 (primeira edição, 1998), OIT- Organização Internacional do Trabalho, Brasília.

UE (2001), **Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas**, UE-União Europeia, Bruxelas.

PARTE II

Trabajo infantil en la minería peruana

César Mosquera

PARTE I:

LA METODOLOGIA DE ESTUDIO DEL TRABAJO INFANTIL

El trabajo infantil es un fenómeno global de proporciones masivas. Según las últimas estimaciones de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2002A) unos 245 millones de niños entre los 5 y 14 años de edad se encuentran trabajando en diversas actividades económicas alrededor del mundo y especialmente en los países en vías de desarrollo. De ellos, cerca de 180 millones se encuentran sometidos a alguna de las llamadas peores formas de trabajo infantil, violándose muchas de las provisiones de la Convención de las Naciones Unidas (NNUU) sobre los Derechos del Niño (1989), en particular el derecho de ser “protegidos de la explotación económica y de realizar cualquier trabajo que sea peligroso o interfiera con su educación, o que sea nocivo para su salud o desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social” (ARTÍCULO 32). Esa es la razón por la que los delegados de la Conferencia Internacional del Trabajo de junio de 1999, adoptaron por unanimidad un nuevo Convenio, el Convenio 182 de la OIT, sobre la prohibición y eliminación de las peores formas del trabajo infantil para todas las personas menores de 18 años.

Para enfrentar el problema del trabajo infantil, y en especial sus peores formas, es necesario saber mucho más sobre el tema. Los profesionales y las instituciones llamadas a intervenir necesitan diversos tipos de conocimientos. Se precisa saber la magnitud general del problema, conocer sus tendencias, identificar los sectores donde se realiza, las áreas geográficas donde se localiza, comprender la naturaleza de la problemática en ocupaciones específicas y en áreas particulares, identificar sus causas, sus consecuencias, las necesidades, las alternativas de solución, etc., para poder formular políticas nacionales, programas, proyectos u otras intervenciones que resulten exitosas.

El apoyo de la OIT en cuanto a la generación de conocimientos sobre trabajo infantil se ha dado, de una parte, a través del “Programa de Información Estadística y Monitoreo sobre el Trabajo Infantil” (SIMPOC, del inglés *Statistical Information & Monitoring Programme on Child Labour*) que ha ayudado a muchos países a incorporar un módulo sobre trabajo infantil en las encuestas nacionales de hogar o encuestas nacionales de empleo. Estas encuestas han sido útiles en la producción de datos

estadísticos comprensivos acerca de diferentes dimensiones y aspectos del trabajo infantil en los países. No obstante, debido a que se basan en muestras, no pueden proporcionar mayor profundidad con respecto a la vida cotidiana y los problemas de estos niños en los diferentes trabajos que desempeñan. Más aún, no pueden brindar información detallada en áreas geográficas o localidades por el reducido tamaño de la muestra. Tampoco pueden abarcar la totalidad de ciertos tipos de actividades infantiles que son invisibles, ocultos o formas de explotación ilícita de los niños como la explotación sexual, la trata, las condiciones de servidumbre o esclavitud, etc. que requieren de información más cualitativa.

Para ayudar a los países a obtener una base de información más exhaustiva y completa sobre las formas más invisibles u ocultas del trabajo infantil, para poder diseñar programas apropiados en un ámbito local o comunitario e investigar sobre los niños que desempeñan los trabajos más peligrosos o insalubres, unos años atrás la OIT y la UNICEF acordaron desarrollar un manual de evaluación rápida acerca del trabajo infantil (OIT, 2002B).

La Evaluación Rápida del trabajo infantil es una metodología de investigación que usa varias estrategias de recolección de datos con el fin de lograr la comprensión de una realidad o situación social específica en un contexto sociocultural particular. Sus métodos pueden mezclar datos cuantitativos con informaciones cualitativas, siendo los resultados en parte descriptivos, en parte analíticos y en parte estadísticos. Los resultados son razonablemente precisos y representativos. Pueden incluso ser replicados con un cierto grado de fidelidad. Sin embargo, nunca tendrán la validez de una investigación científica. Es una herramienta dirigida a gerentes, administradores e investigadores que trabajan en instituciones nacionales e internacionales y en agencias gubernamentales y no gubernamentales que necesitan investigaciones precisas y detalladas para comprender la naturaleza de la problemática del trabajo infantil en áreas particulares u ocupaciones específicas con el objetivo de formular un proyecto o algún tipo de intervención

La Evaluación Rápida busca lograr un compromiso razonable entre la precisión estadística y la recolección de datos. Puede generar información realista y útil para localidades u ocupaciones estudiadas. Sus primeros resultados pueden compararse a un primer bosquejo topográfico de un terreno realizado por exploradores o pioneros, que proporcionan suficientes detalles para que los viajeros puedan orientarse; cada nueva oleada agregará información, que permitirá describir un perfil rápidamente y a bajo costo. Esto es crucial cuando la información se necesita con rapidez y los recursos son limitados. La Evaluación Rápida puede repetirse en una fecha ulterior para efectos de comparación.

Así, al iniciar sus actividades en el Perú, una de las primeras acciones emprendidas por el programa IPEC/Minería Sudamérica de la OIT¹ - (Programa Internacional de Eliminación del Trabajo Infantil, IPEC del inglés, *International Programme on*

Elimination of Child Labour) fue realizar un estudio nacional sobre trabajo infantil en las minas (OIT, 2001). El estudio se hizo cuando el manual de Evaluación Rápida del trabajo infantil no se encontraba aún disponible. Sin embargo es un trabajo que corresponde completamente a este tipo de estudio y que puede inclusive ser considerado como un buen ejemplo de esta clase de investigación.

El estudio se propuso brindar a las instituciones nacionales información acerca de la real magnitud y situación del trabajo infantil en el sector de minería artesanal y en pequeña escala en el país, para la formulación de políticas nacionales orientadas a su eliminación progresiva. Asimismo, debía servir como información de base para la intervención del programa IPEC.

El estudio se limitó al sector de minería artesanal y de pequeña escala y específicamente a la minería artesanal de oro, tomando en cuenta las evidencias sobre la existencia de trabajo infantil en esta actividad y considerando también la particular importancia alcanzada por este sector en los últimos años en el país.

A fin de poder estimar la magnitud del problema a nivel nacional el estudio se realizó en las 4 zonas principales de actividad minera artesanal de oro en el país:

- Nazca-Ocoña o Sur Medio que comprende un gran número de comunidades mineras distribuidas entre los departamentos de Ica, Ayacucho y Arequipa;
- El departamento de Puno (Ananea y La Rinconada)
- El departamento de Madre de Dios (Huaypetuhe y la ribera del Río Madre de Dios)
- El distrito de Pataz en el departamento de La Libertad.

Para lograr una mirada integral de la situación de los niños que trabajan en esta actividad así como de los factores explicativos y los efectos de esta actividad, el estudio analizó una serie de aspectos socioeconómicas, culturales e institucionales ordenados en 5 unidades de análisis. Las tres primeras relacionadas con el análisis de las causas del trabajo infantil y las dos últimas con el análisis de la incidencia y consecuencias del trabajo infantil.

- El entorno nacional y sectorial
- La comunidad minera
- La familia
- El niño trabajador
- El lugar y proceso de trabajo minero

Las herramientas de investigación utilizadas incluyeron talleres de trabajo con adultos y con niños por separado; entrevistas a profundidad, semiestructuradas, a un total de 92 actores locales y nacionales (autoridades mineras, municipales, docentes y personal médico local, dirigentes de las comunidades, de los gremios mineros y

Organizaciones no Gubernamentales - ONGs); guías de observación de las zonas mineras, y; una encuesta que fue aplicada a una muestra aleatoria de 420 madres de familias mineras que tenían hijos menores edad, en un total de 7 zonas mineras seleccionadas en las 4 principales áreas de minería artesanal de oro del país.

Tabla 1. Unidades de análisis y variables: Instrumentos utilizados

Unidad de análisis / Variables	Instrumentos
El entorno nacional y sectorial	
– Política minera y minería artesanal, – Marco legislativo sobre trabajo infantil – Programas estatales en las zonas mineras (Foncodes, Pronaa, otros), – programas de ONGs y organismos internacionales	– Revisión de información sobre sector minero – Revisión de marco legal – Entrevistas a Ministerio de Energía y Minas, ONGs y gremios locales.
La comunidad minera	
– Tamaño poblacional, migración y movilidad; ambiente, viviendas y saneamiento; – Economía local. – Nivel de organización, conflictos, avances y limitaciones. – Situación de salud/mortalidad, características de la oferta educativa (costo, calidad, infraestructura) y otros servicios.	– Taller con organización de mujeres, dirigentes mineros, autoridades y personas clave. Guía de observación – Entrevistas a dirigentes comunales y gremiales, escuela, centro de salud, ONGs
El hogar y la familia	
– Tipo y tamaño de familia, – Ingresos de sus miembros, otras actividades económicas y posesiones productivas. Expectativas sobre mejoramiento de la situación familiar y de los niños – Roles y distribución de actividades en la familia, – Percepción y valoración del trabajo infantil y la educación; percepción de riesgos ocupacionales y por contaminantes en los niños; expectativas sobre mejoramiento de la situación familiar y de los niños	– Encuesta a madres – Taller con organización de mujeres, dirigentes mineros, autoridades y personas clave
El niño y adolescente trabajador	
– Número de niños, edad, sexo – Labores específicas en la actividad minera, tipo de trabajo, dedicación, motivaciones; – Nivel educativo y situación de salud. Matrícula, asistencia, problemas de educación; riesgos y problemas de salud; roles y derechos;	– Taller con niños – Encuesta a madres – Entrevista y revisión de archivos en escuela y posta médica.
El lugar y proceso de trabajo minero	
– Proceso de producción minera, – Formalización de la minería artesanal, derechos, situación legal de la mina, relaciones entre actores, – Aspectos tecnológicos y ambientales – Peligros ocupacionales y características del ámbito de trabajo.	– Entrevistas a Ministerio Energía y Minas y dirigentes gremiales y comunales – Guía de observación

El trabajo de campo fue posible gracias al apoyo y la plena participación de los dirigentes de las organizaciones de base y las autoridades locales. Las técnicas utilizadas en los talleres de trabajo con adultos fueron:

- Diagrama estacional de la actividad minera
- Reloj de 24 horas de adultos y niños
- Lluvia de ideas sobre las relaciones en la familia
- Diagrama de causas y efectos del trabajo infantil

Por su parte, los talleres de trabajo con los niños y adolescentes utilizaron las siguientes técnicas:

- Diagrama del proceso minero
- Reloj de 24 horas de adultos y niños
- Lluvia de ideas sobre los aspectos positivos y negativos en la familia

El estudio fue llevado a cabo en el año 2001 por un grupo de investigadores encabezados por la socióloga María del Carmen Piazza, contando con la asistencia técnica, desde el diseño del estudio, de César Mosquera y Rocío Valencia, director del Programa IPEC/Minería Sudamérica y coordinadora nacional en Perú respectivamente. El informe final del estudio contó además con la revisión, comentarios y sugerencias de un amplio número de representantes de instituciones miembros de la Sub Comisión Técnica de Minería de la Mesa Intersectorial sobre Trabajo Infantil que incluía a funcionarios de los ministerios de trabajo, minería y mujer y desarrollo humano, además de ONGs y agencias de cooperación internacional.

En este documento, el autor presenta una síntesis de los principales hallazgos del estudio, permitiéndose actualizar la información con algunos datos más recientes y complementar el análisis con posteriores aprendizajes producidos por el trabajo con las comunidades mineras que siguió al estudio inicial y que no han venido sino a reforzar las principales conclusiones iniciales.

PARTE II:

NIÑOS QUE TRABAJAN EN LA MINERÍA ARTESANAL DE ORO EN EL PERÚ

El marco político y normativo de la minería artesanal y el trabajo infantil en el país

Aunque el trabajo de niños y adolescentes en la minería es un problema que se presenta específicamente en el ámbito de la minería artesanal y de pequeña escala (MPE) es importante observar el panorama general de la minería y su dinámica en el

país para entender mejor las características y la magnitud de esta problemática. Para completar el contexto, se hace necesario repasar también la problemática general del trabajo infantil en el país y la política nacional al respecto.

Perú país minero

El Perú es considerado tradicionalmente un país minero. A pesar de los esfuerzos de industrialización desarrollados durante la década de los años setenta el país no logró dejar atrás el modelo primario exportador minero. Su dependencia de la minería más bien se acentuó en la última década. Entre 1991 y 2004, la participación de la minería en el PBI (Producto Bruto Interno) subió de 3.5% a 6.2%, respectivamente. En este período, la minería prácticamente lideró el desenvolvimiento de la economía nacional, pues mientras que el PBI se incrementó en 65% entre 1991 y 2004, el PBI minero lo hizo en 192%. El valor total de la exportación minera llegó a US\$ 6,953 millones, cifra que representó nada menos que el 55% del total de las exportaciones nacionales del año 2004 (DE ECHAVE, 2005).

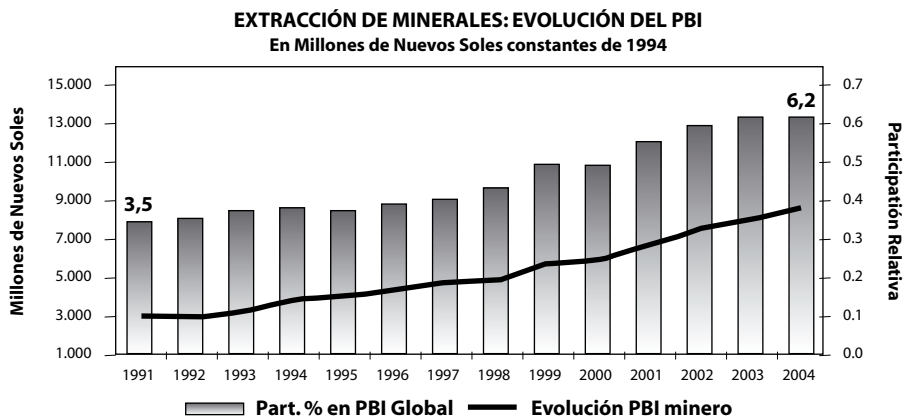


Figura 1. Extracción de minerales: evolución del PBI

El espectacular crecimiento mostrado por la minería en este período fue el resultado de una exitosa política desarrollada por el Estado peruano para atraer la inversión extranjera a la exploración y explotación de la riqueza minera del país. Así, en los noventa, la superficie total otorgada en concesiones mineras pasó de 4 millones a 24 millones de hectáreas en todo el país.

En este contexto, es particularmente importante observar el dinamismo que mostró la explotación del oro. En este período, entre 1990 y el 2004, como resultado del inicio de operaciones de importantes empresas mineras como Yanacocha (Newmont y Buenaventura) en 1993 y Pierina (Barrick Misquichilka) en 1998, la producción de oro

aumentó de 20,2 a 179,4 toneladas anuales. A esta multiplicación del volumen de producción por 9, se sumó la coyuntura especialmente favorable del precio internacional del oro, que pasó de US\$ 271,24 en el 2001 a US\$ 409,85 la onza troy en el 2004.

La suma de ambos factores dio como resultado un boom de la exportación nacional del oro. Entre 1993 y 2004 el valor de la exportación de oro aumentó de US\$208 a US\$ 2.383 millones, convirtiéndose en el principal producto de exportación y consolidando la posición del Perú como el primer productor de oro de América Latina y el quinto a nivel mundial.

La minería artesanal del oro

Fuera de las luces de la escena oficial minera, ya desde la década de los años 80 y en un contexto de aguda crisis económica y social, de desempleo urbano, crisis en el campo y violencia política, un contingente cada vez más numeroso de personas se desplazaba a zonas tradicionales de explotación artesanal de oro, minas abandonadas y nuevos descubrimientos, en busca de alternativas para subsistir y de nuevas oportunidades, dando inicio así a la expansión de una minería artesanal y en pequeña escala.

A comienzos de los años 90 cuando se pone en marcha la reforma estructural del estado y se diseña la política de atracción de la inversión extranjera, la nueva Ley General de Minería (LGM) elimina prácticamente las disposiciones especiales para los estratos en que se encontraba tradicionalmente dividida la minería: gran, mediana y pequeña minería. Estableciendo regulaciones únicas y alejadas de la realidad de las minas pequeñas y minas artesanales, condenándolas prácticamente a la informalidad. Al mismo tiempo, la liberalización de la comercialización del oro se convierte en uno de los hechos que más incentiva la producción artesanal e informal del oro en ese momento.

De esta manera, a mediados de los años 90, la minería artesanal de oro llega a adquirir una notable importancia en el país. Y pese a que la política nacional minera le da la espalda, su evolución demuestra que había llegado para quedarse.

Los datos disponibles de 1990 a la fecha muestran que la producción aurífera de la minería artesanal pasa por tres etapas bien marcadas. Durante el quinquenio 1990-1994, llegó a aportar, en promedio anual, el 57% de la producción nacional de oro, superando la producción de oro de la gran, mediana y pequeña minería. En el período 1995-2000 muestra un franco descenso en su ritmo de crecimiento y su participación relativa con respecto a los otros estratos de la minería pasa de 42% en 1995 a 12% en el 2000. Esto como resultado, fundamentalmente, del inicio de la producción de oro en gran escala por parte de la gran minería. En los últimos cuatro años (2001-2004), al influjo del período de elevación del precio del oro se observa una ligera recuperación en sus niveles de producción, aunque su participación relativa en el total nacional permanece en torno al 12%.

PRODUCCION MINERA DE ORO POR ESTRATO, 1990-2004
(Kg. de contenido fino)

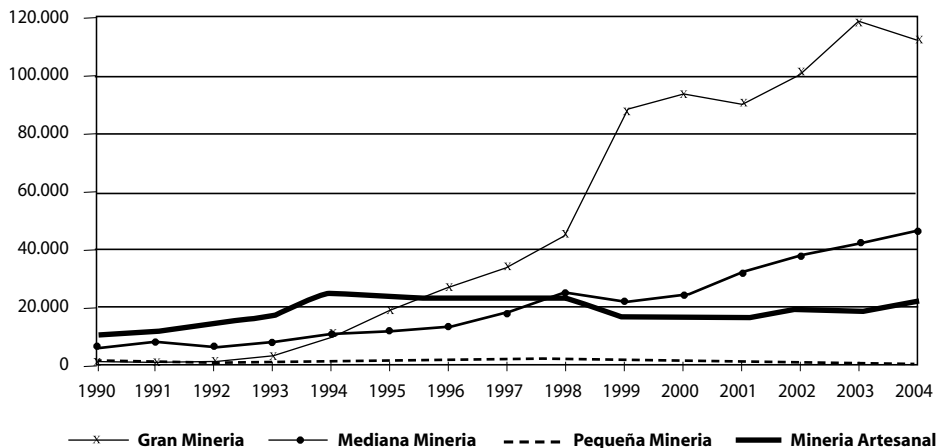


Figura 2. Producción minera de oro por estrato

Los mineros artesanales se ubican en minas cuyas características geológicas se prestan a una explotación mediante técnicas sencillas y uso intensivo de la fuerza de trabajo, razón por la cual no son de interés para la gran minería. Las zonas mineras que ocupan son de tres tipos:

- áreas mineras que tradicionalmente habían sido explotadas de manera artesanal;
- minas abandonadas que fueron consideradas agotadas por compañías mineras grandes;
- nuevos yacimientos que no revisten interés económico para grandes empresas.

La inexistencia de un marco legal y administrativo apropiado para regular esta actividad que se desenvuelve con una lógica productiva, económica y social distinta al de la gran minería; el desconocimiento de la ley general de minería, la complejidad de la misma, las dificultades de aplicación de sus normas a la minería artesanal, y el costo de los procedimientos mineros que debían ser realizados en la capital del país, son algunos de los factores que explican el ambiente de informalidad en que se produce la expansión de esta actividad.

Aunque la informalidad ni la formalidad pueden reducirse a la dimensión legal, ni la dimensión legal puede reducirse al título minero, la posesión o no de un título para explotar la mina es utilizada comúnmente como la línea divisoria para diferenciar entre los informales y los formales. En relación con el título minero, la situación de la mayoría de mineros artesanales puede clasificarse en tres tipos:

- mineros artesanales que trabajan en concesiones mineras privadas, generalmente bajo acuerdos informales con los titulares o con contratistas intermediarios (situación que es la más frecuente);
- mineros artesanales que trabajan en concesiones propias, habiendo conseguido el título minero en forma colectiva mediante asociaciones, empresas o cooperativas (situación que se ha logrado en pocos casos); y
- mineros artesanales que trabajan en áreas libres sin título minero (que son los casos menos frecuentes).

La informalidad ocasiona diversas formas de explotación como el “enganche” en Huaypetuhe, mediante el cual el contratista pagaba adelantos y retenía los documentos del obrero quien quedaba en una situación que lo obligaba a aceptar deplorables condiciones de trabajo y remuneración, muchas veces peores a las pactadas inicialmente. Otra forma de explotación es el “cachorro” en La Rinconada, modalidad según la cual los mineros pueden extraer mineral por 2 ó 3 días en forma de pago por uno o dos meses de trabajo, con el riesgo de no sacar ningún beneficio. En la zona de Nazca-Ocoña es más frecuente la explotación por parte de plantas de tratamiento de mineral que, ya sea por ser las titulares de la mina o porque los mineros dependen de ellas para el abastecimiento de insumos controlados como los explosivos, agua o capital, obligan a los mineros a usar sus servicios de beneficio del mineral o de los relaves de amalgamación, en condiciones abusivas.

De esta manera, la informalidad, la explotación y la pobreza van de la mano, atrapando a los mineros artesanales en un círculo vicioso. Esta situación es una de las principales razones por las que en muchas familias mineras las mujeres y los niños terminan trabajando junto a los mineros. Recién en el 2002, en un marco de creciente organización y demanda de los mineros artesanales, se da la ley de formalización y desarrollo sostenible de la minería artesanal y pequeña minería, que reconoce a este sector y establece algunos incentivos y alternativas para empezar a cambiar esta situación.

La política nacional sobre trabajo infantil

Aún cuando las estadísticas oficiales del país, censos y encuestas, no cuentan con instrumentos adecuados para captar la actividad económica de los niños y adolescentes en toda su magnitud y diversidad, y nos ofrecen resultados que difieren entre sí, estas nos indican que hay al menos 2 millones de niños de entre 6 y 17 años trabajando en el Perú y con una tendencia creciente durante los años noventa². La cifra de niños y adolescentes que trabaja representa el 28% del total de la población entre 6 y 17 años de edad. Índice bastante superior al promedio de América Latina que es de 17%.

Tabla 2. Población Económicamente Activa entre 6 y 17 años

Fuente	Total
Censo Nacional de 1993	497.032
Censo Escolar 1993	1.024.127
Encuesta Nacional de Niveles de Vida 1994	1.237.480
Encuesta de Hogares Primer Trimestre 1995	1.412.518
Encuesta de Hogares Tercer Trimestre 1995	834.275
Encuesta de Hogares Primer Trimestre 1996	1.359.000
Encuesta Nacional de Niveles de Vida 1997	1.932.000
Encuesta de Hogares cuarto trimestre 2001	1.987.165

Al respecto, una de las primeras disposiciones a ser tomada en cuenta por el país fue la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño, ratificada por el Perú en 1990, que establece el derecho del niño a estar protegido contra la explotación económica y contra el desempeño de cualquier trabajo que pueda ser peligroso o entorpecer su educación, o que sea nocivo para su salud o para su desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social. La adopción de la Convención constituye un paso fundamental por cuanto ésta sustituye la doctrina de situación irregular del niño trabajador que estuvo vigente durante mucho tiempo por la doctrina de protección integral de los derechos de la infancia. Es decir, se pasa de una percepción compasiva, a la vez que represiva del trabajo infantil, hacia una percepción del niño como sujeto pleno de derechos.

En el marco de la Convención sobre Derechos del Niño, el Estado peruano promulga en 1992 el primer Código de Niños, Niñas y Adolescentes (CNNA), modificado después en agosto del año 2000. El CNNA establece, en lo que respecta al trabajo de adolescentes, que la edad mínima requerida para autorizar el trabajo en el caso de la minería es 16 años. Asimismo, prohíbe el trabajo de adolescentes en el subsuelo y en labores que impliquen la manipulación de pesos excesivos o en las que su seguridad o la de otras personas estén sujetas a la responsabilidad del adolescente, con lo cual diversas labores del trabajo minero en superficie quedan también comprendidas en esta prohibición.

Cuatro años después, en julio de 1996, el Perú firma con la OIT un Memorando de Entendimiento para recibir el apoyo del Programa Internacional de Eliminación del Trabajo Infantil, comprometiéndose por su parte a constituir una Comisión Nacional Intersectorial y a formular un Plan Nacional para la Eliminación del Trabajo Infantil. Desde entonces, transcurren siete años antes de que en agosto del 2003 se establezca finalmente el Comité Directivo Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil (CPETI) y nueve años hasta que se concluya y apruebe oficialmente el Plan Nacional de Prevención y Eliminación Progresiva del Trabajo Infantil en el 2005. El

CPETI es una instancia tripartita e intersectorial conformada por representantes de diversos ministerios, entre los cuales se encuentran los ministerios de trabajo, educación, salud, desarrollo social y minería, representantes de las centrales sindicales y de los gremios empresariales, y; en calidad de invitados, representantes de organismos no gubernamentales y agencias de cooperación internacional como OIT y UNICEF.

De igual modo, durante este período el Perú avanza con pies de plomo en la ratificación de los Convenios OIT sobre edad mínima de admisión al trabajo (Convenio número 138 de 1973) y sobre eliminación de las peores formas de trabajo infantil (Convenio número 182 de 1999). Recién en el año 2002, con la activa oposición de organizaciones que postulan una valoración crítica del trabajo infantil, el Perú fue uno de los últimos países de la región en ratificar ambos convenios.

En suma, en un contexto creciente de la problemática del trabajo infantil, el Estado y una parte de la propia sociedad civil, se mostró poco decidido a intervenir con políticas y programas para liberar a los niños del trabajo asegurando sus derechos, especialmente en el caso de aquellos sometidos a las peores formas de trabajo infantil, tales como el trabajo de menores de edad en actividades peligrosas como la minería.

Las comunidades mineras artesanales

Mientras que las estimaciones del Ministerio de Energía y Minas establecían la existencia de alrededor de 22.000 mineros artesanales, el estudio llevó a estimar que existían como mínimo unas 30.000 familias dedicadas a la minería artesanal de oro en forma permanente y como actividad principal. Considerando el índice de miembros por familia, la población total directamente dependiente de esta actividad llegaba a unas 150.000 personas.

Tabla 3. Familias por principales zonas mineras artesanales (Año 2000)

Zona	# Familias
Puno	14.000
Madre de Dios	9.500
Nazca-Ocoña	6.000
Pataz	830
Total	30.330

La distribución de las familias mineras entre las 4 principales zonas de minería artesanal del país mostró que la zona de mayor concentración al momento del estudio era Puno, seguido de Madre de Dios. En los años siguientes esta relación al parecer se invierte debido a la dinámica particular de Madre de Dios que mantiene una tendencia ascendente a diferencia de lo que ocurre con el resto de la minería

artesanal de oro. Pero si se toma en cuenta que en los dos últimos años se produce un repunte general de la actividad y aparecen además nuevos descubrimientos y asentamientos en zonas como Huancavelica y Lima, es muy probable que actualmente la cifra de mineros artesanales sea mayor a la estimada en el 2000.

Puno

La zona minera más importante del departamento de Puno es el distrito de Ananea, ubicado en la Cordillera Oriental, próxima a Bolivia. Este distrito alberga a 3 comunidades mineras principales: Ananea-pueblo y los campamentos de La Rinconada y Cerro Lunar. Otra zona minera del departamento es la que va desde la provincia de Sandia hacia la zona del Río Inambari, área de más difícil acceso cuyas localidades más grandes serían Sandia, Patambuco, Phara, Ayapata y San Gabán.

El pueblo de Ananea está situado a 7 horas de la ciudad de Juliaca (170 Km.) y a una altitud de 4.800 metros sobre el nivel del mar (msnm). La Rinconada y Cerro Lunar están de 30 minutos a 1 hora más de camino, en torno al nevado Ananea, a una altitud de 5.200 msnm. El estudio recogió y analizó información de estas 3 comunidades aunque en esta síntesis presentamos sólo el caso de la comunidad minera La Rinconada.

La Rinconada

La Rinconada es un asentamiento que se construye a partir de los años 70 en torno a la actividad minera. Hay, aproximadamente, 5.000 familias viviendo en condiciones de verdadero hacinamiento. Las viviendas tienen uno o dos ambientes, las paredes y techos de calamina son forradas por dentro con totora o plástico intentando contrarrestar las bajas temperaturas que llegan a 26 grados bajo cero. No se dispone de agua potable. Recién, a partir del año 2000 se habían instalado los servicios de energía eléctrica y teléfono. Es un pueblo muy dinámico en comercio y servicios. Existen pequeñas tiendas de abarrotes, boticas, radioemisoras, sastrerías, peluquerías, servicios de reparación, pequeños alojamientos y restaurantes. Pero también proliferan las cantinas y clubes nocturnos, así como los problemas de alcoholismo, delincuencia, violencia callejera y prostitución de adolescentes mujeres. Se han dado casos de desaparición de personas, violaciones y muerte por asaltos y peleas en los bares.

La capacidad de las escuelas era tremendamente insuficiente para atender a la población en edad escolar. Considerando un promedio mínimo de dos niños por familia en edad de ir a la escuela (6 a 18 años), se estimó en 10.000 el número de niños que requerían cobertura educativa. Pero en las escuelas sólo había sitio para 670 niños (500 niños en primaria y 170 en secundaria). Otros 140 niños de familias en mejor situación eran atendidos en escuelas privadas. Es decir, alrededor de 9 niños de cada 10 estaban fuera de la escuela.

La mina es un yacimiento filoneano. Los mineros abren socavones empleando explosivos y picos, al observar la presencia de vetas de cuarzo o afloramientos oxidados. Algunos mineros realizan una extracción semimecanizada utilizando compresoras de aire y taladros. El mineral es beneficiado de manera artesanal utilizando quimbaletes para la molienda y amalgamación con mercurio. La amalgama es exprimida en una tela y fundida con soplete.

Los derechos sobre la mina están en manos de la Corporación Minera Ananea, la cual “alquila” áreas de trabajo a unos 150 a 200 contratistas individuales que operan en el lugar. Estos a su vez contratan a los mineros bajo la modalidad de “cachorro” mediante la cual se le permite extraer mineral durante 2 a 3 días como pago por uno o dos meses de trabajo. Bajo este sistema, un minero podía obtener un promedio de 170 dólares en buenas épocas, pero en épocas malas podían transcurrir algunos meses sin obtener ingresos. Es por esto que las mujeres y los niños debían ayudar a mantener el ingreso familiar seleccionando mineral manualmente entre los desperdicios de la mina (Pallaqueo), lavando los desperdicios (Chichiqueo) o recogiendo el material fino del desmonte con una escobilla (Llampeo) para luego procesarlos en quimbaletes. De este modo podían obtener alrededor de un gramo semanal de oro que se vendía en la misma zona por 8 dólares.

Madre de Dios

Madre de Dios es un departamento de la selva peruana ubicado en la frontera con Bolivia y Brasil. Aquí, el Ministerio de Energía y Minas tenía registradas 1.056 operaciones mineras ubicadas en dos zonas principales: Huaypetuhe y la ribera del Río Madre de Dios. Los mineros explotan yacimientos aluviales cuya explotación es sencilla utilizando métodos que dependen de la ubicación del depósito: montes, ríos, terrazas y playas. Huaypetuhe es un área de terrazas de Piedemonte que concentraba el 80% de la población y producción minera del departamento. Por su parte, la ribera del Río Madre de Dios es un área de llanura aluvial a lo largo de la cual se ubican las comunidades de Tres Islas, La Pastora, Laberinto y Colorado. En este departamento el estudio abarcó ambas zonas, aunque a continuación presentamos sólo una síntesis del caso de Huaypetuhe.

Huaypetuhe

El distrito de Huaypetuhe reúne cuatro alcaldías delegadas, una de las cuales es el pueblo de Huaypetuhe. Aquí viven unas 5.000 familias en un área de 60 Has. y los fines de semana llegan los residentes de los campamentos mineros situados en las quebradas. Las viviendas son de madera con techo de calamina, asentadas sobre pilares de madera en razón de que el pueblo ha sido arrasado por las aguas del río en dos oportunidades. Es un caserío muy dinámico. Existen varios pequeños restauran-

tes, algunos alojamientos, así como establecimientos comerciales diversos de venta de ropa, artefactos eléctricos, madera para la construcción de viviendas, maquinaria y herramientas para el trabajo minero. También proliferan bares y la prostitución de adolescentes. Al mismo tiempo que delincuencia y violencia callejera.

El pueblo presenta serios problemas ambientales. Carece de servicio de recojo de basura, agua potable y desagüe. Las calles están permanentemente anegadas y exhalan olores pestilentes a medida que aumenta la temperatura, la cual llega hasta los 40 grados. Se registra una alta incidencia de enfermedades a lo que coadyuva la presencia de insectos y ratas, las elevadas temperaturas y las lluvias torrenciales.

Para toda la zona se encontró sólo un centro de educación inicial, 2 escuelas primarias y un colegio secundario. Lo que implica que la gran mayoría de los niños y adolescentes en edad de estudiar simplemente no tenían escuelas a donde asistir. Además, el 40% de los alumnos matriculados trabajaba en minería durante los fines de semana y en los períodos de lluvia.

En esta zona, a través del Banco Minero que tuvo el monopolio de la comercialización del oro hasta comienzos de los 90, se había impulsado un proceso de formalización y otorgado 304 concesiones mineras. Estas eran explotadas por los propios titulares o por “invitados” que trabajaban la concesión a cambio de una suma o de una parte del oro extraído. La modalidad de contratación predominante de trabajadores era el enganche, que se realizaba desde Cusco, Puerto Maldonado, Puno o en el propio Huaypetuhe. La oferta de empleo se incrementaba desde enero, cuando se inicia el período de lluvias, período que coincide con las vacaciones escolares. La tecnología empleada estaba semi mecanizada. La formalización había permitido que muchos mineros adquirieran maquinaria. Para la extracción se usan cargadores frontales y volquetes para trasladar el mineral a una tolva (“chute”) en la que es lavado con chorros de agua. Otro método es el “arrastré” por el cual se desmorona el mineral con monitores de agua para ser arrastrado hacia una canaleta de recuperación. La mecanización había desplazado a los niños y adolescentes de muchas labores pero no completamente. El trabajo infantil se mantenía sobretodo en el caso de los mineros que seguían usando técnicas artesanales como colocar el mineral en acequias, utilizando palas y picos, para ser acarreado hacia una canaleta de recuperación (método de “ingenio”); o chichiquear buscando oro entre los residuos de la minería mecanizada.

Nazca-Ocoña

Esta zona es una franja que se extiende desde el valle del río Nazca hasta el valle del río Ocoña y que corre paralelo al mar peruano. Abarca un área de aproximadamente 50.000 km² (500 km de longitud por 100 km de ancho) que ocupa parte de los departamentos sureños de Ica, Ayacucho y Arequipa. Estudios previos habían iden-

tificado la existencia de unos 40 asentamientos mineros, la mayoría de ellos situados en las partes altas de los valles que forman los ríos que bajan de la cordillera hacia la costa y desembocan en el Océano Pacífico. Las localidades más importantes son en Ica: Sarmarca y Tulin; en Ayacucho: Huanca, Santa Filomena, San Luis y Relave, y; en Arequipa: Mollehuaca, Eugenia, Cerro Rico. El estudio abarcó Huanca, Santa Filomena, Relave y Mollehuaca, no obstante en esta síntesis presentamos sólo el caso de Santa Filomena.

Santa Filomena

Santa Filomena es un caserío ubicado en la provincia de Lucanas (Ayacucho), próximo al límite con el departamento de Arequipa, que se forma a partir de mediados de los 80 alrededor de la explotación de una mina de oro que había sido explotada y abandonada 20 años antes por la empresa americana San Luis Mining. Está situada a 2.400 msnm, a 4 horas de viaje desde Yauca, pueblo ubicado en el Km. 574 de la carretera Panamericana Sur. La zona carece prácticamente de vegetación, las lluvias son escasas y la tierra de ningún valor agrícola. Alberga a 500 familias que habitan en chozas de estera, madera y plástico, localizadas alrededor de la entrada a la mina. Aunque había una escasez general de servicios, sufrían sobretodo por la falta de agua, por cuyo abastecimiento dependían de las plantas privadas de procesamiento del mineral que se habían instalado en las cercanías de la mina.

Los mineros explotan los afloramientos de las vetas de la mina y las pequeñas vetas que quedaron en la mina, aprovechando las galerías que dejó la Compañía al explotar las vetas principales. Trabajan formando pequeñas sociedades de 2 a 25 personas por veta (labor), extraen el mineral con métodos manuales usando explosivos. El mineral es molido y amalgamado usando “quimbaletes” (molinos de piedra), luego la amalgama es exprimida y quemada con un soplete. El relave iba a las plantas de cianuración que les abastecía de agua, explosivos y capital. Las mujeres y los niños más pequeños debían apoyar haciendo trabajo de selección en los desmontes (pallaqueo) y los adolescentes en los trabajos de carga del desmonte y del mineral desde el interior de la mina, y en el trabajo de molienda y amalgamación (quimbaleteo). En 1992 los mineros habían conformado la Sociedad de Trabajadores Mineros de Santa Filomena, Ayacucho, Perú (SOTRAMI) y en el 98 conseguido el título sobre la mina.

Hasta el 98 había sólo una pequeña escuela primaria pero al 2000 esta se había ampliado y se había construido una escuela secundaria como parte de un programa piloto de eliminación del trabajo infantil ejecutado por la ONG CooperAcción y SOTRAMI, con el apoyo de la OIT. Otras acciones del programa, además de la sensibilización y la promoción de una cultura de derechos de los niños, habían sido la conformación de un Comité de Gestión del Desarrollo Local que agrupó a todas las organizaciones de base y autoridades locales en torno a una Visión de Futuro al 2005

y un Plan Estratégico de Desarrollo, a fin de crear condiciones materiales para el retiro de los niños del trabajo. En este marco se había establecido recientemente una posta médica, y desarrollado un buen número de pequeños negocios de mujeres en producción (panadería, confecciones) servicio (peluquería, restaurantes) y comercio (bodegas de abarrotes, botica, ferretería, venta de equipos mineros). Asimismo, el programa había permitido a SOTRAMI instalar un winche para izar el mineral desde el interior de la mina, logrando múltiples beneficios económicos y productivos, además de reemplazar el trabajo manual de carga y eliminar completamente el trabajo de adolescentes en esta actividad. Años después, en el 2005, con apoyo del programa, SOTRAMI lograría instalar una pequeña planta de tratamiento propia, con lo que Santa Filomena fue declarada libre del trabajo infantil por la Ministra de la Mujer y Desarrollo Social.

Las familias mineras artesanales

De acuerdo a la encuesta realizada por el estudio, la mayoría de familias son nucleares completas (60%), pero existe una importante proporción de familias extensas que incluyen además de padres e hijos a otros familiares (28%). Es menor la proporción de familias nucleares incompletas, generalmente familias a cargo de la mujer (12%). El promedio de personas por hogar es de 5,7 y el promedio de hijos vivos por mujer es de 3,5, siendo 2,9 el promedio de hijos menores de edad por familia. A partir de lo cual se infiere que el conjunto de familias mineras existente alberga aproximadamente 62.000 niños (de 0 a 11 años) y 28.000 adolescentes (de 12 a 17 años),

Tabla 4. Datos demográficos de las familias

Localidad	Promedio miembros por hogar	Desviación	Promedio hijos por familia	Desviación
Sta Filomena	4.3	1.27	2.7	1.14
Mollehuaca	4.7	1.47	2.9	1.2
Ananea	5.6	2.07	3.6	1.8
Rinconada	5.6	2.45	3.0	1.65
Huaypetue	6.8	2.77	4.5	2.15
Río M.Dios	7.7	3.51	4.1	2.14
Pataz	5.6	1.50	3.5	1.82
Total	5.7	2.49	3.5	1.82

Contrariamente a lo que se cree, la mayoría de familias vive de manera permanente en estas comunidades. Las familias que señalan que migran estacionalmente a estos centros mineros son significativas sólo en La Rinconada y Madre de Dios (15% del total en familias encuestadas en cada zona).

El 60% de las familias depende totalmente de la minería para subsistir; el 40% restante realiza adicionalmente actividades agrícolas y pequeñas actividades comerciales. La mayor dependencia de la actividad minera fue encontrada en Puno (70%) y Pataz (62%). En tanto que en el Sur Medio y en Madre de Dios solo el 55% de las familias dependía exclusivamente de la minería.

La mediana del gasto familiar es US\$174 mensual, lo que significa que la mitad de la población minera vive por debajo de la línea de pobreza extrema, que está establecida por el gobierno en US\$170 mensual. Aproximadamente el 18% de las familias vive con ingresos menores de US\$100 por mes. En este caso se encuentra el 37% de las familias de Ananea y Pataz y el 28% de las familias de La Rinconada. Se trata principalmente de mujeres jefas de hogar, viudas o abandonadas o familias en los que el padre aporta poco, en algunos casos por enfermedad ocupacional y en no pocos por alcoholismo. Un 40% de las familias mineras vive con ingresos entre US\$100 y US\$200 mensuales.

Mayores niveles de vida se están alcanzando en Santa Filomena y Mollehuaca, comunidades que han recibido apoyo de la cooperación internacional para mejorar su productividad y condiciones de vida, donde las familias que disponen para vivir de US\$201 a US\$300 son 58% y 55%, respectivamente. Los ingresos mayores se encuentran en Huaypetuhe, zona en la cual el apoyo estatal para la formalización permitió un mayor grado de mecanización, donde la mitad de las familias logra un ingreso mayor de US\$300 mensuales. En este último caso se encuentran quienes tienen labores y contratan algunos peones.

Tabla 5. Nivel de gasto familiar

Ingresos (US\$)	Santa Filomena	Mollehuaca	Ananea	Rinconada	Huaypetue	Río Madre Dios	Pataz
Hasta 100	1,80%	3,90%	36,70%	27,60%	2,10%	18,90%	32,70%
de 101 a 200	24,60%	31,40%	50,00%	56,90%	27,70%	43,40%	41,80%
de 201 a 300	57,90%	54,90%	10,00%	12,10%	23,40%	30,20%	16,40%
301 y más	15,80%	9,80%	3,30%	3,40%	46,80%	7,50%	9,10%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Entre las familias cuyos niños trabajan, el 54,5% de las madres declaró que si los niños no trabajan bajaría el nivel de vida del hogar y 17,6% considera que el hogar no podría sobrevivir. El 28% restante señala que no habría mayor cambio porque el aporte de los niños no es significativo; la mayoría de estas respuestas corresponde a familias cuyos hijos son aún muy pequeños y se dedican a pallaquear o a tareas complementarias como vigilar las herramientas o llevar alimento. El peso asignado por las madres a la contribución económica de sus hijos no contradice la importan-

cia de los patrones culturales que consideran el trabajo de los niños como la manera apropiada de formarlos.

La crianza de los hijos otorga prioridad al trabajo minero y las actividades domésticas, existiendo escasa valoración de los derechos a la educación y la recreación. Este componente cultural está muy afincado en la tradición andina, que si bien ha desarrollado valores como la reciprocidad y el apoyo al esfuerzo colectivo tiene también una particular noción del niño, que es concebido como fuerza de trabajo y “adulto pequeño”, lo cual dista de las teorías modernas de desarrollo infantil que verifican el papel preponderante que tiene la estimulación, el juego y el respeto a sus derechos para su desarrollo emocional. En este esquema, en cambio jugar es no hacer nada, ser “ocioso”.

Las entrevistas realizadas muestran también que los adultos esperan que el niño sea fundamentalmente “obediente” y “respetuoso”, recurriendo por ello al castigo cotidiano como una pauta de crianza. Analizando su visión del presente y del trabajo de los niños, las madres de familia encuentran que éste permite desarrollar responsabilidad, disciplina y “gusto por el trabajo”.

Los niños trabajadores

De acuerdo a la encuesta aplicada por el estudio, los niños trabajan en 2 de cada 3 familias que se dedican de manera permanente a la minería artesanal, es decir, en aproximadamente 20.000 familias. En estas hay alrededor de 61 mil niños y adolescentes. Separando a los niños menores de 6 años, se concluye que habría aproximadamente 50.000 niños y adolescentes trabajando en esta actividad en todo el país, y 11.000 serían los más pequeños que, de no cambiar la situación, estarían ingresando a trabajar en los próximos años.

Tabla 6. Volumen de niños mineros en cada zona

Localidad	Familias mineras	Familias con Trabajo Infantil		Promedio de hijos Menores por familia	Total de Menores en estas familias
		%	Número		
Nazca-Ocoña	6.000	52	3.120	2,4	7.488
Puno	14.000	67	9.380	2,8	26.264
M Dios	9.500	72	6.840	3,8	25.992
Pataz	830	62	515	2,6	1.338
Total	30.330	63	19.855	2,9	61.082

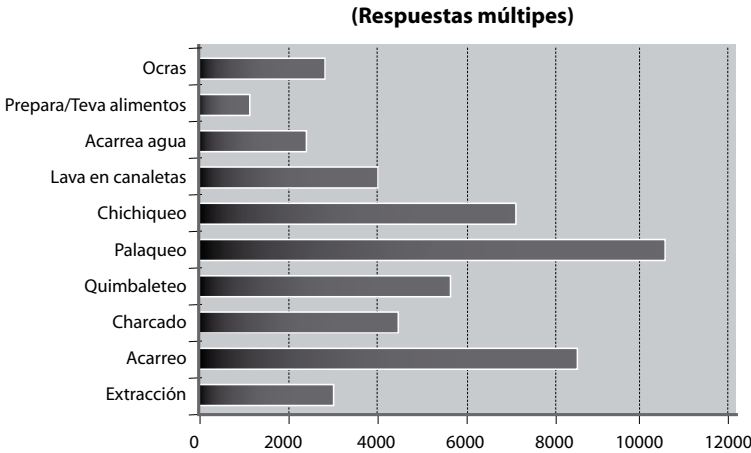
La participación de los niños es porcentualmente menor en las localidades de Nazca-Ocoña (52%), únicas zonas en la que había habido intervención de ONGs enfocadas en este tema, siendo más elevada en Pataz (62%), Puno (67%) y Madre de Dios (72%). En Madre de Dios, si bien la semi-mecanización había desplazado a los

adolescentes de la fase de extracción del mineral, ellos continuaban trabajando en dos situaciones: en las actividades de procesamiento del mineral que la familia minera no delega a los obreros, y en las operaciones que continúan realizando de forma artesanal las familias mineras más pobres.

Los niños trabajan en diferentes fases del proceso minero, siendo las tres más frecuentes la carga de mineral, el procesamiento artesanal y el pallaqueo o selección de restos de mineral. La participación de niños en actividades que se pueden considerar como “apoyo”, por ejemplo, acarrear agua, preparar y llevar alimentos, son mucho menos frecuentes que las tareas propiamente mineras. No obstante, es común que los adultos en general no perciban como trabajo las actividades que los niños llevan a cabo.

El gráfico siguiente presenta un estimado del volumen de niños que realiza cada tarea. Se elaboró considerando que hay tres actividades que son realizadas sólo por adolescentes de 12 a 17 años de edad (extracción, acarreo y chancado), que en promedio son uno por familia y que en las otras participan los más pequeños, en promedio 2 niños por familia. Las actividades que más niños pequeños realizan son el pallaqueo y el chichiqueo (a partir de los 6 años) y el trabajo en quimbaletes (a partir de los 9 ó 10 años). Entre las labores realizadas por los adolescentes destaca el trabajo de acarreo o carga manual del desmonte y el mineral desde el interior de las minas.

Figura 3- Volumen de niños que realizan las principales actividades mineras.



Si bien el trabajo infantil en minería artesanal se realiza mayoritariamente en el marco familiar, en Huaypetuhe se contratan adolescentes desde los 16 años como peones. Su jornada diaria consiste en trasladar 100 carretillas de material. También en La Rinconada algunos adolescentes llegan solos para trabajar estacionalmente. No se conoce el número de adolescentes que trabajan para terceros, existiendo coin-

cidencia entre los entrevistados respecto a que se ha reducido en la minería y se ha incrementado en servicios, comercio y bares.

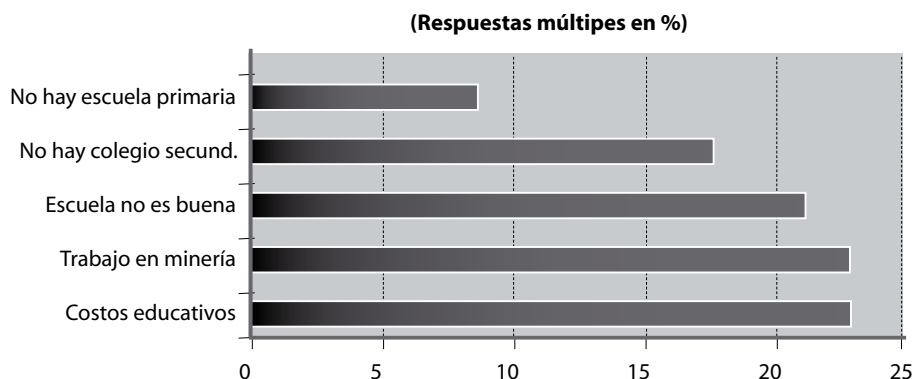
Graficando el nivel de riesgos existente en esta actividad, una madre de familia de Ananea dijo que si pudieran dedicarse a otra actividad “vivirían sin peligro de muerte”. El 94% de las familias cuyos niños trabajan y el 93% de aquellas en que no lo hacen, considera que el trabajo en minería ocasiona problemas de salud a los niños. El 53% de las madres respondió que sus hijos se habían lesionado o enfermado alguna vez por consecuencia del trabajo minero: 12% frecuentemente, 37% ocasionalmente y 51% rara vez. Sobre la lesión o enfermedad más grave, un 20% de las familias indica que el niño tuvo que dejar de trabajar temporalmente (unos 2.120 niños) y 5% que fue internado u hospitalizado (aproximadamente 530 niños).

De acuerdo al personal de salud, en las localidades mineras las enfermedades más frecuentes de los niños son las infecciones respiratorias agudas (IRA), las enfermedades diarreicas agudas (EDA) y los problemas en la piel. Asimismo, reportan elevados índices de desnutrición y anemia. Pero los establecimientos de salud locales no están capacitados para reconocer problemas de salud ocupacional o de salud pública derivados de la minería. Sus registros no incluyen la ocupación de los padres y menos aún indagan por la ocupación laboral del niño.

En Santa Filomena, un diagnóstico de salud ocupacional de niños y adultos realizado en 1998 con apoyo del Instituto de Salud y Trabajo (ISAT) y la OIT, reveló que los niveles de mercurio en la sangre de los niños eran tan alarmantes como en los adultos debido principalmente a su exposición a los vapores producidos por la quema de la amalgama a cielo abierto en la misma área de las viviendas. Se encontraron también molestias ergonómicas como dolor de espalda, cintura y rodillas, causadas principalmente por la carga del mineral y el trabajo en los quimbaletes. Así, el 54.5% de los niños de 2 a 12 años tenían una concentración de mercurio superior a 40-90 ug/L, la cual asciende a 60% entre los adolescentes y jóvenes de 13 a 23 años. Entre las molestias ergonómicas, 66% de los adultos y niños presentan problemas en la zona baja de la espalda y 47% en las rodillas, 30% en los hombros, codos, muñecas y manos y 20% en pies y tobillos.

En cuanto a los efectos sobre la educación, la encuesta indicó que el 18% de las familias mineras tiene niños en edad escolar que no están matriculados en la escuela. Son aproximadamente 8.000 niños mineros sin matricular. En opinión de los docentes las familias mineras matriculan a sus hijos por “turnos”. Al indagar por las razones las madres señalaron como las principales el costo de la educación y el deseo de contar con algunos hijos todo el día en las actividades mineras. La mala calidad de las escuelas en la zona o la inexistencia de colegios secundarios y en menor medida de escuelas primarias son otras de las razones.

Figura 4. Motivo por el cual los niños no están matriculados en la escuela



Sólo el 49% de las madres cuyos hijos si van a la escuela, considera que sus hijos están progresando bien. La otra mitad señala que a sus hijos no les va bien: tienen bajo rendimiento, desinterés, no entienden las explicaciones y se distraen son las respuestas más frecuentes. La desnutrición, los efectos de la exposición al mercurio, el tiempo que deben dedicar a la minería, la fatiga causada por el trabajo, serían algunos de los factores clave para entender estas dificultades. Al mismo tiempo, estas dificultades en los estudios y el desaliento que esto provoca en las familias, eleva la probabilidad de que los niños terminen abandonando la escuela, con mayor razón ante un empeoramiento de la situación económica familiar.

PRINCIPALES CONCLUSIONES

En dos de cada tres familias mineras los niños trabajan...

En dos terceras partes de las 30 mil familias dedicadas permanentemente a la minería artesanal de oro en el país, los hijos menores de edad trabajan. Son unos 50.000 niños y adolescentes de 6 a 17 años de edad que actualmente participan en las labores mineras y otros 11.000 son los más pequeños que si nada cambia pueden correr la misma suerte.

Los niños trabajan en la minería no “apoyan”...

Los niños suelen trabajar en el marco familiar y los padres tienden a considerarlo como un simple “apoyo”. La verdad es que los niños cumplen duras tareas en las diferentes fases del proceso minero y en forma cotidiana, durante varias horas después de la escuela, los fines de semana y en las vacaciones escolares. Las tareas que se pueden considerar de “apoyo”, como acarrear agua, preparar y llevar alimentos, son menos frecuentes que las tareas propiamente mineras.

Informalidad, pobreza y trabajo infantil van de la mano ...

Pese a la importancia que adquiere la minería artesanal en los años 80 y 90, el desinterés del Estado propicia que se desenvuelva en medio de la informalidad. La informalidad propicia diversas formas de explotación que condenan a más de la mitad de las familias mineras a vivir bajo la línea de pobreza extrema. En la gran mayoría de los casos los niños trabajan porque deben contribuir a la subsistencia familiar.

El trabajo es también una pauta de crianza de los niños....

Los niños trabajan no sólo porque son pobres, sino también porque es un patrón cultural. Los padres consideran el juego como una forma de perder el tiempo y de volverse “ociosos”. Los padres encuentran que el trabajo es la forma de desarrollar su disciplina, responsabilidad y “gusto por el trabajo”. Esto explica que el trabajo infantil persista incluso en los casos donde gracias a la formalización y la mecanización los ingresos son más altos.

Si no hay escuela o esta es peor que el trabajo ...

En muchos casos los niños trabajan simplemente porque no hay escuela en la zona o no alcanza para todos. Donde hay escuela muchos no van porque la educación es muy costosa, porque la educación que se recibe es mala, o simplemente porque los padres necesitan que se queden a trabajar. A más de la mitad de los que sí van a la escuela no les va bien porque están enfermos, desnutridos o cansados debido al trabajo. Esto hace que las familias tengan menos expectativas aún con respecto a la educación de los niños.

La minería es peligrosa y más para los niños....

La minería es una actividad peligrosa y más aún para los niños debido a las diferencias anatómicas, fisiológicas y psicológicas que los hacen más vulnerables que los adultos. La inmensa mayoría de las madres es conciente de los problemas de salud que la minería ocasiona a sus hijos y más de la mitad reconoció que se habían lesionado o enfermado alguna vez por el trabajo minero. No obstante, los centros de salud local no están en capacidad de diagnosticar ni atender problemas de salud derivados de la minería.

La formalización de la minería artesanal es lo primero...

La minería artesanal no va a desaparecer. Por el contrario tiene una importante contribución que hacer. El esfuerzo de formalización desarrollado por el Ministerio de Energía y Minas en los 80 a través del Banco Minero en Madre de Dios, demostró que la MPE puede ordenarse y desarrollarse productivamente mejorando sustantivamente el ingreso y el nivel de vida de los mineros. En este sentido, la ley de formalización y desarrollo de la minería artesanal y la pequeña minería, dictada por el

Congreso peruano en el 2002, va en la dirección adecuada para empezar a cambiar la situación de esta actividad.

La tecnología puede reemplazar el trabajo infantil...

El trabajo infantil esta claramente asociado a las formas más sencillas de la minería artesanal. La experiencia de Madre de Dios demostró que la mecanización de la minería artesanal puede reemplazar trabajos que antes eran realizados por los niños y adolescentes. Pero la continuación del trabajo infantil en otras tareas mineras, aún en el caso de las familias que se beneficiaron con los mayores ingresos generados por la mecanización, demostró también que la eliminación del trabajo infantil no es sólo un reto tecnológico y económico.

Un enfoque integral de desarrollo de la MPE y la comunidad...

La experiencia de Santa Filomena demostró como lo hizo antes la experiencia de Madre de Dios que la formalización es lo primero y que sobre esta base el proceso de desarrollo productivo es posible. Pero demostró además que una intervención integral que fortalezca la organización de los mineros y de la comunidad es imprescindible para dar lugar a un proceso de desarrollo más completo que tome en cuenta aspectos laborales, sociales, económicos y culturales, creando así verdaderas condiciones para que problemas como el trabajo infantil desaparezcan en forma definitiva.

La educación como alternativa...

Uno de los retos claves en la lucha contra el trabajo infantil es sin duda alguna asegurar el derecho de educación de los niños. Pero, convertir la educación en una verdadera alternativa al trabajo infantil plantea varios desafíos: mejorar la infraestructura y el equipamiento; hacerla realmente gratuita; sensibilizar y capacitar al personal docente; incorporar la educación para el trabajo mediante capacitación práctica en oficios diversos. La escuela puede convertirse además en un medio eficaz para canalizar servicios de nutrición, salud, y actividades deportivas, artísticas y recreativas. Incluso puede cumplir un rol clave en el monitoreo del trabajo infantil en la zona.

1 El Programa para la prevención y la eliminación progresiva del trabajo infantil en la minería artesanal en Sudamérica se inició en agosto del 2000 con apoyo del Departamento de Trabajo de los Estados Unidos y se desarrolló en Bolivia, Ecuador, Perú y un año después en Colombia, trabajando hasta comienzos del 2005.

2 Fuente: Instituto Nacional de Estadística e Informática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ECHAVE, José y TORRES, Víctor. **Hacia una estimación de los efectos de la actividad minera en los índices de pobreza en el Perú.** CooperAcción, Lima, 2005.

OIT. **Niños que trabajan en la minería artesanal de oro en el Perú.** Programa IPEC/Minería, Lima, 2001.

OIT. **Informe Global con arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo.**, Ginebra, 2002a.

OIT. **Investigación sobre trabajo infantil. Guía para la elaboración de una evaluación rápida.** Sistema de Información Regional sobre Trabajo Infantil (SIRTI) IPEC Sudamérica, OIT, Lima, 2002b.

Misérias preciosas. Trabajo infantil y género en minería artesanal (Misiones, Argentina)

Andrea Mastrangelo

Los resultados de investigación que se presentan en este artículo, tienen como objetivo la reflexión sobre aspectos metodológicos y teóricos. En lo metodológico, presenta un modo de descubrimiento posibilitado por la investigación centrada en el trabajo de campo etnográfico. Ya que antes del acceso al campo de estudio, las relaciones de género y la participación de mano de obra infantil en el proceso de trabajo minero, no resultaban relevantes en el caso estudiado.

Para que estos dichos puedan ser comprendidos cabalmente por el lector, es necesario relatar algunos detalles del proceso de investigación. El objetivo primigenio del proyecto¹ fue caracterizar las consecuencias sociales del aumento exponencial de las superficies reforestadas en una micro región del Noroeste de Argentina, en frontera con el Sudoeste brasileño y el Sureste paraguayo (Ver mapa en la Imagem 6 de la página 197).

Fue así que estudiando cómo van aconteciendo los cambios sociales en un contexto de bajos precios para la producción primaria minifundista² e inversión de grandes capitales en la forestación encadenada a la producción de celulosa, “aparecieron” en el campo de estudio, el trabajo de las mujeres y de los niños en la minería, liderando alternativas económicas para la población desplazada del trabajo rural.

Este “descubrimiento” no hubiera sido posible de no habernos involucrado en las relaciones sociales locales, ya que, al tratarse de un fenómeno de la economía informal no dan cuenta de él estadísticas oficiales. Sin embargo, y como describiremos en profundidad más adelante, este es sólo uno de los factores que contribuye a invisibilizar la participación de niños y mujeres en el trabajo minero.

El trabajo de campo etnográfico posibilita, además, describir las pautas culturales y las formas de organización social desde la perspectiva del actor, dando cuenta de que son las mismas personas quienes elaboran la experiencia social e inventan modos de enfrentar la vida, independientemente de sus posiciones respecto del poder y el liderazgo. Por esto, nuestra atención fue orientada a describir las prácticas sociales: aquello que la gente hace para construir las relaciones sociales en las que vive (BOURDIEU, 1977).

El modo en que estas prácticas se relacionan con la estructura social fue acertadamente descrito por Connel: “Describir la estructura social significa dar cuenta de

aquello que en una determinada situación restringe el juego de la práctica” (1987, p.95). La práctica no puede flotar libremente desconociendo determinantes estructurales, sin embargo, los sujetos no son tampoco meros portadores de estructuras “*El futuro, aunque no completamente abierto, tampoco está completamente cerrado, y el grado de apertura está en si mismo determinado por la estructura social*” (STOLEN, 2004, p.39), estableciéndose así la capacidad de una sociedad de reproducir desigualdades, pero dejando abiertos espacios para la libertad individual y el cambio social.

En lo relativo a la reflexión teórica sobre el género, nos proponemos describir los vínculos del género con los grupos de edad, la etnicidad y la clase social, intentando comprender la experiencia, históricamente situada, de una comunidad dedicada al aprovechamiento económico de gemas en un corredor turístico.

EL LUGAR: LA MINERÍA EN SU CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

En el extremo NE de la Argentina, sobre el alto río Paraná, se desarrolla, desde mediados de 1970³ un modelo de desarrollo rural y de ocupación territorial de la frontera centrado en la reforestación, con monocultivo de pinos, encadenada localmente a la industria de pasta de celulosa y transformación mecánica de la madera. Curiosamente, este modelo de desarrollo, es un proyecto de ocupación de la frontera nacional materializado durante el último gobierno de facto (DICTADURA MILITAR 1976-1983), que al basarse en la escasa demanda de mano de obra, se proponía desalentar la radicación de emigrantes paraguayos y brasileños como ocupantes de parcelas agrícolas en Argentina (SCHIAVONI 1995A, p. 84 Y SS).

Dentro de esa región foresto-industrial, el lugar de estudio de esta investigación es el barrio Piedras Preciosas, en la localidad de Puerto Wanda, municipio de Wanda, Departamento de Iguazú, Provincia de Misiones. En el municipio de Wanda viven 12.779 personas (IPEC EN BASE A CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN, HOGARES Y VIVIENDAS, 2001)

En principio, la selección de este municipio fue hecha por tratarse de una localidad intermedia entre Puerto Esperanza (donde se localiza la planta de celulosa) y Puerto Libertad, epicentros de la foresto industria, que, como fue dicho, es la actividad económica hegemónica en la región. Un informante realizó la siguiente síntesis: “*En Esperanza residen los supervisores, en Wanda el personal de los aserraderos y en Libertad los peones de monte*” (entrevista técnico contratista forestal).

Las diferencias de tamaño de sus poblaciones y la oferta de servicios concentrada en las áreas urbanas (especialmente en Puerto Esperanza), hace que estas tres localidades tengan una muy fluida comunicación entre sí. Además de los vehículos particulares, hay un servicio de ómnibus que cada media hora, traslada madres que van a visitar a sus hijos, trabajadores que van a tomar su puesto y vendedores ambulantes de un punto al otro.

Entre los tres municipios, Wanda es el que tiene una superficie menor (582 Km²) y donde se desarrollan actividades económicas alternativas a la forestación. Entre el río Paraná y el interior provincial encontramos minería de gemas en la costa, reserva de monte nativo hacia el Norte (Parque provincial Urugua-í) y reforestación en el Este. Esto es, en un corredor de apenas 36 Km. de Oeste a Este, entre Puerto Wanda y Colonia Gobernador Lanusse, pueden caracterizarse la dinámica socioeconómica local del aprovechamiento de un recurso natural no renovable (minería de gemas) y uno renovable (REFORESTACIÓN). Escala y proximidad que facilitan la comparación entre dos tipos de aprovechamiento de los recursos naturales, además del trabajo en terreno y la comprensión etnográfica.

La producción minera en Wanda está distribuida en 7 yacimientos, 4 de los cuales son explotaciones formalizadas, con tenencia del suelo y derechos del subsuelo regularizados, que extraen piedra regularmente. Tres de ellos están montados como atractivos lugares de visita para el turismo (se pueden recorrer pequeños túneles, tienen cultivo de plantas acuáticas y peces en las cavas que exhiben geodas en el basalto). Un quinto yacimiento formalizado, lo fue como parte de un proyecto de desarrollo de la cooperación internacional, y si bien tiene regularizada su situación tributaria, la cooperativa que debía explotarla se encuentra en conflicto. Finalmente existen dos yacimientos informales, que son simples conjuntos de pozos abiertos en tierras de propietarios ausentes, sin permiso del propietario de la tierra ni derecho sobre el subsuelo, de donde se extraen piedras preciosas con herramientas de uso corrientes en casas rurales: palas, cortahierros y a veces con la simple percusión de piedra contra piedra. La forma de explotación predominante en todos los yacimientos es a cielo abierto. Las gemas que se extraen son calcedonias con y sin cristales, amatista, cuarzo hialino, cuarzo ahumado, cuarzo rosado y citrino (falso topacio).

La cantidad de mano de obra ocupada varía según se trate de los emprendimientos de la economía formal o informal y también es cíclica, en relación con las temporadas turísticas. A modo de estimación, en la minería formalizada hay 100 ocupados directos permanentes, 30% de esa fuerza de trabajo realiza trabajo minero en sí, incluida la talla de gemas que la realiza una mujer. En las tareas no mineras (comercialización, guía turística) 98% de las ocupadas son mujeres.

En la minería informal, en tanto, 32 familias son las que reconocen dedicarse a la actividad minera durante todo el año, lo que permite afirmar que 128 personas están involucradas en la minería informal, siendo fuerza de trabajo infantil el 67% de la mano de obra utilizada.

Tanto en la minería formal como en la informal, la cantidad de ocupados varía estacionalmente en las temporadas de turismo, llegando a duplicarse en Semana Santa y el receso escolar del invierno (mes de Julio).

Dado que la formalidad/informalidad de la producción también diferencia niveles de capitalización y por tanto de acceso a explosivos y maquinaria, la diferencia de

productividad y calidad de la producción es muy significativa entre uno y otro sector. En 2002 el Servicio Geológico Minero Argentino estimó la productividad de los yacimientos declarados en Wanda en 3.000 kg./año, una estimación propia realizada durante el trabajo de campo, determinó que el sector informal extrajo durante 2004, unos 1.000 kg/ año de geodas de calidad variable.

Otra de las características relevantes de la minería en Wanda es la forma de comercialización. De los 7 yacimientos en explotación, sólo uno elabora tallas y joyería. La mayor parte de las geodas se comercializa sin elaboración. Los productores informales producen artesanía de mala calidad (*“arbolitos y campanitas”*) con fragmentos de piedras sin pulir o con la piedra de menor calidad (*“tamboreada, rodajas quebradas”*) de las empresas brasileñas más capitalizadas de Iraí y Ametista do Sul (Rio Grande do Sul, Brasil), intermediadas por los comerciantes de Foz do Iguaçu (Paraná, Brasil).

Los consumidores de esta oferta, que muchas veces incluye piezas de plástico de la China, son 70.000 turistas /mes que visitan Cataratas del Iguazú, de los cuáles 73% son argentinos, 7% del Mercosur y 20% extra Mercosur (misionesonline, agosto 2005).

Dos características permiten definir un perfil de consumidor de los turistas que acceden a las geodas de Wanda: consumen sin procurar calidad ni elaboración en las gemas y prefieren comprar fuera de los yacimientos formales como una forma de caridad y como un modo de acceder a aquello que consideran *“lo auténtico”*. Analizando en detalle lo que sucede en los múltiples y breves momentos en que un turista compra a un niño minero de Wanda, fue que decidí re-definir aquello que *“el turista”* denomina *“lo auténtico”*, desde la perspectiva de las familias mineras de Wanda y llamarlo *“performance de pobreza”* (en el sentido de Austin 1982). Veamos en detalle a qué me refiero y cuáles son las evidencias empíricas que tengo para sostener esta construcción analítica. Lo que *“el turista”* denomina *“lo auténtico”* es la imagen de los chicos descalzos, semi-desnudos, en lo posible manchados con barro, con su familia a la vera de la calle de acceso a los yacimientos formales, corriendo tras los automóviles de turistas con un plato de lata con piedras en la mano y ofertando: _ *“Campanita, señor, arbolitos. Piedras, señor, dos por un peso, la otra se la regalo”*. Los testimonios de las vendedoras callejeras dicen que si van a trabajar en la calle de las piedras preciosas se trabaja mejor si se lleva a los niños. Las mujeres que están con más niños pequeños a su alrededor, venden más y reciben más bienes en donación. Existió incluso una época en la que el intendente municipal hizo construir unos pequeños locales de madera en la entrada a la calle de las piedras, para que exhibieran allí su mercadería en vez de permanecer sentados en el piso, apoyando las piedras sobre una tabla, a la vera del camino. La experiencia comercial de quienes aceptaron instalarse en los locales fue nefasta, los turistas seguían comprando a los puestos callejeros y a los niños que ofrecían corriendo a los autos.

Entiéndase bien, calificar la acción de los niños como performativa, no equivale a considerarla un ardid o un engaño. No es que los niños representan una pobreza que

no es genuina, sino que la misma pobreza es transformada en la representación de algunos diacríticos: los puestos para exhibir las piedras se hacen así y no se mejoran, las mujeres tienen que estar con los niños cerca porque “eso es lo que quieren los turistas”. Si en la minería formal se procura con celo que todo empleado se identifique vestido de uniforme y dentro del comercio se separa un sector para exhibir las piezas pulidas y engarzadas en oro, la venta callejera de gemas se identifica con lo contrario. La pobreza vivida está siendo actuada de un modo, diciéndola de la forma en que quien recibe el mensaje quiere escucharlo. El hecho de ser performativo hace que quien enuncia, lo hace en un nivel de lenguaje distinto a quien escucha. El carácter performativo de la representación saca, por un momento, a los actores del curso de la historia: si quien va al cine a ver un western espera ver cowboys y cactus, quien va a un área rural cercana a las cataratas encuentra en la selva y en los niños ofreciendo piedras descalzos una definición de la identidad local, “lo auténtico”, aquello que define a la localidad y no va a cambiar.

Veamos en detalle ahora, cuál es el contexto económico en el que esto ocurre. La hegemonía de la foresto-industria combinada con los bajos precios que la producción primaria minifundista tuvo en la década 1990-2000, generó concentración de la propiedad de la tierra y pérdida de minifundios (explotaciones agrícolas de familias de inmigrantes polacos ingresados a la Argentina a fines de la década de 1920). Si observamos las figuras 5 e 6, construidas en base a información de los Censos Nacionales Agropecuarios -CNA- de 1988 y 2002, podemos ver que el predominio de explotaciones de gran superficie que caracteriza históricamente al Norte provincial se ha conservado. Sin embargo, si consideramos en detalle a las explotaciones agropecuarias de 200 Has. y menos, encontramos una variación sustantiva: mientras en 1988 este tipo de explotación representaba casi el 20% del total, a 2002 representaban el 5 % (Mastrangelo 2005, Cuadro 2).

Figura 5 . Curva de Lorenz. Distribución Hectáreas y Explotaciones Agropecuarias. Depto. Iguazú. Censo Nacional Agropecuario 1988.

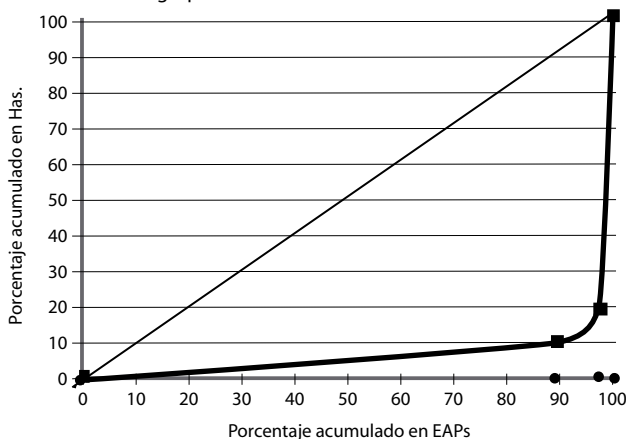
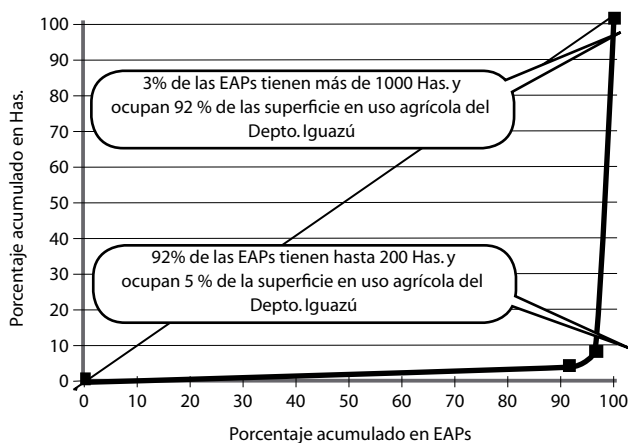


Figura 6. Curva de Lorenz Distribución de las Hectáreas y las Explotaciones Agropecuarias. Depto. Iguazú. Censo Nacional Agropecuario 2002



La concentración de la propiedad de la tierra no tuvo lugar solamente por pérdida de minifundios, sino también por uso forestal de tierra no apta para cultivos anuales o perennes. La plántula de árbol para reforestación se traslada de vivero a campo poco antes de cumplir un año, ya enraizada, de modo que puede ser sembrada en suelos en pendiente o parcialmente anegados, tierra considerada habitualmente como “no apta” para cultivo. La intensidad de este hecho, explica que mientras la tendencia general en la provincia y en la región del Alto Paraná fue que entre los CNA de 1988 y 2002 la cantidad de hectáreas en producción y la cantidad de explotaciones disminuyera, en el Departamento de Iguazú aumentó un 43% la superficie cultivada mientras que la cantidad de explotaciones agropecuarias se redujo un 30%. A 2002 existían 124.639,7 Has. de bosque implantado (45% del territorio del Departamento) con predominio de las especies *pino taeda* y *elliotis* (Censo Nacional Agropecuario 2002).

A esta intensificación del uso forestal del suelo, que implicó aumento de la superficie total de hectáreas cultivadas, debe sumarse a consideración que 79.356 Has. de las 276.900 Has. del Departamento Iguazú, es decir, el 30% de su superficie se corresponde con áreas nacionales, provinciales y privadas de reserva⁴. En síntesis, sólo un 25% de la superficie del Departamento queda libre para uso público⁵, hecho que aumenta la demanda sobre la poca tierra apta disponible para uso agrícola y residencia, haciendo más frecuentes y conflictivas las ocupaciones de parcelas privadas.

Todos estos factores y algunas otras variables aún no sistematizadas, contribuyeron a conformar lo que es hoy el fenómeno de la ocupación de tierras peri-urbanas y rurales en diferentes localizaciones dentro del Departamento. En el barrio Piedras Preciosas, en Puerto Wanda y en otras localizaciones dentro del municipio (v. gr. Nueva Argentina en Tirica y Cerro Morena) se ocuparon más o menos espontánea-

mente propiedades privadas en litigio judicial por el título de propiedad o expropiadas por deuda impositiva por el municipio. Estas ocupaciones se caracterizan por ser de segundo o tercer ingreso (no es monte nativo). Otra de las características es que los ocupantes de Wanda, a diferencia de lo que ocurre en la margen del Río Uruguay, en la misma provincia, no están organizados en movimientos asociativos, aunque si están relacionados con el intendente municipal a través de redes sociales de diferente tipo. En el caso de las ocupaciones peri-urbanas como la del barrio Piedras Preciosas, los lotes de terreno no tienen una superficie que garantice la reproducción ampliada de sus moradores, por lo que estos suelen capitalizarse por venta de mejoras en el predio ocupado (v. gr. la llegada del agua, la conexión a la energía eléctrica, construcciones en el predio, etc.) Estos ocupantes, en general, están excluidos del precario pero formal sistema de trabajo de las contratistas forestales, por el simple hecho de no tener educación media completa.

En el mundo del trabajo de Wanda impera la lógica neoliberal de la etapa post-moderna del capitalismo, cuya principal característica es la flexibilización. Entendemos por flexibilización laboral el hecho que se emplean cada vez menos trabajadores de tiempo completo, vulnerando legalmente sus derechos y deteriorando sus condiciones de reproducción. De este modo, los trabajadores o el ser social que trabaja o *“la-clase-que-vive-del-trabajo y los-aptos-para-el-trabajo-pero-que-no-trabajan (Castell 1991) viven su vida cotidiana entre la violencia del trabajo, la violencia de la precarización y la violencia todavía más grave del desempleo”* (DA SILVA, 2003, p.25).

La población residente en el barrio Piedras Preciosas, tanto en la tierra ocupada como en las viviendas más antiguas, son trabajadores rurales estacionales o temporeros que migraron del interior provincial, en especial de la Colonia Gobernador Lanusse, a consecuencia de la caída en la oferta de empleo en los minifundios. En la nueva residencia, se mantienen ocupados a destajo, recibiendo planes sociales o desocupados. Las condiciones habitacionales reflejan la incapacidad de reproducción, emergiendo problemas de salud típicos: en el Puesto de Salud Puerto Wanda hay 200 desnutridos, menores de 2 años en vigilancia epidemiológica, asimismo, la falta de acceso a agua potable los expone a enfermedades hídricas (*parasitosis e infecciones intestinales*).

Por otra parte, la deforestación y reforestación con monocultivo de pinos y la limpieza de capoeiras y ramas bajas expone a los trabajadores en zona de monte (MINEROS Y HACHEROS) y a los visitantes transitorios a vectores (mosquitos, ratas) y alimañas (víboras ponzoñosas, arañas) que proliferan ante la ausencia de predadores y la remoción de suelos *v gr.* criaderos de flebótomo vector de la leishmaniosis (SALOMÓN, 2005, p. 67 y ss). La mayor capacidad de concentrar humedad de los pinares aumenta el riesgo de accidentes traumáticos (resbalones, derrumbes) en mineros y hacheros.

A continuación, nos centraremos en caracterizar las relaciones de género y el trabajo infantil en la minería informal de Wanda.

En Wanda, la venta callejera de fragmentos de gemas brutas, es una de las pocas alternativas de trabajo para las mujeres en la primera etapa del ciclo doméstico, esto es, cuando los niños tienen 6 años o menos y son altamente dependientes de personas mayores. Por lo que cuando las mujeres van a ofrecer piedras a la calle de acceso a las minas llevan a sus hijos más pequeños. Y prefieren ese trabajo teniendo en cuenta que van a poder hacerlo mientras están con sus hijos.

Aun cuando tengan esposo o pareja masculina, los niños *“son una cuestión de mujeres”*. Este es un principio moral que la mayoría de las mujeres reconoce, por lo que podríamos decir que conforma el modelo de *“feminidad hegemónica”*. Sin embargo, existen tanto mujeres como varones que abandonan a sus hijos pequeños, dejándolos incluso, solos en la casa. Escuchemos el relato de Titina, de 53 años:

“A nosotros mi mamá nos abandonó cuando yo tenía 4 años. Una siesta nos mandó a juntar bananas y nos dijo que ella se iba al pueblo. Mi papá era carnicero. Iba a Lanusse a buscar las vacas y venía arreando desde allá, para carnear acá. Llegó a la noche, preguntó por mamá. Nosotros le dijimos que había ido al pueblo. No volvió más. Entonces papá nos dijo: *“De algún modo nos vamos a arreglar”*. Y cada cual comenzó a lavar su ropa. El nos cocinaba, nosotros trabajábamos con él, en la casa, en la chacra, hacíamos chorizo, cuidábamos a los animales, íbamos a la escuela. A veces yo me pregunto: *“¿Para qué tanto sufrimiento?”*

Posteriormente, un hermano de Titina se casó y su esposa lo abandonó con 5 niños pequeños, tres de los cuales todavía usaban pañales. Titina se casó y tuvo un hijo. Su marido fue a visitar a su madre en Posadas y no volvió. Actualmente ella está criando a sus 5 sobrinos y a su hijo, menor que todos ellos. Su padre murió luego de una larga convalecencia. Su hermano, el padre de los sobrinos que cría, formó pareja con una mujer de otro pueblo y los visita a veces, ya que como se emplea temporalmente, trae dinero cuando viene. Dado que su hijo se crió rodeado de niños que la llaman *“tía”*, él también la llama tía.

Esta historia en si excepcional, aparece fragmentada en muchas otras familias, donde mujeres dejan un hijo que tienen de solteras al cuidado de la abuela, donde hay madres alcohólicas que se ausentan de la casa y otro puñado de situaciones particulares que pueblan las historias de vida de los niños del Piedras Preciosas.

Sostengo que un modo de comprender antropológicamente estos abandonos, (sin recurrir a una interpretación psicológica de la razones acción individual) puede construirse relacionando el género con la condición de clase y condición étnica dentro de la sociedad local.

Siguiendo a Kristie Anne Stolen (2004), los vínculos emocionales (confianza, desconfianza, celos, solidaridad, culpa, abandono) en el matrimonio y las relaciones familiares son una de las áreas sociales donde se constituyen empíricamente las principales pautas de restricción y los principios estructurales de las relaciones de género en las sociedades rurales del Norte argentino. Las restricciones afectivas a la acción (por la culpa, por evitar el conflicto o el daño a los hijos) son las principales pautas de restricción del comportamiento de las mujeres y por lo tanto, mecanismos inhibidores de un cambio hacia relaciones de género más igualitarias (op. cit.: 40).

Para comprender la intimidad de las familias que venden piedras preciosas en Wanda es necesario considerar la segmentación étnica de la sociedad misionera, que localmente se expresa en la oposición entre “*colonos/ gringos*” y “*criollos/ argentinos o negros*”. En Wanda son llamados genéricamente “*colonos*” los descendientes de polacos arribados de Varsovia o el Sur de Brasil entre fines de la década de 1920 y principios de la de 1940. Y pertenecen al otro conjunto, todos aquellos que no pueden demostrar por su fenotipo o linaje la pertenencia al primero. La profunda devoción católica de los polacos, probablemente en conjugación la estrecha relación del Estado argentino con esta iglesia, hizo que la moralidad del dogma configure los arquetipos de feminidad (docilidad, virginidad pre nupcial, castidad, espacio privado-doméstico) y masculinidad hegemónicos (autoridad, actividad sexual, fuerza, espacio público). A mediados del siglo pasado, la expansión económica de las colonias agrícolas (centrada en la auto-explotación de la mano de obra familiar) favoreció la generalización de estos modelos generando lo que Stolen describió como el “sistema de género en las chacras” (STOLEN, 2004, P.135 Y SS).

Todos/as los/as que trabajan en la calle de las piedras preciosas son “*criollos*” y sólo excepcionalmente propietarios de una parcela para uso agrícola. Muchos de ellos han sido o son peones de “*colonos*”. Esta organización local de la desigualdad social, nos permite comprender lo vagamente explicativo que puede resultar describir como conjunto homogéneo a “*las mujeres de Wanda*”, incluso a “*las mujeres mineras de Wanda*”, ya que por ejemplo, dentro de la minería formal, quedaría incluida una “*gringa*” que es propietaria de un yacimiento y su hija que es talladora de gemas. La revisión detallada de diferentes características de los grupos de mujeres en Wanda, nos está permitiendo ver que el género está atravesado y se imbrica con las identidades de clase y étnica. Pero, aunque diferenciadas, la moralidad y afectividad de género de la mujer criolla y de la mujer gringa, conforman partes complementarias del mismo sistema social.

Veamos cómo tiene lugar la definición de identidades entre mujeres criollas y gringas en el discurso y en la práctica. El discurso hegemónico, aquello que el sentido común dictamina, esa respuesta espontánea que verbaliza espontáneamente cualquier habitante de Wanda, destaca la importancia e indisolubilidad del vínculo madre-hijo. “*Las colonas*” sostienen encarnar el arquetipo de las madres devotas⁶

y condenan las conductas de abandono de las criollas, considerándola “*una expresión de su naturaleza*”. Por el contrario, desde el punto de vista de las “*criollas*” el abandono de los hijos es parte de la debilidad de los vínculos de parentesco y alianza en general, que atraviesa azarosamente toda su vida afectiva. Abandonar a un hijo, como separarse de la familia, son alternativas de acción para mejorar la capacidad de supervivencia. Este reconocimiento, como vimos en el testimonio de Titina, no anula el sufrimiento de la separación. Sin embargo, en los círculos sociales gringos, el abandono y el descuido de los niños, incluyendo su desnutrición, son los ejemplos preferidos del chisme y la condena moral a las madres criollas. Una ex directora de la escuela del puerto y actual presidenta de una institución de beneficencia, me dijo:

”Ud. Puede intentar hacer algo con ellos, pero es en vano. Yo tuve peones así en la chacra: la cultura de ellos es comer harina. Ellos comen reviro y mate cocido, así es su cultura”.

La hegemonía del discurso gringo en instituciones como la escuela y el puesto de salud, dificulta que las relaciones de género dentro las familias criollas puedan ser recreadas, primando por tanto entre ellas una representación que socava su autoestima. Por lo que podemos decir que a falta de un espejo mejor, las relaciones de género dentro de las familias criollas son parte del proceso de construcción de hegemonía gringa y por tanto modelan y reproducen su exclusión.

Si el cuidado de los niños tiene marca de género femenino, el dinero y el trabajo por dinero fuera de la casa están asociados al arquetipo de la “*masculinidad hegemónica*”. Esto explica el supuesto general de que las mujeres y los niños “*procuran trabajos leves, que ayudan al sostenimiento del hogar*”. La representación del trabajo femenino e infantil como “*una ayuda a la casa*”, mientras que el trabajo del hombre es el que debe costear el presupuesto doméstico es lo que impide la construcción de una identidad como “*trabajadores mineros*” a los grupos de mujeres y niños. Esa forma de representación contribuye a vulnerar sus derechos, los expone a un mayor número de riesgos e invisibiliza su condición para el conjunto de la sociedad.

Sin embargo, es necesario destacar, que las mujeres vendedoras de piedras valoran la informalidad de su tarea como un ventaja tanto económica como moral. En lo económico, su razonamiento es el siguiente: ya que asumen la jefatura de hogar sin poder dejar de lado las responsabilidades domésticas, la informalidad les permite una mejor complementación de los dos roles (libertad de horarios, cosen en el puesto de ventas, arman artesanías para vender en la casa, etc.). En lo moral, la flexibilidad de horarios en el trabajo que realizan les permite generar un ingreso “sin estar todo el día en la calle”, lo que evita sanciones (chismes) por contrariar el precepto del modelo femenino hegemónico, según en cual la mujer decente debe “ser casera”, pues su principal responsabilidad social es la doméstica.

Los niños mineros de Wanda son predominantemente varones entre 7 y 11 años que realizan su trabajo en el contexto de sus familias y procuran el beneficio para sí (se compran zapatos, ropa o comida).

Junto a algunos hombres jóvenes (entre 15 y 50 años) son quienes realizan el trabajo minero (destape del basalto y extracción de gemas). Como fue descrito brevemente antes, el trabajo se realiza en pequeños pozos rodeados de pinos (Ver fotos del pozo en Imagem 7 e Imagem 8 de la página 198) donde se concentra humedad, lo que aumenta la posibilidad de accidentes traumáticos y derrumbes. Otros riesgos laborales típicos del pozo minero son picaduras de víboras y exposición a vectores de hantavirus.

La comercialización se realiza inmediatamente y casi sin elaboración. Las vendedoras callejeras prefieren comprar gemas a niños. Su argumento es claro: *“los niños venden más barato”*, hecho cierto, ya no contabilizan en el costo de su fuerza de trabajo. Cuando no consiguen una compradora mayorista son ellos mismos quienes comercializan las piedras, ofertándolas a los automóviles de turistas en platos de chapa enlozada. Durante el trabajo de campo entre 2004 y 2005 hubo tres accidentes de tránsito con niños mineros en la circunstancia de correr los automóviles de los turistas, uno de ellos fatal (Ver foto ermita en la Imagem 9 de la página 199).

Todos los chicos de la calle de las piedras reparten el tiempo de trabajo en el pozo minero y la oferta a turistas en la calle con la asistencia a la escuela pública elemental. Hablar de cómo les va en la escuela los avergüenza: repiten los grados recurrentemente y dejan la escuela a los 14 ó 15 años habiendo cursado como máximo la mitad del ciclo escolar (los varones dejan la escuela antes que las niñas). Las maestras atribuyen el fracaso a la mala alimentación durante la primera infancia y a la falta de incentivo de las familias que *“no valoran la importancia de escuela”*. A estas razones podríamos sumar el estrés y la fatiga producidas por el trabajo en un cuerpo en desarrollo y con carencias nutricionales.

Compartir vida cotidiana con ellos, nos permitió darnos cuenta que su espacio de socialización primordial no es ni la casa (donde su padres están poco tiempo porque trabajan o no están) ni la escuela (donde el estigma del fracaso vulnera su auto-estima) sino la misma calle. La calle, el arroyo Bonito, las copas de los árboles, los pozos de las piedras y la vera del río Paraná son a la vez espacios de juego y trabajo.

Con las piedras que luego serán vendidas a algún turista de la capital nacional, en esa calle se dibuja y se juega. El juego es una necesidad (WINNICOTT, 2005) transformada en espacio creativo de resistencia simbólica a asumir roles de trabajador como adultos (DA SILVA, 2003, p.45).

Esta infancia y esta forma de trabajo infantil no son la única forma de ser niño en Wanda, porque en su estructuración están presentes una condición étnica, el género

y la clase social. Esta infancia de calle y minera es la infancia de los varones criollos con padres aptos para el trabajo que no lo tienen, están ausentes o tienen un empleo flexibilizado. Sólo ocasionalmente algunas niñas dejan el trabajo doméstico para procurar dinero en la calle.

Quizás porque no dejan de asistir a la escuela ni trabajan bajo un régimen de contrato laboral para un tercero, es difícil establecer cuántas horas trabajan y cuál es la medida en que el precoz ingreso al trabajo incide en la reproducción de la pobreza y la exclusión. Ellos no se quejan y nadie a su alrededor parece verlos. El hecho que estén vinculados al trabajo y procuren su dinero es visto por sus padres y por la comunidad como una enseñanza positiva: les están transfiriendo habilidades de supervivencia, *“ya que el día de mañana, quién sabe... como no les va bien en la escuela...”*. Sus padres han trabajado también desde los 4 ó 6 años. El trabajo de *“limpiar patios”*, *“carpir”* o *“ayudar en las cosechas”* son ámbitos conocidos y en los que todos los miembros de la familia tienen habilidades reconocidas. Así, los padres o adultos a cargo suelen fomentar la permanencia en el ámbito del trabajo porque es un ámbito próximo, donde se conocen las reglas y donde el beneficio es inmediato. Mientras que ante la hostilidad, la diferencia de clase y las dificultades, la escuela se transforma para los chicos del Piedras Preciosas en un ámbito culturalmente ajeno, asociado como casi todo lo que sea predominantemente gringo, a la subordinación. La actitud de resistencia en la cultura criolla es la misma trampa que reproduce el círculo de la exclusión.

El trabajo infantil minero en Wanda debe ser también considerado en su dimensión histórica y en el contexto sociocultural en que acontece. La mano de obra infantil es constitutiva de la economía provincial, especialmente por las características socioeconómicas que imprimió a la sociedad provincial la organización del trabajo en las chacras. Según una investigación de Martha Palomares (1975) fue hacia 1926 que la Ley de Colonización N° 4.167 estableció como normales los lotes de 25 Has. para las chacras de colonización como las creadas en el Municipio de Wanda. Sin embargo,

“la determinación del tamaño normal de los lote en 25 Has. no se basaba en un cálculo racional de la rentabilidad media de la inversión. La medida aludida presenta serios inconvenientes por cuanto no contempla la proporción de tierra efectivamente utilizable, coeficiente variable según las zonas. (...) por añadidura, hacía tiempo que los mejores tierras de Misiones estaban en manos particulares. De acuerdo con estos hechos, no cuesta deducir que la utilidad de un lote normal tuvo consecuencias desfavorables sobre la rentabilidad de las explotaciones desarrollados en ellos”.

Slutzky (1975) también considera que en Misiones, el lote de 25 Has. está por debajo de la unidad económica y no permite una capitalización adecuada del grupo familiar instalado. De modo que

si bien la colonización oficial y privada permitió el asentamiento de una capa numerosa de pequeños y medianos productores (entre 1914 y 1937 se instaló alrededor de 12.000 nuevos productores), la escasa dimensión de sus unidades no les permitió capitalizarse ni desarrollar la suficiente diversificación como para lograr plena ocupación e ingresos adecuados (citado por GABRIELA SCHIAVONI, 1995A, p.66).

Estas características de sub-capitalización de las unidades de producción de los colonos, hizo que tendieran a incrementar rentabilidad mediante la autoexplotación de fuerza de trabajo doméstica, que “naturalmente” incluye trabajo infantil. La necesidad de la participación de los niños en el proceso de trabajo para asegurar la capitalización y la reproducción de las unidades domésticas es encendidamente defendida por los líderes del Movimiento Agrario Misionero, como un valor positivo de la cultura rural campesina de Misiones (DIARIO PRIMERA EDICIÓN 26/7/2005, p.1 y 6).

Este análisis histórico nos permite comprender cómo el trabajo infantil en Misiones está atado a la estructura de la organización económica, en tanto la autoexplotación es la base para la reproducción simple y ampliada de los pequeños propietarios y trabajadores rurales. Esto es, puede ser que el trabajo infantil minero en Wanda sea una forma de trabajo relativamente reciente. Pero los padres y los abuelos de los niños actuales han sido también trabajadores infantiles en el agro. Esta saga de niñas y niños inmersos en la explotación, en la absoluta miseria o en un borde de inclusión precaria del asistencialismo, el clientelismo o el filantropismo, se repite y se repetirá en tanto no se modifiquen esas condiciones iniciales. Sin esa modificación, no hay erradicación del trabajo infantil posible que pueda tener continuidad histórica.

Otro de problemas conceptuales que la práctica del trabajo infantil minero en Wanda trae a nuestra consideración es si el trabajo infantil no asalariado, donde el mecanismo por el que se establece el precio es semejante a una dádiva o una propina, es una forma de explotación semejante a aquellas en que un adulto interfiere en la administración de la fuerza de trabajo infantil y que, por lo tanto, están prohibidas por ley. Definitivamente sostengo que son dos formas diferentes del mismo fenómeno, ya que, al menos para los niños criollos el resultado final es el mismo: vulneran el derecho a la salud, la educación y al pleno desarrollo de los niños y en tanto inhiben la formación de capital humano, contribuyen a la reproducción de la miseria y la exclusión.

La estimación más reciente y conservadora, establece que la Tasa de empleo infantil rural total Argentina sería de un 10,4% (REPÚBLICA ARGENTINA 2002B, p.145). Lo que nos permite considerar que los alcances de esta descripción diagnóstica sobre las dimensiones involucradas en el trabajo infantil pueden resultar útiles para pensar e intervenir más allá de Wanda y de Misiones.

El trabajo de campo etnográfico con los chicos mineros de Wanda es el más profundamente conmovedor de mi pequeña biografía intelectual. Muchos de ellos son apenas más grandes que mi hijo. Otros lo duplican en edad, pero a causa de insuficiencia alimentaria heredan la ropa que deja mientras crece.

Cada visita al campo es una experiencia estremecedora. Vanamente busqué “armarme intelectualmente” para resistir la conmoción. Ellos desbarataron todas mis torpes estrategias llevándome a bañarme en el arroyo, a armar casitas bajo los árboles y obligándome a cebarles mate de leche.

Disfrutando del juego y con la ayuda de las actrices Mariel Albó y Sandra Rojas me familiaricé con técnicas del teatro de la improvisación (Augusto Boal, Enrique Buenaventura, Comedia del Arte) y llevé la propuesta a los niños de intervenir generándoles un espacio de creación y juego en medio del trabajo. Así armamos una obra de 7 personajes creados por ellos, que recrean los conflictos del barrio Piedras Preciosas en maravillosos títeres de marote. Esta obra de teatro es el fin y el medio por el que justifiqué mi presencia en el campo y las tardes al sol corriendo los autos de turistas. Esta intervención es parte de un proyecto más ambicioso, de generar alternativas de renta para las familias que permitan cortar diversos segmentos el círculo de reproducción del subdesarrollo (Figura 7) que nos hace penar tanto.

CÍRCULO DE REPRODUCCIÓN DEL SUBDESARROLLO

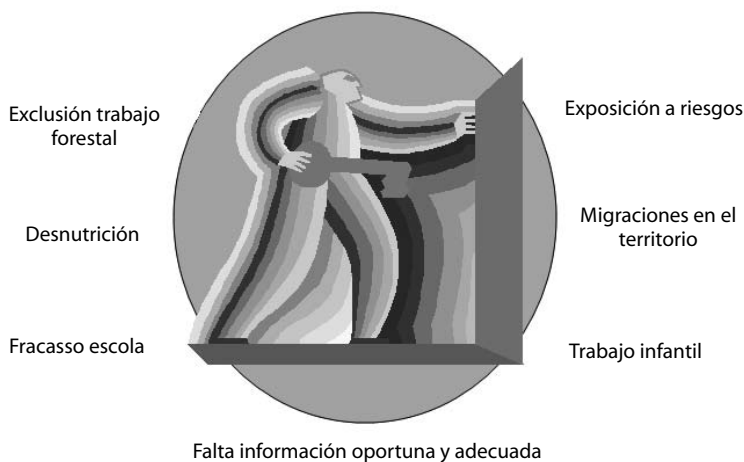


Figura 7

1 Beca Post-doctoral CONICET, Argentina 2004-2006

2 Yerba mate, té y tung.

3 Aunque los proyectos estatales de elaboración de celulosa y papel se iniciaron en la década de 1960, tardaron 15 años en alcanzar plena actividad.

4 Estimamos esta superficie en base a los siguientes datos: Parque Nacional Iguazú 67.620 Has.(APN); Paisaje Protegido del Lago Uruguayí 8.000 Has.; Parque Provincial Esperanza 686 Has. (Registro provincial de áreas protegidas naturales. Ministerio de Ecología, Pcia. De Misiones). Refugio natural privado Aguaray-mí 3.050 Has. Total hasta aquí 79.356 Has. A este cálculo habría que sumarle una pequeña porción del Parque Provincial Uruguayí de 84.000 Has. totales, que en mayoría están en el Depto. de Gral. Belgrano no encontrando fuentes confiables para calcular la superficie en jurisdicción de Iguazú.

5 Categoría censal "caminos, parques y viviendas" (CNA 2002).

6 La institución donde se reúnen se llama "Club de Madres", mientras que los hombres se reúnen en un "Club de autos" y las fiestas se realizan en el "Club Social".

BIBLIOGRAFCA CITADA

Agricultura familiar y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones. En: Ruralia 4 25-44. Buenos Aires. 1993

ÁLVAREZ DURÁN, María de los Ángeles **A dona de casa: crítica política da economia doméstica.** Edições Graal. Rio de Janeiro. 1983. 73 pág.

AUSTIN, J. L. **Cómo hacer cosas con palabras.** Paidós estudio. Barcelona. 5ta. Reimpresión. 1982. 217 pág. ISBN 950-12-6722-9

BOURDIEU, Pierre **Outline of a theory of practice.** Cambridge. Cambridge University Press. 1977 267 pág. ISBN 2020146754

CIPOLA, Ari **O trabalho infantil.** Folha explica. Publifolha. São Paulo. 2001. 93 pág. ISBN 85-7402-266-7

COHN, Clarice **Antropologia da criança. Passo a passo** 57. Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro. 2005. 58 pág. ISBN 85-71110-855-2

Colonos y ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria misionera. Editorial Universitaria de Misiones. Posadas. 1995^a. 235 pág. ISBN 950-766-032-1

DA SILVA, Mauricio Roberto **Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica.** Ijuí. Ed. Unijuí. São Paulo. Coleção Paidéia. 2003. 356 pág. ISBN 85-271-0612-4.

Diario PRIMERA EDICIÓN **Ayudan a la economía familiar.** Pág 1 y 6. Posadas. Misiones. 26/7/2005

FELDMAN, Silvio, Emilio García Méndez y Hege Araldsen **Los niños que trabajan.** UNICEF. Argentina. Ms. 1997

JAQUET, Héctor Eduardo **Juntos pero no revueltos.** En: En otra historia pp.: 99-135 Editorial Universitaria. MOST, UNESCO. Misiones. 2001. 257 pág. ISBN 987-9121-59-7.

MASTRANGELO, Andrea **Dos por un peso, la otra se la regalo. Minería y forestación en el Alto Paraná misionero (Argentina).** Informe de beca postdoctoral CONICET. Ms. 2005

Organización doméstica y apropiación de las tierras fiscales en la Pcia. De Misiones, Argentina. En: Desarrollo Económico 34 136: 595-608. Buenos Aires. 1995b

REPÚBLICA ARGENTINA **Actualización diagnóstica sobre el trabajo infantil en Argentina**. IPEC. Ministerio de trabajo, empleo y seguridad social. 2002b

REPÚBLICA ARGENTINA **Censo Nacional Agropecuario**. INDEC. Secretaría de planificación económica. Ministerio de Economía. 1988

REPÚBLICA ARGENTINA **Censo Nacional Agropecuario**. INDEC. Secretaría de planificación económica. Ministerio de Economía. 2002

SALOMÓN, Oscar Daniel **Artrópodos de interés médico en Argentina**. Fundación Mundo Sano. Serie Enfermedades Transmisibles. Publicación Monográfica 6. Buenos Aires. 2005. 117 pág. ISBN 987-20421-5-2.

SCHIAVONI, Gabriela **Las regiones sin historia: apuntes para una sociología de la frontera**. En: Revista Paraguaya de Sociología. 100 261-280. Asunción. 1998

SEGEMAR **El potencial gemológico de la Argentina**. Buenos Aires. Ms. 2002

STOLEN, Kristie Anne **La decencia de la desigualdad. Género y poder en el campo argentino**. Antropofagia. Buenos Aires. 2000. 249 pág. ISBN 987-21387-1-0

WINNICOTT, Donald **Juego y realidad**. Gedisa. México. (1972) 2005. 199 pág. ISBN 84-7432-056-9.

Propuesta de autodiagnóstico de la situación de las mujeres mineras en zonas de extrema pobreza

Ana Maria Aranibar, Daniel Lafuente
y Luddy Montesinos

La presencia de las mujeres en la explotación de las minas en Bolivia data desde la época de la colonia. En el famoso Cerro rico de Potosí ya existían mujeres que directa o indirectamente constituían parte del proceso productivo minero. *“Un gran número de las operaciones en el cerro rico pertenecía a mujeres que estaban ligadas familiarmente con españoles e indígenas”*¹.

Las protagonistas de la época eran hijas de dueños de minas, como por ejemplo Mariana Rodríguez, Catalina Francisca Eufrasia Ortiz; la participación de las mujeres durante la explotación del Cerro Rico de Potosí, era de carácter propietario y también de carácter empresarial, puesto que participaban activamente del negocio minero.

A esa actividad de carácter empresarial, se agrega la presencia activa de las mujeres en la vida laboral. Debido a la falta de mano de obra barata se contrataba a mujeres en los ingenios como mingas para la recuperación de la plata (de *mincani* en aymará o *minkja* en quechua que significan alquiler), aquellas eran personas que por su propia voluntad se “alquilaban” a los españoles, generalmente dos mujeres indias y jóvenes a las cuales se les pagaba al día dos reales. Su trabajo consistía en clasificar manualmente las menas fragmentadas para su posterior amalgamación.

En el siglo XVI, las mujeres no solo recogían los trozos útiles en los desmontes, trabajando como palliris, se dedicaban también a la fundición. Algunas almacenaban en su hogar mineral seleccionado o “pallao”, que luego mezclaban con trozos de alta ley que los barreteros les proporcionaban, y así conformaban una mezcla comercial que entregaban a los mismos barreteros cuando salían de la mina.

Esta práctica era tan común y aceptada, que los dueños y los supervisores la toleraban como una forma de ayudar a estas mujeres.

Otras mujeres se convirtieron en expertas en la comercialización de menas argentíferas ya que, desde fines del siglo XVI, las vendían a los rescatadores en la famosa plaza o cancha “Khatu” (predio actual de la Casa de la Moneda).

La presencia laboral de las mujeres en las minas de Bolivia estuvo marcada de una especialización en determinados trabajos mineros fuera de la mina. Mitos y leyendas impedían que las mujeres pudieran ingresar a interior mina. En la actualidad, la extrema pobreza de los ex-campamentos mineros de la COMIBOL, ha obligado a muchas mujeres a trabajar en interior mina.

El incremento numérico de las cooperativas mineras a partir del año 1985, impulsa en forma indiscriminada a las mujeres a participar mucho más activamente en el proceso productivo pero en condiciones económicas diferenciadas de los varones. Esto significa que muchas mujeres esposas o concubinas desarrollan su actividad como ayudantes, sin reconocimiento laboral propio. Sin embargo, de esa inminente presencia de las mujeres mineras, en Bolivia, con carácter oficial no existe una estadística nacional que demuestre la situación laboral de la mujer en la minería, las cooperativas y la llamada minería informal, para nosotros artesanal es donde se encuentra la fuerza de trabajo femenina.

El grupo femenino, además de las socias en las cooperativas mineras, incluye una población “flotante” de trabajadoras que no se encuentran afiliadas a ninguna entidad, realizan trabajo eventual, especialmente en época de producción constante, este el caso de las barranquilleras. Se trata de una población muy dispersa y variable en número, generalmente compuesta por mujeres que se dedicaban a la agricultura, que pueden fácilmente migrar de un lugar a otro para realizar la tarea de búsqueda de mineral en los residuos dejados por la explotación normal de oro de las cooperativas asentadas en la zona, generalmente en época de alta producción. Eventualmente, realizan otras actividades en zonas de tierra y vegetación, totalmente distinta a la del altiplano árido de la minería tradicional. Este contexto ha variado mucho en los últimos años, las mujeres dedicadas a la barranquilla se han asentado en determinados poblados y han iniciado un proceso de organización conformando Asociaciones de Barranquilleras, su permanencia en el lugar es casi permanente y sólo se dedican a la minería.

El presente estudio de caso se realizó en las zonas de Tipuani, Cangalli, Chuquini, Chima, Las Lomas y Unutuluni del norte de La Paz- Bolivia. El objetivo de esta propuesta de autodiagnóstico es identificar proyectos productivos alternativos a la actividad minera.

EL DISTRITO MINERO DE TIPUANI

Aspectos geográficos

El Municipio de Tipuani es la Sexta Sección de la Provincia Larecaja del Departamento de La Paz. Las otras secciones son Sorata, Guanay, Tacacoma, Quiabaya y Combaya. Junto a Guanay constituyen las regiones tradicionalmente auríferas del territorio boliviano.

El acceso a Tipuani desde la ciudad de La Paz se efectúa por una carretera de 260 Km., de los cuales sólo el tramo La Paz – Unduavi es



asfaltado, mientras que los tramos Chuspipata – Yolosa – Caranavi – Guanay – Tipuani, son de tierra. El camino en estos tramos en general es muy sinuoso y angosto, con profundos precipicios en las laderas, transitable todo el año, aunque peligroso en épocas de lluvia. El tiempo promedio de viaje es de 10 horas (*Ver fotografía en Imagem 10 en la página 199*).

Población y demografía

Según el censo del año 2001, Tipuani cuenta con una población total de 9.321 habitantes, de los cuales 5.017 son varones y 4.304 mujeres. La población urbana de Tipuani alcanza a 2.563 personas, en tanto que la población rural asciende a un número de 6.758 personas. La tasa de crecimiento intercensal entre los años 1992 y 2001 fue negativa (-4.17), lo que se explica por la alta migración de habitantes de esta región hacia otras regiones del país.

Según un estudio realizado en 2003 por el Consejo de Población (CODEPO) y el Instituto Nacional de Estadísticas, cuyo objetivo era medir los movimientos poblacionales dentro de las fronteras del territorio boliviano en el período 1996 – 2006, el Municipio de Tipuani es el mayor expulsor de población del país, con una tasa anual del 39 por mil, es decir, según estas estimaciones anualmente 39 de cada mil personas emigran de Tipuani a otros municipios. El estudio llega a la conclusión de que esta alta migración se debe principalmente a la crisis de la explotación aurífera.

Entre el año 2004 y 2005 es probable que esta situación se hubiera revertido debido a los precios internacionales del oro, que hace que muchos hombres y mujeres se estuvieran dedicando a la explotación aurífera.

En Tipuani, incluyendo los sectores urbano y rural, existen 2.763 hogares, con una composición promedio de 4 personas por cada hogar. No se dispone de información sobre la composición étnica de la población.

Actividad económica

La actividad económica principal de la población es la minería. En efecto, según datos del Instituto Nacional de Estadísticas, el 28% de la Población Económicamente Activa se dedica a la minería, 7.2% al comercio y 4.5% a la actividad hotelera y de restaurantes, constituyendo éstas las principales actividades económicas.

Otras actividades menores en orden de importancia son los servicios de organizaciones (3,3%), la agricultura y ganadería (2.5%), la industria manufacturera (2.3%), la educación (1.8%) y el transporte (1.6%). Según la fuente consultada un alto porcentaje de la Población Económica Activa “PEA” (45%) no ha identificado su actividad o no ha respondido a la encuesta.

Llama la atención sin embargo que, tratándose de una región subtropical de clima cálido y húmedo, la actividad agrícola sea tan precaria, esto se explica probablemente por lo sinuoso y escarpado del terreno.

Orígenes de la explotación aurífera

Los yacimientos auríferos del Río Tipuani han sido explotados desde los tiempos precolombinos; durante la dominación incaica el oro extraído de la región se destinaba principalmente como tributo al Inca y a la construcción de templos. Se ha estimado que para estos fines el sector de Larecaja (Tipuani) aportaba con 60 libras de oro cada cuatro meses². Durante este período se construyeron cuatro ejes troncales de caminos peatonales, cuyos vestigios aún se pueden observar hoy en día.

Diversas fuentes coinciden en que para el rescate del Inca Atahualpa se entregaron objetos de oro que llenaron gran parte de una habitación; una gran proporción del oro probablemente provenía de Larecaja (Tipuani).

Durante la época colonial, la explotación aurífera se incrementó en gran proporción, principalmente por los siguientes factores:

- Disposición de mano de obra barata, ya que se contaba con miles de indios utilizados en los trabajos forzosos de la mita;
- Introducción de la pólvora como explosivo; y
- La sustitución de herramientas de contextura débil (picos y barretas de palmera) por herramientas mucho más duras de hierro forjado.

Para la historia quedan algunas frases célebres que reflejan la importancia de la producción aurífera de aquella época; por ejemplo, en el siglo XIX, Ildefonso Villamil, después de las explotaciones realizadas en esta zona, en su visita a Europa y al ver cierta maquinaria moderna para la explotación aurífera manifestó: *“Con veinte años menos de edad, trabajando Tipuani con estas máquinas y con la experiencia adquirida, compraría a Napoleón toda su Francia”*.

En la Época Republicana continuó incrementándose la explotación minera con el aporte de compañías inglesas y portuguesas, las que introdujeron más y mejores equipos con los que se incrementaron los volúmenes de explotación de toda el área de Tipuani.

El mayor auge de la explotación aurífera comenzó en la década de los 30 – 40 del siglo pasado con la llegada de la Compagnie Aramayo des Mines, que desarrolló un proceso de exploración y explotación hasta el cauce antiguo a lo largo del Río Tipuani.

En el aspecto social, la Compañía Aramayo, con la colaboración de la Fundación Rockefeller, contribuyó al saneamiento de la región que se hallaba infestada de paludismo y fiebre amarilla; también tuvo a su cargo la construcción de obras de infraestructura, como la pista de aterrizaje y los caminos carreteros de Tipuani hasta San Juanito, Gritado, Chuquini, Unutuluni y Tora. Así mismo esta compañía construyó una planta hidroeléctrica de 250 KWH en Gritado y las líneas de alta tensión, así como las subestaciones de Unutuluni, Tujojahuira, Rinconada y Tipuani.

Las Cooperativas Auríferas en Bolivia

En el año 1952 se produjo la reversión al Estado de las concesiones mineras de compañías extranjeras radicadas en territorio boliviano. En el caso de la actividad aurífera, mediante el Decreto Supremo N° 3229 de 7 de noviembre de 1952, se dispone la reversión al Estado de las concesiones otorgadas a la Compañía Minera Aramayo en la jurisdicción de las provincias Larecaja, Nor Yungas, Murillo y Muñecas. Al mismo tiempo, la mencionada disposición legal establece que dichas concesiones se transfieran al Banco Minero de Bolivia para su explotación directa o indirecta.

Posteriormente, a través de la Resolución Ministerial del Ministerio de Minas y Petróleo N° 4/53 de 9 de julio de 1953, se dispone una zona reservada, denominada Consolidación Tipuani, para ser explotada por el Sindicato de Trabajadores de Tipuani o por cooperativas de producción organizadas. La zona reservada comprendía:

Al Norte: Margen derecha del Río Tipuani, aguas abajo

Al Sur: Límite de la Consolidación Tipuani

Al Este: Margen izquierda del Arroyo Rinconada

Al Oeste: El Río Tora

En aquella época los obreros empiezan a organizarse y agruparse, dando origen a las cooperativas; sin embargo, a partir del año 1959 reaparecieron las compañías extranjeras, como la South American Placers Inc., que operó durante varios años, luego, entre otras, vinieron la Tidewater Oil. Co. y la Condor Mining Inc.

En las décadas 50 – 60 las cooperativas tuvieron una organización incipiente y recién en el año 70 se funda la Federación Regional de Cooperativas Mineras (FER-RECO) que inicialmente contaba con más de 60 cooperativas asociadas, llegando inclusive a formar centrales locales en Cangalli, Tipuani, Unutuluni, Mapiri, Guanay, Teoponte y Challana.

Durante este período, el Banco Minero de Bolivia era la institución encargada del fomento, desarrollo y modernización de la explotación en el sector de la minería chica y cooperativa. Sin embargo, y pese a que en su momento dispuso de importantes cantidades de recursos financieros, los resultados fueron muy limitados, hasta que, como consecuencia de la implantación del Decreto Supremo N° 21060, que significó el paso de un modelo de capitalismo de Estado a una economía de libre mercado, se produjo su cierre³.

El Banco Minero de Bolivia, en los casi 30 años de permanencia en el sector realizó en Tipuani varias obras de infraestructura como ser la rehabilitación de las instalaciones de la Compañía Aramayo, refacción y mantenimiento de caminos, rehabilitación de la pista de aterrizaje y la construcción de una escuela y un hospital.

Sin embargo, el auge del cooperativismo aurífero se produjo recién en la década de los ochenta. Los altos niveles de precios del oro a finales de los setenta, así como un régimen jurídico para la minería establecido por un gobierno de facto en el año 1973⁴, por el cual se permitía la explotación en áreas de reserva fiscal con sujeción a contratos de concesión con el Estado, acicatearon un proceso masivo de estructuración de pequeñas unidades productivas en áreas del norte del departamento de La Paz, principalmente cooperativas mineras conformadas por desocupados de distintos sectores sociales. Este proceso fue posteriormente estimulado por el gobierno democrático instaurado en 1982⁵ como una medida social, en lo que se denominó “la marcha hacia el norte”.

En este período se alcanzó altos niveles de explotación aurífera con la introducción de equipo pesado como ser retroexcavadoras, palas cargadoras frontales, tractores y volquetas de alto tonelaje. Se ha estimado que con este ritmo de explotación, la producción de las cooperativas grandes fluctuaba entre 30 – 70 Kg. por mes.

Fruto del auge de la explotación aurífera se produjo el crecimiento de poblaciones circundantes; por ejemplo, sólo en Chima y Gritado habitaban aproximadamente 8.000 personas, con una gran carencia de servicios básicos de salud, agua, energía eléctrica y educación. Como se verá más adelante, este cuadro no ha cambiado sustancialmente, debido a que en unos casos los yacimientos se fueron agotando, y en otros porque las condiciones del sistema de explotación dieron lugar a que se convirtieran en marginales, limitando las posibilidades de nuevos desarrollos.

Actualmente en la región de Tipuani se encuentran en operación aproximadamente 21 cooperativas de un total de 35 que existen en la región, con un promedio de 80 personas entre socios y trabajadores, y se estima una producción promedio de 3-4 Kg. de oro por mes, con las excepciones de Molleterío y Santa Clara, cuyas producciones son relativamente superiores.

Hace tres décadas, aproximadamente el 95% de los socios de cada cooperativa constituía la fuerza laboral principal en cada operación, la misma que era reforzada por trabajadores voluntarios. En la actualidad, aproximadamente el 20% de los socios trabaja en la cooperativa, desempeñando principalmente labores livianas de control y dirección de los trabajos y son los trabajadores llamados “voluntarios” quienes constituyen la principal fuerza laboral.

Con estas características, la minería aurífera de pequeña escala se desarrolló hasta el año 1988 en un período de relativo auge, sustentada principalmente en la situación de precios relativamente altos. A partir de entonces se pudo advertir una declinación paulatina de la actividad aurífera de las cooperativas, coincidente u originada en la disminución de los precios y el agotamiento de los yacimientos, situación que ingresa en una fase crítica hacia 1997, como consecuencia de la drástica caída de precios y otros factores vinculados a la crisis económica internacional.

Un signo inequívoco del deterioro de la situación de la minería aurífera de pequeña escala es la disminución del número de cooperativas, la declinación de la actividad económica de las poblaciones estructuradas alrededor de estas operaciones mineras y, fundamentalmente, el deterioro de la calidad de vida en estas regiones.

Según datos de la Federación Nacional de Cooperativas Mineras, el año 2002 existían 150 cooperativas mineras auríferas registradas y, aunque no se dispone de información precisa, se estima que no más del 50% se encuentra actualmente en operación.

La producción de oro proveniente de la minería aurífera de pequeña escala (cooperativas y otras pequeñas unidades productivas) para el año 2002 alcanzó un total de 2.2 toneladas⁶, aunque debido a que la producción de este sector no se registra oficialmente, este dato puede estar sujeto a controversia.

Estructura laboral de las cooperativas auríferas

La estructura laboral de las cooperativas mineras auríferas muestra ciertas particularidades, por la naturaleza de sus componentes, que resumimos a continuación:

Socios: Son los accionistas de la cooperativa que aportan el capital de inversión. Pueden o no participar directamente del proceso productivo. Su retribución es el dividendo que se obtiene luego de lo que se denomina el “alza del oro”, mecanismo que consiste en la extracción del oro físico (ya sea fino o en pepas) acumulado en el lavadero. Esta operación se efectúa normalmente en forma quincenal o cuando la situación requiere.

Trabajadores representantes: Son aquellas personas que de forma temporal trabajan en la operación productiva en representación de un socio a cambio de salario u otra forma de remuneración.

Trabajadores voluntarios: Esta categoría *sui generis* se refiere a personas que ingresan a trabajar en forma voluntaria, no encontrándose sujetas por tanto a ninguna relación obrero-patronal y por tanto no gozan de beneficio social o laboral alguno. Su retribución es “la bolsada”. La “bolsada” es un sistema de remuneración que consiste en que después de una jornada de trabajo de 6 horas para la cooperativa, el trabajador voluntario tiene derecho al acopio de material con contenido aurífero en su propio beneficio por el lapso de 2 horas. Durante este tiempo extrae 10 a 15 Kg. de grava, obteniendo una recuperación promedio de 1 gramo de oro, aunque con aleatoriedad. Esta relación “premoderna” de trabajo genera una típica renta en especie.

Barranquilleros: Son trabajadores completamente independientes que están ubicados a lo largo del Río Tipuani, en el lecho mismo y en las colas o desmontes de los trabajos principales, así como en los tajos. Estos obreros no tienen horario fijo de trabajo. Pese a

las difíciles condiciones en que trabajan, el rédito promedio que obtienen diariamente es de 300 a 500 miligramos de oro. Este trabajo lo realizan normalmente las mujeres, niños y varones que ya no pueden trabajar en interior mina.

Mujeres y Niños, los Grupos más vulnerables

En la zona de Tipuani, que abarca los distritos de Cangallí, San Juanito, Las Lomas, Chima, Chuquini y Unutuluni, existe un número bastante significativo de barranquilleras. Los rasgos sociales típicos de una mujer barranquillera, a base de las entrevistas y observación directa, son los siguientes: aproximadamente entre 35 a 55 años de edad, madre soltera, viuda, casada o concubinada con esposo trabajador “voluntario”, con 3 hijos como promedio. De origen predominantemente aymara o del norte de La Paz. Su actividad normalmente la realiza desde las 8 a.m. hasta las 17.00 con un breve descanso a medio día para la merienda. En una jornada de trabajo obtiene entre 300 a 400 miligramos de oro que lo comercializa a rescatadores minoristas.

Debido a que los contenidos de oro en las colas y desmontes varían permanentemente, la mayor parte de las barranquilleras migra constantemente entre el sector de Chima, Unutuluni y Chuquini. Esta es una de las razones, además de las económicas, por las que normalmente no disponen de vivienda estable o fija, encontrándose por tanto desprovistas de servicios básicos, como agua y energía eléctrica.

Las enfermedades más frecuentes son las respiratorias, artritis, reumatismo, sabañones y hongos, principalmente debido a que su actividad la realizan sumergidas en el agua (*Ver foto en Imagem 11 en la página 200*).

En tanto, los niños barranquilleros son principalmente menores de 8 a 14 años de edad, casi todos estudiantes que ingresan a la actividad de manera discontinua, en los turnos libres que otorga la escuela. La mayoría son hijos de trabajadores voluntarios y de barranquilleras y su principal motivación es lograr un ingreso adicional para la familia y cubrir los costos de material escolar, así como gastos personales. Las patologías más frecuentes en este grupo son las enfermedades diarreicas agudas (*Ver fotos en la página 200, Imagem 12 en la página 201, Imagem 13*).

RESUMEN METODOLÓGICO

Antecedentes

Con la finalidad de obtener los resultados para el proyecto “Cuestión de Género y el Trabajo Infantil en la Pequeña Minería”, localizado en la zona norte del Departamento de La Paz, distrito de Tipuani y los sectores de Chima, Unutuluni, Chuquini se realizó una encuesta que fue aplicada principalmente a mujeres que trabajan en la barranquilla. No es posible comparar los datos obtenidos con algunas investiga-

ciones que se hubieran realizado anteriormente porque es una de las primeras experiencias en la sistematización de registros, por lo tanto no se tienen antecedentes de metodologías anteriores.

Esfuerzos estadísticos anteriores

La situación de la mujer, vinculada a la actividad minera aurífera no tiene antecedentes que justifiquen se hubiera realizado un trabajo de investigación a profundidad. Actualmente la situación de las mujeres mineras, ha tenido numerosas repercusiones y preocupación por parte de diferentes instituciones de gobierno, no gubernamentales, organismo de cooperación internacional preocupados en lograr un registro real que muestre la situación social y laboral de las barranquilleras.

En el caso de los niños vinculados al trabajo minero, la situación es diferente, numerosas organizaciones, en la zona aurífera principalmente la Organización Internacional del Trabajo - OIT - ha realizado varios trabajos con la finalidad de erradicar el trabajo infantil, considerado como no apto para la niñez.

Estos esfuerzos, sin embargo no son apreciados por la propia comunidad, debido a muchos factores, entre ellos la propia cultura de las familias cuyas madres trabajan en la barranquilla y no dejan a sus niños lejos de su cuidado personal. Otros factores están también ligados al no reconocimiento de la comunidad en cuanto a la existencia de niños trabajadores, ya que sólo ven a ésta situación como si fuese un “recreo” y distracción las labores de los niños en la barranquilla.

Justificación de los datos estadísticos

El registro estadístico de la situación de la mujer en la barranquilla y el trabajo infantil advierten un problema muy particular del trabajo de la minería artesanal. No existe seguridad laboral, social ni de salud, un problema que conlleva a definir a esas zonas como de extrema pobreza.

Las encuestas realizadas, de forma directa a mujeres y niños, permiten observar peligros de laboreo minero, de salud ocupacional y de un desconocimiento a los derechos humanos, y por otro lado, como una actividad riesgosa que genera cantidades mínimas de ingresos para las familias.

La discriminación de mujeres y niños, que no reflejan las estadísticas presentadas, existen en su diario vivir, sin embargo, casi nunca son reportados, siendo esta una realidad de cada uno de ellos. Los datos de violencia intrafamiliar a mujeres y niños son otra constante que tampoco se reflejan en esta estadística, cuya realidad la viven la mayoría de las mujeres de la zona.

Objetivo del diagnostico de “Cuestión de Género y el Trabajo Infantil en la Pequeña Minería”

El objetivo del diagnostico fue obtener información sobre la situación de la mujer y de los niños que trabajan en la barranquilla. La información servirá para llamar la atención sobre la necesidad de crear mecanismos legales para prevenir el trabajo infantil y mejores condiciones laborales para las mujeres barranquilleras.

Los objetivos específicos fueron:

- 1 Conocer la magnitud de la incidencia del trabajo infantil.
- 2 Conocer datos sociodemográficos de la mujer barranquillera.
- 3 Obtener información sobre su fuente de trabajo y los riesgos que este implica.

RESULTADOS DEL DIAGNÓSTICO

La muestra fue aplicada a un total de 60 mujeres, las que viven y trabajan en las zonas auríferas de Tipuani, Chuquini, Chima y Unutuluni. El 100% de las mujeres encuestadas son de nacionalidad boliviana. Sólo el 10% nació en el lugar, un 17% indican haber nacido en ciudades capitales, (La Paz, Sucre) mientras que una gran mayoría, 73% nació en localidades pequeñas y comunidades, lo que muestra que las mujeres que han migrado hacia el sector minero aurífero provienen de comunidades en las que las posibilidades de encontrar fuentes de trabajo son mínimas (Gráfico 1).

Se evidencia que para realizar el trabajo en la minería aurífera no existe un límite de edad ya que entre las mujeres encuestadas se encontraron rangos que van desde los 15 a los 75 años, pero la mayoría oscila entre los 30 a 39 años de edad, como se muestra en el Gráfico 2.

Las parejas prefieren vivir en unión libre o concubinato, ya que si bien una gran mayoría que indica estar casada, 88%, sólo el 36% cuenta con documentos que respalden su matrimonio, el resto 64% vive en concubinato, sin haber legalizado su situación. La cual pone en peligro el futuro de los hijos. También existen mujeres que quedaron viudas, perdiendo al

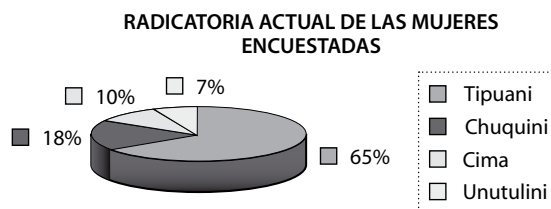


Gráfico 1

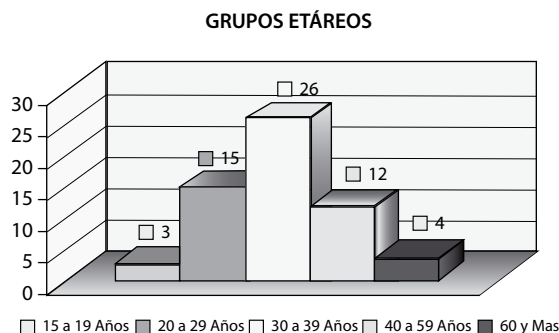


Gráfico 2

esposo por accidentes en el trabajo minero y ahora ellas deben trabajar para sostener a los hijos.

Es preocupante ver como una gran cantidad de mujeres, 23%, no cuenta con ningún tipo de documento de identificación. Sólo el 35% porta cédula de identidad, gracias a una campaña de carnetización en la zona. Un alto porcentaje porta como documento de identificación el certificado de nacimiento.

Educación

De la gran mayoría de las mujeres encuestadas, 77%, que cursó estudios hasta el ciclo primario, sólo el 10% llegó a culminar sus estudios en este ciclo, 10% estudió hasta 5° curso; y el 57% estudió hasta 3er. curso. Aspecto que muestra que la mayoría lee y escribe. Son muy pocas las mujeres, 13%, que lograron estudiar hasta el ciclo secundario.

Una de las principales razones para dejar los estudios fue la falta de recursos económicos, por ser familias numerosas o porque quedaron huérfanas a temprana edad y tuvieron que trabajar para mantener el hogar. El porcentaje de mujeres analfabetas es de 6%. El 100% de las mujeres no recibieron capacitación técnica.

Salud

Por las características de la labor que realizan las mujeres en sector minero aurífero, los problemas de salud relacionados con su trabajo están latentes, ya que un 63% indica haber sufrido problemas de salud. Los más frecuentes son: reumatismo, 35%; problemas de riñones, 20%; otros (tos, dolor de estomago, inflamación de matriz, sabañones) 8%.

Asimismo, una gran mayoría, manifestó haber sufrido accidentes relacionados con el trabajo que realiza. Los tipos de accidentes más frecuentes son: los derrumbes, 90%; seguido por las riadas, 10%.

Ocupación

La mayoría de las mujeres se dedica a la Barranquilla, 87%. A tiempo completo el 33%, alrededor de 9 horas al día y un 67% trabaja de manera parcial, alrededor de 4 horas al día. El restante 13% de las mujeres que se dedican a otras actividades normalmente son: comerciantes o amas de casa.

Percepción

Tan sólo el 30% declara encontrarse satisfecha con el trabajo que realiza. La gran mayoría, 70%, indica lo contrario. La razón principal para esta insatisfacción es que el trabajo que realizan es peligroso, 60%; no gana mucho, 30%; no existe otra alternativa de trabajo, 10%. Todas las mujeres en el futuro desean dedicarse a otras actividades como ser: comercio, 85% y agricultura, 15%.

Recreación

Al ser amas de casa, las mujeres que se dedican al trabajo de la barranquilla en el sector aurífero, en su tiempo libre destinan este a la atención exclusiva de su hogar (100%). Son muy pocas las mujeres, (20%) que realizan otras actividades reenumeradas fuera del trabajo en la barranquilla y la atención al hogar, las que lo hacen se dedican al lavado de ropa y ayudantes de cocina.

Seguridad Social

El 100% de la población que fue objeto de estudio indica que no realiza aportes para beneficios sociales, las razones en orden de importancia son: no conocen, nunca les han hablado de este tema, 80%; un 20% indica que no están aseguradas.

Asimismo, la gran mayoría, 97%, indica que no cuentan con licencia de maternidad. El 17% de esta población indica que no necesita contar con esta licencia por encontrarse fuera del rango de edad de mujer fértil. El resto, 83% no conocen de la existencia de esta licencia o seguro para maternidad. Sólo el 3% indica que cuenta con este seguro de maternidad, porque están amparadas por el Seguro Único Materno Infantil (SUMI) que proporciona el Ministerio de Salud, a través del Servicio Departamental de Salud-“SEDES”.

Lugar de Trabajo

Del total de las mujeres que se dedican a la barraquilla, el 87% indica que su lugar de trabajo es de aluvión, El resto, 13% se dedica a otras actividades más seguras como ser comercio, amas de casa. El total de las mujeres dedicadas a la barranquilla trabajan con oro.

Relación de Trabajo

La mayoría de las mujeres realiza su trabajo de forma individual, cada quien vende para si misma el mineral que extrae en el barranquilleo, 97%. Existen algunas personas que trabajan organizándose de modo familiar, 3%, este porcentaje se refiere a mujeres que no están ligadas a la actividad de la barranquilla. Es importante indicar que existen “Asociaciones de Barranquilleras” en cada comunidad minera, las mismas se encuentran en proceso de fortalecimiento. Cada asociación tiene un directorio, pero ninguna hasta el momento tiene personería jurídica. Estas asociaciones sólo velan por la parte laboral y social de las asociadas.

Ninguna de las mujeres que se dedica a esta actividad percibe salario, porque sus ingresos son autogestionados

Proceso Productivo

Por las características de su trabajo, las mujeres barranquilleras no utilizan ningún tipo de maquinaria (Gráfico 3).

El proceso de recolección de material consiste en: juntar la tierra, colocarla en una batea para posteriormente proceder al lavado. Las herramientas que utilizan para este proceso son las siguientes:

- Batea
- Pallalla
- Punta
- Sajraña
- Picota

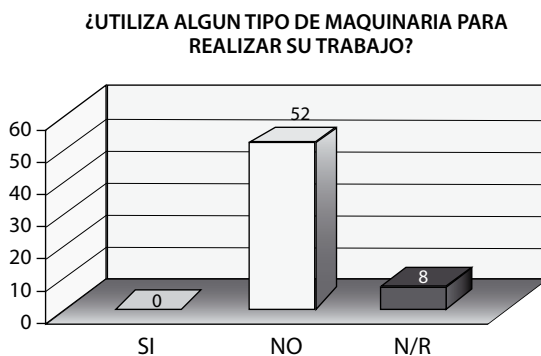


Gráfico 3

Por ser mínimas las cantidades del mineral que extraen (oro) lo colocan en un trapo para trasladarlo.

El total de las mujeres que se dedican a la barranquilla venden el mineral a los rescatadores que tienen sus oficinas en cada comunidad minera. De este total, sólo el 27% de las mujeres barranquilleras conocen el destino del mineral que venden, el resto desconoce el destino final y tampoco les interesa, para ellas lo importante es que al momento de la venta se les haga efectiva la cancelación.

Derechos Minerales

El 100% de las encuestadas no paga concesión por el lugar donde trabaja, argumentando que no son dueñas del lugar ni concesionarias, ya que ellas trabajan a orillas de los ríos.

Riesgos ambientales

El total de las mujeres que se dedican a la barranquilla no utiliza ningún equipo de protección. Esta es la causa del alto índice de problemas de salud y accidentes relacionados con la actividad en el trabajo. Por estas razones, el total de las mujeres consideran que las condiciones de trabajo no son buenas, argumentando que no existe seguridad de ningún tipo. Asimismo, el 100% de estas mujeres indican que no tienen métodos para prevenir los accidentes.

En relación a riesgos en la zona, muchas mujeres, 33%, indican que existen incendios con frecuencia, y el 67% indica lo contrario. Un 80% indica que con frecuencia se presentan deslizamientos.

El problema de la contaminación en la zona es latente, 30% indica que detecta el agua contaminada, el 37% indica que el aire es contaminado y el 33% indica que tanto el aire como el agua (lugar donde trabajan) están contaminados.

Familia

El papel de las mujeres barranquilleras es importante, así como lo es su papel de madre, ya que un 97% tienen hijos. En lo referente a los hijos, la realidad del sector aurífero en relación al sector de la minería tradicional no es diferente, ya que existe un elevado porcentaje de mujeres con 5 hijos, 31%; 21%, con 4 hijos. Las mujeres que tienen entre 2 y 3 hijos llegan a 15%. Existe un porcentaje, 12% de mujeres que tienen 7 hijos. Existen mujeres, 8%, que crían a hijos que no tienen lazos consanguíneos con ellas, ya que son hijos de anteriores relaciones de sus parejas.

En una gran mayoría de los hogares, 70%, reconoce al esposo como jefe de hogar. Son pocos los hogares, 23%, en los cuales la mujer es reconocida como jefe de hogar, esto se debe a que son mujeres sin pareja (viudas, separadas) o el esposo no cuenta con trabajo. En el resto de los hogares, 7%, se reconoce al padre/hermano, como jefe de hogar. La mayoría de las mujeres tiene definida su posición dentro del hogar, 70%, esposa/madre.

La gran mayoría de los hijos (76%) nació en la zona de estudio, el restante (24%) en otras zonas, una mayoría de éstos en la ciudad de La Paz. Lo que indica que las mujeres acuden a la ciudad para recibir atención médica durante el parto. Para ello deben realizar viajes largos y peligrosos por lo sinuoso del camino.

En promedio, se demuestra que las mujeres viven en la zona desde hace 33 años. Este tiempo de permanencia en la zona es la razón para que algunas mujeres, 27%, no piensen trasladarse del lugar a diferencia de la mayoría, 73%, que busca mejores días para su familia y ellas mismas, tratando de buscar mejores posibilidades de trabajo en alguna ciudad.

A diferencia de las mujeres, los hombres (esposos) estudiaron hasta el ciclo secundario, 26%, 68% estudio hasta primaria y 6% indica que el esposo llegó a culminar la escuela. Estos datos reflejan que el esposo o compañero sabe leer y escribir. Los hijos del 73% de las encuestadas asisten a la escuela.

La mayoría de los esposos o compañeros trabajan como voluntarios en la mina, 68%. Sólo 12% son socios de una cooperativa, lo que les permite ofrecer mayor estabilidad económica a sus hogares, el 14% se dedica al barranquilleo al igual que sus esposas y una minoría, 6% se dedica a otra actividad (empleados, albañiles).

En lo referente al manejo de los recursos en la familia, en menos de la mitad de los hogares, 45%, tanto el esposo y esposa son los encargados de cubrir los gastos familiares. En muchos hogares, 35%, lo hace sólo la mujer, ya sea porque mantiene sola al hogar o porque el esposo no tiene trabajo, y tan sólo en el 20% de los hogares lo hace únicamente el esposo.

Los ingresos por día para un hogar son bastante bajos, ya que una familia, con un promedio de 7 miembros, debe subsistir con 10 Bs. al día (1,25 Dólares Americanos). Todos los gastos que cubren con ese monto básicamente son: comida, bebida, transporte y gastos educacionales.

CONCLUSIONES

Las conclusiones de la investigación son las siguientes:

- La mayoría de las mujeres que realiza el trabajo de barranquilla lo hace por la necesidad de subsistencia y no así por ser una actividad que satisfaga las aspiraciones de cada una de éstas trabajadoras mineras.
- El grado de educación alcanzado por las mujeres mineras es muy bajo, dando esto lugar a que no tengan mayores posibilidades en un futuro próximo a dedicarse a otra actividad, en búsqueda de una mejor calidad de vida para ellas.
- En lo relacionado al tema de salud es evidente que éstas mujeres trabajadoras corren serios riesgos dadas las circunstancias del tipo de actividad que realizan, principalmente porque trabajan sumergidas en el agua un promedio de 8 horas al día, sin la utilización de ropa adecuada para la protección y ningún tipo de equipo de trabajo que facilite la búsqueda del oro (**Ver foto en la página 201: Imagem 14**).
- No tienen seguridad social ni beneficios sociales por su trabajo, ya que trabajan en una zona inhóspita donde no llegan autoridades gubernamentales que puedan legalizar este tipo de faena y por otro lado esta el total desconocimiento del tema laboral-legal por las mismas barranquilleras.
- Las mujeres barranquilleras trabajan de forma individual, entonces se ven mermadas las posibilidades de un crecimiento económico que se pueda dar a través de un trabajo en equipo, para elevar las posibilidades de mejorar la situación actual en el barranquilleo.
- Se tiene casi total desconocimiento del proceso productivo de la actividad que realizan, por lo tanto no ven oportunidades de elevar los ingresos que perciben por la venta del oro.
- Las mujeres no realizan la denominada planificación familiar. Un elevado porcentaje de estas mujeres tiene 3 hijos o más que atender, a los cuales no puede darles el cuidado ni la educación adecuados, es por ello que muchos de los hijos de las barranquilleras se van dedicando también a esta actividad.
- La topografía de las zonas mineras, la falta de infraestructura caminera, la ausencia del estado en estas zonas son otros de los factores que impiden un desarrollo armónico y donde las mujeres siguen siendo las más afectadas.

BIBLIOGRAFÍA

ARANIBAR, ANA MARÍA **La Minería con Rostro de Mujer**. Marzo 2003

ARANIBAR, A.M.; BERNAL ELIODORO, S. **La Minería Aurífera de Pequeña Escala en Bolivia**. Octubre 2003

MEDMIN y CEPROMIN - **Estudio de Género en las Cooperativas Auríferas de Yani y Teoponte** Junio de 1998

MINISTERIO DE DESARROLLO SOSTENIBLE DE BOLIVIA, Informe del estudio realizado por el Viceministerio de la Mujer, **Análisis de Equidad de Género en Bolivia. .Año 1992 – 2002**

OLAMI - **Seminario Sobre Responsabilidad Social en la Minería**. Bolivia, Abril 2005

1 La Minería con Rostro de Mujer – Aranibar Ana Maria, año 2003.

2 Las referencias de este capítulo fueron tomadas de Revilla, A., EL Distrito de Tipuani, Geología e Historia, Revista KHRYSOS. La Paz, varios números.

3 El cierre del Banco Minero de Bolivia se produjo el año 1987, pero el proceso de liquidación culminó recién el año 1999.

4 Decreto Supremo N° 17649 de 26 de julio de 1973.

5 Se trata del Gobierno del Dr. Hernán Siles Zuazo

6 Informe oficial de FENCOMIN.

Trabalho familiar no artesanato de pedra sabão - Ouro Preto, Brasil

Zuleica C. Castilhos, Olívia Maria de Paula Alves Bezerra,
Maria Helena M. Rocha Lima, Alessandra Portugal e Núria F. Castro

INTRODUÇÃO

No presente documento, descreve-se o trabalho familiar numa região do Brasil que deve sua história e seu desenvolvimento à exploração de matérias primas minerais, a região de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

Hoje, nessa região, a indústria mineral continua sendo uma importante fonte de renda com a exploração de ferro e manganês, gemas, e rochas e minerais industriais e a produção de alumínio. A pequena mineração restringe-se à exploração de gemas e algumas rochas como a pedra-sabão.

A pedra-sabão é uma rocha, esteatito, cuja formação é atribuída à transformação hidrotermal de rochas ultrabásicas (Roeser, 1979 e Silva, 1997 apud Silva, 2003). O principal componente do esteatito é o talco, um filossilicato de magnésio hidratado, que é explorado na região em várias minas. Por se tratar de uma rocha macia, pois o talco é o mineral de menor dureza na escala MOHS (escala de referência da dureza dos minerais)¹, a pedra-sabão é fácil de ser trabalhada manualmente.

A utilização dessa rocha é a fonte de renda de um grande número de famílias artesãs que elaboram esculturas, objetos decorativos e utilitários, especialmente em algumas localidades rurais da região de Ouro Preto; herança da rica tradição que até hoje turistas do mundo inteiro podem apreciar nas cidades históricas e que tem como um dos expoentes o Mestre Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho, o maior escultor do Barroco brasileiro. O artesanato por eles produzido é vendido no país e fora dele.

Mostram-se aqui os resultados de um estudo exploratório, realizado em 2005, em uma pequena comunidade de artesãos da pedra-sabão, na região de Mata dos Palmitos, sub-distrito de Santa Rita de Ouro Preto, situado no município de Ouro Preto. O estudo está focalizado nas unidades familiares, nas relações de gênero, nas questões de segurança e saúde, e nas condições de trabalho dessas famílias, em especial onde se encontraram mais núcleos de produção de artesanato chefiados por mulheres e até constituídos unicamente por mulheres. Com o objetivo de evitar a individualização, os artesãos e artesãs entrevistados não são identificados neste trabalho².

Como primeira área de estudo em campo, sob a perspectiva de gênero e trabalho infantil na pequena mineração no Brasil, foi selecionada uma comunidade dedicada quase integralmente ao artesanato mineral; o artesanato em pedra-sabão. A comunidade escolhida reside e inclui a quase a totalidade da população da localidade de Mata dos Palmitos, no Município de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

Não foi escolhida uma atividade de “mineração” propriamente dita, como pode ser um garimpo de gemas, ouro ou pequenas pedreiras e sim essa atividade, que também faz parte do setor mineral³, por diversos motivos.

Em primeiro lugar porque a participação do trabalho feminino e infantil, além do masculino, no artesanato mineral, é maior que em outras atividades de mineração ou correlatas. Em segundo lugar, pela grande importância histórica, cultural e econômica do artesanato em pedra-sabão, como única fonte de sobrevivência para a maior parte das famílias dessa localidade. Em terceiro lugar, porque em Mata dos Palmitos, além de todos os problemas comuns às atividades econômicas informais, de cunho familiar, os artesãos enfrentam um grave problema adicional; a ocorrência de doenças pulmonares pela aspiração da poeira de talco e outros componentes da rocha, observada em estudos anteriores (BEZERRA, 2002).

Por último, e talvez o mais importante, porque a equipe interdisciplinar, constituída por profissionais em diversas áreas técnicas - nutrição, meio-ambiente, economia, sociologia e engenharia de minas -, contou com o apoio e a atuação imprescindível de uma das autoras deste, a Dra. Olívia Bezerra, professora da Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, e precursora de estudos na região, bem como com o apoio da UFOP. De igual forma, contou-se com o apoio do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, de Minas Gerais, que cedeu um carro com motorista e um de seus técnicos, o Engenheiro Gilberto Eleutério, para acompanhar à equipe. Isso permitiu uma rápida aproximação dos artesãos com as pesquisadoras que, dificilmente teria sido conseguida em uma primeira visita ao local.

Na visita, foram colhidas informações através de observações diretas dos componentes da equipe e entrevistas informais com 14 artesãos e 19 artesãs de sete unidades familiares. Foi escolhida a unidade familiar como célula básica de observação deste estudo preliminar porque se trata de um tipo de artesanato que é realizado, na grande maioria das vezes, na área peridomiciliar, em um processo produtivo no qual a participação feminina é expressiva e muito importante.

Encontramos assim, no local de estudo, alguns dos principais fatores que contribuem para o trabalho infantil e adolescente;

- seu caráter familiar, pois o artesanato é produzido nos quintais dos domicílios, envolvendo todos os integrantes da família,
- a falta de alternativas econômicas em uma zona rural, de difícil acesso, e

- o fato das mulheres trabalharem e, muitas vezes, chefiarem essas unidades produtivas: responsáveis em nossa sociedade, pelo cuidado e educação dos filhos, estando normalmente acompanhadas por eles.

Este primeiro contato da equipe de trabalho objetivou observar e estabelecer um vínculo direto com mulheres e homens que representam parte das artesãs e dos artesãos produtores de objetos ornamentais de pedra-sabão, assim como colher dados que possam dar início a uma pesquisa mais elaborada e à formatação de um questionário que possa ser aplicado ao universo de mulheres e homens dessa região.

A equipe deteve-se na observação e no entendimento do processo de produção e em suas relações de gênero, na comercialização das peças de artesanato, aspectos de saúde ocupacional e no significado desta atividade para os artesãos, homens e mulheres.

LOCALIZAÇÃO

O sub-distrito de Mata dos Palmitos localiza-se na encosta direita do Vale do Bandeira, a aproximadamente 9km da sede do distrito de Santa Rita de Ouro Preto e a, aproximadamente 40Km ao sul da sede urbana do município de Ouro Preto (Imagem 15, página 202). Mata dos Palmitos é um vilarejo, num pequeno vale, cujas casas, de aspecto simples, estão distribuídas entre a margem do rio e a estrada de terra que percorre a vila.

As temperaturas locais são amenas ao longo do ano (media anual de 17,4 °C e máxima de 22,6 °C), embora ocorram temperaturas mínimas diárias bastante baixas de junho a setembro. A precipitação anual, bastante regular, é de 2.018mm, principalmente entre os meses de outubro a março. O clima é classificado como tropical de altitude.

A cobertura vegetal nativa caracteriza-se pela predominância de campos e capoeiras. As palmeiras, que deram nome à localidade, já não existem mais. Há duas nascentes de água, utilizadas pela população para lazer e abastecimento domiciliar. A topografia é bastante acidentada, constituída basicamente por terreno montanhoso e em grande parte dos solos, pobres em matéria orgânica, predominam afloramentos de rochas, o que os torna inadequados para o cultivo agrícola.

CONTEXTO SOCIAL

Segundo dados de 2001, a população local é constituída por aproximadamente 180 habitantes, dos quais cerca de 60% são adultos e se dividem na mesma proporção entre homens e mulheres. A população habita em 33 domicílios, em uma relação média de 5,4 moradores por domicílio (BEZERRA, 2002). Aproximadamente 80% da po-

pulação é negra ou parda. Esta população vive, basicamente, do artesanato em pedra-sabão. Outras fontes de renda, temporárias ou não, são a prestação de serviços nas minerações de talco e pedra-sabão próximas e a extração de carvão vegetal, ambas exercidas por homens. Algumas mulheres trabalham como empregadas domésticas em localidades vizinhas.

A população de artesãos e artesãs da pedra-sabão, identificada no estudo de 2001, era de 123 pessoas; 59 mulheres, 64 homens, incluindo 15 crianças e 16 adolescentes. Esses números representavam 80% da população de Mata dos Palmitos.

Na visita da equipe, em 2005, foram entrevistadas informalmente 33 pessoas, de sete unidades visitadas. Desses, 19 eram mulheres e 14 homens, entre eles, três adolescentes, duas mulheres de 15 e 16 anos e um homem de 15 anos.

O estudo exploratório evidenciou que a região de Mata dos Palmitos é atendida por uma escola que oferece até a quarta série do primeiro grau com 43 crianças matriculadas. Para continuarem os estudos, os moradores devem se deslocar até a cidade de Santa Rita em veículos escolares cedidos pela Prefeitura, por estradas de terra que, em épocas de chuva, ficam totalmente intransitáveis. Assim, não é de se estranhar o fato de que a maioria da população de Mata dos Palmitos não tenha completado o segundo grau. Especificamente, dentre os 21 artesãos e artesãs que foram entrevistados sobre seu nível de escolaridade, apenas uma mulher completou o segundo grau. Dos 20 restantes, 12 não completaram nem o primeiro grau e duas das artesãs reconheceram ser analfabetas.

Há uma igreja matriz, cuja padroeira é Nossa Senhora Aparecida, sendo a maior parte da população católica. Não há computadores, telefones fixos, ruas asfaltadas nem posto médico.

A maioria dos domicílios é construída em alvenaria sem revestimento, porém, muitos apresentam inadequação de piso, cobertura, infiltrações, etc. Não existe coleta regular pública de lixo na localidade, apenas esporádica, segundo os moradores. Assim, a maior parte dos domicílios descarta seu lixo em terrenos baldios ou nas áreas próximas ao domicílio.

Não há jardins ou áreas de lazer para as crianças. Os espaços de uso coletivo são a escola, a igreja e o campo de futebol e o divertimento consiste em eventos sociais e religiosos, como a festa da padroeira ou partidas de futebol e bailes organizados pelos jovens. As reuniões no bar também são freqüentes e o consumo de bebidas alcoólicas é alto.

Em Mata dos Palmitos não há tratamento de água, nem de esgoto. Segundo Bezerra (2002), mais da metade dos 109 indivíduos examinados em um estudo anterior apresentaram enteroparasitoses e 20% deles tinham mais de uma espécie de parasita. Em relação ao estado nutricional, cerca de 30% das crianças de 0 a 12 anos, apresentaram déficit da relação altura/idade. 25% dos indivíduos de 12 a 18 anos estavam com baixo peso e cerca de 30% das mulheres adultas eram obesas. A anemia ferropriva atingia a cerca de 5% da população local.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO

O processo de trabalho artesanal consiste nas seguintes etapas: aquisição da pedra-sabão, seleção e classificação dos blocos, transporte até a unidade de trabalho, preparação manual (corte dos blocos, desbaste), trabalho na serra ou no torno ou manual, acabamento final (polimento, colagem), embalagem e comercialização. Há predomínio de mulheres para artesanato manual e de homens para a serra e torno.

A matéria prima (blocos irregulares, de tamanhos variados entre 30-40 cm e 1 m de diâmetro), é comprada, em geral, a um preço médio de R\$150,00/t de pedreiras das regiões de Bandeiras, Boa Vista, Maciel, Catas Altas, e Ouro Branco. Os homens encarregam-se do transporte do material e os artesãos poucas vezes dividem a compra de matéria prima. Preferem comprar um caminhão de, aproximadamente, 10 toneladas, de forma individual, que durará de 1 a 3 meses, dependendo das encomendas na época. (Imagem 16 na página 203)

A seguir, é feita uma seleção dos blocos para produzir as diversas peças. A seleção do material é feita com base na cor e trabalhabilidade da pedra, principalmente.

“Preferimos a pedra-sabão de cor creme, pois é mais barata, mais macia e mais fácil de ser achada” – artesã.

Alguns artesãos dizem separar também aqueles materiais com maior quantidade de contaminantes, pois dificultam o trabalho, reduzem o valor das peças e podem ocasionar problemas respiratórios. Na visita, embora todos reconhecessem separar o material “ruim”, essa separação não foi observada em todas as unidades.

Após a seleção, os blocos são cortados em peças menores, com uma serra ou um serrote duplo. Também é usada para a preparação das peças uma serra elétrica de disco. Esses trabalhos são normalmente feitos pelos homens (Imagem 17 na página 203).

A partir daí, o processo pode ser totalmente manual, em geral, realizado por mulheres, onde a peça vai tomando forma a golpes rapidíssimos de machadinha (ver Imagem 18 na página 204) ou é trabalhada em um torno elétrico por homens (Imagem 19 na página 204). Depois é finalizada com a lixa, em ambiente seco ou molhado (trabalho também desempenhado por mulheres e, muitas vezes, crianças e adolescentes – Imagem 20, página 205).

O tipo de artesanato depende da unidade familiar, mas há uma especialização incipiente. Nem todas as famílias realizam todo tipo de peças. Algumas unidades familiares são mais especializadas na produção de jogos de xadrez ou damas, enquanto outras produzem mais objetos decorativos como tartarugas, golfinhos e outros tipos de animais. Quase todas, porém, produzem objetos utilitários como castiçais, cinzeiros e potes de diversos tamanhos. São poucos os artesãos e artesãs que, hoje, produzem esculturas manuais, de maior valor artístico (Imagem 21, página 205).

As condições de trabalho de todos os artesãos visitados são inadequadas. Além de realizarem, durante muitas horas por dia, esforços repetitivos, sem cuidados ergonômicos adequados, quase nenhum dos entrevistados usa equipamentos de proteção individual. O ambiente, muito próximo das casas, encontra-se repleto de poeira de talco, que é freqüentemente inalada (em especial perto das serras e tornos), e o nível de ruído dos equipamentos é alto (*Imagem 22, página 206*)

CONTEXTO HISTÓRICO

Em Ouro Preto, a pedra-sabão já era empregada pelos índios que habitavam o Vale do Itacolomi, na confecção de utensílios domésticos. As tradicionais panelas de pedra-sabão, ainda hoje bastante produzidas, foram inicialmente manufaturadas pelos índios Tupinambás.

Porém, após a descoberta de ouro, em 1698, começou a ser utilizada na sua aplicação mais conhecida: na arte da cantaria, na construção de alicerces, marcos, vergas, canalização de água e de esgotos, pias e chafarizes (*Imagem 23, página 206*). Na época colonial foi muito utilizada também pelos artistas portugueses e brasileiros, na estatuária e na ornamentação das igrejas barrocas do século XVIII, na cidade de Ouro Preto (que à época era chamada de Vila Rica e era a capital do atual Estado de Minas Gerais) e outras próximas.

O primeiro ciclo do ouro no Brasil atingiu o seu apogeu em Vila Rica, entre 1741 e 1761, dando grande impulso à construção civil e, conseqüentemente, à utilização dessa rocha. Com o declínio da mineração do ouro, na passagem do século XVIII para o XIX, a cidade entra em decadência, e com isto, a utilização da pedra-sabão experimenta um longo declínio. No entanto, subsiste sua utilização como matéria-prima para a produção artesanal de objetos domésticos, especialmente panelas, nas localidades rurais.

Com a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897, a economia local passa a ser baseada na fundição do ferro, na cultura do Chá da Índia, na exploração do ouro subterrâneo remanescente e na produção de objetos de uso doméstico em pedra-sabão, para o comércio local e das regiões vizinhas.

Em Mata dos Palmitos, a produção de artesanato em pedra-sabão remonta ao início do século XX e sua história está associada à fazenda do Engenho da Boa-Vista. Os primeiros habitantes da Mata dos Palmitos migraram com o objetivo de explorar o palmito nativo na região e a pedra-sabão, com a qual produziam panelas. Inicialmente os artesãos exploravam a pedra-sabão e produziam as panelas em tornos movidos por energia hidráulica, instalados nos cursos d'água, geralmente afastados do ambiente domiciliar.

Muito mais tarde, a partir da década de 1950, o município de Ouro Preto experimentou uma recuperação econômica com a produção de alumínio primário e com a exploração de jazidas de minério de ferro na região, mas na década de 1960

houve uma forte diminuição da demanda dos utensílios em pedra-sabão, que foram sendo substituídos, no mercado regional, por painéis de alumínio. Assim começou a diversificação dos produtos que, gradativamente foram sendo trocados por peças de artesanato. A partir desse momento, as mulheres passaram a improvisar, em suas residências, locais para produção de esculturas de pequenas dimensões, como figas, santos, bichos, anjos, etc, e de objetos utilitários torneados, como copos, pratos, vasos e outros utensílios, mediante a utilização de tornos, movidos manualmente, na área peridomiciliar. Cabia aos homens, nesse momento, a extração da rocha nas pedreiras da região, para utilização pelas mulheres.

Na década de 70 já não se produziam mais painéis, e ocorreu uma importante modificação no processo: a pedra-sabão passou a ser comprada, pelos artesãos, em mineradoras que se instalaram na região, impedindo o livre acesso à matéria-prima.

Porém, a partir de 1980, quando a cidade de Ouro Preto foi declarada Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, e especialmente na década de 90, com o declínio da produção do alumínio, o turismo passou a ser a atividade considerada como a alternativa mais viável de recuperação econômica. Como consequência, houve um grande aumento da produção de artesanato em Mata dos Palmitos, segundo relato dos moradores, e quase a totalidade da população passou a trabalhar nessa atividade.

Outra importante modificação deu-se no final dos anos 90, quando a população local passou a ter acesso à rede de eletrificação rural, introduzindo a energia elétrica no processo de torneamento das peças, em substituição à roda d'água. Esse fato permitiu o aumento da produtividade e a diversidade de peças, especialmente possibilitando a produção de peças torneadas de maiores dimensões, em um tempo bem menor.

Uma consequência imediata da eletrificação foi a introdução da serra elétrica no processo produtivo, permitindo a produção em série de peças de traços retilíneos. Ocorreu, portanto, o aumento da produção assim como o prolongamento da jornada de trabalho. Além disso, com a eletrificação do processo as unidades de produção passaram a ser instaladas nas áreas anexas aos domicílios.

A produção em série deu início a um processo de descaracterização das peças e dos traços originais do artesanato local. No entanto, nos últimos anos, surgiu uma demanda mais qualificada a partir de uma divulgação dos produtos no âmbito nacional, que promoveu uma revitalização das características locais das peças. A escultura manual ganhou nova dimensão, sendo requisitada em grande escala pelos compradores, o que intensificou a inserção das mulheres e das crianças no processo produtivo.

Porém, concomitantemente, a dificuldade em se adquirir a matéria prima, ainda segundo relato dos artesãos, fez com que muitos interrompessem essa atividade, migrando para a extração de carvão vegetal (*Imagem 24, página 207*). Pode-se afirmar,

no entanto, que ainda hoje, os distritos de Santa Rita de Ouro Preto e Cachoeira do Campo têm suas economias fortemente dependentes da transformação artesanal da rocha.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

O processo produtivo antes descrito apresenta muitos riscos ocupacionais para os artesãos, sendo os principais riscos físicos as quedas, cortes, amputações, vibração, ruído, temperatura e ventilação deficientes; os principais riscos químicos a exposição à poeira, cola, e tinta; e os principais riscos ergonômicos os movimentos repetitivos e posturas inadequadas.

A matéria prima, o esteatito da região, é uma rocha composta principalmente por talco, acompanhado de proporções variáveis de clorita magnesiânica, carbonato, anfíbios e alguns sulfetos (SILVA, 2003). Os anfíbios são do tipo actinolita – tremolita ou antofilita, fibras de asbesto potencialmente cancerígenas. As principais vias de exposição aos riscos químicos são, principalmente, a inalação e também a dérmica e oral.

A inalação da poeira de talco ao ser trabalhada a rocha, pode provocar danos irreversíveis aos pulmões, entre eles a talcoose ou suas variações (talcoasbestose, talco-silicose). Pode ser causa também de doenças pleurais, doenças respiratórias das vias superiores, como bronquite, asma, e também dermatites de contato e doenças gastro-intestinais. Outros efeitos extremamente importantes e potencialmente vinculados à exposição ao anfíbio, são mesotelioma de pleura, câncer broncogênico e câncer de pulmão (ALGRANTI ET AL., 2000, CAPITANI, 1994 APUD BEZERRA, 2002).

As principais queixas dos artesãos foram relacionadas ao ambiente inadequado para o trabalho, o excesso de poeira, a irritação causada pela deposição de partículas minerais na pele, a inadequação e alto custo dos equipamentos de proteção individual, disponíveis no mercado local e os cortes resultantes do trabalho na serra elétrica e na machadinha.

“Tem pedras que têm “agulhas” que fincam na pele, coçam, tem que tirar com canivete. A areia da pedra dá sarna nas pernas, nos braços e aonde encostar” - artesão manual de esculturas.

Nas unidades visitadas, apenas dois artesãos que operavam tornos faziam uso de máscara simples de proteção (que segundo estudos já realizados, não protege adequadamente), e o restante não usava nenhum equipamentos de proteção, embora soubessem dos riscos a que expõem sua saúde. As respostas para a não utilização desses equipamentos foram diversas, sendo a mais comum a dificuldade de se trabalhar com eles, pelo incômodo que causam.

“O óculos (sic) é impossível, embaça e não dá pra ver nada. A máscara incomoda, mas se fosse obrigado a usar eu a usaria.” - artesão torneiro e serrador.

No estudo de saúde realizado em 2001, dentre 117 artesãos radiografados, alguns dos quais já haviam trabalhado também em pedreiras, 11 apresentaram alterações radiológicas compatíveis com suspeita de pneumomoniose e cinco apresentaram imagens pulmonares radiologicamente bem definidas, indicativas de casos da doença. Desses, 62,5% eram mulheres. 81% dos suspeitos de pneumomoniose dedicavam-se a escultura manual, o que pode explicar o maior índice de mulheres com doenças pulmonares, pois são elas as que, normalmente, realizam esse tipo de trabalho (BEZERRA, 2002).

COMERCIALIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

Conforme já relatado, os primeiros moradores desta vila já exploravam a pedra-sabão para fabricar painéis e utensílios de cozinha. Na década de 70 já não se produziam mais painéis e a partir dos anos 80 houve um grande aumento da produção de artesanato, quando quase a totalidade da população passou a trabalhar com a pedra-sabão. Porém, nos últimos anos, o alto custo da matéria-prima (comprada de mineadoras), tem feito, segundo relatado pelos artesãos, com que muitos abandonassem essa atividade, migrando para a extração de carvão vegetal. De pouco mais de 30 domicílios em 2001, pelo menos em 15 deles havia produção de artesanato (BEZERRA, 2002), mas segundo os artesãos, o número de pessoas que trabalham a pedra na região diminuiu muito nos últimos anos devido, principalmente, à escassa taxa de retorno que se obtém dessa atividade. Entretanto, para a maioria das famílias da região, grande parte da renda familiar provém da venda das peças de artesanato em pedra-sabão. Em alguns casos, cada vez mais, essa renda é complementada com outras atividades, como a lavra nas pedreiras de talco e a extração de carvão vegetal.

O produto desses artesãos é vendido no mercado regional, na Feira de Pedra-Sabão de Ouro Preto (Imagem 25, página 207), em lojas de todo o país e até no exterior. O preço das peças chega a aumentar em 1500%, conforme verificado pela equipe. Foi verificado que um mesmo tabuleiro de xadrez, comprado por 10 reais na casa dos artesãos, é vendido em um *shopping center* do Rio de Janeiro por 150 reais. Provavelmente, esse mesmo tabuleiro custe em torno de 100 Euros no mercado europeu (Imagem 26, página 208).

Nas entrevistas informais realizadas, a renda média mensal das famílias está entre um e dois salários mínimos por mês. Um estudo de 2001 (BEZERRA, 2002), calculou que, segundo relato dos moradores à época, a renda mensal per capita correspondia aproximadamente a um terço do salário mínimo.

“Minha família trabalha muito, mas não ganha nada.....não gostamos de trabalhar com pedra, mas não tem outra opção.....A pedra é cara e a lixa tá (sic) mais cara do que a pedra, a pedra é muito ruim, com areia e agulha, coça muito e estraga a pele”.
– artesã de esculturas manuais.

A maior parte das famílias artesãs da região produzem peças apenas sob encomenda, dependendo de demanda externa. Quando essa demanda é muito alta são recrutados familiares ou artesãos de outras famílias para cumprir os contratos. Assim, parece haver uma reserva de artesãos em Mata dos Palmitos. Trata-se de familiares que, por vezes, moram em cidades próximas e que já não trabalham na pedra-sabão por diversos motivos, mas que acodem em auxílio dos artesãos quando é necessário produzir grandes quantidades.

No Distrito de Santa Rita existe uma Associação de Artesãos, que não conta com um nível alto de adesão, dificultando o corporativismo e facilitando a concorrência predatória entre eles.

“A concorrência é o pior, quem faz mais peças vende mais barato. A concorrência é desleal, o nosso trabalho é muito desvalorizado”. – artesão torneiro e serrador.

A associação conta com 20 associados apenas e nenhuma das famílias visitadas em Mata dos Palmitos pertence a ela. A maioria dos artesãos conhece a associação, e muitos comercializam suas peças através dela, mas não acham interessante se associar. Acredita-se que isso se deva, principalmente, à percepção de que não aporta nenhum benefício. Algumas famílias mostraram intenção de montar uma associação independente da de Santa Rita.

“Não vale a pena se associar. Demora a vender a peça, na casa vende mais” – artesão torneiro e serrador.

Das entrevistas realizadas pela equipe, infere-se, que a associação não tem muita iniciativa para mobilizar outros artesãos. Na opinião de artesãos associados:

“As pessoas não têm interesse em se organizar e também a associação precisa de um lugar que não pagássemos aluguel e um espaço para expor nossas peças” – artesã associada.

“Para melhorar nossas condições de trabalho precisaríamos de equipamentos melhores e ajuda do governo para criar uma associação de artesãos que funcionasse melhor. A vantagem de ser associado é poder tirar nota fiscal para vendas grandes”
- artesão associado.

Pelo interesse da equipe na questão do gênero⁴, foram escolhidas para a visita unidades familiares, em sua maioria, chefiadas por mulheres. A análise de gênero será uma ferramenta importante para elaborarmos os diagnósticos a respeito das relações que se estabelecem entre homens, mulheres e crianças, artesãos de Mata dos Palmitos, pois a questão de gênero esta intimamente relacionada com a desigualdade social. E importante que em primeiro lugar as diferenças sejam notadas e estabelecidas para que o próximo passo possa ser a intervenção consciente.

Mesmo nas unidades chefiadas por mulheres, há uma clara divisão sexual de tarefas nos grupos de artesãos visitados. Os homens trabalham nas pedreiras, transportam a pedra, cortam no serrote ou na serra de disco e também torneiam as peças. As mulheres, e por vezes crianças, trabalham na escultura manual, colam, acabam e lixam as peças.

Observa-se nas unidades familiares visitadas, como na maioria das famílias da nossa sociedade, que as mulheres são responsáveis, também, pelo cuidado da família o que implica na educação dos filhos e os afazeres domésticos, além de seu trabalho na produção de artesanato. Assim, interrompem a rotina do trabalho para se encarregarem das tarefas domésticas e preparar a comida, retornando depois ao trabalho com a pedra.

Os filhos, quando não estão na escola – lembrando aqui que a escolarização na maioria das crianças não ultrapassa o ensino fundamental e, mesmo assim, os cursos são ministrados em apenas um turno, de manhã, de tarde ou de noite, dependendo do nível – ficam com suas mães no ambiente familiar, ou seja, no ambiente de produção de artesanato.

Foram visitadas duas unidades produtivas onde a produção de artesanato era tarefa exclusivamente masculina, porém, somente em uma delas, conforme se depreende das entrevistas, todo o trabalho era realmente realizado por homens, pois na outra se pode observar a participação feminina, mesmo que não reconhecida:

“as mulheres não trabalham na pedra-sabão; apenas lixam” – artesão.

Em outras duas a situação era a oposta, não havia homens artesãos, sendo todo o trabalho desenvolvido por mulheres, embora, novamente observa-se mediante as entrevistas que os homens sim participam do processo produtivo, em atividades que, neste caso, por parte das mulheres, não são reconhecidas como parte do processo artesanal:

“os homens não trabalham na pedra-sabão; eles só transportam a pedra e a cortam” - artesã de esculturas manuais.

É interessante observar o significado do trabalho da pedra para esses artesãos e essas artesãs. Eles desvalorizam a finalização das peças, lixar, enquanto elas fazem o mesmo com a fase inicial do processo, a preparação para o trabalho manual. Em ambos os casos, parece existir uma tradição na comunidade estudada, segundo a qual as mulheres lixam e os homens preparam as peças, mesmo que isto seja feito nas horas vagas de suas atividades principais.

Nas três unidades restantes, a produção de artesanato era mista, ou seja, trabalhavam homens e mulheres na elaboração das peças. Nelas, a divisão de tarefas é muito clara, conforme já citado, embora às vezes, quando a demanda o requer, uns possam ajudar aos outros em suas atividades sexualmente diferenciadas.

Como já foi dito, quatro das unidades visitadas eram lideradas por mulheres e nelas, todas as mulheres integrantes da família que moram na vila, inclusive algumas crianças, colaboram com a produção familiar. Nessas unidades, as mulheres somente abandonam o artesanato com pedra-sabão quando casam e vão morar em outras localidades com os maridos. Nas unidades exclusivamente masculinas, as mulheres da família, mesmo colaborando quando necessário, trabalham em outras atividades (por exemplo, como empregadas domésticas). Observa-se aqui a importância de se estudar as atividades econômicas normalmente informais, de cunho familiar, desde a perspectiva de gênero, pois parecem ser as mulheres as maiores responsáveis pela manutenção da tradição familiar e da inclusão de outros membros nessas atividades, incluindo as crianças/aprendizes, que em nossa sociedade costumam ficar com as mães.

Também foram identificadas atitudes diferenciadas entre homens e mulheres a respeito da realização pessoal no trabalho com artesanato em pedra-sabão. Nenhum dos entrevistados mostrou sentimento de realização, porém suas atitudes para mudar essa situação são muito diferentes. Enquanto muitos homens, mostrando insatisfação, estão migrando para outras atividades, mesmo que sazonalmente, as mulheres, em geral, permanecem no artesanato e mostram resignação pela falta de opções, como pode se observar nos comentários a seguir:

“eu faço porque tenho que fazer, gostar eu não gosto, o pior é o preço, o trabalho não é valorizado” – artesã.

“gosto mais ou menos..mas não há outra coisa.” – artesã.

“prefiro o trabalho de motorista pois mesmo ganhando a mesma quantia, não vale pena se dedicar ao artesanato. O trabalho não é valorizado, a concorrência grande, muitas peças iguais e a venda fraca” – artesão.

Por ultimo, os homens mostraram atitudes mais empreendedoras. A associação de artesãos é liderada por homens, alguns têm implementado melhoras tecnológicas e de segurança e proteção à saúde no processo produtivo e, mostram ser mais pro-ativos como pequenos empresários ou buscam outras atividades para seu sustento. A atitude das mulheres parece ser bem diferente. Apenas duas das mulheres visitadas demonstraram atitudes empreendedoras, as duas, aparentemente, como única opção de sustento a partir de sua viuvez. Uma delas vende a produção de muitas outras famílias ou contrata outros artesãos quando recebe grandes encomendas, sendo um tipo de “agente” dos artesãos de Mata dos Palmitos. A outra expõe suas peças semanalmente em uma importante feira de artesanato, na capital mineira, Belo Horizonte, e ainda “arrenda” os equipamentos para dois homens que pagam trabalhando também peças para ela. Mesmo assim, nas famílias das duas “empreendedoras”, as pequenas melhoras tecnológicas realizadas em seus processos produtivos foram realizadas por homens.

O restante da força de trabalho feminina, ou trabalha sob o comando dos homens da família ou sob o domínio dos “atravessadores” que compram sua produção, vendendo-a por um valor muito superior.

TRABALHO INFANTIL

De modo semelhante ao que acontece em outras atividades econômicas em zonas rurais, especialmente quando são familiares, há ocorrência de trabalho infantil na região. Para erradicá-lo, o Município de Ouro Preto contava com 20 bolsas PETI ⁵ para crianças de Mata dos Palmitos. Recentemente foi anunciado que esse número aumentará para 60 ⁶.

Apesar da pouca quantidade de crianças encontrada pela equipe nessa viagem, pôde-se observar, no percurso até os locais visitados, que havia crianças trabalhando em algumas casas que, vendo a equipe chegar, se afastaram. Os artesãos confirmaram que estavam cientes da proibição do trabalho infantil e, as crianças, não querendo ser vistas nas oficinas de pedra-sabão ou nas carvoeiras, escondiam-se quando chegavam visitantes desconhecidos.

Mesmo não encontrando crianças trabalhando nas unidades visitadas, a maioria dos artesãos e artesãs entrevistados relataram ter começado a trabalhar com pedra-sabão ainda crianças. Dos 33 entrevistados, nove não informaram a idade em que começaram a trabalhar com a pedra-sabão. Dos 24 restantes, onze reconheceram ter começado a trabalhar com pedra-sabão ainda crianças com idades entre os sete e os doze anos, sendo sete mulheres e quatro homens. Outros seis, três mulheres e três homens, disseram ter começado na adolescência, entre os 13 e os 17 anos. A maioria deles foi iniciada no trabalho artesanal por membros de sua família e muitos aprenderam com suas mães.

Em geral, o trabalho das crianças, segundo foi observado nesta visita e documentado em anteriores (Bezerra, 2002), restringe-se à fase de acabamento das peças, principalmente ao polimento. É possível que seja esse o motivo das meninas comecem mais cedo, realizando um tipo de trabalho mais leve e delicado, enquanto os meninos começam mais tarde, quando adquirem força suficiente para carregar e cortar a pedra, assim como para manejar o torno. Por outro lado, é igualmente possível que os meninos só reconheçam sua contribuição à renda familiar a partir do momento em que começaram a desempenhar tarefas de “homem”, considerando quaisquer outras atividades realizadas antes, como cortar a dois com o serrote ou lixar a pedra, como brincadeiras (Imagem 27, página 208).

Tanto nos estudos anteriores (BEZERRA, 2002) quanto neste atual, focados no artesanato, não foi observado nem inferido pelas entrevistas trabalho infantil que não fosse familiar, na condição de aprendiz e colaborador em relação à renda familiar. Entretanto, esta conclusão, no presente trabalho, pode ser devida a que não era esse o foco de observação da equipe e também ao reduzido tempo de convivência com os moradores de Mata dos Palmitos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na região de Mata dos Palmitos, assim como em outras regiões de países em desenvolvimento, a tradição social mantém as mulheres sob regime de sobrecarga; o trabalho não remunerado de atenderem suas famílias, muitas vezes, as impede de trabalhar longe de suas casas. Como tentativa de solucionar o problema estas mulheres trazem seus trabalhos para o ambiente doméstico. De forma semelhante, as artesãs de Mata dos Palmitos foram convertendo seus quintais em oficinas de artesanato em pedra-sabão, o que permite a elas realizarem ambos trabalhos, o remunerado da pedra e não remunerado do cuidado familiar, no mesmo espaço físico. Essa solução, que é eficiente quanto à divisão social do trabalho e que atende as tradições locais, apresenta graves problemas para a comunidade. Os principais são que as crianças e adolescentes acabam fazendo parte do processo produtivo artesanal pela proximidade com as oficinas e que a falta de cuidado com a segurança e saúde no trabalho, prejudica seriamente a todos os membros das famílias.

As observações mais relevantes nesta parte da pesquisa indicam usos e costumes ligados à questão de gênero. Na maior parte das unidades familiares visitadas, chefiadas ou não por mulheres, foram elas as que passaram a tradição para filhos, filhas, sobrinhos(as), netos(as), familiares em geral através das gerações.

Essas gerações mantêm relações diferenciadas com o artesanato. Enquanto as gerações mais velhas guardam um sentimento de gratidão pelo trabalho artesanal, as gerações mais jovens encaram o trabalho como falta de alternativa, além de se sentirem desvalorizados como trabalhadores e de terem consciência dos riscos para a

saúde aos quais se expõem por não trabalharem em ambientes adequados e por não usarem equipamentos de proteção. As gerações mais velhas, porém, não parecem mostrar preocupação com os riscos de saúde e segurança no trabalho com os que convivem. A falta de oportunidades para construção de um futuro melhor é uma preocupação observada entre os jovens de todas as unidades familiares visitadas.

As recomendações para uma atuação do CETEM eficaz nessa comunidade, onde o artesanato mineral é a atividade econômica principal e a única fonte de renda de diversas famílias, seria a procura de soluções tecnológicas para a redução da poeira e dos acidentes de trabalho e outros agravos (ruído, vibração, cortes, etc), consequentemente, reduzindo os impactos ambientais e melhorando as condições de vida e de trabalho da comunidade de Mata dos Palmitos.

A solução de problemas tecnológicos deve vir acompanhada do estudo mais aprofundado das relações e divisão social do trabalho, incluindo as questões de gênero e do trabalho infanto-juvenil. Além do estudo destas questões e da procura de soluções tecnológicas, a equipe deste Prosul/CNPq pretende, no futuro próximo, trabalhar na comunidade de Mata dos Palmitos na construção de uma identidade local e individual e da valorização da atividade artesanal.

1 A escala de dureza MOHS é a escala utilizada em Mineralogia para quantificar a resistência que um determinado material oferece ao risco. Foi criada pelo austríaco Friedrich Mohs com 10 materiais de diferentes durezas existentes na crosta terrestre aos quais atribuiu valores de 1 a 10, ordenados de menor à maior resistência ao risco. (1- Talco; 2 – Gesso, 3 – Calcita, 4- Fluorita, 5 – Apatita, 6 – Fledspato, 7 – Quartzo, 8 –, 9 Topázio – Corindo, 10 – Diamante) Esta escala não corresponde à dureza absoluta de um material e existem outras escalas de dureza como a Brinell, a Rockwell, a Rockwell superficial, a Webster e a Vickers. (Escala de Mohs, adaptado de pt.wikipedia.org/wiki/Escala_de_Mohs)

2 Foram omitidos os nomes dos artesãos cujos comentários são, no texto, reproduzidos. Nas fotografias, sobre os rostos foi aplicada uma máscara.

3 É possível encontrar trabalho familiar em todas as atividades da cadeia de base mineral, com maior frequência naquelas que são informais. Encontra-se trabalho familiar na extração dos recursos minerais, em algumas pequenas minas e garimpos, como também na transformação desses recursos onde a informalidade o trabalho familiar podem ser encontrados nas olarias, na produção de tijolos, ou nas caieiras, onde a rocha calcária é transformada em cal e no artesanato mineral, por exemplo. Na produção de insumos, de igual forma, existe trabalho informal e familiar, como na produção de carvão vegetal para as siderúrgicas, e até na comercialização há pequenas “empresas” formais e informais, de caráter familiar.

4 A perspectiva de gênero objetiva o desenvolvimento eficiente dos recursos humanos e a equidade social. Considerando que as mulheres representam, aproximadamente, o 50% da população mundial e encontram-se, em sua maioria, em situação desfavorável a respeito do trabalho, as sociedades modernas colocam ênfase no desenvolvimento delas. Por isso, dedicam-se grandes esforços a conhecer os valores que, para as mulheres, são mais importantes, assim como conhecer seu perfil de motivação para a realização profissional. Os estudos são contraditórios; uns dizem que não há diferenças substanciais de gênero frente à motivação para o trabalho, enquanto que outros indicam diferenças consideráveis. Em um estudo apresentado na VII Conferência da Sociedade Internacional para Estudos de Valores no Trabalho e na Organização, em 2000, em Israel (Tchaicovsky e Elizur, 2000), foram entrevistados homens e mulheres da

Alemanha, Hungria, Israel, Japão e Brasil sobre seus valores no trabalho e a motivação para a realização. Os resultados indicam que há mais mulheres que homens, em todos os países, que dão maior importância aos valores afetivos.

A questão de gênero possibilita um olhar das mulheres como sujeitos coletivos, educadoras em potencial, com efeito multiplicador de informação. A vida diária da mulher é observada como elemento crucial para entendermos seu impacto nos contextos históricos, econômicos, religiosos e políticos específicos da região, na tentativa de identificar, na dinâmica do trabalho, características particulares destas comunidades, assim como situações específicas e consequências diferenciadas no tratamento entre os sexos.

- 5 O PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil sob a inspiração da OIT que tem conseguido reduzir significativamente o número de crianças trabalhando no país e em diversos países onde existe trabalho infantil. De 1995 a 2003, o número da mão-de-obra infantil (de 5 a 15 anos) diminuiu de 5,1 milhões para 2,7 milhões, uma redução de 47,5% (Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate à Fome, 2006). O programa consiste na doação de uma bolsa mensal de pequeno valor (25 reais) para cada criança que seja retirada do trabalho pelos pais e é complementado com atividades extra-escolares mantendo as crianças ocupadas por mais algumas horas do dia e evitando, deste modo, que voltem a trabalhar.
- 6 Vale lembrar que, embora haja só 43 crianças matriculadas na escola de Mata dos Palmitos, essa só oferece até a quarta série do primeiro grau. O restante das crianças estuda na escola de Santa Rita. Por isso, esse número de bolsas prometido não excede o número de crianças em Mata dos Palmitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves. **Condições de vida, produção e saúde em uma comunidade de mineiros e artesãos em pedra-sabão em Ouro Preto, Minas Gerais: Uma abordagem a partir da ocorrência de pneumonioses.** 2002. 1 v. Tese (Doutorado) - Medicina Veterinária, Preventiva e Epidemiológica, Departamento de Escola de Veterinária, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/programas04.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

ESCALA de Mohs. adaptado pelos autores. Disponível em: <pt.wikipedia.org>. Acesso em: 08 fev. 2006.

SILVA, Maria Elizabeth da; ROESER, Hubert Mathias Peter. **Mapeamento de deteriorações em monumentos históricos de pedra-sabão em Ouro Preto.** Revista Brasileira de Geociências, Brasília, v. 33, n. 2003331, p.331-338, dez. 2003. Trimestral.

TCHAIKOVSKY, Fany Malin; ELIZUR, Dov. **Diferenças de gênero em valores no trabalho e motivação para realização.** VII Conferência Bi-Anual da International Society for the Study of Work and Organization, Jerusalem, Israel, 2000.

Disponível em: <www.bancodamulher.org.br/publicacoes/motivacao_para_realizacao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2006.

Sobre os autores

Fanny Tabak

Doutora em Sociologia, coordenadora e diretora de projetos de pesquisa, fundadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) na PUC-Rio em 1980, autora de livros e artigos sobre diferentes temas, entre os quais: a mulher na Ciência, a participação política da mulher, relações de gênero, autoritarismo, democracia. E-mail: fanny@alternex.com.br

Zuleica Carmen Castilhos

Doutora e Mestre em Bioquímica, com formação em Farmácia e Bioquímica, pesquisadora cadastrada no CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas, atualmente é Coordenadora de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – CPAA do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo chefiado antes o Serviço de Desenvolvimento Sustentável – SEDS na mesma instituição, sendo responsável por uma vasta pasta de projetos. Seus trabalhos na área de desenvolvimento sustentável, especialmente no campo da toxicologia e geoquímica ambiental, ecologia aplicada e avaliação de riscos toxicológicos, foram publicados em diversos periódicos e nos anais de congressos nacionais e internacionais. É autora de livros sobre avaliação de risco à saúde humana através da contaminação por mercúrio e sobre análise de risco e impactos ambientais. E-mail: zcastilhos@cetem.gov.br

Andrea Mastrangelo

Doutora em Antropologia Social (Universidade Nacional de Misiones, Argentina). Especializada em caracterizar as consequências sociais dos grandes investimentos em mineração e florestais nas áreas rurais. Atualmente é pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas -CONICET-, Argentina. É membro do Centro de Antropologia Social do IDES (Buenos Aires), RedMinas (Mineração sob a perspectiva de gênero, Argentina) e RESPOMIN (Associação pela Mineração Responsável da América Latina, com sede em Medellín, Colômbia). Realizou pós-doutorado com uma bolsa do CNPq na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco. Brasil. Tem um livro publicado na Argentina e artigos na Argentina, no Brasil, no Chile e no México. Áreas temáticas de interesse: antropologia aplicada do desenvolvimento, consequências do desenvolvimento, conflitos e mudanças sociais, história da antropologia argentina. E-mail: amastran@sion.com

Gabriela Factor

Engenheira Química com M Sc. em Meio Ambiente Realizou seus estudos de graduação na Argentina e a pós-graduação na Dinamarca. Trabalhou como consultora em temas socioambientais relacionados à mineração e energia na Argentina, Bolívia e Laos. Sua experiência no Plano “Mulheres Mineiras de COMIBOL” contribuiu com um livro memorável: *Fogo no gelo (Fuego en el hielo)*. As mulheres mineiras do Chorolque. É membro de RedMinas (Mineração sob a perspectiva de gênero, Argentina) e RESPOMIN (Associação pela Mineração Responsável América Latina, com sede em Medellín, Colômbia).
E-mail: gfactor@cedeconet.com.ar

Carlos Renato Carola

Professor e historiador da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); pesquisador cadastrado no CNPq e membro do Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina; um dos primeiros historiadores do Brasil a publicar uma obra sobre a história do trabalho de mulheres em minas de carvão; desenvolveu sua pesquisa de doutorado pela USP tendo como objeto de estudo o “processo civilizador” que se desenvolveu por meio da assistência médica e das políticas de saúde pública que foram historicamente implantadas na região carbonífera de Santa Catarina. Atualmente vem desenvolvendo pesquisa na área de História Ambiental. E-mail: crc@unes.net

Nuria Fernández Castro

Espanhola de origem e brasileira de coração é uma engenheira de minas da Escola Politécnica de Madri (Espanha), especialista em Meio Ambiente e Recursos Naturais e especialista em Rochas Ornamentais, com grande interesse pela história social. Atualmente é bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM/MCT, no Serviço de Arranjos Produtivos Locais da Coordenação de Apoio Tecnológico à Micro e Pequena Empresa – CATE. E-mail: ncastro@cetem.gov.br

Angela Filgueiras Jorge

Economista, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, trabalhando na Coordenação de Trabalho e Rendimento – COREN/DPE/IBGE desde 1991. Coordenou, durante 9 anos, a COREN, que é responsável por três pesquisas por amostragem de domicílios: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, a Pesquisa Mensal de Emprego – PME e a pesquisa sobre Economia Informal Urbana – ECINF. Desenvolveu vários estudos sobre mercado de trabalho e rendimento, setor informal e relações de gênero. Participou ativamente no planejamento e implementação de pesquisas domiciliares sobre características da força de trabalho no IBGE.

Hildete Pereira de Melo

Doutora em Economia, Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense desde 1973. Coordenadora do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Gênero (NUTEG) da UFF e editora da Revista Gênero da mesma universidade. Secretária-Adjunta da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência /RJ (2004/06). Diretora Administrativa-Financeira do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Militante feminista publicou artigos e capítulos de livros sobre história econômica, mercado de trabalho e gênero. É casada, com três filhos e três netos.

E – mail: hildete@economia.uff.br

Maria Helena M. Rocha Lima

Doutora em engenharia mineral, pela Escola Politécnica da USP, e mestre em economia, pela Universidade de Minnesota (EUA). Participou de diversos projetos nacionais e internacionais nas áreas de desenvolvimento econômico e social e de economia da tecnologia. Foi pesquisadora do projeto MMSD - *Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável*, em 2001, e de projetos de investigação em rede sobre a institucionalização da mineração em pequena escala, promovidos pelo MPRI/IDRC. Atualmente, participa do comitê executivo do projeto PROSUL no estudo sobre as questões de gênero e trabalho infantil na mineração, financiado pelo CNPq. E-mail: mrocha@cetem.gov.br

Nilo da Silva Teixeira

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha nas áreas de Cartografia Digital, Geoprocessamento e Banco de Dados. Atualmente é bolsista do Programa de Capacitação Institucional do CNPq no Centro de Tecnologia Mineral. E-mail: nteixeira@cetem.gov.br

Francisco Rego Chaves Fernandes

Trabalha desde 1976 na área de recursos minerais, sendo especializado em Economia Mineral, desenvolvimento sustentável e meio ambiente. É doutor pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - SP e realizou o pós-doutorado na Escola de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal. E-mail: ffernandes@cetem.gov.br

Cesar Mosqueira Leyva

É advogado peruano e Mestre em Gerência Social da Universidade Católica. Dedicou-se, desde 1988, ao estudo, desenho e implementação de programas de desenvolvimento social no setor mineral e mais especificamente na mineração de pequena escala, a partir de 1995. Atualmente trabalha em Lima na Oficina Regional para América Latina e O Caribe da OIT, onde foi o encarregado de dirigir o *Programa para a prevenção e a eliminação progres-*

siva do trabalho infantil na mineração artesanal, desenvolvido na Bolívia, no Equador, na Colômbia e no Peru entre os anos 2000 e 2005. E-mail: mosquera@oit.org.pe

Ana María Aranibar

É pesquisadora da área de mineração desde o ano 1976, desenhou e desenvolveu vários programas de capacitação para homens e mulheres das comunidades mineiras bolivianas e várias pesquisas socioeconômicas em zonas vulneráveis da Bolívia. Está vinculada a grupos de base de mulheres mineradoras em defesa de seus direitos laborais e de participação cidadã. Participa de numerosas pesquisas no âmbito internacional e trabalha em temas sobre responsabilidade social na mineração. Atualmente é Gerente Geral da empresa Cumbre del Sajama. E-mail: sajama@accelerate.com

Daniel Lafuente

É um jovem administrador de empresas, pesquisador da empresa Cumbre del Sajama. Iniciou-se na equipe na área de organização e formalização do trabalho de mineradores de artesanais na Bolívia, para depois verter sua experiência em temas sobre Responsabilidade Social na Mineração. Atualmente desenvolve as atividades de coordenação de projetos, com experiência em relações comunitárias. E-mail: sajama@accelerate.com

Luddy Montecinos

Socióloga de profissão, sua maior fortaleza é o uso de metodologias adequadas para a compilação de dados em comunidades mineiras, assim como o desenvolvimento de programas de capacitação para mulheres e crianças, faz parte da equipe de profissionais da empresa Cumbre del Sajama. E-mail: sajama@accelerate.com

Olívia Maria de Paula Alves Bezerra

Nutricionista, Especialista em Nutrição e Dietética, Mestre em Administração/Organização e Recursos Humanos, Doutora em Ciência Animal/Epidemiologia, é professora do Departamento de Nutrição Clínica e Social da Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto. Desenvolve estudos em Saúde Coletiva, especialmente na área de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente. Atualmente tem se dedicado a estudar a ocorrência de pneumoconioses (talcose/talcoasbestose) entre artesãos expostos à poeira de pedra-sabão (talco/asbesto) no município de Ouro Preto. E-mail: olivia@enut.ufop.br

Alessandra Portugal

Graduada em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Ciência Política - UFRJ/PPGCP. Atualmente participa do projeto PROSUL no estudo sobre as questões de gênero e trabalho infantil na mineração, financiado pelo CNPq. E-mail: aleport@uol.com.br

Agradecimentos

Agradecemos a Dra. Paola Capellin, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da UFRJ, de quem recebemos, gentilmente, a indispensável orientação para uma abordagem sobre a unidade familiar no desenvolvimento de nosso trabalho. Nossos sinceros agradecimentos também aos pesquisadores que compuseram a comissão organizadora do evento e a todos que, com sua presença e comentários, enriqueceram as discussões nas duas conferências realizadas neste PROSUL.

Links

DA RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL:

Instituto Akatu

<http://www.akatu.org.br>

Instituto Socioambiental

http://www.socioambiental.org/home_html

INMETRO

<http://www.inmetro.gov.br/consumidor>

Instituto Ethos

<http://www.institutoethos.com.br>

IBASE- Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (Ibase/Betinho)

<http://www.ibase.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

IOS-Instituto Observatório Sindical

<http://www.observatoriosocial.org.br/portal/>

CEBDS-Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

<http://www.cebds.org.br/cebds/>

Revista Filantropia

<http://www.revistafilantropia.com.br/revista/>

DO TRABALHO INFANTIL:

OIT-Organização Internacional do Trabalho

<http://www.ilo.org/> <http://www.oit.org>

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

<http://www.unicef.org/brazil/>

UNICEF - Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil e Exploração Sexual

<http://www.unicef.org/brazil/prevencaoecombate.htm>

UNICEF-Selo dos Municípios

<http://www.selounicef.com/>

Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

<http://www.globalmarch.org>

Ministério do Trabalho e Emprego

<http://www.mte.gov.br/Empregador/TrabInfantil/default.asp>

Ministério do Trabalho e Emprego/CONAETI-Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

<http://www.mte.gov.br/Empregador/FiscaTrab/CombateTrabalhoInfantil/CONAETI/PlanoErradicacao/Default.asp>

MEC- Programa Bolsa-escola

<http://www.mec.gov.br/secric/estrut/serv/programa/default.asp>

Ministério da Educação

<http://www.mec.gov.br/>

CONANDA-Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

<http://www.presidencia.gov.br/sedh>

Ministério Público do Trabalho

www.mpt.gov.br/trab_inf

FNPETI-Forum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

www.fnpeti.org.br

Ministério da Justiça/SEDH-Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

<http://www.mj.gov.br/sedh/dca/>

CDH-Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

<http://www.camara.gov.br/cdh/>

Fundação ABRINQ Pelos Direitos da Criança

<http://www.fundabrinq.org.br/>

Missão Criança

<http://www.missaocrianca.org.br>

Imagens do Trabalho Infantil

<http://www.trabalho infantil.org.br/galeria/default.htm>

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

www.andi.org.br

CIRANDA-Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência

<http://www.ciranda.org.br/2004/index.php>

ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude

<http://www.abmp.org.br>

AMENCAR - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

<http://www.amencar.org.br>

ABONG- Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

www.abong.org.br

Simon Schwartzman

<http://www.schwartzman.org.br/simon/>

José Pastore

<http://www.josepastore.com.br/>

Abrapia- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência

www.abrapia.org.br

Viva Rio

www.vivario.org.br

Kids denúncia

<http://portalkids.org.br/>

Ministério da Assistência Social

<http://www.mpas.gov.br/>

Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

<http://www.mds.gov.br/index.asp>

CEDECA Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan

<http://www.cedeca.org.br/>

Não à pornografia infantil

<http://www.violenciasexual.org.br/porninf/>



Imagem 1 - Mulheres e crianças no garimpo. Ver página 46.
(Sauer, 1992)



Imagem 2 - Mulheres carregando minério no garimpo, na época colonial. Ver página 53.
(Detalhe da litogravura de Johann Moritz Rugendas, *Lavage du minerai d'or, près de la montagne Itacolumi*, Paris :1835 Em: *Malerische Reise in Brasilien*. 3e. Div., pl.22.)

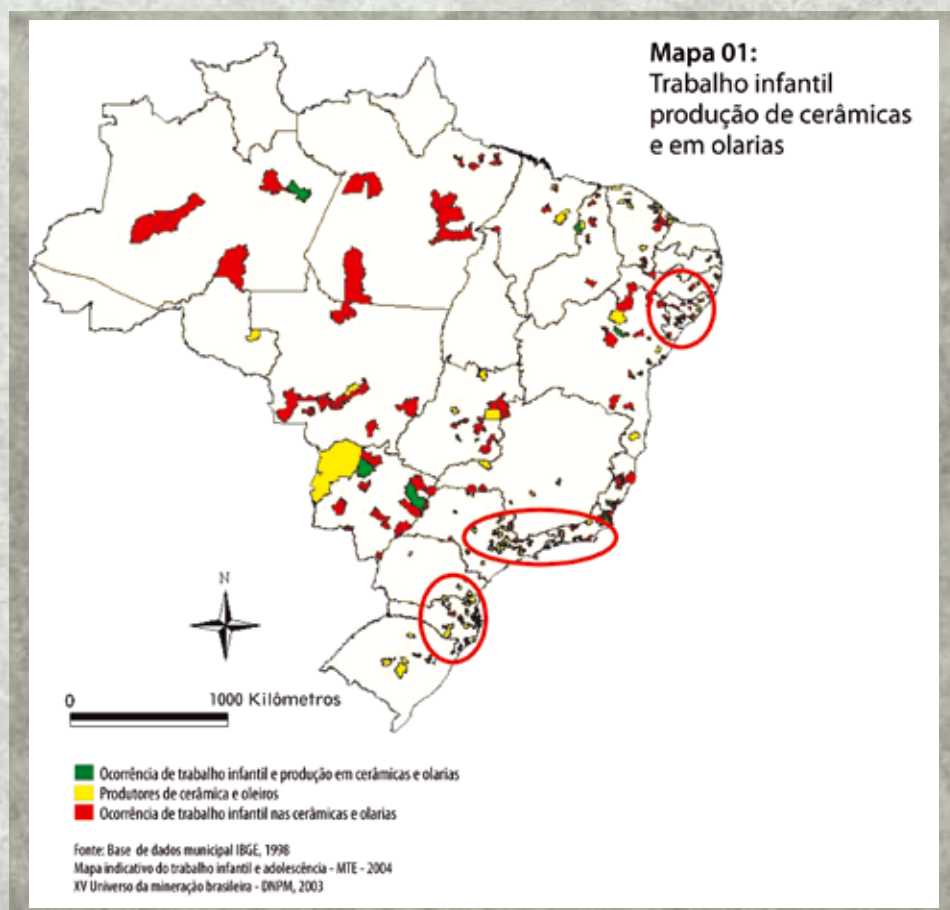


Imagem 3 – Mapa de Trabalho Infantil na Produção de Cerâmica e em Olarias. Ver página 83.
(Elaboração própria, fontes: IBGE, MTE, DNPM)

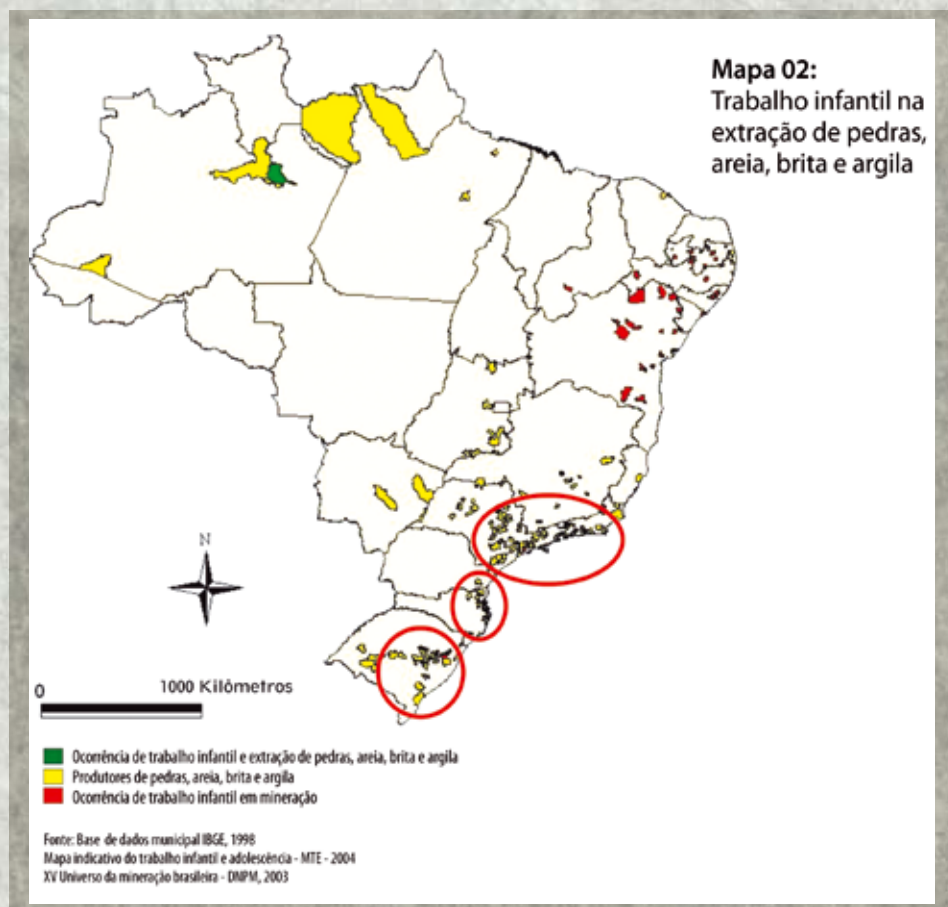


Imagem 4 – Mapa de Trabalho Infantil na Extração de Pedras, Areia, Brita e Argila. Ver página 86.
(Elaboração própria, fontes: IBGE, MTE, DNPM)

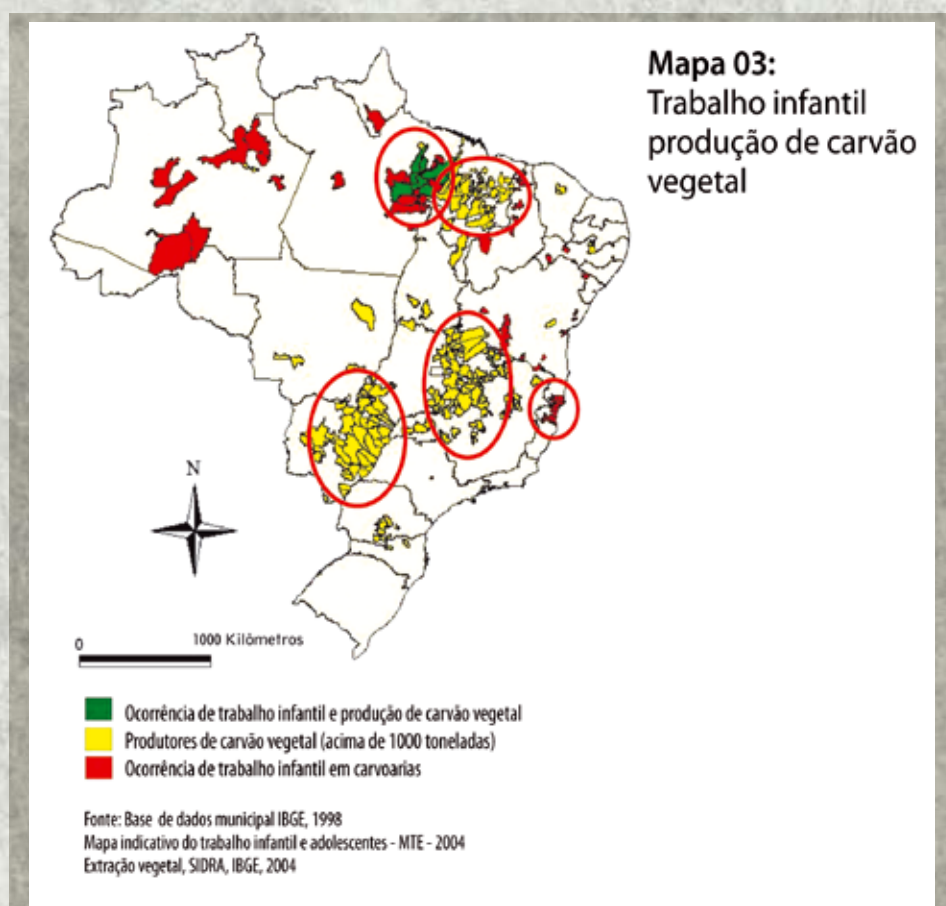


Imagem 5 – Mapa de Trabalho Infantil na Produção de Carvão Vegetal. Ver página 87.
(Elaboração própria, fontes: IBGE, MTE, DNPM)

MAPA DE LA PROVINCIA DE MISIONES

REPUBLICA
DEL PARAGUAY

RIO IGUAZU

RIO

REPUBLICA
FEDERATIVA
DEL BRASIL

REFERENCIAS



	B. de Inguayén	Estación	Ciudad	Panque	Puerto Iguazú	San Ignacio
B. de Inguayén	0	10	10	10	10	10
Estación	10	0	10	10	10	10
Ciudad	10	10	0	10	10	10
Panque	10	10	10	0	10	10
Puerto Iguazú	10	10	10	10	0	10
San Ignacio	10	10	10	10	10	0

Imagem 6 – Mapa de la Provincia de Misiones, Argentina. Ver página 135.
(Dirección provincial de vialidad)



Imagem 7 - Pozo para la extracción de gemas. Ver página 145.
(Foto: Andrea Mastrangelo)



Imagem 8 - Niños en la entrada del pozo. Ver página 145.
(Foto: Andrea Mastrangelo)



Imagem 9 - Recordatorio de los accidentes ocurridos en la carretera donde venden las gemas. Ver página 145.
(Foto: Andrea Mastrangelo)



Imagem 10 - Acesso a la zona de Tipuani. Ver página 154.
(Foto: SAJAMA)



Imagem 11 - Barranquilleras en el agua. Ver página 159.
(Foto: SAJAMA)



Imagem 12 - Niño con batea. Ver página 159.
(Foto: SAJAMA)



Imagem 13 - Niña palliri. Ver página 159.
(Foto: SAJAMA)



Imagem 14 - Palliris trabajando. Ver página 166.
(Foto: SAJAMA)



Imagem 15 - Localização da Vila de Mata dos Palmitos. Ver página 170.
(Fonte: Prefeitura municipal de Ouro Preto)



Imagem 16 - Materia-prima para o artesanato, blocos de pedra-sabão. Ver página 172.
(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 17 - Disco de corte da pedra-sabão. Ver página 172.
(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 18 - Conformação manual da peça com machadinha. Ver página 172.
(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 19 - Torno elétrico para o trabalho da pedra-sabão. Ver página 172.
(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 20 - Acabamento da peça com lixa manual.

Ver página 172.

(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 21 - Peças artísticas de artesanato manual.

Ver página 172.

(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 22 - Poeira nas áreas de produção de artesanato, torno elétrico.
Ver página 173.
(Foto: Equipe PROSUL – CETEM/MCT)



Imagem 23 - Vista da cidade de Ouro Preto. Ver página 173.
(Foto: Zuleica Castilhos)



Imagem 24 - Carvoeiras nas proximidades de Mata dos Palmitos. Ver página 174.
(Foto: Nuria F. Castro)



Imagem 25 - Mercado de artesanato de Pedra-sabão de Ouro Preto. Ver página 176.
(Foto: Zuleica Castilhos)



Imagem 26 - Tabuleiro de xadrez em pedra-sabão. Ver página 176.
(Foto: Nuria F. Castro)



Imagem 27 - Crianças treinando o corte com o serrote. Ver página 181.
(Foto: Olívia Bezerra, 1999)